

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana

**ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DO PROJETO PARA
INCORPORAÇÃO DE PRINCÍPIOS E INDICADORES DA
SUSTENTABILIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS
NO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL-SP**

MARISE TISSYANA PARENTE CARNEIRO ADEODATO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Arantes do
Nascimento Teixeira

São Carlos

2005

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A232ae

Adeodato, Marise Tissyana Parente Carneiro.

Análise das estratégias do projeto para incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade em políticas públicas no município de Jaboticabal-SP / Marise Tissyana Parente Carneiro Adeodato. -- São Carlos : UFSCar, 2005. 229 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2005.

1. Planejamento urbano. 2. Sustentabilidade. 3. Gestão participativa. 4. Políticas públicas. I. Título.

CDD: 711 (20ª)

A JESUS,

grande revolucionário da história, que já em seu tempo pregava a justiça, a paz, a equidade, a cooperação e o amor ao próximo mais do que a nós mesmos, e nos inspira a acreditar em um modo alternativo de vida e a contribuir para construção de um mundo melhor enquanto nele vivemos. Ao meu Senhor dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado esposo JEAN, cujo amor, amizade, companheirismo, dedicação, compreensão e apoio foram fundamentais no desempenho desse trabalho;

Aos meus preciosos PAIS, IRMÃOS E FAMILIARES que mesmo à distância se fizeram presentes com suas palavras de amor, estímulo, confiança e oração na conquista de mais essa etapa;

Aos meus inestimáveis professores, orientadores e amigos BERNARDO E SHIMBO, sem os quais este e outros trabalhos não seriam possíveis, porquanto não só acreditam, mas também vivem e empenham-se na perspectiva de sociedades melhores e mais sustentáveis;

Às queridíssimas amigas MICHELLY, MICHELA e JULIANA, companheiras de mestrado, de profissão, e do coração, pela amizade, apoio e acolhimento que me motivaram a continuar sempre, compartilhando momentos de alegria e dificuldade nessa nossa empreitada;

Aos colegas da equipe 3PJ, EDUARDO, PATRÍCIA, ANDRÉ e ILSE, pelo trabalho conjunto e contribuições pessoais de cada um;

Aos PARCEIROS DO GAJS em Jaboticabal, pela oportunidade única de aprendizado, e em especial a ALINE e sua família pela hospitalidade;

Ao companheiro SÉRGIO NATUREZA e sua família, pela hospitalidade, amizade sincera e momentos preciosos compartilhados juntos;

Aos PROFESSORES, COLEGAS E FUNCIONÁRIOS DA ENGENHARIA URBANA;

E à FAPESP, pelo investimento e apoio recebido no desenvolvimento dessa pesquisa.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, TABELAS, FOTOGRAFIAS E SIGLAS

FIGURAS

Figura 1 - Processo Metodológico do Sistema Municipal de Indicadores de Sustentabilidade.....	42
Figura 2 - Esquema de condições e processos que auxiliam nas ações do município em direção à sustentabilidade.....	45
Figura 3 - Sustentômetro, com valores ISB/97, ISB/98 e ISB/99.....	47
Figura 4 - Localização da Região Administrativa de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo (mapa menor) , e de Jaboticabal na Região (mapa maior) .	68
Figura 5 - Localização do município de Jaboticabal no estado de São Paulo ..	68
Figura 6 – Mapa atual de Jaboticabal.....	70
Figura 7 - Coluna do Tempo do Projeto Jaboticabal Sustentável	87
Figura 8 – Mapa Cognitivo para Fase 2 do PJS.	93
Figura 9 - Estratégias implementadas e previstas para o Projeto em suas três fases.....	100
Figura 10 – Esquema de estratégias proposto por MINTZBERG et al (2000).	120
Figura 11 – Esquema de interação entre atores no PJS proposto por SHIMBO.	126
Figura 12 – Gráfico de duração das fases	129
Figura 13 – Gráfico de reuniões do Projeto realizadas de 1999 -2004	131
Figura 14 – Gráfico de Reuniões de pesquisa e intervenção realizadas.	131
Figura 15 – Gráfico de tipos de reuniões realizadas no Projeto (1999-2004) .	132
Figura 16 – Evolução das ações realizadas na intervenção ao longo dos anos (1999-2004).....	134

Figura 17 – Evolução dos produtos e resultados de pesquisa ao longo dos anos	136
Figura 18 – Comparativo entre os números de pessoas participantes em uma e mais de uma reunião do Projeto.....	138
Figura 19 – Comparativo entre pessoas novas e ausentes ano a ano (1999-2004)	139
Figura 20 – Média de Participações nas Reuniões do GAJS.	140
Figura 21 – Natureza das instituições participantes no Projeto pelo número de instituições e Percentual de pessoas participantes por natureza institucional.....	141
Figura 22 - Número de instituições por principais segmentos em que atuam e Número de pessoas por segmentos institucionais	141
Figuras 23– Gráficos de Instituições, pessoas e participações em reuniões, respectivamente, da sociedade civil e do poder público.....	143
Figura 24 – Evolução das participações nas etapas de construção dos indicadores.....	146
Figura 25 – Percentual de participações das instituições na construção de indicadores.....	146
Figura 26 – Composições do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, por natureza das instituições e setores de atuação.....	147
Figura 27 – Participantes e participações na equipe de pesquisadores (1999-2004)	148

QUADROS

Quadro 1-Planilha de Planejamento e Coleta de dados	59
Quadro 2- Relação de entrevistados.	61
Quadro 3 - Participações dos Entrevistados nas Reuniões do Projeto Jaboticabal Sustentável.....	62
Quadro 4 - Lista de Instituições parceiras do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável.....	108
Quadro 5 - Comparação entre os objetivos propostos para a pesquisa e os produtos e resultados parciais obtidos (1ª e 2ª fases).....	110
Quadro 6 - Comparação entre os objetivos propostos para intervenção e os resultados e produtos obtidos (1ª e 2ª Fase).	110
Quadro 7 - Verificação da adequação do Projeto Jaboticabal Sustentável a uma pesquisa-ação	117
Quadro 8 – Organização dos objetivos, estratégias e ações do Projeto.....	122
Quadro 9 - Sistematização das estratégias do Projeto segundo a classificação de MINTZBERG et al (2000)	123

TABELAS

Tabela 1 – Perfil do Município: Demografia	72
Tabela 2- Perfil do Município: Finanças Públicas	74
Tabela 3- Perfil do Município: Trabalho	75
Tabela 4 – Perfil do Município: Saúde	76
Tabela 5– Perfil do Município: Demografia	77
Tabela 6 – Perfil do Município: Educação.....	78
Tabela 7 - Perfil do Município: Saúde	79
Tabela 8 – Perfil do Município: Condições de Vida.....	81
Tabela 9 – Duração das Fases	129
Tabela 10 – Reuniões realizadas em cada ano	130
Tabela 11 – Tipos de reuniões desenvolvidas no Projeto.....	132

Tabela 12 – Ações desenvolvidas no Projeto (1999-2004).....	133
Tabela 13 – Produtos e resultados da pesquisa (1999-2004)	135
Tabela 14 – Quadro de participantes e participações do GAJS (1999-2004)	137
Tabela 15 – Comparação entre participações de instituições e pessoas da sociedade civil e do poder público ao longo dos anos.	142
Tabela 16 – Dados das Mostras Jaboticabal Sustentável	144
Tabela 17 – Dados da elaboração dos Cadernos Jaboticabal Sustentável	145
Tabela 18 – Dados do processo de construção dos indicadores de sustentabilidade de água (3º Seminário Jaboticabal Sustentável)	145

FOTOS

Foto 1 - Vista aérea de Jaboticabal.	70
---	----

SIGLAS

DS – Desenvolvimento Sustentável

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

GAJS - Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

OP – Orçamento Participativo

P-A - Pesquisa-Ação

PD – Plano Diretor

PJS - Projeto Jaboticabal Sustentável

PMJ – Prefeitura Municipal de Jaboticabal

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1.....	7
CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE NA LITERATURA	7
1.1. O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE	7
1.1.1 Sustentabilidade: consenso ou controvérsia?.....	7
1.1.2 Dimensões da (in) sustentabilidade.....	13
1.2. GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA.....	16
1.2.1. Antecedentes Históricos	17
1.2.2. Relação com a Sustentabilidade	20
1.2.3. Processos Participativos.....	22
1.2.4. Formulação de Políticas Públicas.....	27
1.3. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	30
1.3.1. Conceitos	30
1.3.4. Métodos e Critérios de Seleção.....	33
1.3.5. Experiências de Construção de Indicadores.....	34
1.4. CONSIDERAÇÕES DO DEBATE	48
1.5. PERGUNTAS DE PESQUISA.....	50
1.6. HIPÓTESE DE PESQUISA	51
1.7. OBJETIVOS DA PESQUISA	52
CAPÍTULO 2.....	53
ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA DA PESQUISA	53
2.1 PROCESSO DE DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	53
2.2 ESTRATÉGIAS DE PESQUISA	56

2.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	57
CAPÍTULO 3		65
DESCRIÇÃO DO PROJETO JABOTICABAL SUSTENTÁVEL		65
3.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO	65
3.2.	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL	67
3.2.1	Contexto Geográfico e Histórico	67
3.2.2	Aspectos gerais do Município	71
3.3.	DESCRIÇÃO DO PROJETO	83
3.3.1.	Objetivos	83
3.3.2.	Cronogramas do Projeto.....	86
3.3.3.	Implementação do processo.....	88
3.3.4.	Resultados	109
3.4.	CONSIDERAÇÕES	111
CAPITULO 4		113
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS		113
4.1.	CATEGORIAS DE ANÁLISE	113
4.1.1	Entendendo o PJS como Pesquisa-Ação	113
4.1.2.	Entendendo Estratégias	119
4.1.3.	Entendendo Atores.....	125
4.2.	RESULTADOS QUANTITATIVOS	128
4.2.1.	Duração das fases.....	128
4.2.2.	Reuniões realizadas	130
4.2.3.	Ações desenvolvidas (Intervenção e Pesquisa).....	133
4.2.4.	Participações nos Grupos (GAJS e 3PJ)	136
4.2.5.	Considerações	149
4.3.	RESULTADOS QUALITATIVOS	151
4.3.1.	Estratégia de Formação	151

4.3.2. Estratégia de Participação.....	162
4.3.3. Outras estratégias e ações.....	174
<i>Estratégia de Divulgação.....</i>	174
<i>Estratégia de Institucionalização.....</i>	179
4.3.4. Considerações	183
CAPÍTULO 5.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
5.1. DISCUSSÃO	186
5.5.1. Sobre a contribuição de estratégias de formação para sustentabilidade.....	187
5.5.2. Sobre a interferência dos atores no alcance da gestão pública participativa	192
5.5.3. Sobre a viabilidade do processo na perspectiva da sustentabilidade.....	204
5.2. CONCLUSÕES	212

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Processo de Construção de Indicadores de Comunidade de Seattle

APÊNDICE 2 - Resumo dos Indicadores de Comunidade Sustentável do Seattle Sustentável

APÊNDICE 3 - Painel de Variáveis da Pesquisa

APÊNDICE 4 – Roteiro de Entrevistas – Atores

APÊNDICE 5 – Roteiro de Entrevistas – Poder Público

APÊNDICE 6 – Roteiro de Entrevistas – Pesquisador

APÊNDICE 7– Roteiro de Discussão – Pesquisador

APÊNDICE 8 - Síntese do Processo para Sistematização e Análise das Entrevistas dos Instrumentos Utilizados

APÊNDICE 9 – Fotos do Projeto Jaboticabal Sustentável

APÊNDICE 10 – Exemplo de Preenchimento da Planilha para Seleção de Indicadores

APÊNDICE 11 – Lista de Indicadores de Sustentabilidade para Água após A VI Parte do 3º Seminário Jaboticabal Sustentável

APÊNDICE 12 - Alternativas de Organização da Sociedade para Institucionalização do GAJS

APÊNDICE 13 – Carta de Princípios do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável

APÊNDICE 14 – Produção Científica do PJS

APÊNDICE 15 – Participação do PJS em eventos externos

APÊNDICE 16 – Síntese Sistematizada da Análise das Entrevistas

RESUMO

Nos debates mais recentes sobre o desenvolvimento urbano, a sustentabilidade tem sido incorporada de forma mais perceptível na busca de soluções para os problemas sócio-ambientais emergentes. Paralelamente, o contexto político é de mudança nos conceitos tradicionais de gestão urbana, na busca por maior participação e democratização dos processos decisórios. Com a criação de novos mecanismos e instrumentos de apoio ao monitoramento de políticas públicas, como os indicadores sócio-econômicos, ambientais e de sustentabilidade, vislumbram-se novas perspectivas e caminhos alternativos para gestão pública mais sustentável das cidades, nas suas várias dimensões, seja ambiental, econômica, social, cultural e principalmente política. Pela observação desse debate, verifica-se a necessidade de se discutir alguns caminhos possíveis, bem como limitações que se verificam nessa tentativa de incorporação da sustentabilidade nas políticas públicas. Esta pesquisa, então, tem por objetivo fazer uma análise de condições para o monitoramento da sustentabilidade por meio de indicadores, a partir da experiência desenvolvida no município de Jaboticabal-SP, o *Projeto Jaboticabal Sustentável*, em sua primeira e segunda fases, correspondente ao período de 1999 a 2004. Para essa verificação, foram escolhidas como categorias de análise as estratégias implementadas e a atuação dos diversos atores no processo, como sociedade civil, poder público e pesquisadores. Na obtenção dos resultados, foram utilizados dados quantitativos e qualitativos de fontes como relatórios de atividades do Projeto, relatos de reuniões, realização de entrevistas, além da observação participante da pesquisadora. Os resultados obtidos apontam como condições favoráveis ao monitoramento da sustentabilidade em políticas públicas: a formação integralizada de pessoas sobre princípios, dimensões e indicadores de sustentabilidade; a mobilização social organizada e emancipada para participar dos processos de mudança para políticas urbanas mais sustentáveis; a existência de uma assessoria técnica-política que facilite o aprendizado e a mediação das relações; e o apoio e fomento do poder público a processos de inovação para a gestão urbana participativa e sustentável.

ABSTRACT

Recent debates about urban development have introduced sustainability as an important principle to consider solutions to socioenvironmental problems. In the other hand, changes on traditional concepts of urban management have included social participation and democracy on decision processes. In this context, instruments like social, environmental and sustainability indicators have helped to support and monitor public policies toward new perspectives of more sustainable development of the cities, in its environmental, economical, social, cultural and political dimensions. To make it possible, it is necessary to verify such possibilities as limitations in this attempt of incorporate sustainable principles on urban policies. The main objective of this research is exactly to analyze conditions that allow monitor sustainability of public policies by indicators, basing on the case of the *Sustainable Jaboticabal Project*, an experience developed in Jaboticabal (SP) city, in its first and second phases (1999-2004). As categories of analysis of the process, have been chosen strategies and actors, represented by civil society, public management and researchers. To obtain the results of this research were used even quantitative and qualitative data sources, supported by interviews and organized informations of the Project. The results reveal as favorable conditions to monitor sustainability in public policies: integral education of people about principles, dimensions and indicators of sustainability; social mobilization organized and emancipated to participate of processes for more sustainable urban policies; support of technician-politics assessors to facilitate the learning and intermediate relations between actors; the sponsorship of public managers to processes of innovation toward a participatory and sustainable urban management.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sustentabilidade tem sido incorporada de forma mais perceptível nos debates sobre o desenvolvimento das cidades com o aumento considerável da preocupação em torno das questões sócio-ambientais urbanas.

Apesar das controvérsias existentes em torno da conceituação do termo e sua associação a um discurso capitalista para legitimação da exploração da natureza, entende-se que a noção de sustentabilidade pode referir-se a modelos alternativos de desenvolvimento. Contrariamente aos discursos de cúpula, um caminho que se tem buscado consiste em um processo de mudança social que implica em transformações radicais das relações econômicas e de poder, em diversas escalas e dimensões.

Com isso, verifica-se que o campo de abrangência da sustentabilidade não tem se limitado somente à dimensão ambiental, como era seu enfoque inicial, mas também econômica, social, cultural e principalmente política, reconhecendo-se a imbricação desses aspectos e as possíveis contradições entre eles, com perdas e ganhos em cada dimensão.

A dimensão política assume um caráter central com a mudança nos modelos tradicionais de gestão urbana, visando-se à horizontalidade e à quebra das hierarquias e oligopólios de poder, numa transformação de “baixo para cima”, a partir da participação social, sobretudo no âmbito municipal, onde se concentra hoje a base territorial de implementação das políticas urbanas.

Os processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas assumem um caráter mais democrático com a participação da sociedade, o que demanda a criação de novos mecanismos e instrumentos que possibilitem a ampliação do acesso público às decisões para a sustentabilidade urbana.

A busca por experiências de instrumentalização técnica e informativa dos processos decisórios encontra na construção de indicadores de sustentabilidade um aporte para a criação de políticas urbanas mais sustentáveis. Nesse aspecto, atende também à demanda por uma maior participação da sociedade no monitoramento das ações do gestor público que interferem diretamente na qualidade de vida dos municípios.

Tomando como referência o estudo de caso do Projeto Jaboticabal Sustentável, a presente dissertação de Mestrado propõe-se, então à **análise das estratégias do projeto para incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade em políticas públicas no município de Jaboticabal – SP**, verificando-se fatores que interferiram diretamente na implementação do processo, favorecendo ou dificultando o seu desenvolvimento.

O interesse em desenvolver esse trabalho surgiu principalmente pela relação direta da pesquisadora com o Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas *“Incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade na formulação de políticas urbanas em pequenos e médios municípios”*, bem como pelo envolvimento em trabalhos relacionados com a busca da

sustentabilidade em sociedades urbanas ou rurais¹.

No âmbito da Engenharia Urbana, o entendimento dos problemas urbanos relacionados a saneamento, transporte, meio-ambiente e outros na sua integralidade, complexidade e interdependência, e não mais de forma setorializada, demanda também uma interdisciplinaridade dos saberes que extrapola a dimensão puramente técnica, e perpassa à dimensão social do planejamento urbano.

É na imbricação desses aspectos que se entende a contribuição dos princípios, dimensões e indicadores de sustentabilidade para compreensão integral da realidade das cidades, e na proposição de metodologias, instrumentos e modelos alternativos de gestão urbana.

Nisto se assenta a relevância social e científica dessa pesquisa de Mestrado, com sua proposta principal de abrangência de estudos sobre processos mais democráticos na gestão pública, por meio de instrumentos de apoio às decisões públicas e ao exercício de uma cidadania mais ativa pela comunidade, os indicadores de sustentabilidade. Demonstra também sua relevância histórica ao estudar temas das principais pautas de debate atuais como sustentabilidade, democracia e políticas públicas.

Com esse trabalho, pretende-se contribuir também com a sistematização e avaliação da experiência-piloto em andamento em Jaboticabal, consubstanciando-se em um referencial teórico e prático para a implementação de experiências semelhantes em outros municípios.

¹ Projeto de reassentamento rural sustentável da comunidade de Barra do Bento, em Canindé, Ceará, desenvolvido como Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Assim, pretende-se num primeiro momento dessa Dissertação, em seu **Capítulo 1**, abordar o debate científico que está colocado atualmente, por meio da revisão da literatura de temas relacionados à pesquisa, como: a sustentabilidade, em suas controvérsias conceituas e dimensões de abordagem; a nova forma de gestão pública e participativa que tem permeado os centros de decisões, verificando-se seus antecedentes históricos, a sua relação com a sustentabilidade, e o processo participativo e de formulação de políticas públicas; e os indicadores de sustentabilidade, fazendo-se uma breve revisão de seus conceitos, métodos e critérios de seleção até à apresentação de experiências envolvendo a construção de indicadores.

No **Capítulo 2**, a partir da análise do debate e da identificação de algumas lacunas do conhecimento, é apresentado o processo inicial para definição do problema de pesquisa e os objetivos definidos, a estratégia de pesquisa escolhida, os procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados.

No **Capítulo 3** é feita uma descrição do processo de implementação do Projeto Jaboticabal Sustentável, o objeto da Pesquisa, para então apresentação dos resultados quantitativos e qualitativos, por meio de análises e discussão do processo, no **Capítulo 4**.

Por fim, no **Capítulo 5** tem-se a conclusão da pesquisa, com apresentação das considerações finais e de algumas recomendações.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE NA LITERATURA

1.1. O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE

A abordagem temática sobre sustentabilidade pretendida nessa revisão não se assenta nos relatos históricos de quatro décadas desde a “Primavera Silenciosa” de CARSON (1962), passando pelo *ecodesenvolvimento* de SACHS (1986), até o *desenvolvimento sustentável* (DS) de Brundtland (WCED,1987)², mas procura deter-se nos desdobramentos desses eventos históricos na atualidade, pontuando as questões de debate mais relevantes e que mais diretamente se relacionam aos questionamentos propostos nessa pesquisa.

1.1.1 Sustentabilidade: consenso ou controvérsia?

Ao longo desses anos, os debates em torno da sustentabilidade têm gerado um paradoxo de consensos e controvérsias em torno de suas definições e aplicações.

Sendo um objeto de discussão recente, apesar dos esforços de conceituação durante anos de debate, pode-se dizer que a sustentabilidade ainda não se firmou sobre um referencial teórico mais preciso (RATTNER, 2001), não existindo, portanto, uma significação única que lhe defina.

² Para um estudo mais detalhado sobre esse processo histórico ver NOBRE E AMAZONAS (2002).

A imprecisão na definição do termo permite que a sustentabilidade seja aplicada hoje a um sem número de adjetivações de categorias “*sustentáveis*”, como “gestão”, “turismo”, “construção”, “consumo” e outros, demonstrando ampliação, mas ao mesmo tempo, um esvaziamento de sentido.

Para FERNANDES (2003), já a própria noção de DS do Relatório Brundtland usa de categorias abstratas como “humanidade”, “gerações futuras” “qualidade de vida” e outras, numa articulação de símbolos, significados e conceitos que são capazes de mobilizar uma aceitação mundial, sem, no entanto proporcionar uma discussão mais aprofundada sobre as questões concretas envolvidas em suas propostas.

Desde o surgimento de movimentos mais atuantes em prol do desenvolvimento sustentável, no sentido de refreamento do processo da exploração indiscriminada dos recursos naturais disponíveis, percebeu-se que não só o ambiente natural como também as cidades, estava caminhando para um processo de degradação e desajuste de suas fontes e estruturas.

Segundo ACSELRAD (2001), “a aplicação da noção de sustentabilidade ao debate sobre o desenvolvimento das cidades exprime um duplo movimento de ‘ambientalização’ das políticas urbanas e de introdução das questões urbanas no debate ambiental”. RODRIGUES (1998) apresenta várias matrizes discursivas sobre a “problemática ambiental urbana” (ecológica, espacial, social e política) que revelam de fato uma relação estreita entre as questões ambientais e urbanas.

Segundo essa autora, os processos de produção e consumo “do e

no” espaço transformam as cidades cada vez mais em centros consumidores de recursos naturais e produtores de rejeitos. Com isso, a crise ambiental e urbana se revela nos níveis alarmantes de degradação do meio-ambiente, de escassez dos estoques naturais, colapsos das matrizes energéticas e desequilíbrio sócio-espacial em função de modelos insustentáveis de crescimento das cidades.

Enfocando-se o sistema urbano como parte do ecossistema global, FERREIRA (1996) ressalta como pauta dessa discussão a questão de como garantir que o desenvolvimento urbano se ajuste aos parâmetros de sustentabilidade. Como resposta a essas questões podem ser apontadas duas visões antagônicas.

GUIMARÃES (1996) observa que há um consenso quase generalizado de aceitação das propostas e incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável por parte dos governos e tomadores de decisão³. As elites de poder defendem, justificam e legitimam seus interesses e ações em prol do crescimento econômico à custa da precificação dos recursos naturais e aumento das desigualdades e injustiças sociais.

Segundo esse autor, se por um lado o estilo capitalista atual esgotou-se e é decididamente insustentável, não só do ponto de vista econômico, como ambiental e de justiça social, por outro, não são adotadas medidas indispensáveis para a transformação das instituições econômicas,

³ Guimarães (1995) coloca que se torna impossível encontrar um só ator social relevante que seja contra o desenvolvimento sustentado.

sociais e políticas que deram sustentação ao estilo vigente (GUIMARÃES, 1995).

Essa primeira proposta de “desenvolvimento sustentável” colocada como alternativa aos problemas ambientais e urbanos é criticada pela exploração capitalista inculcada em seu discurso identificado claramente com a política neoliberal (ACSELRAD e LEROY, 1999).

Por outro lado, uma outra corrente entende que o modelo alternativo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade que se tem buscado, contrariamente aos discursos capitalistas de cúpula, consiste em um processo de mudança social que implica em transformações radicais das relações econômicas.

A partir de uma transformação de “baixo para cima”, propõe-se a horizontalidade e a quebra das hierarquias, o rompimento dos círculos de poder que se propagam sob a égide da exploração e do fomento à manutenção da exclusão da massa dos processos de apropriação de espaço e de capital.

Sendo “o espaço uma dimensão material dos processos sociais”, (LIPIETZ citado por RODRIGUES, 1998), entende-se que ao tratar-se de um processo de mudança em dimensões imateriais (social, política, econômica) que se refletem na dimensão material (físico-espacial cidade), RODRIGUES (1998:118) afirma que “a sustentabilidade não pode ser *aespacial*”, e que a questão do espaço como cidade tem que ser pensada.

Observando-se do ponto de vista da “cidade”, a autora afirma que além de considerar-se o mundo natural (rural) como extensão da cidade (urbano), é necessária a consideração de uma base territorial com a

compreensão da produção sócio-espacial. Assim, pensar a “cidade sustentável” é também pensar a “sociedade sustentável”.

Mesmo num contexto de disseminação da noção de sociedades globais, pensar em “sociedades sustentáveis” na escala local parece um projeto mais viável para DIEGUES (1992), porquanto possibilita a cada sociedade estruturar-se em termos de sua sustentabilidade própria, segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica.

Nesse projeto de sociedade sustentável, entende-se o progresso não como uma simples meta de consumo e acúmulo materialista, mas em termos de uma qualidade de vida que permita boas condições de saúde, longevidade, educação, meio ambiente, além de maturidade psicológica, lazer gozado de modo inteligente e espírito de comunidade (CAVALCANTI, 1999).

J. ROBINSON (citado por BARRADAS et al, 1999) apresenta a sustentabilidade como “a persistência, por um longo período, de certas características necessárias e desejáveis de um sistema sócio-político e seu ambiente natural, não infinitamente durável, mas que seja capaz de transformar a sociedade”. A sustentabilidade é, então, considerada um princípio ético, normativo, não se limitando, portanto, a um conceito fechado ou pré-definido.

Considerando as questões desse debate, adotam-se como referenciais teóricos para essa noção princípios delineados a partir de várias tentativas de conceituação da sustentabilidade. Baseando-se em SILVA E SHIMBO (2000), que delimitam princípios básicos comuns aos conceitos de vários autores, observam-se categorias importantes que delineiam a noção de

sustentabilidade, como:

- **Tempo** – preocupação com os tempos passado, presente e futuro; que seja sustentável no tempo, que se perpetue e tenha continuidade;
- **Espaço** - ter-se uma referência espacial como base de ação (país, região, município, bairro etc.);
- **Tendência** – não um estado “sustentável”, mas uma condição desejável de aproximação da sustentabilidade, que evolui por meio de ações mais sustentáveis;
- **Dimensões** – são várias, interligadas e indissociáveis (ambiental, econômica, social, política, cultural e outras);
- **Participação** – várias pessoas, diversos atores sociais participando do processo, tanto na aprendizagem, como nas decisões;
- **Coletividade** – o ganho maior é da coletividade, na perspectiva de melhoria de qualidade de vida para a comunidade com um todo, não especificamente ganhos individuais.

Uma noção construída a partir desses princípios é de que a sustentabilidade pode ser entendida como um processo de ação contínua (*tempo*), envolvendo atores sociais organizados (*participação*), de um determinado lugar (*espaço*), considerando suas diversas dimensões na realidade (*dimensões*), que buscam uma condição (*tendência*) de melhoria de qualidade de vida para a comunidade (*coletividade*), tanto no presente quanto no futuro (*tempo*).

1.1.2 Dimensões da (in) sustentabilidade

Dentre suas categorias, a diversidade de dimensões ou aspectos que a sustentabilidade pode apresentar, pelo seu caráter de abrangência e visão holística da realidade, é algo que se destaca nos estudos sobre essa temática.

GUIMARÃES (1996) elenca algumas possíveis abordagens de dimensões: a ecológica, relacionada especificamente com os recursos naturais; a ambiental, relativa à capacidade de recuperação do ecossistema; a social, harmonizando desenvolvimento, meio ambiente e superação da pobreza; e a política, que aborda as relações entre os atores sociais. Já BARRADAS et al (1999) sustenta a manutenção dos princípios básicos da sustentabilidade sob os aspectos ecológico, econômico, social e político.

Comparando estudos sobre a sustentabilidade, SILVA (2000) identificou algumas temáticas sempre presentes em abordagens sobre sustentabilidade, como a ambiental, a econômica e a social. Além destas, no contexto atual, temas como democracia e participação são constantemente associadas à sustentabilidade, reforçando a dimensão política desse processo. A dimensão cultural traz à tona a importância de resgate ou preservação da identidade de um lugar, sua história e os valores de sua comunidade, como forma de garantir sua especificidade no processo de globalização.

Acrescentam-se ainda às anteriormente citadas, a espacial, a geográfica, a ética, a institucional, além de outras que podem vir a ser incorporadas conforme as diferentes leituras que cada tipo de conhecimento

pode fazer da sua percepção sobre a sustentabilidade.

A perspectiva não só dimensional, mas também temporal da sustentabilidade, remete aos processos históricos que têm levado as cidades a um estado de quase esgotamento de seu arranjo estrutural atual, remontando a questões que vão além da ambiental: são também econômica, social, cultural e, principalmente, política.

Mas qual a relevância de se tratar a sustentabilidade por dimensões? Essas dimensões que a caracterizam extrapolam a visão limitante da sustentabilidade ser entendida e abordada unicamente pelo viés ecológico, envolvendo os mais diversos aspectos que compõem a estrutura urbana (cidade e campo) e permitem uma compreensão mais integrada e abrangente de seus aspectos constituintes⁴. Considera-se que essas dimensões são indissociáveis, interferem uma na outra e situações de ganhos em uma dimensão podem representar perdas em outra. Algumas dessas interações podem ser observadas num breve diagnóstico das condições urbanas atuais.

Pela dimensão econômica da sustentabilidade, pode-se identificar e questionar os processos que levaram as cidades a serem o lugar da alta concentração de riquezas para alguns e escassa geração de oportunidades para tantos outros. Na base desse processo estão a industrialização, o modo de produção, a exploração do trabalho e a apropriação concentrada de

⁴ Para o efeito desejado nesse estudo, entende-se que as dimensões ambiental, econômica, social, política e cultural apresentadas no texto contemplam as demais na compreensão da sustentabilidade.

recursos, principalmente da terra e de capital, como fomentadores das desigualdades econômicas que prevalecem no ambiente urbano.

A distribuição desequilibrada de riquezas tem conseqüências diretas na (des)organização e fragmentação do espaço: as classes abastadas recolhem-se em seus guetos elitizados de moradia e convivência, enquanto as classes marginalizadas se amontoam num processo de “favelização” e ocupação precária do espaço urbano. O lugar da eqüidade se dissipa em favor da manutenção dos interesses dos modelos econômicos vigentes, com perpetuação das desigualdades e injustiças sociais (ACSELRAD e LEROY, 1999).

Como conseqüência direta e inevitável dessa disparidade econômica, a dimensão social logo se apresenta na observação direta da realidade e do debate cotidiano: injustiça social, exclusão e violência. No espaço urbano, cidade e campo tornam-se hoje palco de uma tensão social constante, onde a massa de rejeitados e marginalizados, sem acesso a terra, bens, serviços ou uma infra-estrutura mínima de moradia e subsistência, tenta sobreviver à política do “crescimento sem emprego” mediante uma vida economicamente improdutiva, socialmente desvalorizada e culturalmente desvinculada de qualquer identidade com a sua comunidade.

Face à constituição de um espaço segregado e de uma sociedade hierarquicamente constituída, como os indivíduos podem pensar o seu espaço como produto de um construto sócio-cultural do qual fazem parte? Segundo RATTNER (2001), “a perda de identidade, do sentido de pertencer a um grupo e a solidão existencial dos excluídos levam as cidades a esse quadro de vazio

cultural”, onde a noção de construção de sua identidade e preservação de seus valores históricos se resume a uma disputa global por investimentos externos e nichos de mercado.

A passividade dos cidadãos enquanto meros observadores das políticas urbanas que transformam o espaço ao seu redor reflete os processos históricos de dominação política e concentração de poder que por muito tempo prevaleceram nas esferas de governo, seja na escala municipal, estadual ou federal.

Os cidadãos são colocados como peças de um jogo político que divide a cidade e os meio de produção entre seus donos e os deixa à mercê e à espera dos seus favores políticos por alguma melhoria em suas condições de vida, perpetuando-se o assistencialismo, o paternalismo, o coronelismo, e outras formas de dominação política que sujeitam os processos decisórios.

Diante da constatação de processos de gestões insustentáveis das cidades, nas várias dimensões e aspectos da produção social do espaço, quais as condições que se apontam para a possibilidade de construção de políticas urbanas mais sustentáveis?

1.2. GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA

No quadro político atual, a participação tem sido apontada como uma condição essencial à quebra das hierarquias de poder, inserindo-se num contexto histórico recente de descentralização administrativa e abertura política, na tentativa de incorporação de processos mais democráticos nas

gestões públicas. Como tem se desenvolvido esse processo e qual sua relação com a sustentabilidade é o debate apresentado neste tópico.

1.2.1. Antecedentes Históricos

A retrospectiva histórica que antecede o movimento participativo atual remete não somente ao passado político nacional, mas também aos fatores culturais que caracterizam formação da sociedade brasileira.

Segundo BAQUERO (2001), o Brasil tem em seu passado de instabilidade política e econômica um legado autoritário que por muito tempo colocou-se como obstáculo à cultura política democrática. Essa condição cultural encontra eco também na perspectiva teórica culturalista do pensamento político, segundo a qual fatores étnico-culturais interferiram na institucionalização do poder público no Brasil.

O clientelismo, o paternalismo e a suposta incapacidade da sociedade em se mobilizar autonomamente para fiscalizar e modificar o processo político é uma forte causa da tendência histórica não-participativa da sociedade brasileira, como aponta esse autor:

“A experiência política brasileira tem-se caracterizado pela predominância de formas autoritárias de governo, gerando, como consequência, uma restrição às possibilidades de uma participação política mais efetiva” (BAQUERO, 2001).

Essa inépcia política da sociedade perpetuou-se na forma tradicional da estruturação do Estado, onde economia e política experimentaram

diferentes níveis de desenvolvimento, observando-se avanços da primeira em detrimento da última, por caminhos cada vez mais ao largo da democracia legítima.

Segundo LEAL (1994), nos anos cinquenta, o distanciamento das relações entre governantes e governados ganhou força com a institucionalização da burocracia e a tecnocratização do poder em nome do desenvolvimento econômico, onde mais uma vez viu-se prevalecer a prática do clientelismo, auxiliada pelo corporativismo político das empresas estatais e pelo personalismo, com o surgimento de grandes figuras políticas manipuladoras de massas.

Essa massa, porém, mesmo em meio ao laivo da ditadura política que sucedeu esse período, começava a sair do seu estado de invisibilidade e inépcia política, e a se tornar parte representativa no cenário político nacional. O princípio de aproximação popular da esfera de ação do poder público deu-se principalmente a partir de movimentos descentralizadores e participativos na gestão urbana em nível local, podendo ser identificadas algumas experiências nesse sentido em administrações no período que antecede o golpe militar de 1964 (LEAL, 1994).

No final da década de setenta, com a “abertura política”, emergiu de forma mais acentuada a discussão em torno de processos mais participativos na gestão urbana, abrindo-se espaço para a institucionalização pelo Estado de canais de participação popular nas administrações públicas. A partir desse cenário de abertura política a uma participação mais ativa pela sociedade, o país experimenta grandes manifestações em prol da cidadania e da

democracia, como o movimento das “Diretas Já”, em 1984.

Ainda nesse contexto, os movimentos pela reforma urbana empenham-se no fortalecimento da gestão democrática das cidades como estratégia política para disseminar e enraizar novos formatos de governabilidade a partir de novos instrumentos institucionais e da conquista de canais de participação popular na gestão pública (GRAZIA E QUEIROZ, 2001).

Na esfera municipal, mesmo diante da crise econômica que se impunha nesse período, a participação democrática era considerada a melhor alternativa para o enfrentamento das dificuldades com que se deparavam os municípios, tanto de ordem econômica quanto política. Segundo SOARES E GONDIM (1998), com a Constituição de 1988 a chamada “gestão municipal democrática” encontrou sua base legal de apoio, incorporando-se o princípio da participação popular na administração pública e ampliando-se a cidadania política através de vários mecanismos de reforço a iniciativas populares.

A municipalização da gestão vem fazendo com que os municípios assumam cada vez mais responsabilidades e posturas diferenciadas quanto às políticas públicas que decidem sobre a qualidade de vida dos cidadãos. Tendo em vista esse contexto, DOWBOR (1999) coloca que o poder local tem disposto como instrumentos básicos o planejamento descentralizado e a participação comunitária, constituindo-se em mecanismos importantes de ordenamento político e econômico mais justos e igualitários. Para BANDEIRA:

“Na atualidade, essa preocupação se reforça e se renova e são múltiplos os argumentos que sustentam a necessidade de uma participação ampla e efetiva da sociedade civil na formulação e implementação das ações de

governo, não apenas para produzir melhores programas e projetos, mas também como instrumento para a construção de uma sociedade mais dinâmica, mais justa e mais democrática” (BANDEIRA, 1999).

No campo do Direito, MONTORO coloca que:

“O despertar da sociedade civil e participação ativa de todos os seus setores no processo de desenvolvimento da sociedade constitui um dos fenômenos marcantes da história atual. É a substituição dos antigos processos paternalistas e autoritários pela prática de métodos democráticos em que as pessoas passam a atuar, fiscalizar e tomar iniciativas através de comunidades, grupo de múltipla atuação e movimentos sociais” (MONTORO, 1997:15).

Como isso, estabelece-se um novo direito social em formação, onde cada indivíduo tem o direito de participar ativamente na tomada de decisões de sua comunidade, passando de “objeto” a “sujeito” e “agente” no processo de desenvolvimento.

É nessa perspectiva de resgate da cidadania ativa e participação da sociedade nos processos decisórios que se define a dimensão política da sustentabilidade.

1.2.2. Relação com a Sustentabilidade

Nos esforços para um delineamento mais claro das questões incutidas no modelo da sustentabilidade, a dimensão política tem sido sempre colocada como um aspecto determinante na organização e operacionalização de um sistema sustentável.

Segundo MARTINEZ-ALLIER (citado por BARRADAS et al, 1999), a questão das políticas dentro da sustentabilidade tem que ser tomada através de um debate científico-político, no qual se introduzam as mais diversas escalas de valor. Nessa mesma obra, J. ROBINSON sustenta que os princípios sócio-políticos, como a distribuição eqüitativa de riquezas e satisfação das necessidades básicas, e a “participação da população nas decisões e a garantia das liberdades democráticas” devem ser respeitados e postos em práticas na relação entre a sociedade e o ambiente para a construção de um sistema sustentável.

A participação política e a democracia apresentam-se como princípios indissociáveis das alternativas mais sustentáveis de desenvolvimento. Segundo ALMEIDA e MENEGAT (2001), essa relação se desdobra na abrangência de quatro esferas principais: do conhecimento da realidade local; da gestão pública das demandas urbanas; do provimento de educação e informação aos cidadãos e da participação desses cidadãos na construção da gestão do sistema urbano, social e ambiental.

Já para FREY (2001), um governo que se propõe a ter a sua administração orientada ao desenvolvimento sustentável e ao bem comum deve dispor de um tripé estratégico baseado na “reinvenção do governo” na “reinvenção da democracia” e na “reinvenção da comunidade”: Para esse autor a participação e o fortalecimento da sociedade civil desempenham um papel fundamental no caminho para uma sociedade sustentável. ACSELRAD e LEROY (1999) também defendem que a sustentabilidade do desenvolvimento democrático será efetivamente alcançada com a democratização dos

processos decisórios.

No compartilhamento de poder nos processos decisórios envolvendo a formulação e a implementação de políticas públicas, torna-se essencial buscar mecanismos capazes de institucionalizar os processos participativos, de modo a assegurar-lhes continuidade e eficácia na constituição de sociedades sustentáveis (SOARES e GONDIM, 1998).

Entende-se, portanto, que a dimensão política da sustentabilidade assume uma relevância central na construção de políticas urbanas mais sustentáveis, e se concretiza na participação ativa da sociedade civil organizada nos processos de tomada de decisão.

1.2.3. Processos Participativos

Para entender melhor o contexto em que está inserido o processo participativo na gestão pública é preciso primeiramente compreender alguns termos principais relacionados a ele, como: *municipalidade*, *governabilidade*, *governança*, *democracia*, *cidadania*, *cidadania ativa*, *atores políticos* e *sociedade civil*.

Segundo VIEIRA (2004), *municipalidade* diz respeito ao governo no âmbito dos municípios, sendo a *governabilidade* as condições sistêmicas sob as quais se dá esse exercício do poder numa sociedade. A *governança* é a forma como essa gestão é conduzida, ou seja, a capacidade da ação governativa na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas ou como a execução dos processos político é decidida (MATHIAS,

1999).

O espaço onde ocorrem todos esses processos políticos é a *esfera pública*, onde acontece também o debate público e o embate entre os diversos *atores sociais*, como poder público, sociedade civil organizada, terceiro setor e outros. Segundo VIEIRA (2004), a participação da sociedade civil organizada em movimentos sociais cumpre uma função pública ao levar os debates sociais ao nível da esfera pública, levantando a bandeira da cidadania e da democracia na vida política.

A chamada *cidadania ativa*, definida pelos princípios da democracia, se constitui na criação de espaços de luta e na definição de instituições permanentes para a expressão, conquista e consolidação social e política. Efetivada de “baixo para cima”, permite a criação de novos espaços e instâncias de participação política da sociedade na vida pública (VIEIRA, 2004).

BANDEIRA (1999) cita cinco linhas de argumentação principais que têm justificado o incentivo à participação social:

a) a necessidade de consulta às populações diretamente interessadas em programas e projetos para garantir sua eficiência e sustentabilidade;

b) a constituição de uma sociedade civil atuante na fiscalização dos processos decisórios para garantia de boa governança;

c) a acumulação de capital social no empreendimento de ações coletivas;

d) a construção participativa de políticas públicas como fator

interferente na competitividade sistêmica;

e) e a participação social como processo de consolidação de identidades locais/regionais, facilitando o consenso (discutido, não alienado) na definição de diretrizes de desenvolvimento.

Segundo SHUGLER (1984), em muitos processos a participação é entendida como uma entidade mística, capaz de resolver todos os problemas da falta de clareza das decisões políticas, por isso alerta para que a falta de clareza conceitual a cerca da participação não venha a tornar-se uma “panacéia” ao invés de ser um instrumento útil no aperfeiçoamento das relações entre os agentes intervenientes no desenvolvimento urbano. Segundo esse autor, um entendimento consensual seria de que *“participação significa o envolvimento do cidadão e de organizações comunitárias nos processos de tomada de decisão”*.

LEAL (1994) reforça que o marco do discurso participativo é o reconhecimento do cidadão como melhor representante de seus interesses e o exercício da cidadania através da participação nas decisões, como forma de estabelecer uma relação mais estreita entre poder público e cidadão.

Nessa relação entre atores, o poder público tanto pode ser entendido como o Estado, representado pelas instancias públicas competentes como governo federal, estadual ou administrações municipais, e ainda pelos poderes (executivo, legislativo, judiciário), como também empresas públicas. A sociedade civil organizada se faz representar pelos movimentos populares, as lideranças comunitárias e as entidades, associações e organizações não-

governamentais, e o cidadão comum.

Outros grupos de interesse, por outro lado, possuem visão corporativa e organizam-se em *lobbies*, apropriando-se de espaços públicos em função de seus interesses particulares. No contexto neoliberal de valorização das relações econômicas, um outro agente que acaba também por ser considerado um dos atores, é o próprio mercado que, segundo VIEIRA (2004), diante da política mercantilista, assume cada vez mais importância na regulação das relações entre os diversos atores.

A atuação desses agentes no processo pode acontecer em vários níveis distintos, tanto da sua esfera de ação, quanto de participação propriamente dita.

A esfera de ação dos atores no processo participativa pode ocorrer nos níveis federal, estadual, municipal, inter-regional. E até mesmo global para alguns autores. Há um debate extenso em torno de qual seja a melhor escala para atuação democrática, mas para FREY (2001), “as chances do poder público relativas à promoção da responsabilidade social e política dentro das comunidades são particularmente favoráveis no nível dos municípios, razão essa pela qual os municípios devem desempenhar papel fundamental dentro de uma estratégia democratizante”.

O nível de participação é definido tendo em vista o “grau de influência atribuído à comunidade na tomada de decisões e na operacionalização das iniciativas” (BANDEIRA, 1999). Essa participação popular na administração municipal pode acontecer em vários níveis, desde

simples informações à população sobre a tomada de alguma decisão até participação direta na formulação das políticas públicas.

Dentre as várias classificações apresentadas na literatura sobre os níveis de participação, alguns mais correntes, são: a *manipulação*, a *informação*, a *consulta*, a *deliberação*, a *parceria*, a *auto-gestão*. Em BANDEIRA (1999) podemos encontrar algumas definições desses níveis. A manipulação muitas vezes é caracterizada como uma não participação, pela pouca ou nenhuma influência do cidadão nas decisões.

No nível da *informação*, os participantes são informados de seus direitos, responsabilidades e opções, dando-se o primeiro e importante passo para a participação genuína. A consulta implica é uma comunicação bidirecional, em que os participantes têm oportunidade para expressar suas sugestões e preocupações, mas não têm certeza quanto à utilização de suas contribuições.

Na *deliberação*, os consensos são implementados como resultado de deliberações coletivas, caracterizando o início da divisão de responsabilidades sobre os possíveis resultados. Na *parceria* ocorre uma efetiva divisão de poder entre a comunidade e a entidade promotora, por meio de processos de negociação, havendo divisão de responsabilidades nas tarefas relacionadas ao planejamento e à tomada de decisões. Na *auto-gestão* a participação ocorre em um nível mais elevado, onde as partes interessadas interagem em processos de aprendizado e emancipação política.

Estratégias baseadas nos níveis apresentados podem permitir que a comunidade exerça influência efetiva sobre o processo decisório em uma gama

muito mais abrangente de ações. Para isso, no entanto, é essencial que a aplicação desses procedimentos seja orientada de forma a proporcionar à comunidade influência sobre o processo de formulação e monitoramento de políticas públicas e sobre a implementação das ações delas decorrentes.

1.2.4. Formulação de Políticas Públicas

No contexto nacional, o debate em torno das políticas públicas vem tomando novos contornos mediante o rearranjo político-administrativo dos últimos anos, provocando alterações na forma de analisar os processos políticos decisórios.

Segundo o GRUPO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS DE INOVAÇÃO DA UNICAMP (2002), os processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas se apresentam numa composição cíclica de retroalimentação. A formulação é concebida pelos “tomadores de decisão”, podendo ser por variados processos, desde autoritários e “de gabinete”, a democráticos e participativos. A política é colocada em prática e implementada pelos órgãos e mecanismos competentes, adaptando-se aos interesses em jogo dos diversos atores sociais do cenário político e econômico, e posteriormente avaliada pela verificação dos resultados entre o que foi planejado e o que foi de fato executado.

No cenário brasileiro, esses processos sofrem modificações a partir da Constituição de 1988. Até à promulgação dessa Carta, COHN (1998) afirma que o aparato institucional brasileiro voltado para as políticas sociais era uma

somatória desarticulada de instituições, cada uma delas responsável por políticas setoriais segmentadas.

Segundo essa autora, após a Constituição de 88, União, estados e municípios — dotados de autonomia política e fiscal — assumem funções de gestão de políticas públicas por própria iniciativa, por adesão a algum programa proposto por outro nível mais abrangente de governo, ou por expressa imposição constitucional. Assim, a transferência de atribuições entre níveis de governo supõe a adesão do nível de governo que passará a desempenhar as funções que se pretende que sejam transferidas (ARRETCHE, 1999).

Com a descentralização, a repartição de poder deu-se em nível de redistribuição de funções, em que o planejamento e a formulação das políticas públicas ficaram a cargo da União, enquanto aos estados e aos municípios foi dado o papel de executores e implementadores dessas políticas (FERREIRA, 2000).

Com o “enxugamento” da máquina estatal (Estado mínimo), principalmente pela política neoliberal, “contratos de gestão” ou PPP’s (Parcerias Público-Privadas) transferem responsabilidades pela execução das políticas públicas para o terceiro setor, enquanto ficam o Estado limita sua atuação à garantia das condições necessárias à perpetuação dessa política de mercado.

Essa política de minimização do Estado enquanto agente executor do desenvolvimento urbano proposto pelo modelo neoliberal e mercantilista

vigente impõe uma visão economicista das relações sócio-ambientais no país, baseada no materialismo e nas sociedades de consumo (ACSELRAD e LEROY, 1999).

Na relação Estado e questão ambiental urbana, FERREIRA (1996) destaca que o debate revela a importância da atuação de vários agente sociais no processo de formulação e implementação de políticas, e aponta a esfera local como instância das inovações na gestão pública para a sustentabilidade.

Com a redistribuição de funções e enfoque na questão local, a gestão urbana torna-se cada vez mais municipalizada, ficando a cargo dos municípios a gestão de grande parte dos problemas urbanos, sem, no entanto, haver uma contrapartida de recursos que suporte essas demandas (GRAZIA e QUEIROZ, 2001).

Para FREY (2001), mais problemáticas são as questões político-administrativas, porquanto para se ter participação num sentido mais profundo, de partilha do poder envolvendo a formulação e a implementação de políticas públicas, torna-se essencial buscar mecanismos capazes de institucionalizar os processos participativos, de modo a assegurar-lhes continuidade e eficácia na constituição de sociedades sustentáveis (SOARES e GONDIM, 1998).

BUARQUE (2000) entende que a formulação de políticas públicas no âmbito municipal passa a significar a possibilidade de atendimento mais direto às necessidades da realidade local, representando também uma maior possibilidade de participação da comunidade nas decisões políticas sobre a vida municipal.

COHN (1998) entende que o elo estruturador de novas práticas sociais reside na articulação das políticas e reformas sociais necessárias ao resgate do sentido da qualidade de vida urbana da cidade a que se entende como escolha possível, inteligente e desejável dos cidadãos.

Nesse contexto, os indicadores surgem como importantes instrumentos para orientação à tomada de decisões pelo gestor público e monitoramento da sustentabilidade nas políticas públicas locais pela sociedade.

1.3. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

1.3.1. Conceitos

A utilização de indicadores para diagnóstico e acompanhamento da realidade de um lugar, em seus vários aspectos, tem sido uma tendência corrente nos últimos anos.

Índices econômicos como PIB (Produto Interno Bruto), Renda *Per Capta* e mais recentemente indicadores sociais como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) têm sido utilizados como uma forma de verificação mais ampla dos quadros sociais e econômicos de um país ou região. Mas tomados isoladamente, como dados absolutos ou estanques, podem compreender um diagnóstico cristalizado e distanciado da verdadeira realidade (SILVA, 1999).

Segundo NAHAS (2002), o conceito de *índice* está vinculado a uma estrutura formal de cálculo, expressando a agregação matemática de

informações numéricas. Já os *Indicadores* apresentam-se como sintetizadores de um conjunto de informações em um “número”, “valor” ou “conceito”, permitindo a mensuração de determinados fenômenos entre si (KAYANO E CALDAS, 2002). Sucintamente, indicadores são apresentações de informações que mostram mudanças e tendências ao longo do tempo (THE COMMUNITY INDICATORS HANDBOOK, 1997).

Para a XARXA DE CIUTATS I POBLES CAP A LA SOSTENIBILITAT (2000), os indicadores permitem fazer uma “radiografia” da situação dos municípios e de sua evolução, os quais podem servir para orientar as respostas e para sugerir também novas perguntas, por isso se reconhece tanto a sua importância.

No contexto da sustentabilidade, os indicadores surgem como instrumentos para análise e acompanhamento dos processos de desenvolvimento, servindo não só como subsídio para a formulação de políticas públicas, mas também no monitoramento da execução dessas políticas (CUNHA, 2003).

Nesses termos, indicadores de sustentabilidade apresentam-se como informações capazes de mensurar a tendência à sustentabilidade em suas várias dimensões, apresentada por determinado lugar, objeto ou processo, observando-se as escalas tanto temporais, quanto espaciais dos acontecimentos.

O incentivo ao desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade ganhou maior ênfase na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Rio-92),

conforme registrado no Capítulo 40 da Agenda 21 “Informações para a Tomada de Decisões” (DEPONTI, 2002). A proposta era definir padrões sustentáveis de desenvolvimento que considerassem aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais. Para isso, tornou-se necessário definir indicadores que mensurassem, monitorassem e avaliassem esse desenvolvimento.

CAVALCANTI (1999) considera que dispor de um sistema consistente de informações para se medir o desempenho econômico de um país ou região é um princípio importante de formulação de políticas para a sustentabilidade. Para FERREIRA (2000), o processo de incorporação de indicadores político-institucionais nas políticas públicas locais para a sustentabilidade proporciona a criação de bases de informações para reprodução de experiências bem sucedidas, possibilitando a criação de redes de interesse entre os setores engajados na defesa da qualidade de vida nas cidades.

Em função das transformações políticas ocorridas nos últimos anos, o enfoque nos processos participativos e democráticos de gestão coloca o debate central sobre os indicadores na questão da “informação enquanto direito que permite o diálogo entre a gestão pública e a sociedade civil” (KAYANO E CALDAS, 2002).

A democratização das informações favorece o aumento da participação popular na formulação das políticas públicas, e os indicadores colocam-se como instrumentos para monitoramento da gestão e medição de sua eficiência e eficácia (VAZ, 2000). Nesse processo, KAYANO E CALDAS (2002) também alertam para riscos, como de manipulação das informações e

da interpretação “produzida” ou “instituída” da realidade.

Essas possibilidades de distorções podem ser, até certo ponto, evitadas pela escolha adequada dos métodos e critérios de construção e monitoramento dos indicadores, cujas definições compreendem uma série de fatores (como base teórica, finalidades, atores participantes, estratégias etc.) que acabam por determinar diferentes processos e experiências de construção de indicadores de sustentabilidade.

1.3.4. Métodos e Critérios de Seleção

Para CUNHA (2003), na estruturação de um sistema de indicadores a maior dificuldade está em se estabelecer um referencial teórico. GARCIAS (2001) aponta que a construção e seleção dos indicadores dependem da clareza e do estabelecimento de objetivos e metas comuns entre os diversos atores envolvidos.

Nesse processo, alguns critérios importantes a serem consideradas para os indicadores de sustentabilidade são: relevância, facilidade de compreensão, acessibilidade e confiabilidade (HART, 1999), sendo necessário que sejam também estatisticamente mensuráveis e capazes de refletir as tendências para sustentabilidade das políticas urbanas em suas diversas dimensões.

As estratégias para a construção participativa de um sistema de indicadores locais são variadas, e vão desde a elaboração de um trabalho mais institucional e restrito, com uma metodologia mais técnica e especializada, a

uma mobilização social para participação no processo, por meio de uma construção mais participativa com a sociedade.

Pela observação de algumas experiências, verifica-se que a definição das estratégias de implementação deve levar em conta as condições e especificidades locais que favoreçam a construção do seu sistema de indicadores para o monitoramento da sustentabilidade das políticas públicas locais. Como exemplo, são tomadas algumas experiências que serão apresentadas a seguir.

1.3.5. Experiências de Construção de Indicadores

As experiências selecionadas, Seattle, IQVU de Belo Horizonte, Barcelona e Blumenau se justificam por terem sido referenciais para o Projeto Jaboticabal Sustentável, no caso das duas primeiras, e por serem experiências recentes de desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade e índices ambientais, no caso das duas últimas, cujos processos contribuem para a reflexão e avaliação da experiência em Jaboticabal.

- **Seattle Sustentável** (*Seattle-EUA, 1997-atual*).

A experiência do “*Sustainable Seattle*” ficou conhecida como um referencial de trabalho e esforço coletivo de discussão e busca de soluções para os problemas ambientais, sociais e econômicos que afetavam o presente e ameaçavam as futuras gerações daquela comunidade.

Tendo como ponto de partida a busca do “desenvolvimento

sustentado”, o resultado de um fórum de discussões com a participação de diversos cidadãos, empresas e grupos ambientais, levou ao questionamento de como se poderia medir o progresso de uma cidade em direção a esse objetivo. A partir disso foi introduzida a proposta de indicadores de sustentabilidade, como um referencial a ser tomado para continuidade dos trabalhos e ação política.

Segundo, ATKINSSON (1993) o desenvolvimento desse processo se deu por vários anos até se chegar ao painel de indicadores de sustentabilidade para Seattle. Numa primeira etapa, trabalhou-se na consolidação de um grupo de ação, composto de entidades de diversos setores da cidade, que se concentrou na discussão sobre a sustentabilidade, entendida como *“saúde e vitalidade ambiental, cultural e econômica em longo prazo”*.

Após as discussões sobre uma questão que fosse de interesse comum a todos os setores, foi composta uma “Força Tarefa”, essencialmente de voluntários, de diversas entidades e profissões. Esse grupo se concentrou na elaboração de uma listagem de indicadores de sustentabilidade, que viria a passar por um processo amplo de discussões com a comunidade para a seleção final desses indicadores.

Na pesquisa foram selecionados tópicos diversos, como consumo de recursos, educação, economia, transporte, ambiente natural, saúde, ambiente social, cultura e lazer, população e participação comunitária, e critérios aos quais esses indicadores deveriam atender, como:

- *Refletir as tendências fundamentais da saúde cultural, econômica e ambiental em longo prazo;*

- *Ser estatisticamente mensuráveis, com dados disponíveis há uma ou duas décadas, de preferência;*
- *Ser atraentes para a mídia local;*
- *Ser compreensíveis para as pessoas comuns.*

A proposta chegou à sua sétima versão com 99 indicadores, onde foi mais uma vez submetida à avaliação de uma nova força-tarefa, que conseguiu reduzir para 40 o número de indicadores propostos, sendo esta a listagem final dos indicadores de sustentabilidade de Seattle (ATKINSON, 1993).

No entanto, na etapa de pesquisa para mensuração desses indicadores, devido à indisponibilidade de dados e de informações sobre boa parte deles, chegou-se a um subgrupo de 20 indicadores que foram publicados no relatório “Indicadores de Comunidade Sustentável 1993”⁵ e tornado público à comunidade e às autoridades locais, com repercussão também internacional.

Os resultados apresentados procuraram mostrar uma tendência de longo prazo, com dados de 10 ou 20 anos, expresso em termos como “em alta”, “em queda” e outros afins, como o objetivo maior de serem compreensíveis à comunidade em geral. Destaca-se no relatório a relação estabelecida entre os vários indicadores e o sistema que medem, como o exemplo da relação entre o salmão selvagem e a pobreza infantil⁶, o que facilitou a compreensão de cidadãos, urbanistas e tomadores de decisões da

⁵ SUSTAINABLE SEATTLE, **Indicators of Sustainable Community 1993**. Metrocenter YMCA: 1995

⁶ Segundo essa relação, as crianças pobres têm mais probabilidade de entrar para a criminalidade, criando ruas perigosas, levando as pessoas a andarem mais de carro do que a pé ou de bicicleta (ou a se mudarem para os subúrbios), levando a um maior aumento da

amplitude e da interligação intrínseca entre os elos que compõem os sistemas urbanos.

Após 1993, o Seattle Sustentável produziu mais dois relatórios de Indicadores de Comunidade Sustentável, em 1995 e em 1998. Mais recentemente tem passado por um processo de reavaliação de sua missão, e de transição da organização a um nível novo.

Estava em processo de planejamento a publicação o seu relatório 2005, com objetivo de campanha para educar residentes locais, agências governamentais e empresas em tendências ambientais, sociais, e econômicas, e em ações necessárias para guiar a região para um futuro próspero e saudável.

A experiência de Seattle tornou-se referência para outras comunidades que demonstraram interesse em implementar um processo de construção coletiva de indicadores de sustentabilidade (inclusive a de Jaboticabal, objeto de análise desta pesquisa). Em 1997 foi publicado o “Manual de Indicadores de Comunidade” (THE COMMUNITY INDICATORS HANDBOOK, 1997) disponibilizando o método e relatando experiências de outras comunidades com indicadores.

O método resultante dessa compilação de experiências aponta para dez estratégias (denominadas passos ou “*steps*”) para implementação de um processo de construção coletiva de indicadores de sustentabilidade:

poluição não pontual nos rios locais, matando o salmão (THE COMMUNITY INDICATORS HANDBOOK, 1997)

Passo 1: Formar um grupo de trabalho

Passo 2: Esclarecer a proposta

Passo 3: Identificar os valores e visões compartilhados pela comunidade

Passo 4: Revisar modelos, indicadores e informações existentes

Passo 5: Esboçar um conjunto de indicadores propostos

Passo 6: Organizar um processo de seleção participativo

Passo 7: Fazer uma revisão técnica

Passo 8: Pesquisar as informações

Passo 9: Publicar e promover o Relatório

Passo 10: Atualizar o Relatório regularmente

Ao final deste trabalho, podem ser vistos nos Apêndices 1 e 2 uma figura esquemática do processo de implementação da experiência e os indicadores finais selecionados, respectivamente.

- ***IQVU*** (*Belo Horizonte-MG, 1996-atual*).

Diante da necessidade de se conhecer melhor as disparidades intra-urbanas de Belo Horizonte para direcionar o investimento dos recursos públicos na cidade foi proposta a estruturação de um sistema de indicadores municipais que pudessem dimensionar a qualidade de vida urbana e ambiental no município (NAHAS, 2002).

Por meio de uma parceria entre a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o Índice de

Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte foi calculado pela primeira vez em 1996, compondo-se de 75 indicadores que buscam dimensionar a *quantidade* e *qualidade* da oferta local de equipamentos e serviço de diversos setores da cidade, como: abastecimento, assistência social, cultura, educação, esportes, habitação, infra-estrutura, meio ambiente, saúde, segurança e serviços urbanos (NAHAS, 2002).

O método de cálculo do IQVU envolve três etapas: 1) cálculo de “índices setoriais” sobre a oferta de serviço por setores nas unidades de planejamento (UP); 2) agregação desses índices (por pesos) no “índice de oferta local”; 3) “correção” desse índice-síntese por um critério de acessibilidade que toma por base o tempo de deslocamento entre UP em transporte coletivo.

Nesse processo, apesar da noção de qualidade de vida envolver vários aspectos dentro da sustentabilidade, há um enfoque diferenciado para dimensão ambiental, vista como representativa na noção de qualidade de vida urbana.

Na dimensão política, houve a participação incipiente da sociedade no processo (na sua maioria gestores públicos e especialistas), estando ausentes os setores populares. NAHAS (2002) considera que a ausência de critérios mais subjetivos com a participação mais efetiva da população é um fator limitante do processo, considerando-se ainda a perspectiva de que venha a ser um indicador de sustentabilidade.

Segundo SILVA (2000), nessa não abrangência social do processo

como fator de mobilização da sociedade e no seu caráter mais institucional há um potencial de risco a sua continuidade que se configura nas possibilidades de mudanças de gestão em eleições municipais.

Devido a sua relevância na construção e utilização de indicadores no apoio à constituição de um desenvolvimento urbano mais sustentável, como melhor qualidade de vida, assim como Seattle, a experiência do IQVU também veio a ser um referencial na idealização e estruturação do Projeto Jaboticabal Sustentável.

- ***Diputació de Barcelona*** (*Região da Catalunha-ESP, 1998 - atual*)

Iniciado com a assinatura da Declaração de Hannover, em 2000, na II Conferência de Cidades Sustentáveis, sediada nesta mesma cidade alemã, a construção de um Sistema Municipal de Indicadores para municípios da região de Barcelona expressa um desejo e um compromisso dessas cidades participantes na adoção dos indicadores de sustentabilidade como seu eixo principal de trabalho.

Segundo esse acordo, os municípios signatários “se comprometem a introduzir os indicadores para a sustentabilidade local e, de acordo com esses instrumentos, fixarem seus objetivos, monitorarem o progresso e informarem sobre os resultados obtidos” (XARXA DE CIUTATS I POBLES CAP A LA SOSTENIBILITAT, 2000).

A consistência e o valor de contraponto às críticas sobre os indicadores dessa proposta residem na idéia de que a sustentabilidade deixa de ser apenas um valor emergente de discurso para algo tangível e mensurável

e, portanto, mas acessível para o conjunto de cidadãos.

Os esforços para construção desse sistema municipal de indicadores de sustentabilidade são encabeçados pela área de Meio Ambiente da Diputació de Barcelona e pela Rede de Cidades e Povos para a Sustentabilidade, composta de mais de 180 entidades locais associadas. A *“Xarxa de Ciutats e Pobles cap a la Sostenibilitat”* foi criada em julho de 1997, e tem como um de seus objetivos a elaboração de um sistema municipal de indicadores de sustentabilidade para poder planejar e avaliar os processos de avanço para a sustentabilidade nos municípios.

A primeira etapa do processo metodológico, apresentado no esquema da Figura 1, foi uma ampla pesquisa sobre as propostas de sistemas de indicadores que se tem desenvolvido por diferentes equipes de algumas cidades, instituições ou entidades, para iniciar os debates nos grupo de trabalho⁷. A partir dessas experiências, os representantes dos municípios da Rede se concentraram no debate para definir um sistema comum, observando suas características e particularidades socioeconômicas e geográficas.

⁷ Nesse processo, foram analisadas as propostas da: OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, do Grupo Europeu RESPEITO, da Agência Europeia do Meio Ambiente, da Rede de Cidades Sustentáveis dos EUA (SCN), da Agência Europeias das Condições de Vida e de Trabalho, e de cidades como Haya, Leicester, Birmingham, como também de Barcelona, pelo Fórum Cívico Barcelona Sustentável.

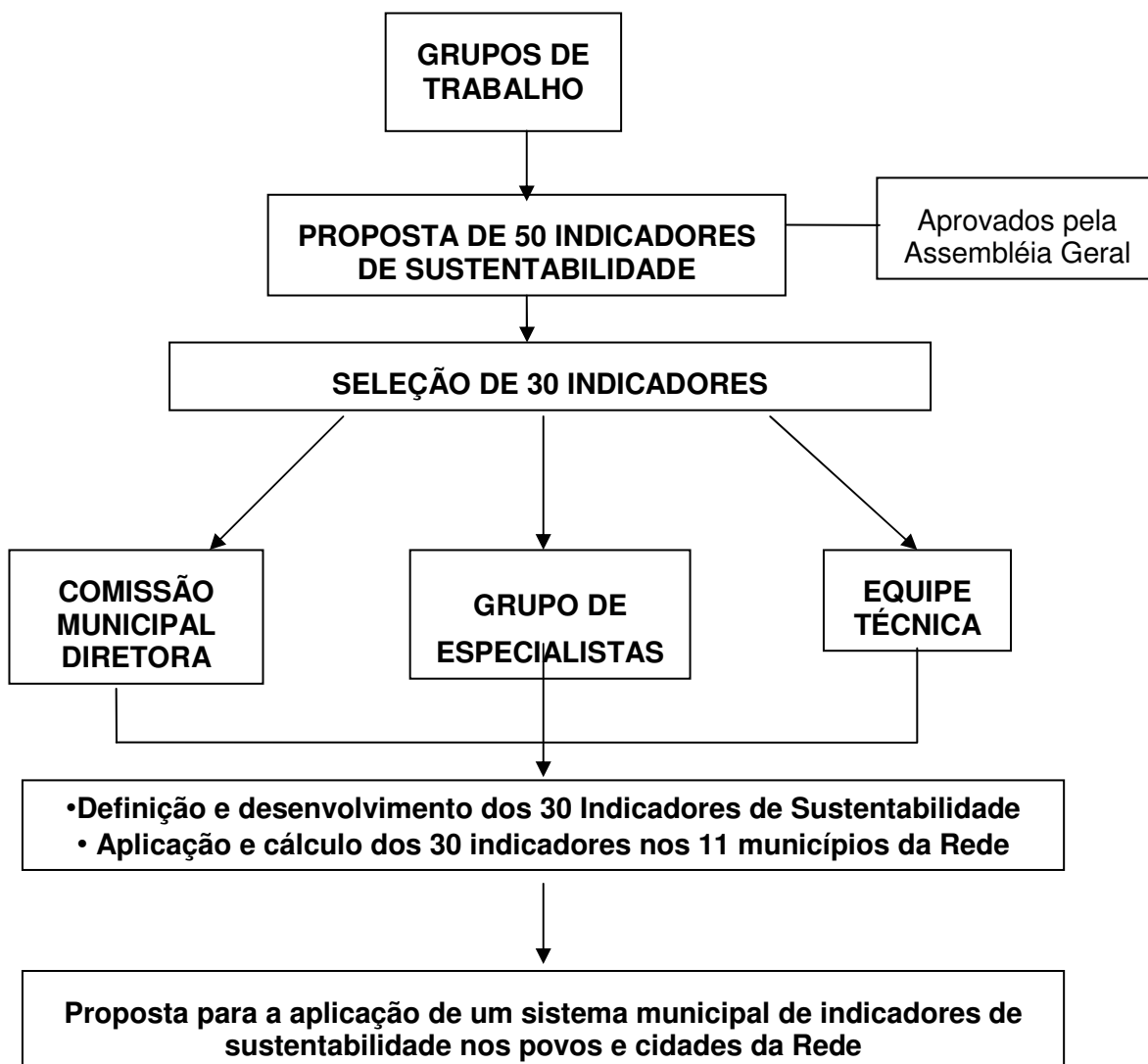


Figura 1 - Processo Metodológico do Sistema Municipal de Indicadores de Sustentabilidade (Adaptado de XARXA DE CIUTATS I POBLES CAP A LA SOSTENIBILITAT, 2000)

Conforme se observa na Figura 1, faz-se uma triagem inicial de 50 indicadores adequados às necessidades apontadas e uma seleção posterior de 30 destes indicadores. Posteriormente é realizada uma medição, por meio de aplicação e cálculo desses indicadores, numa experiência piloto entre os municípios representantes dos conjuntos associados.

O processo de medição dos indicadores é feito com um máximo de rigor técnico, visando à extensão a outros âmbitos territoriais que também queiram adotá-los. Por isso é desenvolvido “restritamente”, com a participação de um reduzido e pluridisciplinar grupo de especialistas, formado por professores universitários, representantes dos colégios profissionais, das administrações locais, das organizações não governamentais relacionadas ao tema e de uma empresa de consultoria especializada. Além desse grupo, uma comissão diretora municipal, composta por membros dos municípios participantes, também acompanha os trabalhos, a fim de garantir o protagonismo do ponto de vista municipal, mas também a disponibilidade e a confiabilidade dos dados.

Quanto ao enquadramento global dos indicadores adotados procurou-se adotar metodologias⁸ que permitissem o diagnóstico e a interpretação dos fenômenos municipais, tanto da gestão quanto da ação, numa perspectiva mais ampla e sistêmica, como também dos principais elementos que definem a relação entre as atividades que desenvolvem o município e a utilização dos recursos que suportam essas atividades.

O referencial teórico que é levado em conta na definição dos indicadores baseia-se nos critérios de sustentabilidade propostas pela Rede, os quais são:

- Utilização eficiente dos recursos ecológicos;
- Não superação da capacidade de carga do meio;

- Valorização e proteção da biodiversidade;
- Utilização de recursos próprios;
- Diversidade funcional da cidade;
- Contribuição à sustentabilidade global;
- Implicação social no processo de sustentabilidade.

Além desses critérios, há um diagrama de condições e processos que auxiliam nas ações do município em direção à sustentabilidade, apresentado na Figura 2.

Com base nessas idéias, a construção do sistema de indicadores pretende estimular uma dinâmica municipal ativa na direção da sustentabilidade e oferecer uma base operativa de trabalho para os diferentes atores envolvidos no processo.

⁸ Sistema PER da OCDE, de pressão, estado, reposta, e a proposta da Agência Européia de Meio Ambiente, que distribui os indicadores em três tipologias: modelo, fluxo e qualidade.

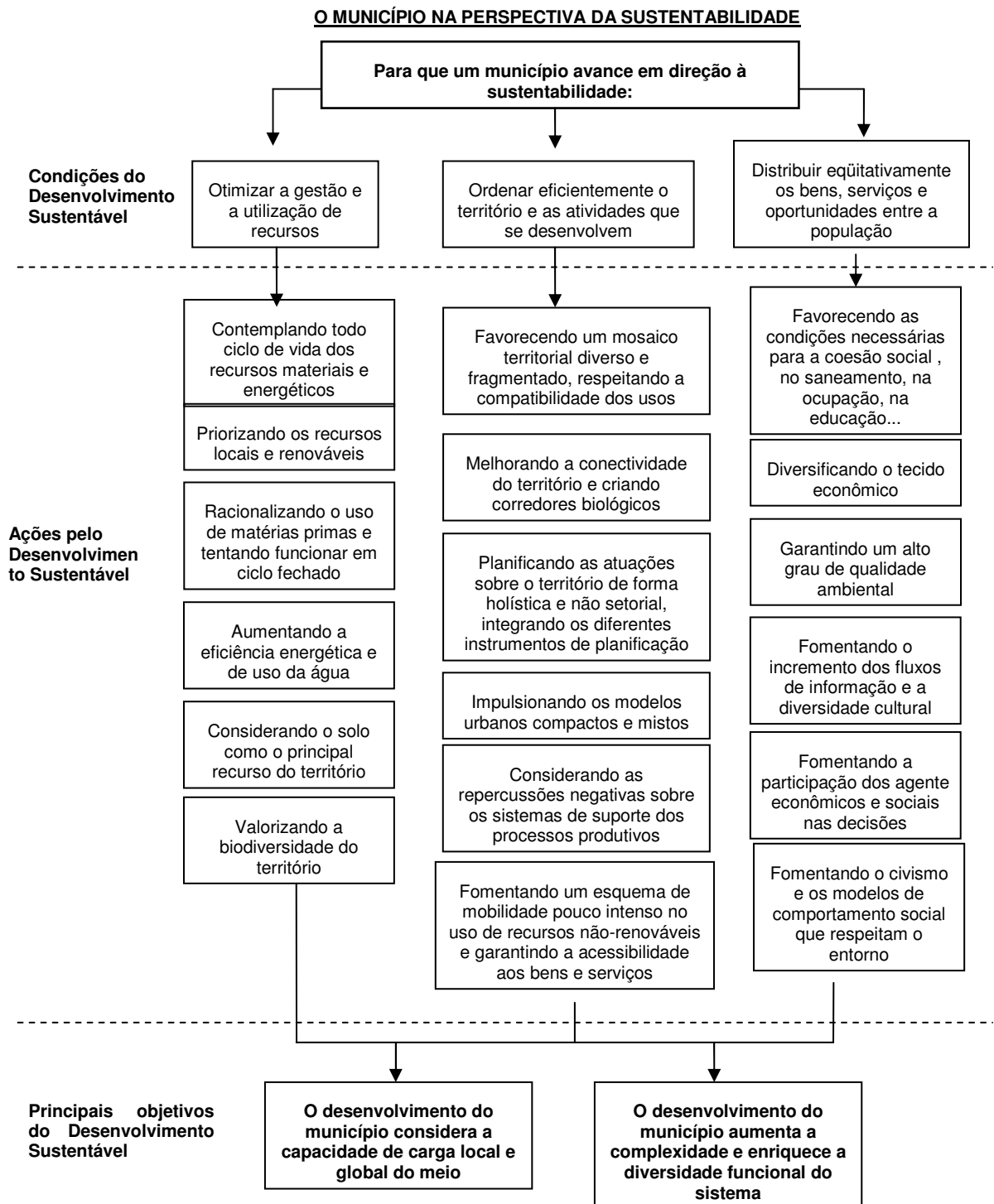


Figura 2 - Esquema de condições e processos que auxiliam nas ações do município em direção à sustentabilidade. Fonte: Sureda, V. e Prat, A. 2000 (XARXA DE CIUTATS I POBLES CAP A LA SOSTENIBILITAT, 2000)

- **Sustentômetro** (*Blumenau-SC, 1997-2000*)

A experiência de Blumenau, assim como a do IQVU de Belo Horizonte, tem como objetivo final a construção de um índice de sustentabilidade, formado a partir da composição de quatro indicadores de sustentabilidade, especificamente ambientais. Segundo J. C Sommer⁹ o "Sustentômetro" é o gráfico que representa a situação de sustentabilidade ambiental em Blumenau, consolidado no ISB - Índice de Sustentabilidade de Blumenau.

O ISB é um programa que foi lançado em 1997 pela FAEMA (Fundação Municipal do Meio Ambiente), órgão gestor da política de meio ambiente do município de Blumenau, como forma de avaliar a situação real do ambiente no município e como subsídio para tomada de decisão. "O ISB é formado pela agregação de uma série de indicadores ambientais visando avaliar anualmente a evolução do município em direção a uma sociedade sustentável, e foi criado para avaliar continuamente a qualidade ambiental no município de Blumenau como resultante do processo produtivo, do uso do solo e das políticas públicas" (BLUMENAU, 2000).

A metodologia criada pela equipe técnica desse órgão é de medição de indicadores de estado e de pressão sobre o ambiente, considerando quatro elementos fundamentais - a água, o ar, o solo e a cobertura vegetal – para o monitoramento das condições ambientais do município mediante a ação antrópica. Essas medições se agregam no ISB, que é representado por um

número, variando de 0 até 1. Neste caso, um número mais próximo do zero representa condições mais insustentáveis, ao passo que um número próximo de 1, condições mais sustentáveis.

Em suma:

“o ISB consiste na agregação analítica e gráfica dos indicadores, através de sua média aritmética, de forma a se obter um índice de sustentabilidade que varia de 0 a 1 com os seguintes níveis de sustentabilidade, com a respectiva faixa numérica. O 'Sustentômetro', é a forma gráfica do índice, que consiste em um diagrama em dois eixos nos quais são lançados os valores dos indicadores de pressão e de estado. A média dos dois eixos representa o índice final”. Cada região do diagrama corresponde a um nível de sustentabilidade Blumenau (2000), (ver Figura 3).

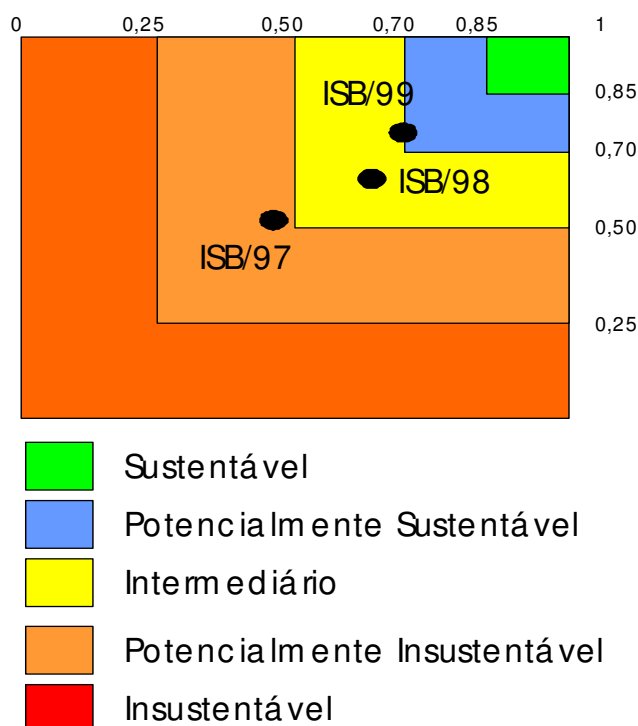


Figura 3 - Sustentômetro, com valores ISB/97, ISB/98 e ISB/99.

⁹ José Constantino Sommer é o atual (2004) presidente do FAEMA (Fundação Municipal do

As medições do ISB seguiriam regularmente ano a ano, em 1997, 1998, 1999 e 2000. Observa-se pelos resultados do gráfico que o instrumento é válido e permite uma leitura de que a política ambiental implantada em Blumenau de 1997 para 1999 aponta para condições favoráveis à sustentabilidade ambiental no município¹⁰

A intenção era de aperfeiçoamento do instrumento, com ampliação dos elementos analisados, incluindo-se fatores sociais, para melhoria da capacidade de avaliação qualitativa do ISB. Mas, segundo Sommer, devido a várias dificuldades técnicas, o SUSTENTÔMETRO só foi produzido até 2000, abortando uma experiência importante que poderia ter sido expandida a outras localidades, contribuindo para o monitoramento da sustentabilidade nos municípios.

1.4. CONSIDERAÇÕES DO DEBATE

Diante da revisão apresentada, observa-se que os temas relacionados a sustentabilidade e políticas públicas são controversos e atuais, e permitiriam uma abordagem teórico-conceitual muito mais complexa e aprofundada que a desenvolvida. Mas entende-se que o contexto histórico e social contemporâneo também demanda observações de condições que na prática viabilizem transformações da realidade por meio da sustentabilidade e democratização da gestão pública.

Meio Ambiente), órgão gestor da política de meio ambiente do município de Blumenau.

¹⁰ Consideração baseada na leitura do gráfico, cujos dados apresentados são de responsabilidade da FAEMA.

Verifica-se com isso que, mesmo em meio a todas as suas complexidades e problemáticas, a sustentabilidade não pode ser simplesmente descartada como uma questão utópica desprovida de conteúdo, atendo-se apenas ao debate teórico e conceitual em torno do termo. BAKER coloca que:

“Em lugar do debate estéril sobre o significado preciso do termo, deve-se analisar como os processos contemporâneos de implementação de políticas para a sustentabilidade e considerações de como concepções alternativas de desenvolvimento sustentável estão sendo colocadas, pela observação da ação e da prática” (BAKER et al , 1997:7):

O debate apresentado aponta, então, para a necessidade de maior atenção sobre os processos que congregam simultaneamente as temáticas abordadas, explorando-se as condições que permitam uma transferência real desse debate para a prática.

Assim, verifica-se que há uma lacuna de conhecimento na análise de condições para implementação de processos de monitoramento da sustentabilidade em políticas públicas, por meio da construção participativa de indicadores.

No intuito de atender a essa lacuna é que se toma como objeto de pesquisa desse trabalho a experiência do Projeto Jaboticabal Sustentável que, ao propor construir o seu sistema de monitoramento participativo da sustentabilidade, congrega elementos do debate apresentado (sustentabilidade, gestão pública participativa e indicadores) numa intervenção prática na realidade.

1.5. PERGUNTAS DE PESQUISA

Da observação da experiência, por meio da análise das estratégias escolhidas e da verificação do debate existente, coloca-se seguinte pergunta de pesquisa:

Quais as condições que favorecem o monitoramento da sustentabilidade em políticas públicas por meio de indicadores?

A partir da decomposição dessa pergunta principal, derivam-se as seguintes perguntas intermediárias:

- a) *Como a definição de estratégias interferiu no desenvolvimento do Projeto Jaboticabal Sustentável?*
- b) *Como se deram as atuações e interações entre os atores envolvidos no processo (sociedade civil organizada, poder público e pesquisadores)?*

Não se pretende esgotar todas essas questões, as quais exigem uma análise mais complexa que a pretendida neste trabalho, mas alguns indícios já permitem o anúncio de uma hipótese principal de pesquisa.

1.6. HIPÓTESE DE PESQUISA

A partir da revisão do debate na literatura e das percepções iniciais da pesquisadora, a **hipótese principal** formulada é a seguinte:

Baseando-se na experiência do Projeto Jaboticabal Sustentável, observam-se como condições que podem favorecer o alcance do monitoramento participativo da sustentabilidade das políticas públicas por meio de indicadores: implementação de estratégias e ações para formação integral de pessoas sobre princípios, dimensões e indicadores de sustentabilidade, estimulando mudanças de conduta individuais e coletivas; estratégias de participação que possibilitem a organização da sociedade civil para uma condição de emancipação política; apoio e abertura do poder público para participação da sociedade nos processos de tomada de decisão; existência de uma assessoria técnico-política, interna ou externa, que fomente e oriente o processo.

1.7. OBJETIVOS DA PESQUISA

Para verificação dessa hipótese, esta pesquisa tem como objetivos:

a) **Objetivo Geral:**

- Verificar as condições que favorecem o monitoramento participativo da sustentabilidade por meio de indicadores.

b) **Objetivos Específicos:**

- Identificar e analisar as estratégias para incorporação da sustentabilidade em políticas públicas, a partir da experiência do Projeto Jaboticabal Sustentável.
- Analisar interferência dos grupos envolvidos nas estratégias, como atores, poder público e equipe de pesquisadores;
- Analisar outros fatores interferentes na implementação das estratégias;

Com base nesses objetivos, foram definidas as estratégias de pesquisa, que serão apresentadas no Capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA DA PESQUISA

As estratégias de pesquisa foram definidas a partir da delimitação do problema de pesquisa científica seguindo-se uma metodologia específica¹¹, cujo processo permitiu inicialmente a identificação das lacunas de conhecimento, pergunta de pesquisa, hipótese e objetivos já anunciados e, posteriormente, a metodologia, o planejamento e a execução da coleta de dados.

2.1. PROCESSO DE DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Partindo-se da escolha inicial do tema *construção de indicadores de sustentabilidade para elaboração de políticas públicas municipais* procedeu-se à sua decomposição em fenômeno /objeto de estudo, classes de variáveis, variáveis e fenômenos interferentes.

O fenômeno principal ou evento a ser pesquisado é o *processo de incorporação da sustentabilidade em políticas públicas*. Por se tratar de um processo, as classes de variáveis relacionam-se a etapas e participantes no seu desenvolvimento, dentre estratégias escolhidas, métodos aplicados, condições existentes, recursos disponíveis, resultados esperados, e os grupos envolvidos e atuantes no processo (ver Painel de Variáveis da Pesquisa no

¹¹ Essa metodologia foi experimentada ao longo da disciplina “Delimitação de Problema de Pesquisa Científica”, ministrada pelo Prof. Dr. Ioshioaqui Shimbo pelo Programa de Pós-

Apêndice 3).

Segundo LEWIN (citado por EL ANDALOUSSI, 2004: 75) um fenômeno é uma relação complexa que engloba várias variáveis, que são separadas somente de modo artificial para serem submetidas à análise. Nesta pesquisa, as classes de variáveis escolhidas foram a das *estratégias* e dos *atores*.

Das estratégias serão analisadas variáveis como os tipos de estratégias, o grau de relevância de cada uma delas, a sua eficácia/eficiência, como também fatores interferentes na sua implementação, como governabilidade, capacidade e cenários. A análise de estratégias propõe-se a uma abordagem mais prática que conceitual, valendo-se das noções gerais existentes, esquemas e definições já mais consagrados.

Tendo em vista a complexidade do processo a ser analisado, a relevância de avaliação das estratégias escolhidas e aplicadas se justifica pela necessidade de aperfeiçoamento contínuo do processo, tal a dinâmica de ocorrência dos eventos e fenômenos envolvendo diversidades de temas e sujeitos que interferem diretamente na realidade social objeto desse estudo.

Paralelamente às estratégias, outra classe de variáveis que será analisada é a dos atores envolvidos, como poder público, sociedade civil organizada e pesquisadores, procurando-se entender como a atuação desses grupos interferiu na implementação das estratégias. Como visto no debate, a

sustentabilidade pressupõe a participação de vários atores sociais e torna-se relevante, portanto, verificar como se revela essa interação na prática. Dos atores, foram destacados os três grupos principais citados (sociedade civil, poder público e pesquisadores) analisando-se variáveis como seu grau de participação, de incorporação conhecimento, e sua inter-relação com os demais grupos.

Além desses, alguns outros fatores, como as condições e características do município, a disponibilidade de recursos, fatores conjunturais e outros serão também observados no decorrer das análises.

Paralelamente a esse processo de delimitação do problema de pesquisa, a revisão da literatura sobre sustentabilidade, indicadores e a gestão pública mais democrática e participativa permitiu a identificação da lacuna de pesquisa, de onde é retirada a pergunta principal. A partir da decomposição dessa pergunta principal, derivaram-se as perguntas intermediárias.

As perguntas anunciadas no item 1.5 do Capítulo 1 são fruto da revisão constante do processo e dos debates, permitindo percepções iniciais da pesquisadora sobre as hipóteses até se chegar na formulação final apresentada no item 1.6. Com base nas perguntas principal e intermediárias definiram-se objetivos principais e específicos (item 1.7) para investigação da hipótese de pesquisa.

A partir dessas definições é que são definidas as estratégias para o desenvolvimento da pesquisa.

2.2. ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa, a estratégia é a de *estudo de caso*, a qual, segundo YIN (2001), é “utilizada quando se deseja investigar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, apresentando um conjunto de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle”.

O *caso único* a ser estudado é o Projeto Jaboticabal Sustentável. A escolha desse objeto empírico justifica-se por ser uma experiência-piloto em andamento no município de Jaboticabal, a qual, como já explicitado anteriormente, congrega questões de debate atuais e científica, histórica e socialmente relevantes. Além disso, a autora, como integrante da equipe de pesquisadores da UFSCar, acompanhou parte importante do processo, o que se por um lado facilita o acesso a informações, dados e pessoas relacionados ao Projeto, por outro vem a dificultar uma análise mais isenta da experiência em estudo.

Dentro da estratégia de estudo de caso, a pesquisa se caracteriza ainda como sendo *exploratória*, segundo seus objetivos de maior aproximação com o fenômeno apresentado (SANTOS, 1999), visando compreender, por meio do seu processo de implantação, os fenômenos recentes da pesquisa e intervenção lá desenvolvidas, que estão em constante construção e transformação.

Nesse caso, a observação é *participante*, o que demanda uma atenção maior na apuração dos resultados, exigindo grande equilíbrio

intelectual e capacidade para lidar com a ampla variedade de evidências obtidas dos dados coletados (YIN, 2001).

Segundo SELLTIZ et al (1971), o estudo exploratório visa ainda, além de aumentar o conhecimento dos pesquisadores acerca de um fenômeno, a “obtenção de informações sobre possibilidades práticas, numa situação de vida real”, e ainda um “recenseamento de problemas considerados importantes para investigação dessas situações”.

Ainda segundo esses autores, “uma vez que o problema de pesquisa tenha sido formulado de maneira suficientemente clara para que possa especificar os tipos de informações necessárias, o pesquisador precisa criar o seu planejamento de pesquisa”, que consiste na organização das condições para a coleta e análise dos dados, de maneira a se obter significação para o objeto de pesquisa e economia de processo (SELLTIZ et al, 1971:59).

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Pela estratégia de estudo de caso único exploratório adotada na pesquisa, segundo YIN (2001), duas fontes de evidência fundamentais para essa estratégia são a **observação direta** e a **série sistemática de entrevistas**. Além destas, outra importante fonte de evidências escolhida foi a de **dados quantitativos**, que permitirão a análise mais objetiva do processo.

Na *observação direta* e participante podem-se coletar dados a partir de uma visão de “dentro” do estudo de caso, tendo acesso a reuniões, eventos

e grupos importantes para a pesquisa, mas há que se ter o cuidado com os pontos de vista tendenciosos, e a possibilidade de manipular acontecimentos.

A realização de *entrevistas* permite a coleta de informações a partir de pessoas participantes, desde que haja flexibilidade nas perguntas e respostas, e possibilita ao entrevistador observar não apenas *o que* o entrevistado diz, mas também *como* o diz (SELLTIZ et al, 1971:272).

Os *dados quantitativos* do Projeto são importantes para confirmar ou não afirmações e percepções mais subjetivas, oferecendo parâmetros mais precisos para as discussões e conclusões a cerca do processo.

Além das entrevistas e observação direta participante, foram utilizados ainda como fontes de evidência relatórios científicos, registros dos pesquisadores, relatos de reuniões e eventos, mapas cognitivos obtidos partir da sistematização do Projeto dentre outros, a fim de fornecer os dados qualitativos (subjetivos) e quantitativos (mais objetivos) necessários à investigação da hipótese.

A partir de hipóteses secundárias da pesquisa (derivadas das perguntas intermediárias), foram definidas as informações necessárias à verificação dessas hipóteses, assim como as fontes de evidência a serem utilizadas, e os instrumentos necessários à coleta desses dados.

Um planejamento mais detalhado da coleta encontra-se sistematizado no Quadro 1:

Quadro 1-Planilha de Planejamento e Coleta de dados

HIPÓTESE	TIPO DE INFORMAÇÃO	FONTES DE EVIDÊNCIA	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE
A escolha de estratégias interferiu no projeto com relação a:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tipo de estratégia ▪ Grau de eficácia, eficiência ▪ Relevância ▪ Contribuição ▪ Fragilidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevistas dirigidas e Observação direta ligada à entrevista aos sujeitos da pesquisa 	<p>INSTRUMENTOS DE COLETA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Questionários para o grupo; ▪ Documentação existente; ▪ Tabela de frequência dos participantes às reuniões; ▪ Literatura geral e específica. <p>PROCEDIMENTOS DE COLETA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevistas (espontânea, focal e levantamento formal); ▪ Análise da literatura geral e específica; ▪ Análise da documentação existente; ▪ Observação direta ligada à entrevista. <p>PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Organização dos conteúdos dos dados coletados segundo as categorias de análise; ▪ Triangulação de dados; ▪ Encadeamento de evidências; ▪ Construção da explanação
Há interferência da participação dos atores nas estratégias com relação a:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grau de organização (indivíduos / grupos) ▪ Cultura participativa (alta / baixa) ▪ Representatividade das ações (legítimas / não legítimas) ▪ Formação (formal / informal) e atuação profissional (função que ocupa) ▪ Motivação pessoal (acredita / não acredita) ▪ Liberdade de opinião (incondicional / restrita) ▪ Tipos de participantes (diversidades / uniformidade) ▪ Interesses no Projeto (pessoais / coletivos) ▪ Postura (Pro-atividade ou reatividade) ▪ Capacidade de relacionamento (conflito / negociação) ▪ Disseminação do conhecimento (centralizadora / multiplicadora) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atores -GAJS -Outros ▪ Poder Público -Prefeitura -Autarquias ▪ Pesquisadores - Professores - Alunos de Pós - Alunos de Graduação ▪ Documentos escritos (oficiais / imprensa): - Registros de reuniões e eventos do GAJS - Mapas cognitivos - Boletins, informativos das entidades - Planos de governo, Programas, e Projetos da Prefeitura de Jaboticabal - Programas e projetos das autarquias - Relatos de reuniões do PPPJ - Relatórios de pesquisa (PPPJ); - Produção científica do Grupo (Dissertações, artigos, textos, trabalhos de i.c) - Relatórios PPPJ 	
Há interferência do Poder Público nas estratégias em relação a:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença de processos participativos na gestão (efetivos ou não) ▪ Centralidade dos interesses (político-partidários / comunidade-município) ▪ Relação com o Projeto (apoio amplo /restrito) ▪ Relação com os funcionários (estímulo-liberdade / cerceamento-restrição) ▪ Relação com o Grupo Gestor (autoritarismo-domínio / respeito-democrático) ▪ Incorporação dos conceitos (discurso / ações efetivas) 		
Há interferência da atuação dos pesquisadores nas estratégias com relação à:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Motivação pessoal (acredita / não acredita) ▪ Atuação profissional (relacionada à temática / não relacionada) ▪ Grau de engajamento (reativo / proativo) ▪ Relação com os atores (dominação / facilitação) ▪ Postura do “saber” (totalitário / aberto) ▪ Produção do conhecimento (multiplica / não avança) 		
Há interferência dos fatores externos nas estratégias com relação à:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilidade de recursos (suficientes / restritos) ▪ Distância entre o centro de pesquisa e o de intervenção (próximo-facilidades / distante-dificuldades) ▪ Prazos estipulados pela Fapesp (favorecem / dificultam o processo) 		

- **Realização de entrevistas**

Nesta pesquisa, as entrevistas se classificam como do tipo “focal”, as quais, segundo YIN (2001:113), realizam-se num curto período de tempo (cerca de uma hora), assumindo um caráter de espontaneidade e informalidade, mas observando-se um roteiro de perguntas “semi-estruturadas” para cada grupo.

Para a coleta de dados por meio da realização das entrevistas, foram escolhidos participantes dos grupos envolvidos no Projeto, os quais estão representados no Quadro 2 por: SC - *sociedade civil* do grupo de ação local (Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável-GAJS), representando entidades não governamentais ou indivíduos autônomos; PP - *poder público*, constituído por técnicos da prefeitura ou órgão público participante do Projeto; e PQ - *pesquisadores*, composto pela equipe de professores e alunos da UFSCar. Foram realizadas ao todo 16 entrevistas, sendo 7 participantes do GAJS, 5 do poder público e 4 pesquisadores.

O Quadro 2 apresenta uma relação mais detalhada dos entrevistados. A identificação dos atores foi combinada pelas letras do grupo pelo qual foi entrevistado (Sociedade Civil - SC, Poder Público – PP, Pesquisadores - PQ) e número de acordo com a ordem de sua entrevista. São colocadas informações da área de formação, área de atividade (de maior predominância) e período de participação de cada entrevistado no Projeto.

O critério de escolha dos entrevistados foi o de selecionar um grupo representativo de pessoas que tiveram um envolvimento mais direto em atividades do Projeto por um período significativo, sendo capaz de responder

às questões abordadas com maior conhecimento de causa, ou pessoas estratégicas que, mesmo não tendo uma participação mais efetiva, tiveram influência sobre o processo. O Quadro 3 apresenta o percentual de participação de cada entrevistado.

Quadro 2- Relação de entrevistados.

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	ÁREA DE FORMAÇÃO	ÁREA DE ATIVIDADE	PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO NO PROJETO (ENTRE 1999-2004)	REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA
PQ-1	Ecologia	Pesquisa	2001-2004	01/07/04
SC-1	Geografia	Educação	2000-2004	28/07/04
PP-1	Engenharia Civil	Assessoria Técnica	2001-2004	28/07/04
SC-2	Engenharia Agrônoma	Ensino	2000-2004	21/10/04
PP-2	Serviço Social	Assessoria Técnica	2002-2004	21/10/04
SC-3	Engenharia Agrônoma	Empresarial	2000-2004	21/10/04
SC-4	Engenharia Agrônoma	Assessoria Técnica	2000-2004	21/10/04
PQ-2	Arquitetura e Urbanismo	Pesquisa	2001-2003	17/11/04
SC-5	Geografia	Ensino	2002-2004	26/11/04
PP-3	Engenharia Civil	Assessoria Técnica	2000-2004	26/11/04
PP-4	Química	Assessoria Técnica	2000-2004	26/11/04
PP-5	Engenharia Civil	Assessoria Técnica / Política	1999-2004	26/11/04
SC-6	Pedagogia	Educação	2003-2004	29/03/05
SC-7	Técnico Ambiental	Empresarial	2000-2004	29/03/05
PQ-3	Engenharia Civil	Ensino/ Pesquisa	1999-2004	29/04/05
PQ-4	Engenharia Elétrica	Ensino / Pesquisa	1999-2004	29/04/05

PQ – Pesquisadores (UFSCar)

SC – Sociedade Civil (GAJS)

PP – Poder Público (Prefeitura e autarquias)

Quadro 3 - Participações dos Entrevistados nas Reuniões do Projeto Jaboticabal Sustentável

Participações dos Entrevistados nas Reuniões do Projeto Jaboticabal Sustentável						
Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Entrevistados Jaboticabal						
Reuniões Realizadas	2	8	2	21	36	29
<i>Reuniões Sistematizadas</i>	2	7	2	13	26	26
SC-1	*	100%	0%	54%	92%	100%
SC-2	*	43%	100%	54%	27%	8%
SC-3	*	14%	100%	31%	54%	42%
SC-4	*	86%	100%	38%	42%	27%
SC-5	*	*	*	46%	46%	31%
SC-6	*	*	*	*	*	42%
SC-7	*	29%	0%	8%	4%	62%
PP-1	*	*	100%	92%	69%	85%
PP-2	*	*	*	23%	42%	23%
PP-3	*	*	100%	54%	62%	8%
PP-4	*	57%	0%	38%	38%	42%
PP-5	100%	71%	100%	38%	4%	8%
Entrevistados UFSCar						
Reuniões Realizadas	9	17	8	47	50	36
<i>Reuniões Sistematizadas</i>	9	13	?	28	43	23
PQ-1	*	*	*	14%	47%	9%
PQ-2	*	*	*	64%	33%	0%
PQ-3	89%	100%	?	89%	30%	48%
PQ-4	67%	92%	?	89%	58%	26%
Pesquisadora/Autora	*	*	*	*	100%	100%

Fonte: dados obtidos e compilados pela autora a partir das listas de presenças das reuniões do Projeto.

	75-100%
	50-75%
	25-50%
	até 25%

(*) - Ainda não era participante do Projeto Jaboticabal Sustentável

(?) - Dados não encontrados para compilação

Os roteiros de entrevistas foram baseados nos tipos de evidência buscados no Quadro 1, de acordo com cada grupo, e podem ser encontrados nos Apêndices 4, 5 e 6. Excepcionalmente, as entrevistas realizadas com PQ-3 e PQ-4 apresentaram um caráter e um roteiro distinto das demais, pela posição estratégica desses atores, sendo realizada como uma “reflexão coletiva” sobre o processo com a pesquisadora (ver roteiro de discussão no Apêndice 7)

De acordo com a estruturação inicial de coleta, a sistematização e análise das entrevistas observaram o seguinte processo:

1º) Transcrição das falas;

2º) Adequação das falas de cada entrevistado de acordo com as classes de variáveis e variáveis das estratégias e fatores interferentes (tipos de informações na Planilha de Coleta de Dados);

3º) Junção das falas de todos os entrevistados por estratégia e fatores interferentes em quadro único (encadeamento);

4º) Verificação das falas e construção da análise da pesquisadora sobre cada estratégia e cada variável dos fatores interferentes, separadamente;

5º) Verificação da análise das estratégias e adequação dos fatores interferentes sobre cada uma delas, construindo-se análise de cada uma delas.

O Apêndice 8 contém uma síntese desse processo apresentando os instrumentos utilizados em cada etapa.

Uma vez coletados os dados, o procedimento seguinte é o encadeamento das várias evidências, e o processo de triangulação pelo desenvolvimento de linhas convergentes para o fato a ser verificado, ou seja, de aproximação das evidências encontradas para que a partir disso possa se construir a explicação (YIN, 2001).

A partir de sistematização e análise das entrevistas, da observação direta e participante da autora, da sistematização de informações e dados quantitativos e qualitativos do Projeto, além da revisão da literatura apresentada, é possível fazer a análise da experiência, apresentando-se os resultados obtidos.

Para entendimento desses resultados, será apresentada no próximo capítulo uma descrição mais detalhada do processo, com seus objetivos, estratégias e ações implementadas nas suas duas Fases, 1 e 2, que compreendem o período de 1999-2004.

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO DO PROJETO JABOTICABAL SUSTENTÁVEL

Este capítulo constará de uma apresentação mais descritiva do Projeto Jaboticabal Sustentável, seus objetivos, suas etapas, suas estratégias, e os resultados e produtos obtidos até então, de modo a introduzir o conhecimento sobre a experiência de forma clara e objetiva.

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A experiência adotada como objeto empírico dessa pesquisa, o *Projeto Jaboticabal Sustentável*, surgiu a partir da pesquisa “Incorporação de Princípios e indicadores de Sustentabilidade em Políticas Urbanas de Pequenos e Médios Municípios”, proposta por um grupo de professores do Programa de Mestrado em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos.

Quando foi lançado o 1º Edital de Políticas Públicas pela FAPESP, em 1999, o grupo, que já vinha de discussões e outros projetos que se aproximavam das questões da sustentabilidade, propôs-se a desenvolver uma pesquisa com ação simultânea, onde pudessem ser desenvolvidos instrumentos de verificação da condição de sustentabilidade de um lugar.

Observando os debates nacionais e internacionais, bem como experiências envolvendo essa temática, esse grupo identificou a necessidade de se ter algum parâmetro mais concreto para se verificar como o desenvolvimento de um lugar poderia ser qualificado como mais ou menos

sustentável, advindo, então, dessa lacuna, a proposta de construção de indicadores de sustentabilidade.

Para o desenvolvimento desse projeto inicial, foram tomadas como referências especialmente as experiências de Seattle (EUA) - de construção de indicadores de sustentabilidade para a comunidade, e do IQVU de Belo Horizonte (MG) - de construção de um Índice de Qualidade de Vida Urbana para verificação das disparidades intra-regionais da cidade, ambas as experiências já apresentadas no Capítulo 1.

Dentre algumas prefeituras destacadas para o desenvolvimento de uma parceria com a Universidade, foi escolhida a de Jaboticabal. As condições que favoreceram essa definição estão na disposição demonstrada pela administração em criar e implementar instrumentos inovadores de gestão pública, ampliando seus mecanismos de ação participativa, e por experiências anteriores desenvolvida entre professores da Universidade e a Prefeitura Municipal (TEIXEIRA, 1998). Com a aprovação do Projeto de pesquisa no Edital de Políticas Públicas da FAPESP, deu-se início ao Projeto em 1999.

O Projeto definiu-se, então, como desenvolvimento de uma pesquisa e intervenção simultâneas sobre a incorporação de princípios da sustentabilidade na formulação de políticas públicas municipais, tendo em vista a capacitação de pessoas da Prefeitura e da sociedade civil para o monitoramento das ações públicas, a partir da construção participativa de indicadores de sustentabilidade (TEIXEIRA, 1998).

A implementação da experiência contou com a parceria inicial da

Prefeitura Municipal de Jaboticabal (gestão de 1997-2004) e posteriormente com as adesões de outras instituições locais, governamentais e não governamentais, como ONGs, faculdades, universidades, que formaram o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável, o GAJS, até 2004. A partir de 2005, com um novo formato institucional do grupo, o Projeto passa a ser conduzido pelo Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, que passa a ter a responsabilidade de dar continuidade ao processo.

O Projeto e seu desenvolvimento serão mais detalhadamente apresentados à frente. O tópico a seguir introduz a realidade de Jaboticabal no período, mediante uma caracterização geral do Município.

3.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL

3.2.1 Contexto Geográfico e Histórico

Jaboticabal situa-se na região noroeste do estado de São Paulo, na região administrativa e de governo de Ribeirão Preto, a uma distância aproximada de 115km de São Carlos e 350km da capital paulista.

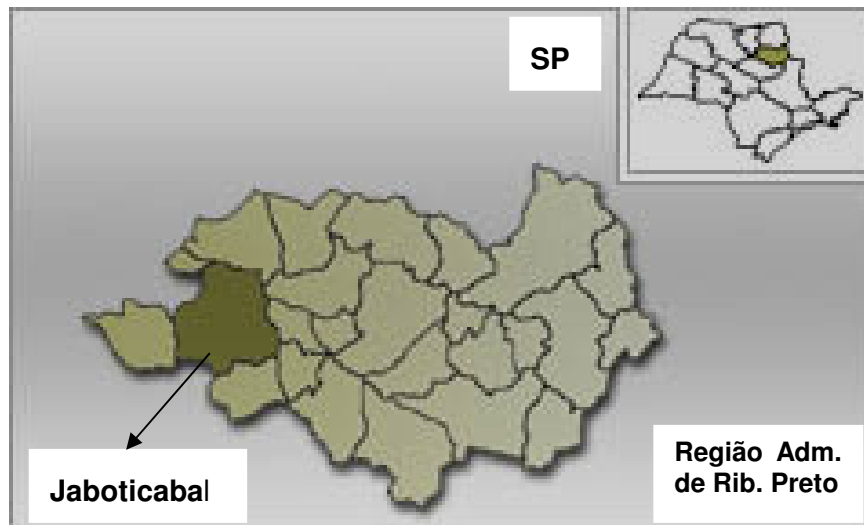


Figura 4- Localização da Região Administrativa de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo (mapa menor) , e de Jaboticabal na Região (mapa maior) (Fonte: SEADE)



Figura 5- Localização do município de Jaboticabal no estado de São Paulo (Fonte: UNESP)

Jaboticabal desenvolveu-se a partir da expansão da cafeicultura para o oeste do Estado de São Paulo, na segunda metade do século XIX, tornando-se esta a base da economia do município. Mas a partir de meados do século passado, com a queda dos preços do café em 1929, destacou-se o plantio do algodão e, mais recentemente, da cana-de-açúcar. A cana adquiriu importância crescente, transformando-se na principal atividade econômica do município na atualidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL, 2004).

Dos anos cinqüenta em diante teve início um intenso processo de urbanização em decorrência do êxodo rural, e a população urbana passou a representar 48% da população do município, o que hoje corresponde a uma taxa de urbanização superior a 93% do total de 67.408 habitantes (IBGE, Censo 2000). Seu PIB é aproximadamente de 160 milhões de reais e o IDH, medido em 2000 é de 0,85, levando o município a ocupar a 98ª posição no ranking dos 645 municípios paulistas¹².

¹² Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fundação João Pinheiro – FJP.



Foto 1 - Vista aérea de Jaboticabal.

Em 1939 Jaboticabal abrangia as regiões atuais de Taiauçu e Taiúva. Atualmente o município tem 677 km², divididos entre os distritos de Lusitânia, Córrego Rico e a sede municipal, conforme mostra mapa a seguir. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL, 2000)

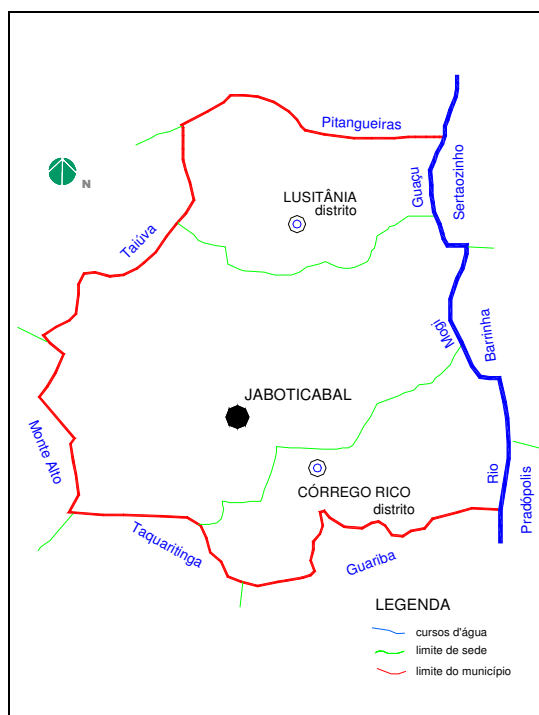


Figura 6 – Mapa atual de Jaboticabal (Fonte: PMJ, 2000)

3.2.2 Aspectos gerais do Município

Para um melhor entendimento das condições gerais do município, segue uma breve análise sobre dimensões da cidade relativas aos seus aspectos urbanísticos, econômicos, sociais, ambientais e políticos, e a verificações desses aspectos por meio de dados oficiais e de condições segundo alguns indicadores.

- ***Aspectos Urbanísticos***

Pela classificação do IBGE¹³, com seus mais de setenta mil habitantes, Jaboticabal é considerado um município de médio porte (entre 20 e 500 mil habitantes), essencialmente urbano, apesar de sua área rural ocupar cerca de 95% da extensão de seu território.

A taxa de urbanização atual é da ordem de 95,5%, com dados crescentes já contados desde 1980 (de 1980 – 88,3% a 2004 – 95,5%)¹⁴, mas há uma queda do crescimento populacional do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL, 2000: 8), podendo-se inferir um fenômeno de migração campo-cidade, em virtude da mecanização da produção agrícola, principalmente da cana-de-açúcar.

Alguns dados mais precisos podem ser observados na Tabela 1.

¹³ Segundo a classificação do IBGE, municípios com até 20.000 habitantes são considerado de pequeno porte, de 20.000 a 500.000 habitantes, são de médio porte, e acima de 500.000, são de grande porte.

¹⁴ Dados obtidos em pesquisa no sítio da Fundação SEADE (www.seade.gov.br), em 25/04/05.

Tabela 1 – Perfil do Município: Demografia

DEMOGRAFIA	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
• Caracterização do Território				
População	2004	70.648	1.128.870	39.326.776
Taxa de Urbanização (Em %)	2004	95,50	96,92	93,69
Taxa geométrica crescim. anual da população - 2000/2004 (Em % a.a.)	2004	1,21	1,62	1,55
Área (Em km2)	2004	704	9.348	248.600

Fonte: Fundação SEADE¹⁵

Segundo informações da Secretaria de Obras do Município¹⁶, em Jaboticabal não há favelas, mas há moradias em condições precárias. Segundo o EMURJA¹⁷ (Empresa Municipal de Urbanização de Jaboticabal), a maior carência é de casas próprias e não necessariamente de moradia, sendo esse déficit contado para cerca de 1.600 famílias.

No entanto, segundo o Plano Diretor, “o déficit habitacional em Jaboticabal é de aproximadamente 3.300 moradias, sendo que 50% das famílias recebem menos de três salários mínimos” (PMJ, 2000:82). Isso

¹⁵ A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, cita as seguintes fontes de utilização de seus dados: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fundação João Pinheiro – FJP). Essa nota é extensiva às demais tabelas com a mesma fonte.

¹⁶ Fonte: Relatos de Reuniões do Projeto Jaboticabal Sustentável, Reunião de 19/11/1999, em São Carlos, com a presença de pesquisadores da UFSCar e assessores da Prefeitura Municipal de Jaboticabal, inclusive do Secretário de Obras.

dificulta a aquisição por meio de financiamento federal, e uma alternativa encontrada tem sido a construção por “mutirões”, já realizada pela autarquia.

Segundo o Plano Diretor, outro problema apontado é a falta de terras para construção de conjuntos habitacionais. O dispositivo de “progressividade” do IPTU ainda não conseguiu ser implementado, prevalecendo a especulação imobiliária que mantém 5.000 lotes vazios (de um total de 20.000 existentes), sem cumprimento de sua função social como propriedade (PMJ,2000:79).

Além de problemas na área habitacional, no que diz respeito ao planejamento urbano propriamente dito, o Plano Diretor transparece problemas como a inadequação das legislações urbanísticas à realidade municipal, bem como a falta de fiscalização das mesmas, demandando maior capacitação de equipes técnicas e de especialistas na área de planejamento urbano.

- ***Aspectos Econômicos***

Na questão do orçamento municipal, segundo informações da Prefeitura¹⁸, a arrecadação do município tem aumentado, de 25 milhões no ano de 1994, chegando a 30 milhões em 1999. Segundo o Plano Diretor, em 1998, 72% da receita total do município de Jaboticabal foi proveniente de transferências tributárias, sendo esta a composição apresentada:

- 32% ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)
- 14% do FPM (Fundo de Participação dos Municípios)
- 10% do Fundo Municipal de Saúde

¹⁷ Fonte: Relatos de Reuniões do Projeto Jaboticabal Sustentável, Reunião de 07/12/1999, na Prefeitura de Jaboticabal, com a presença de pesquisadores da UFSCar e secretários da Prefeitura Municipal de Jaboticabal.

- 7% do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores)
- 7% IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)
- 7% ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)
- 3% Taxa de limpeza pública
- 2% ITR (Imposto Territorial Rural)
- 1% ITBI (Imposto sobre a Transmissão da Propriedade Imobiliária Inter Vivos).
- As demais formas de arrecadação foram menores que 2%.

A Tabela 2 mostra números atualizados dessa tributação que fomenta a arrecadação municipal.

Tabela 2- Perfil do Município: Finanças Públicas

FINANÇAS PÚBLICAS	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
• Arrecadação per capita de				
ICMS (Em Reais de 2002)	2002	269,69	361,42	939,21
IPTU (Em Reais de 2003)	2003	88,02
ISS (Em Reais de 2003)	2003	41,77
• Receita Municipal Total per capita (Em Reais de 2003)	2003	698,93
• Índice de participação do ICMS (Em %)	2005	0,18536160	2,60080625	100,00000000

Fonte: Fundação SEADE

Dos R\$ 30 milhões/ano arrecadados, R\$ 28,5 milhões são para o pagamento da folha de funcionários da Prefeitura e custeio de despesas da máquina administrativa, e o restante, R\$ 1,5 milhões, destinados para investimentos.¹⁹

¹⁸ Idem Nota 14.

¹⁹ Idem Nota 15.

Na questão da produção interna, a agricultura e a indústria são os grandes motores da economia local, com destaque para a produção da cana-de-açúcar que, associada à indústria e com incentivo de programas do governo, estendeu-se de forma intensiva na região. Mas juntamente a esse processo, acarretam-se problemas como: concentração fundiária, com menor porcentagem de proprietários morando no campo; monocultura, que ainda utiliza o amendoim no período de descanso da terra; e mecanização, com emprego da informática para o controle da produção e conseqüente aumento do desemprego no campo (PMJ, 2000)

Na distribuição dos setores de produção, destaca-se o número de estabelecimentos comerciais existentes, como mostra a Tabela 3. Mas é para o setor industrial que estão voltadas as principais políticas de desenvolvimento econômico municipais, destacando-se as atividades cerâmica, alimentícia, de amendoins e sementes (PMJ, 2004).

Tabela 3- Perfil do Município: Trabalho

TRABALHO			
SETOR	ANO	ESTABELECEMENTOS	TRABALHADORES FORMAIS
Estabelecimentos cadastrados no Ministério do Trabalho			
Indústria	2002	146 – 12,3%*	3.945 – 28,3%
Comércio	2002	615 – 51,9%	2.557 – 18,3%
Serviços	2002	381 – 32,2%	5.842 – 41,8%
Outros	2002	43 – 3,6%	1.619 – 11,6%
Total	2002	1.185 - 100%	13.963 – 100%

(*) - Porcentagens calculadas pela pesquisadora.

Fonte: Fundação SEADE

No Plano Diretor, Jaboticabal é apontada ainda com uma vocação para prestadora de serviços e comércio da região, apesar da pouca distância até Ribeirão Preto (55 km), sendo este o setor que emprega o maior número de trabalhadores formais. Mas, como em outras partes do país, o desemprego também tem crescido no município, passando por uma fase de estagnação na oferta de novos empregos na década de 90. Essa situação demandou ações do poder público para encontrar alternativas de trabalho e emprego para a população, como a criação de uma incubadora municipal de empresas, apoio a pequenas indústrias e tentativa de diversificação das atividades rurais.

- **Aspectos Sociais**

Na área social, há oferta de serviços como de saúde, educação, transporte e lazer, mas há a expectativa por melhorias públicas nessas áreas.

Nas condições físicas para acesso público à saúde no Município, apesar da carência de um hospital público local, como se pode observar na Tabela 4, o atendimento médico, dentário e social é feito nos CIAF (Centro Integrado de Atendimento à Família) localizados nas regiões administrativas (TEIXEIRA et al, 2003).

Tabela 4– Perfil do Município: Saúde

SAÚDE	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
• Recursos Físicos				
Despesa per capita com Saúde (Em Reais de 2003)	2003	164,54	199,62	171,41
Leitos SUS	2003	95	2.359	76.354
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2003	1,36	2,12	1,97
Unidades de Atenção Básica de Saúde	2003	9	115	3.518

Fonte: Fundação SEADE

A taxa de mortalidade infantil vem atingindo níveis meritórios regional e nacionalmente (ver Tabela 1), com um índice considerado excelente pela Organização Mundial de Saúde. No entanto, a violência tem aumentado no município, atingindo um índice de mortalidade muito acima do nível regional como mostra a Tabela 5. Isso tem sido atribuído principalmente à rota de tráfico de drogas existente na região, o que tem contribuído para o aumento do problema de drogadição entre os jovens²⁰.

Tabela 5– Perfil do Município: Demografia

DEMOGRAFIA	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
• Taxas				
Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2003	07,05	10,63	14,85
Mortalidade Geral (Por mil habitantes)	2003	6,27	5,94	6,18
Mortalidade por homicídio (Por cem mil habitantes)	2003	35,82	18,27	35,78

Fonte: Fundação SEADE

A área social tem sido assistida por programas e projetos municipais, e setores da sociedade civil organizada têm prestado um auxílio importante no desenvolvimento de ações parceiras ou independentes nas áreas carentes de assistência.

Apesar da taxa de analfabetismo municipal não ser alta, como mostra a Tabela 6, há ainda lacunas a serem atendidas no ensino público (infantil e de adultos)²¹, e necessidade de melhor aproveitamento do potencial educacional da região, que concentra universidades, faculdades e centro de formação.

²⁰ Idem Nota 15.

Tabela 6– Perfil do Município: Educação

EDUCAÇÃO	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
• Instrução da População				
Taxa de Analfabetismo (Em %)	2000	7,40	6,96	6,64

O município apresenta um grande potencial cultural a ser revitalizado, com um patrimônio histórico significativo e referências locais, como artistas, festas, e até mesmo a “jaboticaba”, a serem utilizados como elementos de resgate da identidade local.

• **Aspectos Ambientais**

Pode-se dizer que a chamada “gestão ambiental integrada” foi uma das marcas da política ambiental da administração do Partido dos Trabalhadores em seu segundo mandato (2001-2004) ²², sendo desenvolvidas várias ações nessa área, como implantação de aterro sanitário, coleta seletiva, criação da estação de tratamento de esgoto, obras de drenagem e outras.

Na caracterização físico-ambiental do município, dentre as áreas verdes existentes em boa parte da cidade, não há nenhuma unidade de conservação, mas há áreas de preservação (PMJ, 2000:107). Na área rural, no entanto, a monocultura mecanizada da cana-de-açúcar, cultivada em grande parte da região, é uma questão preocupante a ser considerada na sustentabilidade ambiental do município, pela poluição e esgotamento do solo provocados por esse tipo de produção.

²¹ Idem.

Além disso, o Plano Diretor de Jaboticabal aponta para alguns problemas de ocupação de fundos de vale e assoreamento dos rios, propiciando a ocorrência de enchentes e inundações. Na questão do saneamento, tem-se buscado a expansão da rede de abastecimento e esgotamento sanitário, que já abrange quase a totalidade da demanda na região, como se pode observar na Tabela 7, mas ainda há problemas de poluição dos córregos.

Tabela 7 - Perfil do Município: Saúde

SAÚDE	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
• Saneamento				
Abastecimento de Água - Nível de Atendim.(Em %)	2000	98,98	98,37	97,38
Esgoto Sanitário - Nível de Atendimento (Em %)	2000	99,27	96,91	85,72
Coleta de Lixo - Nível de Atendimento (Em %)	2000	99,53	99,34	98,90

Fonte: Fundação SEADE

Há ainda uma quantidade considerável (em relação à população) de entidades ambientalistas existentes no município, e um Centro de Educação Ambiental ligado à Prefeitura, que desenvolvem boa parte dos projetos e atividades envolvendo a educação ambiental.

- **Aspectos políticos**

Segundo o Plano Diretor, consta da Lei Orgânica Municipal sobre os direitos do habitante no município que:

²²Haja vista o conteúdo dos folhetos e jornais informativos da Prefeitura, e a “ênfase” dada nas execução de obras de caráter ambiental.

“A soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas as condições dignas de existência e será exercida: pela ação fiscalizadora e participativa na administração pública.(...) No estabelecimento das diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o município deverá prever a participação de entidades, no encaminhamento e solução dos problemas, planos e programas que lhe sejam concernentes” (PMJ, 2000:3).

Dentro dessa perspectiva de democratização da gestão pública, orientada principalmente a partir da constituição de 1988, Jaboticabal contou de 1997 a 2004 com uma administração do Partido dos Trabalhadores (PT), cujo histórico de atuação é de administrações mais abertas à participação da sociedade em suas gestões.

Em Jaboticabal, no primeiro mandato da gestão do PT (1997-2000) foram criados canais de participação como o Orçamento Participativo (O.P.) e vários conselhos municipais. Esses são canais que subsidiam, mas não garantem uma consolidação de gestão participativa de fato, tanto que muitos dos conselhos não funcionaram e o O.P. perdeu força na segunda gestão de 2001 a 2004²³.

Apesar das várias organizações da sociedade civil em Jaboticabal, como associações de moradores, ONGs ambientalistas, entidades filantrópicas e outras, há dificuldades em se ter a sociedade civil sensibilizada para

²³ Sobre o desempenho do Orçamento Participativo em Jaboticabal, ver VIGLIO, 2004.

processos participativos, como constata VIGLIO (2004) e é registrado no Plano Diretor de 2000, quando apenas 20% de entidades atenderam aos convites para as reuniões de discussão participativa no processo de elaboração do documento (PMJ, 2000).

- **Índices e Indicadores**

Pelas medições de índices e indicadores que retratam condições de vida do município, como o IDHM (composto por índices de educação, longevidade e renda), o de Jaboticabal está acima de 0,8, o que classifica o município como de “alto desenvolvimento humano”, ocupando a 87ª posição entre os 645 municípios paulistas (ver Tabela 8).

Tabela 8– Perfil do Município: Condições de Vida

CONDIÇÕES DE VIDA	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
• Índice de Desenvolvimento Humano Municipal				
IDHM - Índice	2000	0,815	...	0,814
IDHM - Ranking Municipal	2000	87	...	NA
• IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social				
Dimensão RIQUEZA	1997	56	58	60
	2000	54	...	60
Dimensão LONGEVIDADE	1997	64	65	60
	2000	64	...	65
Dimensão ESCOLARIDADE	1997	69	69	71
	2000	86	...	87
GRUPO	1997	Grupo 1 - município-pólo		
	2000	Grupo 1 - município-pólo		

(...) – dado não disponível

Fonte: Fundação SEADE.

Na sua medição, o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), além dos três indicadores do IDH, é composto por outros 5 indicadores que resumem a situação do município, classificando-os em grupos. Jaboticabal classifica-se no Grupo 1, de municípios com alta riqueza, alta ou média longevidade, e alta ou média escolaridade. Estão nesse grupo municípios localizados ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado, nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais e nos maiores, disparidades em termos de boas condições de vida da população²⁴.

Apesar desses bons indicadores, o Plano Diretor alerta para que:

“Nos últimos anos, grande parcela dos municípios paulistas vêm apresentando queda da sua arrecadação decorrente da crise econômica verificada no país. Paralelo a isto está ocorrendo a pauperização da população, com aumento da demanda por serviços públicos e a transferência aos municípios de responsabilidades, antes a cargo dos governos federal e estadual, sem a justa transmissão de recursos. Como exemplo pode-se citar a assistência social, a educação, gestão da saúde, trânsito, entre outras, que hoje são responsabilidades municipais” (PMJ, 2000:73)

Dentro desse contexto, observa-se que o processo de descentralização administrativa sobrecarregou a capacidade dos municípios em fornecer uma infra-estrutura de serviços urbanos ao coletivo da população, sem uma contrapartida de capacitação técnica e recursos financeiros na implementação de estratégias eficazes para fazer frente a tal processo (TEIXEIRA, 1998).

Como boa parte dos municípios de pequeno e médio porte no país, Jaboticabal também tem recebido os efeitos da expansão e extensão das relações da metrópole para o interior, principalmente de capital e trabalho, sujeitando-se às implicações econômicas, sociais e ambientais que esse processo acarreta.

Segundo TEIXEIRA (1998), estes são elementos novos que exigem esforços para produzir conhecimento e torná-lo acessível aos dirigentes e técnicos municipais, como também à sociedade civil, para capacitá-los no enfrentamento da nova situação, dentro dos limites de sua atuação.

Visando uma contribuição para esses quadros, o *Projeto Jaboticabal Sustentável* busca alternativas para gestão de problemas em pequenos e médios municípios por meio da incorporação de princípios da sustentabilidade na formulação de políticas urbanas, proporcionando a capacitação dos técnicos municipais e o controle por parte da sociedade organizada sobre as ações públicas no meio urbano, a partir da obtenção e monitoramento por indicadores de sustentabilidade.

3.3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

3.3.1. Objetivos

Diante do que foi colocado, o Projeto Jaboticabal Sustentável busca

na sustentabilidade, princípios²⁵ e práticas que tragam melhorias para a qualidade de vida urbana em seus vários aspectos, não desqualificando o que está sendo feito pelas administrações públicas ou pela sociedade, mas no intuito de agregar valores e subsídios que apóiem e incentivem o desenvolvimento de políticas urbanas mais sustentáveis.

Nesse sentido, torna-se uma importante meta do Projeto a criação de um sistema de informações que seja capaz de apoiar os processos decisórios e permitir o monitoramento das ações implementadas. Esse seria o *sistema de monitoramento participativo da sustentabilidade*, tendo como base os indicadores de sustentabilidade municipais.

A partir desse objetivo principal, foram definidos os objetivos mais específicos do Projeto, que dizem respeito à **pesquisa** a ser desenvolvida, e à **intervenção (ação)** a ser implementada no município²⁶.

Para viabilização do que estava sendo proposto, por meio de uma **intervenção** prática, os objetivos pautaram-se em:

- Sensibilizar o poder público e a sociedade;
- Capacitar pessoas para a formulação, a implementação e a avaliação de programas e projetos de políticas públicas a partir de princípios e indicadores de sustentabilidade;

²⁵ Princípios são definidos no Projeto como “referências básicas a partir das quais as pessoas agem”, e “como ponto de partida para ações coletivas para construir valores comuns” (Definição presente no Caderno de Relatos de Reuniões da pesquisadora Aline Branco de Miranda, em 22/01/02).

²⁶ Os termos “pesquisa” e “intervenção” ou “ação” serão bastante utilizados no contexto de descrição do Projeto para distinguir ações relacionadas, no primeiro caso, à pesquisa científica desenvolvida pela equipe de pesquisadores, e no segundo, à implementação da experiência-piloto no município, que são desenvolvidas simultaneamente.

- Construir uma base de informações para a tomada de decisões e para o uso público;
- Implantar um sistema de monitoramento (contínuo ou permanente) da sustentabilidade.

Sendo também um projeto de cunho científico, seus objetivos de **pesquisa** se concentraram em:

- Sistematizar informações originadas em dados de fontes confiáveis;
- Propor um método para processamento de informações;
- Analisar fenômenos relevantes para as políticas públicas;
- Difundir a metodologia e resultados para outros agentes de políticas públicas

A partir desse escopo do Projeto inicial, foram sendo definidas estratégias e ações para o desenvolvimento da experiência, as quais não se mantiveram estáticas e inalteradas ao longo do tempo, mas seguiram a dinâmica e flexibilidade inerentes a um processo que se pretendia consensual e negociável com os parceiros locais.

Assim, as mudanças estratégicas que se desenharam ao longo do processo buscaram atender aos objetivos que estavam propostos, mas adequando-se às diversas demandas e interesses dos grupos envolvidos, quais eram os pesquisadores, sociedade, poder público e um quarto agente importante, a instituição apoiadora FAPESP, atuando na regulação de prazos e recursos.

Para entender melhor como se definiram os prazos e as fases na implementação do Projeto, segue uma descrição sobre seu cronograma de desenvolvimento.

3.3.2. Cronogramas do Projeto

O planejamento para implementação do Projeto estava baseado inicialmente nos prazos e condições determinados pela FAPESP, que seriam de 6 meses para o desenvolvimento da Fase 1. Nessa fase, os objetivos deveriam ser de *estudos de viabilidade, consolidação de parcerias e início da pesquisa* e, posteriormente, mais 24 meses para o desenvolvimento da Fase 2, que seria para *execução do Projeto*. Ao final desse prazo encerrar-se-ia a participação da FAPESP e da Universidade, e a Fase 3, de *implementação da experiência*, deveria ser conduzida pelos agentes locais²⁷.

Na prática, o desenvolvimento da experiência seguiu o ordenamento de fases proposto, dividindo-se em três, mas os prazos sofreram alterações em virtude da dinâmica própria do processo de intervenção na realidade. Na Figura 7 segue uma coluna do tempo que facilita a visualização dos eventos ocorridos em cada fase.

Conforme se observa na Figura 7, a primeira fase teve início no final de 1999, seguindo em atividade até julho de 2000. Após esse período, os trabalhos foram interrompidos por quase um ano devido à espera pela aprovação da Fase 2 pela instituição apoiadora. Segundo os pesquisadores,

essa interrupção trouxe prejuízos ao andamento dos trabalhos, que precisaram ser retomados praticamente do início, principalmente a sensibilização da comunidade local e dos parceiros desenvolvidos na Fase 1.

Coluna do Tempo do Projeto Jaboticabal Sustentável



Figura 7 - Coluna do Tempo do Projeto Jaboticabal Sustentável

Fontes: Cronogramas de atividades dos Relatórios para FAPESP Fase 1 (2000), Parcial Fase 2 (2002) , Parcial Fase 2 (2003) e Final Fase 2 (2004).

²⁷ Informações obtidas do site da FAPESP (www.fapesp.br) que contém as condições do Edital de Políticas Públicas.

A segunda fase foi iniciada em agosto de 2001 e seguiu com atividades até dezembro de 2004, quando tem início a terceira fase. Essa fase, que deveria ter uma duração inicial de até dois anos (24 meses), foi prorrogada por duas vezes, chegando a um total de três anos e meio (42 meses). A extensão desse prazo permitiu a implementação de várias ações importantes para alcance dos objetivos do Projeto.

As duas primeiras fases tiveram um acompanhamento mais direto da Universidade e apoio financeiro da FAPESP, e a Fase 3, conforme orientação da instituição apoiadora, deveria ser desenvolvida pelos parceiros locais, articulados no Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, com a incumbência de dar continuidade e implementar efetivamente o sistema de monitoramento participativo da sustentabilidade.

Segue uma verificação de como se deu a implementação do processo, observando-se relatos de atividades, mapas cognitivos, registros pessoais dos pesquisadores, e relatórios de pesquisa do Projeto.²⁸

3.3.3. Implementação do processo

- ***Fase 1 (Nov/1999-Jul/2000)***

- **1999**

O Projeto foi enviado em 1998, no primeiro Edital de Políticas Públicas da FAPESP e aprovado em meados de 1999. As atividades tiveram

²⁸ Foram reunidas várias evidências a partir dessas fontes que estão colocadas nessa descrição do processo, mas não serão todas registradas para evitar-se uma demasiada quantidade de notas de referências no texto.

início no final do ano, com uma série de seminários com os pesquisadores sobre temas diversos ligados à sustentabilidade, bem como planejamento das atividades a serem desenvolvidas em Jaboticabal. Foram realizadas consultorias, palestras e discussões a fim de consolidar o conhecimento dos pesquisadores sobre o tema. Os objetivos da equipe nessa primeira fase eram: *definir princípios de sustentabilidade; consolidar parcerias e capacitar pessoas.*

Nesse período inicial procurou-se uma aproximação maior com a instituição parceira, a Prefeitura, contatando secretarias, departamentos e autarquias a fim de consolidar essa parceria e conhecer melhor a realidade do município. Nessas discussões, utilizavam-se como referências importantes para o Projeto as experiências de Seattle e de Belo Horizonte com indicadores²⁹.

Entendia-se que os indicadores deveriam observar métodos quantitativos e qualitativos, e atender tanto ao poder público quanto à sociedade. Havia uma grande expectativa de construção rápida desses instrumentos, e pensava-se em iniciar pela “qualidade da água”, por já ser um tema bastante discutido e conhecido dos envolvidos com o Projeto. Outra preocupação era a de já inserir idéias do Projeto no Plano Diretor (que deveria ser revisado em 2000), a fim de garantir a sustentabilidade do Projeto, o que não possível devido ao curto para interação das ações.

Apesar do enfoque inicial no poder público, já havia preocupação com a continuidade do processo caso houvesse mudança de gestão nas

²⁹ Relato de Atividades do Projeto Jaboticabal Sustentável de 28/10/99.

eleições municipais de 2000, e percebeu-se a necessidade de envolver mais a sociedade local. Assim, para o objetivo de *consolidar parcerias*, foram definidas pelos pesquisadores as estratégias de *capacitar técnicos* e aumentar o *envolvimento da sociedade civil e do poder público*.

➤ **2000**

A partir da realização de um *1º Seminário* de apresentação do Projeto à sociedade no início de 2000, foram apontadas algumas diretrizes importantes por atores locais:

- “- *Formar um grupo que consolide a participação de entidades;*
- *Fazer mais atividades falando sobre sustentabilidade em Jaboticabal;*
- *Gerar maior segurança no tema, viabilizando a continuidade do Projeto”.*

Nessa primeira fase, foram realizados vários encontros periódicos no município (praticamente mensais), onde se buscava uma melhor compreensão dos conceitos de sustentabilidade com os agentes locais, e os caminhos para incorporação desses princípios nas ações locais que eram registrados em mapas cognitivos, construídos juntamente com os participantes³⁰ (Ver Fotos 1 e 2 no Apêndice 9).

Ao final de uma série de discussões, observou-se nos mapas³¹ que duas “estratégias” se destacaram: o *aumento do entendimento sobre sustentabilidade* e a *mobilização da sociedade*. A partir dessas definições dadas pelo Grupo observou-se que essas passaram a ser as estratégias

³⁰ Esses mapas eram construídos pelo grupo de forma participativa, com técnicas de visualização de cartelas, e foram ferramentas importantes que auxiliaram na construção coletiva de diretrizes de ação.

centrais do Projeto, conforme consta do Relatório da Fase 1, enviado à FAPESP:

“O grupo assim originado tem promovido encontros regulares em que se tem desenvolvido atividades que se caracterizam por duas atribuições principais: desenvolver coletivamente um conceito comum de sustentabilidade que sirva de embasamento para a definição de princípios e indicadores de sustentabilidade para a realidade local e, simultaneamente, ampliar-se, fortalecer-se e tornar-se representativo nessa comunidade” (TEIXEIRA, 2000a:56).

Observa-se então, ao final da Fase 1, uma mudança de estratégia decorrente do maior enfoque na sociedade civil, por meio do fortalecimento de um grupo de ação local (Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável), e em virtude de possíveis mudanças de cenário, como esclarecido pelos pesquisadores: “optou-se, portanto, por fortalecer uma proposta que já estava prevista no projeto original, qual seja a de se constituir um grupo local independente da administração que garantirá a continuidade da pesquisa, servindo ainda como principal vetor da intervenção associada à mesma” (TEIXEIRA, 2000b).

Outra mudança estratégica fundamental ocorrida em decorrência disso foi a “confirmação de que a elaboração e a definição dos princípios e indicadores de sustentabilidade precisa, obrigatoriamente, ser fruto de uma ação coletiva, em que os agentes locais têm um papel primordial”, como cita o Relatório da Fase 1 (TEIXEIRA, 2000a:3). O enfoque passou a ser, então, o “processo” (participativo) mais que os “resultados” em si, o que demandou mais tempo e esforços para a consecução dos objetivos de intervenção.

³¹ Foram verificados mapas cognitivos construídos em reuniões do Projeto Jaboticabal

Apesar do fim do prazo formal da FAPESP para a Fase 1 encerrar-se em de julho de 2000, no segundo semestre ainda houve encontros em Jaboticabal, que só cessaram mediante a indisponibilidade de recursos para viagens. Seguiu-se então um período de espera de aproximadamente um ano (2001) pela aprovação da Fase 2.

Durante esse período de afastamento da UFSCar, ocorreram eleições municipais, e foi garantido o segundo mandato da mesma gestão. No retorno das atividades no final de 2001, apesar de ter-se uma equipe de pesquisadores renovada de participantes, por outro lado, o afastamento de um ano desarticulou e desmotivou os parceiros locais.

- **Fase 2 (Nov/2001-Dez/2004)**

- **2001 (final) / 2002**

As ações na Fase 2 seguiram, então, estratégias de *fortalecimento do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável e aumento do conhecimento sobre sustentabilidade*, como relatado no Projeto para a Fase 2: “será mantida a priorização das ações que envolvem a atuação do ‘Grupo de Ação’ na perspectiva de sua ampliação, fortalecimento e consolidação” (TEIXEIRA, 2000b). O mapa cognitivo desse período, construído pelos pesquisadores e atores locais (Figura 8) auxilia nessa compreensão.

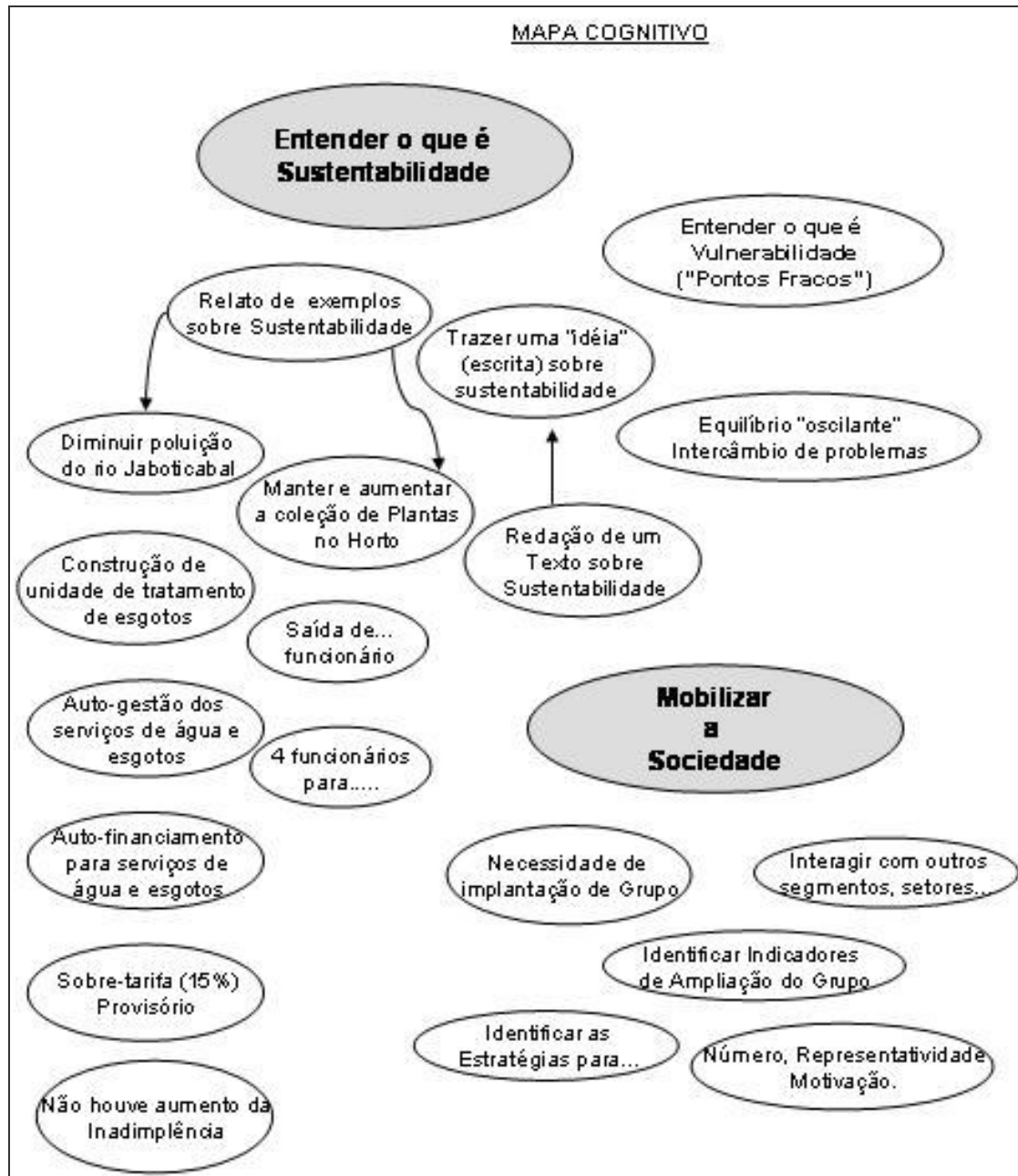


Figura 8 – Mapa Cognitivo para Fase 2 do PJS (Autores: Pesquisadores da UFSCar e Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável)

Com a constituição deste espaço de interlocução, o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável - GAJS, seguiu-se com o processo participativo, contando-se com pesquisadores e parceiros trabalhando conjuntamente na implementação da experiência, por meio de encontros periódicos para o planejamento e organização de ações, discussão de temas de interesse e outras demandas do Projeto.

Enquanto isso a equipe de pesquisadores mantinha sua estratégia de produção de conhecimento, sendo organizados seminários internos para conhecimento das pesquisas dos alunos e debates teóricos sobre os temas relativos à “sustentabilidade urbana e regional”, temática que se definiu como a identidade do grupo de pesquisa³².

Dentro de uma metodologia de ensino e aprendizagem, foram realizados seminários e oficinas com o Grupo envolvendo a temática da sustentabilidade, para capacitação das pessoas na assimilação de conceitos, formulação de idéias e argumentos, como também do aprendizado de técnicas de condução de reuniões. Dentre as ferramentas da metodologia participativa, foram utilizadas técnicas de visualização, com o uso de fichas com idéias-chave, e de moderação, facilitando a comunicação entre os interlocutores internos (universidade) e externos (parceiros).

Outra preocupação da equipe de pesquisadores foi em avançar na construção dos indicadores, tanto em conceitos como práticas, sendo para isso

³² Esse debate sobre a identidade da equipe surgiu da necessidade de criação de um diretório de pesquisa no CNPq, que acabou se definindo por “Grupo de Pesquisa: Sustentabilidade Urbana e Regional”, cujas linhas de pesquisa definiram-se por: princípios e indicadores de

organizado um *2º Seminário Jaboticabal Sustentável*, com o objetivo de levar essa discussão aos parceiros locais.

Atendendo também a demandas surgidas ainda na fase anterior, por verificações mais práticas da sustentabilidade por meio da observação de experiências, “durante a discussão sobre o primeiro evento a ser realizado na Fase 2 pelo Grupo de Ação, foi idealizado um segundo evento (*além do 2º Seminário*) que deveria integrar os participantes de forma concreta, de modo a favorecer a consolidação de grupo e dar visibilidade pública ao projeto”, conforme ainda descreve TEIXEIRA:

“Surgiu a idéia da realização de uma ‘exposição’, que recebeu o nome de Mostra Jaboticabal Sustentável, onde todas as entidades participantes pudessem expor seus trabalhos em favor da sustentabilidade, envolvendo todas as suas dimensões. Como a intenção do grupo era também de aumentar as participações, reunindo mais pessoas da população que quisessem conhecer e participar do projeto, esse evento seria em praça pública, tentando mobilizar as pessoas da área central da cidade” (TEIXEIRA, 2002b:15).

A partir da realização da primeira edição, em março de 2002, que surtiu um efeito positivo (no momento) na integração de entidades e divulgação do Projeto, as *Mostras Jaboticabal Sustentável* passaram a ser uma ação estratégica do projeto, como eventos culturais realizados em praça pública, buscando promover tanto uma maior visibilidade do Projeto na comunidade, como também uma oportunidade de estimular uma maior interatividade entre

os agentes e a possibilidade de incorporação de novos parceiros.

Foram realizadas mais duas edições das Mostras na Fase 2 (uma no segundo semestre de 2002, e outra em 2003) contando com a ampliação do número de expositores e visitantes a cada evento (Ver Fotos 3 e 4 no Apêndice 9). Com as Mostras os parceiros tiveram a oportunidade de apresentar seus trabalhos relacionados à sustentabilidade e os visitantes, de entender de uma forma mais prática esses conceitos.

Mesmo após a realização da 1ª Mostra, permaneceu a preocupação em sensibilizar mais o poder público e outros setores sociais, pois os pesquisadores encontravam dificuldades na articulação das entidades do GAJS e baixa participação de outros atores sociais no processo.

Na perspectiva de sair da “subjetividade” para a “objetividade”, os pesquisadores propuseram a realização de uma publicação do Grupo³³, que viriam a ser os *Cadernos Jaboticabal Sustentável*. O primeiro Relatório da Fase 2 descreve esse momento:

“Em uma das reuniões após a realização da 1ª Mostra Jaboticabal Sustentável, o Grupo de Ação decidiu fazer alguma atividade que pudesse familiarizar a população sobre o tema de sustentabilidade e ao mesmo tempo definir os princípios associados ao mesmo. Para isso, surgiu a idéia de fazer uma publicação que deverá ser editada na forma de fascículos” (TEIXEIRA, 2002b:16).

Os objetivos a serem alcançados com essa publicação eram:

³³ Os Cadernos Jaboticabal Sustentável foram inspirados no “Caderno de Bombinhas”, que se trata de uma publicação na forma de cartilha elaborada para o município de Bombinhas, em

- a) aumento da compreensão sobre sustentabilidade da população;
- b) criação de uma base de dados para os indicadores;
- c) divulgação do Projeto e consolidação dos conceitos no Grupo³⁴.

O processo de elaboração dos Cadernos se deu pela realização de oficinas, seminários e reuniões periódicas com debates participativos para elaboração coletiva de seu conteúdo. No primeiro número foram apresentadas algumas idéias a respeito da sustentabilidade e como ela se manifesta nas várias dimensões da vida das pessoas e da sociedade.

Como produto dessa construção coletiva de conceitos e princípios da sustentabilidade, caracterizou-se como *sustentáveis*, as “ações que procuram garantir o futuro de um lugar com uma boa qualidade de vida para todos, respeitando as pessoas e conservando o meio ambiente” (TEIXEIRA et al, 2002). Quanto às dimensões, surgidas nessas discussões, procurou-se enfocar cinco aspectos principais que direcionaram a compreensão da sustentabilidade no Projeto, as quais foram assim definidas:

- *Dimensão Ambiental*: busca garantir que a utilização dos recursos naturais não comprometa a qualidade ambiental;
- *Dimensão Econômica*: busca gerar oportunidades de trabalho e emprego, favorecendo uma distribuição mais equilibrada dos benefícios econômicos;

Santa Catarina, que traz informações diversas sobre as condições locais e a importância de se construir um desenvolvimento sustentável para o município.

³⁴ Relatos de atividades do Projeto registrados nos cadernos dos pesquisadores Ioshiaqui Shimbo e Aline Miranda.

- *Dimensão Social:* busca garantir que toda população tenha acesso a bens e serviços de boa qualidade, necessários para uma vida digna;
- *Dimensão Política:* busca garantir a participação efetiva e organizada da população nos processos de planejamento, execução e fiscalização de projetos que beneficiem a maioria das pessoas, promovendo a cidadania ativa;
- *Dimensão cultural:* busca promover, preservar e divulgar a história, tradições e valores regionais, acompanhando suas transformações (TEIXEIRA et al, 2002).

Na seqüência, o Caderno Nº 2 (2003) teve como objetivo levar ao conhecimento da população a caracterização do município segundo as dimensões da sustentabilidade, abordando os aspectos ambientais, econômicos, sociais, políticos e culturais de Jaboticabal.

No Caderno Nº 3 (2004) faz-se uma abordagem das condições da água, enfocando-se as dimensões de sustentabilidade e os diferentes usos no município: uso urbano, uso rural, águas pluviais e água como elemento de lazer e paisagístico, assim como algumas proposições de indicadores para avaliação e monitoramento da água já criados pelo GAJS (ver fotos 5 e 6 no Apêndice 9).

A equipe de pesquisa também buscou oportunidades de debater e difundir o conhecimento sobre sustentabilidade, e além de estudos e encontros, passou a oferecer uma disciplina de graduação, a *ACIEPE* (Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão), “Sustentabilidade Urbana e Regional”. Professores participantes do Projeto fizeram uma primeira oferta no segundo semestre de 2002 aos alunos do Departamento de Engenharia Civil

da UFSCar, dando-lhes a oportunidade de debater um assunto novo, e relacionar teoria e prática no aprendizado em sala de aula e no acompanhamento das atividades de intervenção do Projeto.

As estratégias de pesquisa procuraram viabilizar os meios de se atingir os objetivos do Projeto (tanto de pesquisa, quanto de intervenção), por meio da produção de conhecimento científico sobre sustentabilidade.

Nesse sentido, a equipe de pesquisadores desenvolveu suas atividades com debates e seminários internos, principalmente na primeira fase do Projeto, e posteriormente desenvolvendo suas estratégias em torno das pesquisas de seus participantes (artigos, dissertações, etc) sobre temas e fenômenos relativos à experiência, além de disseminar o conhecimento com participação dos pesquisadores em eventos externos.

Na interação com os atores locais foram escolhidas estratégias de participação e aprendizagem mútua como forma de manter uma relação aberta com os participantes, tanto em termos de horizontalidade de decisões e opiniões, como da troca de conhecimentos e experiências.

Nesse momento, as estratégias e ações do Projeto na pesquisa e na intervenção estavam delineadas conforme a Figura 9. Como se pode observar no quadro, as estratégias do Projeto seguiam duas linhas de ação: estratégias de pesquisa e estratégias de intervenção, implementadas de forma simultânea e complementares.

ESTRATÉGIAS - FASE I E FASE II

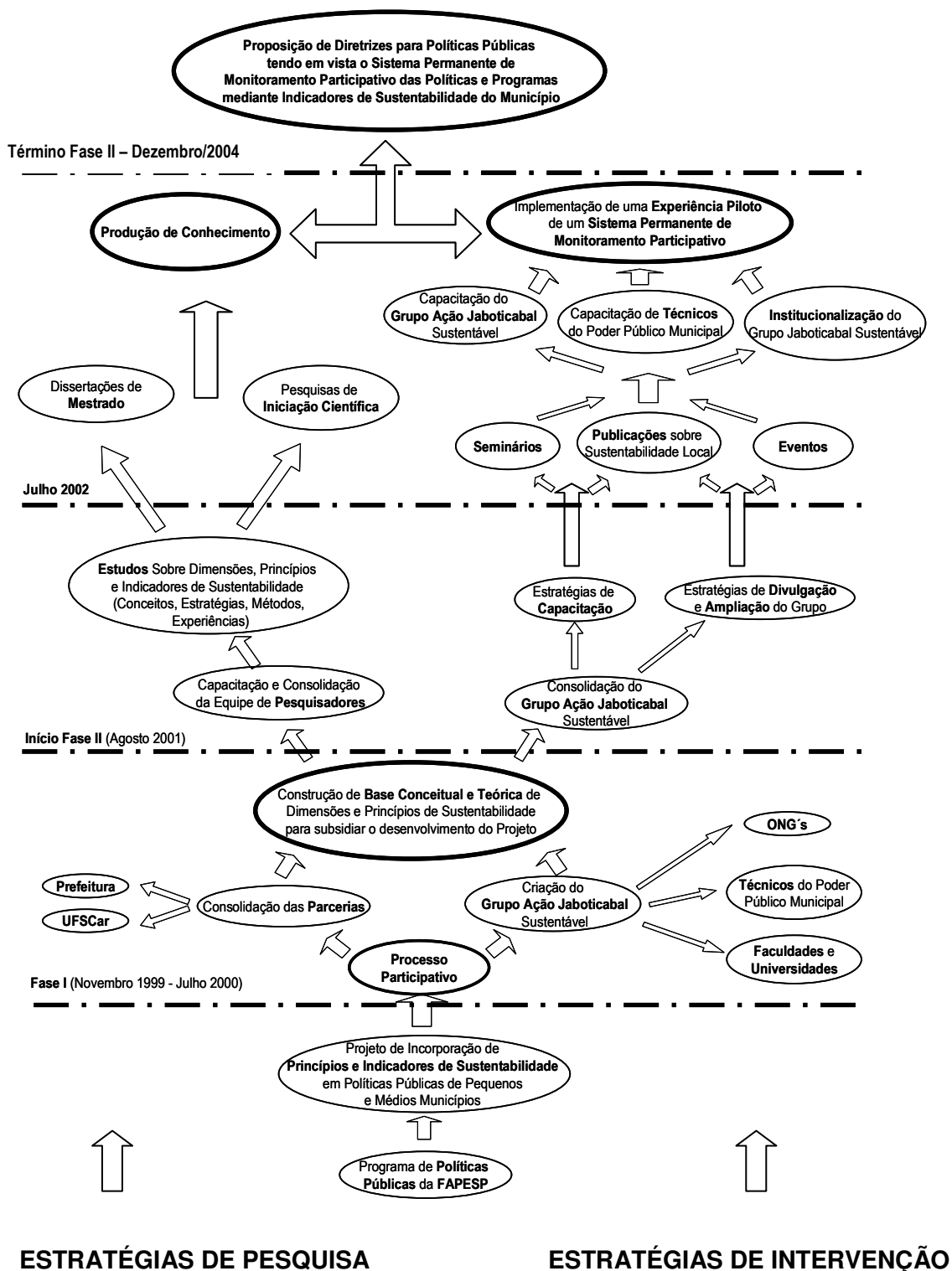


Figura 9 - Estratégias implementadas e previstas para o Projeto em suas três fases
 Autores: Equipe de pesquisadores da UFSCar)

Apesar de “*capacitação de pessoas*” ter sido contado como um dos objetivos principais para Fase 2 (TEIXEIRA, 2002b), não foram empreendidas ações específicas nesse sentido (o que foi percebido e “cobrado” por técnicos do poder público), estando diluídas nas oficinas, debates e encontros que possibilitavam o aumento do conhecimento dos agentes locais sobre a temática de uma forma geral. Houve uma oportunidade de se trabalhar com a capacitação de professores da rede estadual em parceria com a PMJ, que ficou conhecido como “*Projeto Paulo Freire*”³⁵, que não se concretizou devido à falta de verbas da Prefeitura de Jaboticabal.

➤ 2003

No início de 2003, pela ausência de parceiros nas reuniões do Projeto constatou-se uma baixa participação das entidades e dos quadros permanentes da Prefeitura.

Com a aproximação do fim dos prazos da instituição apoiadora (posteriormente prorrogado), a atenção dos pesquisadores voltava-se para a necessidade de conseguir “a incorporação” com a construção dos indicadores de sustentabilidade, e garantir a continuidade com o fortalecimento do GAJS.

Assim, buscou-se agilizar a construção dos indicadores de sustentabilidade para água, pela realização de várias etapas do *3º Seminário Jaboticabal Sustentável*. A escolha dessa primeira temática da água para criação de indicadores se deu por:

³⁵ A experiência-piloto deveria desenvolver-se na Escola Estadual Paulo Freire. A proposta visava o aumento da compreensão sobre sustentabilidade dos professores, e a aplicação

- a) esse tema já ter indicadores bem conhecidos, como “consumo de água”;
- b) pelo número significativo de especialistas em água participantes do Projeto e interesse dos atores locais sobre o tema;
- c) pela oportunidade de experimentação de um método para construção de indicadores para uma dissertação de mestrado que estava sendo desenvolvida por uma das integrantes da equipe de pesquisadores (ver MIRANDA, 2003).

A partir da constituição de uma base teórica, já foi possível experimentar nesse Seminário uma metodologia de construção de indicadores, onde os vários participantes presentes tiveram a oportunidade de propor, discutir e selecionar alguns indicadores de sustentabilidade para água, com o auxílio de um método de atribuição quantitativa de valores para indicadores (ver planilha no Apêndice 10).

Essa metodologia aplicou-se primeiramente com um trabalho em subgrupos e, posteriormente, em uma discussão coletiva, propiciando a participação de vários atores no processo. O Seminário foi realizado em seis etapas:

- Primeira Etapa: proposição de indicadores segundo quatro diferentes aspectos relacionados com a água (uso urbano, uso rural, águas pluviais e função ecológica), considerando os que pudessem representar problemas à comunidade e ao ambiente;
- Segunda Etapa: definição dos critérios de escolha de indicadores e sua forma de avaliação;

desses conceitos no cotidiano de suas atividades, além de uma intervenção paisagística na

- Terceira Etapa: escolha dos indicadores propostos na primeira etapa segundo os critérios estabelecidos;
- Quarta Etapa: adequação dos indicadores segundo as dimensões de sustentabilidade – ambiental, social, econômica, política e cultural;
- Quinta Etapa: coleta de dados para mensuração dos indicadores escolhidos.
- Sexta Etapa : revisão dos indicadores e nova seleção.

Ao final do processo, foram elencados os indicadores para cada tipo de uso e posteriormente classificados por dimensões. Como por exemplo: *Uso Urbano* - consumo de água por habitante (dimensões econômica, social, cultural); existência de um Conselho de Gestão de Recursos Hídricos (dimensão política), e outros. Os indicadores finais selecionados podem ser vistos no Apêndice 11.

Os dados sobre esses indicadores ainda não foram coletados e, portanto, ainda não estão em fase de monitoramento. A partir da experimentação desse método participativo de construção de indicadores, pretende-se dar continuidade e aperfeiçoar o processo com a abordagem de outras temáticas apontadas pelo Grupo, como a questão do emprego, da habitação, da saúde e outras.

Para que fosse garantida essa continuidade, em 2003 foi realizado o *1º Encontro Jaboticabal Sustentável*, que teve como objetivo principal iniciar uma discussão mais direcionada para as perspectivas e estratégias de continuidade do Projeto. Contando com uma participação significativa de

pessoas do poder público (inclusive a prefeita) e da sociedade, a estratégia principal apontada foi a de *institucionalização* do Projeto, que se daria por meio da institucionalização do GAJS. São iniciados, então, estudos pela equipe de pesquisadores sobre vários formatos institucionais, como conselhos, OSCIP's, associações, fundações, fórum etc., a fim de orientar a decisão do Grupo.

Nesse período ocorre uma greve dos funcionários da Prefeitura de Jaboticabal, que vai de março a junho de 2003. Mesmo diante desse fato, continuam as ações do Projeto no município, mais especificamente de preparação do Caderno 2, que é lançado no segundo semestre, quando da realização de um *2ª Encontro Jaboticabal Sustentável*. Com uma participação pública maior que no primeiro, a proposta do evento era de se ampliar parcerias, dar visibilidade ao Projeto e dar direcionamentos para a sua continuidade³⁶.

No segundo semestre intensificam-se as discussões em torno da continuidade do Projeto, em virtude da aproximação do prazo final da prorrogação (Dez /2003), e o que se avalia é que: precisa-se de capacitação de pessoas; falta a definição de um indicador a ser monitorado; precisa-se estimular a autonomia do GAJS, que conta nesse momento com uma baixa participação de pessoas; e há também necessidade de reestruturação da equipe de pesquisadores (esvaziada), para sistematizar a experiência e o conhecimento produzido.

³⁶ Relato de Atividades do PJS de 23/07/03.

No final de 2003 foram realizadas reuniões para a definição do formato institucional, que se deu por meio de discussões com o grupo todo de alternativas de organização da sociedade civil, dentre elas, Conselho, Associações, OSCIP, Agência, Fundações, Redes e Fórum, observando-se as vantagens e desvantagens de cada formato para o Projeto (ver Apêndice 12)

Dentro da visão de se criar um espaço para discussão da sustentabilidade em Jaboticabal, com uma estrutura mais formal do que a apresentada pelo Grupo de Ação, foi escolhido o Fórum por atender aos objetivos de articulação das entidades participantes, possibilitar a interdependência e a participação mais efetiva das mesmas nos trabalhos do Projeto e facilitando e apoiando também suas ações, com maior representatividade, e viabilizando também o acesso a recursos.

➤ **2004**

Tendo sido mais uma vez prorrogado o prazo final pela FAPESP (que se estende definitivamente para o final de 2004), as ações nesse último ano se voltaram para a estratégia de continuidade, estando concentradas principalmente: no lançamento do Fórum; na elaboração do Caderno 3 (indicadores de sustentabilidade para água); e na realização de uma Oficina de Capacitação de Agentes Locais (TEIXEIRA, 2003).

No início do ano desenvolveram-se atividades principalmente em torno da elaboração do Caderno 3, com reuniões, oficinas participativas etc, com novas instituições participantes, mas ainda com poucas pessoas envolvidas, tanto da equipe local quanto de pesquisadores.

Diante de problemas de baixa participação e representatividade nas reuniões para serem tomadas decisões importantes sobre o Fórum³⁷, foi organizado um *3º Encontro Jaboticabal Sustentável*, para possibilitar um momento de maior discussão sobre o Fórum, seu papel e os encaminhamentos necessários para sua concretização.

É importante destacar que tanto para o Caderno 3, quanto para o Fórum foram tiradas “comissões organizadoras” dentre os agentes locais, a fim de descentralizar a atividade da participação da Universidade, possibilitando uma maior autonomia das ações do GAJS.

Como fruto desse trabalho mais autônomo do Grupo tem-se, por exemplo, a elaboração da Carta de Princípios do Fórum, conduzida pelos parceiros locais, que contém as idéias e princípios que nortearão as ações do Fórum e de seus participantes (ver Apêndice 13).

Em virtude da crítica da FAPESP na demora para construção dos indicadores (em parecer de assessor técnico do Relatório Parcial Fase 2, 2003), procurou-se realizar a *sexta etapa do Seminário de Águas*, onde foi possível apenas a eliminação de mais alguns indicadores, e a seleção de um indicador de cada dimensão para ser colocado no Caderno 3.

No segundo semestre a Prefeitura Municipal de Jaboticabal foi premiada com uma menção honrosa no *Prêmio CEBDS 2004*, pelo desenvolvimento do Projeto Jaboticabal Sustentável. A promoção foi do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, que

³⁷ Relato de Atividades do PJS de 13/04/04.

premiou iniciativas das prefeituras nacionais relacionadas à sustentabilidade.

O período de eleições municipais que se sucedeu nesse período foi cercado por expectativas no Grupo em torno da permanência de uma administração que manteve seu apoio ao Projeto durante sua implementação, ou de uma nova sobre a qual não se tinha certeza de seu posicionamento com relação ao Projeto.

Pelas orientações da instituição apoiadora, a continuidade deveria contar com “a parceira local” (a Prefeitura), mas com a mudança de estratégia ocorrida na transição da Fase 1 para a Fase 2, essa parceria principal foi deslocada para o GAJS e consolidada com Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável.

Assim, foram lançados em outubro (pós-eleições) o Caderno 3 e o Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, em um evento que contou um público ainda restrito e com a ausência de representantes da administração pública (vencida no processo eleitoral), mas contando já com algumas representações da nova administração e uma garantia (verbal e informal), de apoio ao Projeto.

O Quadro 4 apresenta a lista de instituições parceiras que inicialmente aderiram ao Fórum Jaboticabal Sustentável.

Quadro 4 - Lista de Instituições parceiras do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável

INSTITUIÇÃO
1. Associação A Terra Rica
2. Associação Cultura Ecológica Raízes da Terra - ACERT
3. Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais - APAE
4. Centro de Educação Ambiental – CEA/PMJ
5. Departamento de Ação Social – Secretaria Saúde e Ação Social
6. Economia Solidária
7. Empresa Municipal de Urbanização de Jaboticabal
8. Faculdade de Educação São Luis
9. Fundação ITESP
10. Grupo Ecológico Amigos da Natureza
11. Ingá- Planejamento Ambiental e paisagístico
12. Movimento Unificado de Defesa Ambiental - MUDA
13. Organização Cultural e Ambiental - OCA
14. Ordem dos Advogados do Brasil
15. Polícia Ambiental
16. Prefeitura Municipal de Jaboticabal
17. Rede Jovem Jaboticabal pela Sustentabilidade – REJOJS
18. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal - SAAEJ
19. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAC

Como ação da estratégia de capacitação implementada no final da segunda fase, foi realizada a *1ª Oficina de Formação de Agentes Locais* da sustentabilidade, como um piloto de outras oficinas a serem aplicadas a públicos distintos, como parceiros do Projeto, funcionários de carreira da Prefeitura e pessoas da comunidade.

O objetivo da Oficina era de formar pessoas do município com conhecimentos sobre princípios, conceitos, dimensões e indicadores de

sustentabilidade no contexto do Projeto Jaboticabal Sustentável, a fim de se tornarem multiplicadores desse conhecimento e agentes de promoção e monitoramento da sustentabilidade na cidade.

No final do ano de 2004 foram realizadas algumas reuniões já lideradas pelo Fórum Permanente Jaboticabal sustentável, sem a participação da Universidade, por meio do qual se pretendia uma atuação autônoma desse Grupo no município, para construção do sistema de monitoramento participativo da sustentabilidade local.

3.3.4. Resultados

Diante do que foi relatado, para verificação das estratégias e ações empreendidas no Projeto nas Fases 1 e 2, podem ser observados resultados parciais da implementação da experiência.

Como a discussão mais aprofundada sobre os resultados dar-se-á na avaliação da experiência no Capítulo 4, segue uma forma mais sintética de constatação dos resultados nos Quadros 5 e 6, que comparam os objetivos inicialmente propostos com os resultados e produtos obtidos até então, tanto de pesquisa, quanto de intervenção.

Quadro 5 - Comparação entre os objetivos propostos para a pesquisa e os produtos e resultados parciais obtidos (1ª e 2ª fases).

RESULTADOS DE PESQUISA	
OBJETIVOS PROPOSTOS	PRODUTOS E RESULTADOS PARCIAS (1ª e 2ª Fases)
<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização de informações originadas em dados de fontes confiáveis; 	Produção de textos, artigos, trabalhos de iniciação científica e dissertações de mestrado sobre os temas relativos à pesquisa;
<ul style="list-style-type: none"> • Proposição de método para processamento de informações; 	Estudos e proposições sobre métodos de construção de indicadores de sustentabilidade em dissertações, e uma experimentação prática na intervenção (construção participativa de proposição de indicadores de sustentabilidade para água)
<ul style="list-style-type: none"> • Análise de fenômenos relevantes para as políticas públicas; 	Oferta de uma disciplina de graduação sobre o tema da sustentabilidade e interação dos alunos com o projeto;
<ul style="list-style-type: none"> • Difusão da metodologia e resultados para outros agentes de políticas públicas. 	Participação do projeto em eventos externos, como seminários, workshops, feiras de livros, encontros, de extensão, e outros.

Quadro 6 - Comparação entre os objetivos propostos para intervenção e os resultados e produtos obtidos (1ª e 2ª Fase).

RESULTADOS DE INTERVENÇÃO	
OBJETIVOS PROPOSTOS	PRODUTOS E RESULTADOS PARCIAS (1ª e 2ª Fases)
A sensibilização do poder público e da sociedade;	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação do grupo gestor local, com a participação dos diversos atores locais, o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável; • Realização de três mostras culturais, com divulgação do projeto, exposição de trabalhos sobre a sustentabilidade pelas entidades participantes, e incorporação de novos parceiros;
A capacitação para a formulação, a implementação e a avaliação de programas e projetos de políticas públicas a partir de princípios e indicadores de sustentabilidade;	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de parceiros nos temas sobre princípios, dimensões e indicadores de sustentabilidade; • Realização de reuniões sistemáticas de planejamento e organização das ações do grupo, no município e na universidade; • Realização de oficinas de capacitação de parceiros

A construção de uma base de informações para a tomada de decisões e para o uso público;	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de três seminários internos, sendo o primeiro de apresentação do projeto, o segundo sobre conceitos da sustentabilidade o terceiro sobre indicadores de sustentabilidade de água, iniciando-se a construção desses instrumentos para o município; • Publicação de três fascículos de produção coletiva, a primeira sobre conceitos e dimensões da sustentabilidade, e segunda sobre a caracterização dos municio segundo esses conceitos, e o terceiro sobre a água e a sustentabilidade em Jaboticabal, os quais foram distribuídas em escolas, na comunidade, e também fora do município;
A implantação de um sistema de monitoramento (contínuo ou permanente) da sustentabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de três encontros onde foram discutidas questões relativas à continuidade do projeto para construção do sistema de monitoramento da sustentabilidade.

3.4. CONSIDERAÇÕES

Na intervenção (ação), as estratégias foram desenvolvidas com o objetivo de implementar um sistema de monitoramento participativo da sustentabilidade.

Pelos resultados obtidos até então, observa-se que as estratégias escolhidas permitiram a implementação de diversas ações que foram importantes para iniciar uma consolidação do processo e aumento do conhecimento sobre sustentabilidade.

Na pesquisa, as estratégias escolhidas procuraram viabilizar os meios de se atingir os objetivos propostos, sendo a principal meta a produção de conhecimento científico sobre o tema proposto. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelos pesquisadores, tanto por pesquisa quanto pela ação, permitiram a discussão, a sistematização e o compartilhamento de novas visões e perspectivas no debate da sustentabilidade.

No entanto, apesar dos resultados obtidos, não se pode dizer que os objetivos do Projeto foram atingidos. Por se tratar de uma pesquisa com intervenção numa realidade social, não há como se ter controle sobre certos fenômenos e variáveis do processo. Um processo dinâmico que envolve grupos distintos e interesses diversos não acontece isento de conflitos e entraves.

Trabalhar com uma diversidade de sujeitos, representantes de diferentes interesses e dos mais distintos segmentos da sociedade requer uma escolha criteriosa de estratégias, métodos, técnicas e até mesmo instrumentos que permitam o trabalho coletivo e estimulem a superação das dificuldades em prol de um objetivo comum.

Assim, com essa melhor compreensão de elementos formadores do processo seguem os resultados obtidos, quantitativos e qualitativos, apresentados segundo as categorias de análise propostas.

CAPITULO 4

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir do conhecimento do Projeto são apresentadas as categorias de análise, com uma explanação sobre sua definição e seus elementos, e na seqüência os resultados obtidos, com uma análise mais específica do processo e uma discussão mais geral dos resultados.

4.1. CATEGORIAS DE ANÁLISE

4.1.1 Entendendo o PJS como Pesquisa-Ação

A partir do conhecimento do Projeto, apesar de não se verificar uma referência direta à sua inserção numa metodologia de “pesquisa-ação” em relatórios enviados à FAPESP³⁸, mas menção em alguns relatos de reuniões, pode-se observar que o processo desenvolvido adequou-se às características de uma pesquisa-ação.

Segundo THIOLENT (2003:14), uma definição de pesquisa-ação é:

“Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

³⁸ Lembrando: no Edital de Política Públicas da Fapesp, a proposta inicial era de desenvolvimento de uma “pesquisa aplicada”.

A ação do Projeto Jaboticabal Sustentável surge a partir de uma proposta dos pesquisadores da UFSCar de verificar a viabilidade do monitoramento participativo da sustentabilidade em uma localidade.

A hipótese da pesquisa inicial anunciada por esses pesquisadores era de que *“é possível uma comunidade participar de um processo coletivo de definição de princípios e indicadores para o monitoramento de políticas e programas para a sustentabilidade”*³⁹. O trabalho de pesquisa buscava, por meio de uma intervenção na realidade, respostas para verificação dessa hipótese.

Não se encaixando nos moldes das pesquisas clássicas tradicionais, a pesquisa em Jaboticabal aproxima-se mais da abordagem *praxiológica*, segundo EL ANDALOUSSI (2004), por almejar a transformação do objeto de estudo, no caso a incorporação da sustentabilidade nas políticas públicas municipais. É uma pesquisa-ação quando se entende que:

“A pesquisa-ação se desenvolve enquanto paradigma específico, possibilitando abordagem dos fenômenos da sociedade em sua complexidade. Permite também a intervenção do pesquisador dentro de uma problemática social, analisando sua implicação e anunciando sua finalidade, para mobilizar os participantes na pesquisa-ação. Os interessados tornam-se os atores³⁹ e, participando do desenvolvimento da ação, contribuem para produzir novos saberes” (EL ANDALOUSSI, 2004: 89).

³⁹ Segundo o autor, a noção de atores nesse contexto é entendida no sentido amplo, abrangendo todas as partes interessadas.

Nesse sentido, a relação entre pesquisa e ação é de tipo sinérgica, onde uma auxilia a outra em um sistema equilibrado. Como afirmado pelos próprios pesquisadores: “um grande desafio colocado ao projeto diz respeito à produção e sistematização de conhecimento simultaneamente à intervenção, isto é, a transferência de conhecimento propriamente dita” (TEIXEIRA, 1998). Nos relatórios de pesquisa observa-se sempre a colocação dessa interação constante entre pesquisa e intervenção, onde a pesquisa fornece subsídios para a ação, e a intervenção gera novas questões de pesquisa.

Segundo a classificação de tipologias de P-A desenvolvida por GAUTHIER (citado por EL ANDALOUSSI, 2004), o PJS aproxima-se de uma pesquisa do tipo *militante*, porquanto os próprios pesquisadores tomaram uma iniciativa de uma ação com finalidade de transformação da realidade social, participando de forma ativa (em contraposição à passividade) por meio de uma articulação entre pesquisa e ação.

Ainda segundo THIOLENT (2003:15), “na pesquisa-ação, os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas”.

Esse desejo de mudança da realidade social pelos pesquisadores fica explícito quando se coloca que o objetivo maior do projeto é “a melhoria da qualidade de vida da população utilizando-se princípios e indicadores de sustentabilidade em suas várias dimensões” (TEIXEIRA, 2002b). Coloca-se essa busca como uma responsabilidade também da comunidade científica:

“Nota-se a ausência da produção e da disseminação de um conhecimento científico e tecnológico que respalde uma co-existência de duplo benefício entre o homem e os recursos naturais, e que contribua para a melhoria da qualidade de vida, entendida no seu sentido mais amplo” (TEIXEIRA, 1998:13).

Para o alcance desses objetivos, o Projeto foi estruturado em estratégias de pesquisa e de ação desde o seu escopo inicial, classificando-o como uma pesquisa-ação do tipo *estratégico*, onde pesquisadores e atores se articulam para criar mecanismos que permitam coordenar um conjunto de medidas capazes de os fazer progredir rumo aos objetivos:

“A intervenção estratégica visa tornar mais fecunda a pesquisa, ao fortalecer as alianças e a cooperação entre os participantes, procurando reunir condições necessárias para a sua emancipação” (EL ANDALOUSSI, 2004:110).

Durante todo o processo, observou-se que o PJS utilizou-se continuamente desse dispositivo para o seu desenvolvimento, procurando seguir uma estruturação inicial de partida, mas aberta a modificações ao longo do processo, cujo objetivo final é de que os atores locais possam tornar-se emancipados para agir e para conduzir o Projeto em sua continuidade, sem a participação dos pesquisadores.

Para corroborar essa aproximação do PJS com a pesquisa-ação, segue um quadro simplificado (de caráter mais didático), de características de uma P-A aos quais o PJS atende, segundo THOLLENT (2003 p. 16):

Quadro 7 - Verificação da adequação do Projeto Jaboticabal Sustentável a uma pesquisa-ação

PRINCIPAIS ASPECTOS DE UMA PESQUISA-AÇÃO	PROJETO JABOTICABAL SUSTENTÁVEL
a) Há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada?	sim
b) Desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta?	sim
c) O objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação?	sim
d) O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos esclarecer, os problemas da situação observada?	sim
e) Há, durante o processo, um acompanhamento das ações e de toda atividade intencional dos atores da situação?	sim
f) A pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo):pretende-se aumentar o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados?	sim

Fonte: Adaptado pela autora, de THIOLENT (2003).

Segundo EL ANDALOUSSI (2004), a pesquisa-ação de tipo estratégica tem por base a existência de um conjunto de possibilidades, articulando-se produção do saber e resolução de problemas para se alcançar um alvo. Para isso, as estratégias são um dispositivo estruturante que possibilita articular intervenção e pesquisa num trabalho coletivo de concepção, organização e realização do processo em andamento.

Dada a aproximação do Projeto com uma pesquisa-ação, verifica-se a possibilidade de estruturação da análise segundo o que EL ANDALOUSSI (2004:165) entende como sendo importante para avaliação em uma P-A:

- *Estrutura do dispositivo da pesquisa-ação*, correspondendo às estratégias utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa e da ação;
- *As interações entre os participantes*, correspondendo à interferência desses (pesquisadores, atores, poder público) e de suas inter-relações no processo;
- *Produto das ações e das pesquisas*, correspondendo aos produtos e resultados do processo;
- *Às perspectivas*, no sentido de quais as perspectivas de continuidade do processo;
- *E a mudanças ocorridas*, estando dentro dessa abordagem alguns aspectos levantados pela pesquisadora:
 - *No plano pessoal*: participação, interesse, engajamento;
 - *No plano interpessoal*: capacidade de negociação, conflitos, relações entre os participantes;
 - *No plano organizacional*: estruturas e dispositivos criados, como estratégias, técnicas;
 - *No plano institucional*: apoio do poder público ao Projeto; disponibilidade de recursos e outros.

Sendo assim, partindo-se da pergunta principal de pesquisa “**Quais as condições que favorecem o monitoramento da sustentabilidade em políticas públicas por meio de indicadores?**”, as categorias de análise escolhidas para responder a essa pergunta foram definidas a partir das perguntas intermediárias, que são:

- c) Como a definição de **estratégias** interferiu no desenvolvimento do Projeto Jaboticabal Sustentável?
- d) Como se deram as atuações e interações entre os **atores** envolvidos no processo (sociedade civil organizada, poder público e pesquisadores)?

As categorias de análise definiram-se, então, por serem a de **estratégias** e de **atores**. Segue, então uma breve reflexão sobre essas categorias e seus rebatimentos no Projeto.

4.1.2. Entendendo Estratégias

A palavra “estratégia” tem sido muito utilizada nos contextos empresariais e agora acadêmicos, inclusive no Projeto Jaboticabal Sustentável, definido as diretrizes de ação para atingir os objetivos propostos.

No contexto de planejamento e administração estratégicos, uma noção bastante difundida sobre estratégias diz respeito a “planos para atingir resultados consistentes com as missões e objetivos”, simplificando o que diz WRIGHT (citado por MINTZBERG et al, 2000:17). MINTZBERG amplia essa noção ao apresentar cinco pontos que melhor definem estratégia.

O primeiro ponto entende a estratégia como um *plano*, que dá uma direção ou guia um curso de ação para o futuro. O segundo é de estratégia como *padrão*, a consistência de um comportamento ao longo do tempo. Ou seja, parte-se de um *plano* para o futuro com a estratégia *pretendida*, e em seguida vê-se o que se tornou *padrão* por meio das estratégias *realizadas*.

As estratégias pretendidas que foram realizadas podem ser entendidas como estratégias *deliberadas*, e as que não se concretizaram, de *não-realizadas*. Durante o desenvolvimento do processo podem surgir estratégias que não estavam no plano, mas foram realizadas, sendo essas, então, as estratégias *emergentes*. A Figura 10 auxilia visualmente no entendimento desses tipos de estratégias.

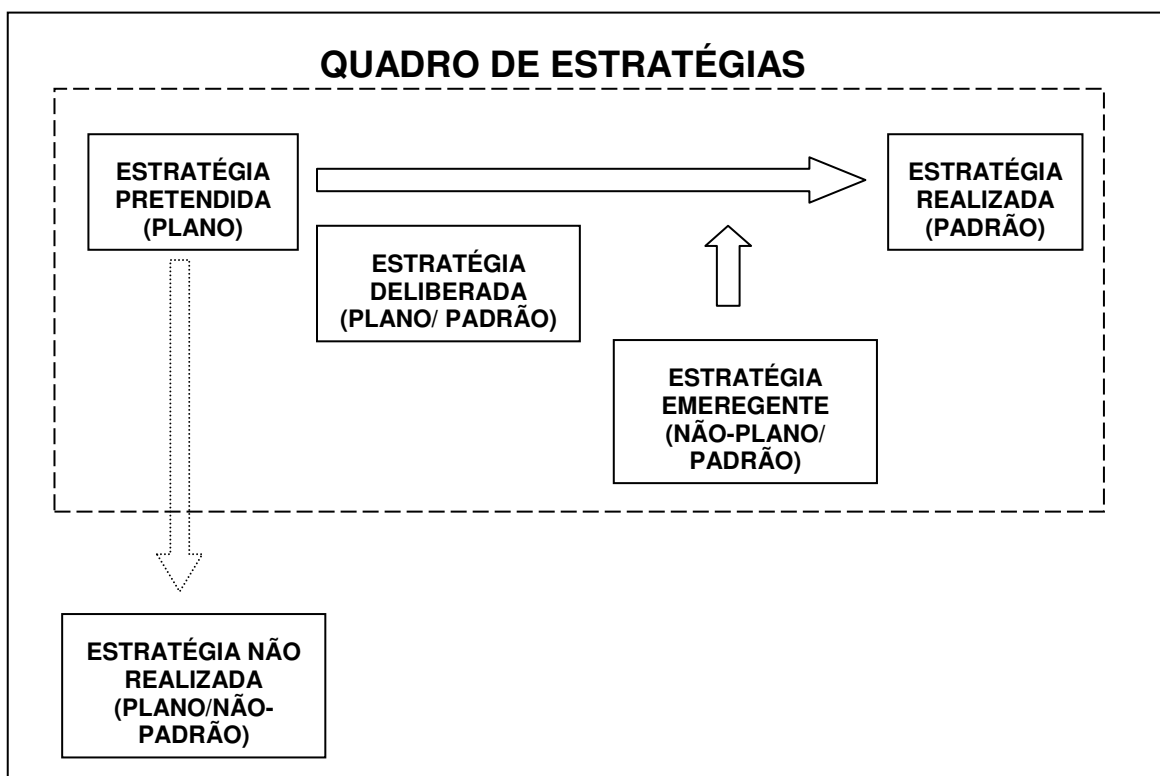


Figura 10 – Esquema de estratégias proposto por MINTZBERG et al (2000) (Adaptado pela autora).

No contexto acadêmico, a pesquisa-ação permite aos indivíduos participantes o desenvolvimento de estratégias próprias a suas visões, seus

objetivos e suas aspirações, que se concretizam pela implicação e negociação que regulam o processo e possibilitam seu desenvolvimento.

Nesse processo, a inflexão das operações e das reflexões permite aos poucos a transformação de conceitos iniciais em apropriações da realidade, ação individual em ação coletiva, por meio de cruzamentos de pontos de vista diversos e permanente ajuste dos meios para que se alcancem os objetivos (EL ANDALOUSSI, 2004).

Transferindo essas reflexões para o contexto do Projeto, vê-se que a noção de estratégia da pesquisa aproxima-se mais do contexto da pesquisa-ação e não tanto do planejamento estratégico, porquanto se observa que não ficaram claras as distinções entre o que seriam objetivos, metas, estratégias ou ações, verificando-se flexibilizações na utilização de termos no Projeto. Como por exemplo, “consolidação de parcerias”, que era um dos objetivos propostos pela FAPESP para a Fase 1, na Fase 2 era entendida como estratégia pela verificação dos relatos. As metas apresentadas no cronograma da Fase 1 tornaram-se estratégias e ações na Fase 2.

Para efeito de melhor compreensão dessa análise de estratégias do Projeto, os *objetivos* serão entendidos como o “*onde se quer chegar*”, que são de fato os descritos no Item 3.6.1, sendo o principal a construção do sistema de monitoramento participativo da sustentabilidade. Entendendo-se as *metas* como “*o que se vai fazer*”, então essas acabam diluídas nas ações das estratégias. As *estratégias* por sua vez, são “*o como fazer*”, “*o caminho a se seguir*”. Com base nesse entendimento, propõe-se o Quadro 8, que organiza o processo segundo essas noções:

Quadro 8 – Organização dos objetivos, estratégias e ações do Projeto.

OBJETIVO GERAL	OBJETIVO PRINCIPAL	OBJETIVOS POR ÁREA	PJS ESTRATÉGIAS	AÇÕES
Melhorar a qualidade de vida da população com base em princípios e indicadores de sustentabilidade em suas várias dimensões (Proj. Fase 1)	Implementar um sistema permanente de monitoramento de princípios e indicadores de sustentabilidade para gestão pública municipal com participação da sociedade organizada (Proj. Fase 1)	INTERVENÇÃO	Consolidação de Parcerias	GAJS
		Capacitar técnicos do PP e representantes da SC	Construção de Indicadores	Seminários 2 e 3
		Sensibilizar PP e SC	Aumento do Conhecimento s/ Sustentabilidade	Seminário 1 Cadernos
		PESQUISA	Desenvolvimento de Processo Participativo	Construção coletiva de conhecim. Consenso
		Sistematizar Informações	Ampliação de Parcerias	Mostras Encontros
		Propor métodos	Divulgação do Projeto	Participação em Eventos; Mostras
		Analisar fenômenos	Institucionalização	Fórum
			Capacitação de pessoas da SC	Oficina de ALS
			Capacitação de Técnicos do PP	

Fontes: Projetos e Relatórios de Pesquisa Fases 1 e 2 (1998-2004)

Pela leitura do Quadro 8, a partir da definição dos objetivos de pesquisa e intervenção, a estratégia geral escolhida foi a *produção do conhecimento simultaneamente à formação de pessoas e à intervenção*.

Sendo a sustentabilidade um conceito recente e abstrato, conforme visto na revisão da literatura, a preocupação inicial dos pesquisadores foi primeiramente de deixar clara a proposta do Projeto aos parceiros, e em

seguida, capacitá-los no entendimento sobre conceitos, princípios, dimensões e indicadores de sustentabilidade.

Conforme visto na descrição do processo, dois eixos estratégicos principais passaram a ser desenvolvidos a partir de então: a formação de pessoas e ampliação dos parceiros, de onde deriva uma terceira estratégia, que é a divulgação do Projeto para sua visibilidade na cidade. A partir desses eixos, novas estratégias e ações foram surgindo de acordo com as demandas do Projeto.

A sistematização das estratégias do Projeto segundo a classificação apresentada MINTZBERG et al (2000) (ver Figura 10), permite um melhor entendimento de como se deu essa dinâmica de estratégias no processo, conforme se pode observar no Quadro 9.

Quadro 9 - Sistematização das estratégias do Projeto segundo a classificação de MINTZBERG et al (2000)

TIPO DE ESTRATÉGIA	PRETENDIDA PLANO	REALIZADA PADRÃO	PJS ESTRATÉGIAS	OPERAÇÕES AÇÕES
DELIBERADA	SIM	SIM	Consolidação de Parcerias	GAJS
			Proposição de Indicadores	Seminários 2 e 3
			Capacitação de pessoas da Sociedade Civil	Oficina de ALS
EMERGENTE	NÃO	SIM	Aumento do Conhecimento s/ Sustentabilidade	Seminário 1 Cadernos Reuniões
			Desenvolvimento de Processo Participativo	Construção coletiva de conh.Consenso
			Ampliação de Parcerias	Mostras Encontros
			Divulgação do Projeto	Participação em Eventos;Mostras
			Institucionalização	Fórum
NÃO-REALIZADA	SIM	NÃO	Capacitação de Técnicos do Poder Público	

Assim, dentro das **estratégias**, dois eixos principais de análise foram identificadas, conforme as características do processo descritas no Capítulo 3, que são:

1) **Estratégia de Formação**, que objetivou o *aumento do conhecimento sobre sustentabilidade no município*, e incluiu ações para construção coletiva de conceitos e princípios de sustentabilidade. A partir dessa estratégia, desenvolveram-se ações como reuniões, seminário, cadernos e oficinas.

2) **Estratégia de Participação**, que objetivou a *ampliação da participação de agentes locais no processo*, e incluiu ações como o estabelecimento de parcerias, o desenvolvimento do processo participativo e a consolidação do grupo de ação local.

Além destas, observa-se no processo o surgimento de duas outras estratégias (emergentes) durante o processo: **Divulgação**, que enfocou a divulgação do Projeto e suas ações dentro e fora do município, por meio de mostras, promoção e participação de eventos; e de **Institucionalização**, que diz respeito à continuidade do Projeto, por meio da constituição de um fórum local.

Pela imbricação existente entre as duas categorias principais escolhidas, juntamente com as estratégias será analisada a categoria dos **atores** (*sociedade civil, poder público e pesquisadores*), observando-se a atuação dos grupos que interferiram diretamente nas estratégias implementadas e, conseqüentemente nos resultados do processo até então.

4.1.3. Entendendo Atores

Na revisão da literatura já foi apresentada a importância da participação de vários atores sociais em processos que envolvem a sustentabilidade.

No Projeto Jaboticabal observa-se a relevância que agentes e sujeitos têm no processo de pesquisa e intervenção, sendo suas atuações e inter-relações determinantes na criação de condições favoráveis ou não para implementação da experiência.

Baseando-se em SHIMBO (2005) ⁴⁰, é proposta a Figura 11 como representativa dos papéis e interações existentes entre os atores.

⁴⁰ Ioshioqui Shimbo, Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, e um dos coordenadores do Projeto Jaboticabal Sustentável. Segundo SHIMBO, essa figura tem sido observada na relação entre atores em experiências nas quais tem atuado que envolvem esse debate da inter-relação entre os grupos sociais atuantes. A que se apresenta está adaptada à realidade do Projeto Jaboticabal Sustentável.

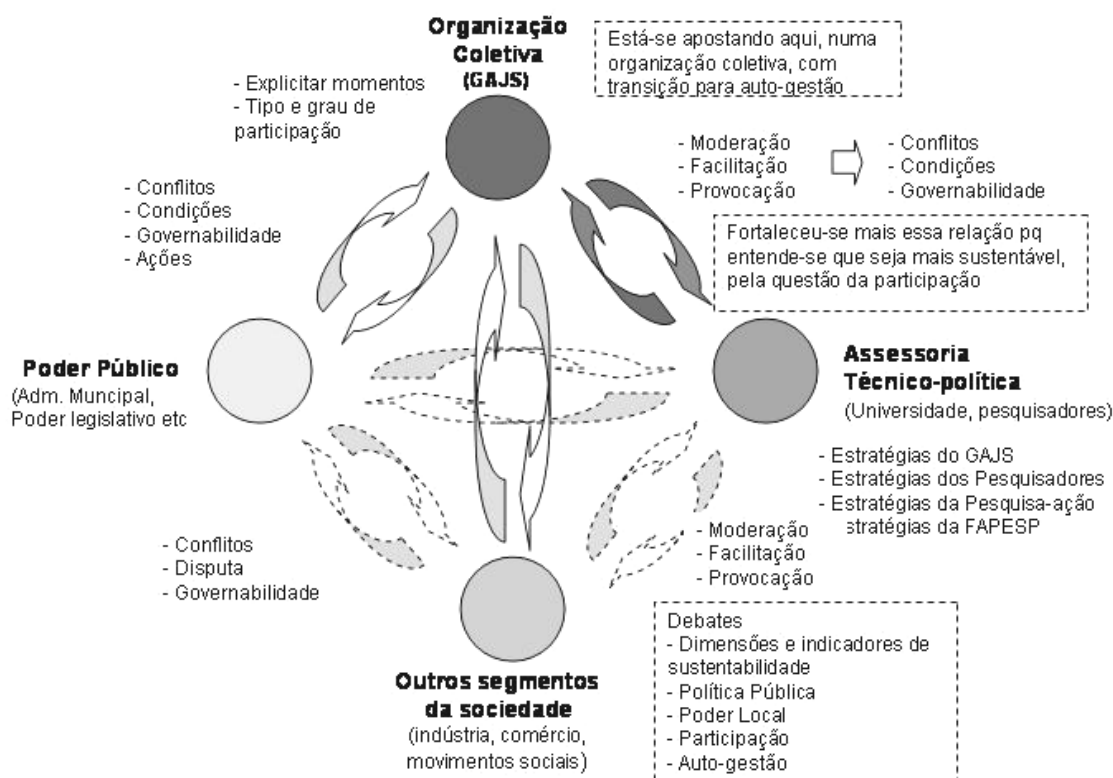


Figura 11 – Esquema de interação entre atores no PJS proposto por SHIMBO (2005).

Segundo o esquema proposto, são quatro os grupos sociais que atuam nesse processo: a) a sociedade organizada coletivamente (associações, ONGs, instituições etc, representada pelo GAJS); b) a assessoria técnico-política (Universidade e pesquisadores); c) poder público (prefeitura, autarquias, poder legislativo etc); d) e outros segmentos da sociedade (não presentes no grupo de ação, podendo ser industriais, comerciais, movimentos sociais etc).

Cada grupo acabou assumindo papéis que se definiram e se modificaram de acordo com dinâmica do processo. No PJS, num primeiro

momento o poder público era o parceiro central, mas com as mudanças de estratégias, a aposta passou a ser na organização coletiva da sociedade, passando a ser esse grupo o “protagonista” do processo. Esse grupo menor representando a sociedade deveria buscar o seu fortalecimento e ampliação, atingindo outros segmentos sociais que estivessem ausentes.

A Universidade se colocou como assessoria técnico-política, assumindo um papel de provocação de questões, facilitação do aprendizado sobre sustentabilidade e a moderação das relações entre os atores. Por sua vez, o poder público tem com o seu apoio e abertura ao diálogo com a sociedade um papel importante no fomento do processo.

As relações entre esses grupos foram permeadas por momentos de naturezas diversas, como cooperação, consenso, horizontalidade, mas também conflitos, divergências e centralizações que acabaram por interferir positiva ou negativamente no processo.

Esses e outros fatores (distância, prazos, recursos) serão analisados a partir do item seguinte, bem como algumas percepções a cerca dos resultados obtidos até então e perspectivas de continuidade do Projeto.

A apresentação dos resultados constará de duas etapas principais: verificação objetiva dos resultados das estratégias, por meio de fontes de dados **quantitativos**; e a apresentação subjetiva de resultados, que consiste na verificação **qualitativa** das estratégias, utilizando-se como fontes de evidências as entrevistas, relatos, projetos e outros documentos, além da observação direta da pesquisadora.

A partir da triangulação desses dados coletados (números sobre Projeto, análises das entrevistas, relatórios, observação direta) e verificação na literatura, é apresentado uma **discussão** onde são construídas as explicações que constituem os resultados da pesquisa.

4.2. RESULTADOS QUANTITATIVOS

Os resultados quantitativos fornecem evidências para uma análise qualitativa mais embasada do processo, em função da possibilidade de comparação com os dados estatísticos.

Tendo em vista as categorias de análise, serão verificadas as estratégias dentro dos dois eixos principais seguidos ao longo do processo, quais sejam o *aumento do conhecimento sobre sustentabilidade e ampliação da participação dos atores locais*, pelos quais poderão também ser analisadas os números a cerca dos grupos de atores envolvidos.

Dentro da estratégia principal de pesquisa e ação simultâneas, distinguiu-se dados de pesquisa e de intervenção. Para apresentação dos resultados, foram utilizadas principalmente fontes como listas de presença das reuniões, relatos e relatórios do Projeto.

4.2.1. Duração das fases

Esse dado é importante porque permite a verificação do tempo despendido em cada fase (em meses), auxiliando no entendimento da realização de mais ou menos reuniões e ações empreendidas em cada ano ou período, e conseqüentemente, de mais ou menos participações.

Tabela 9 – Duração das Fases

ANO \ MESES	DURAÇÃO DAS FASES						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAIS
Fase 1	2m	6m	-	-	-	-	8m
Fase 2	-	2m	4m	12m	12m	12m	42m
TOTAIS	2m	8m	4m	12m	12m	12m	50m

m = meses

Duração das Fases

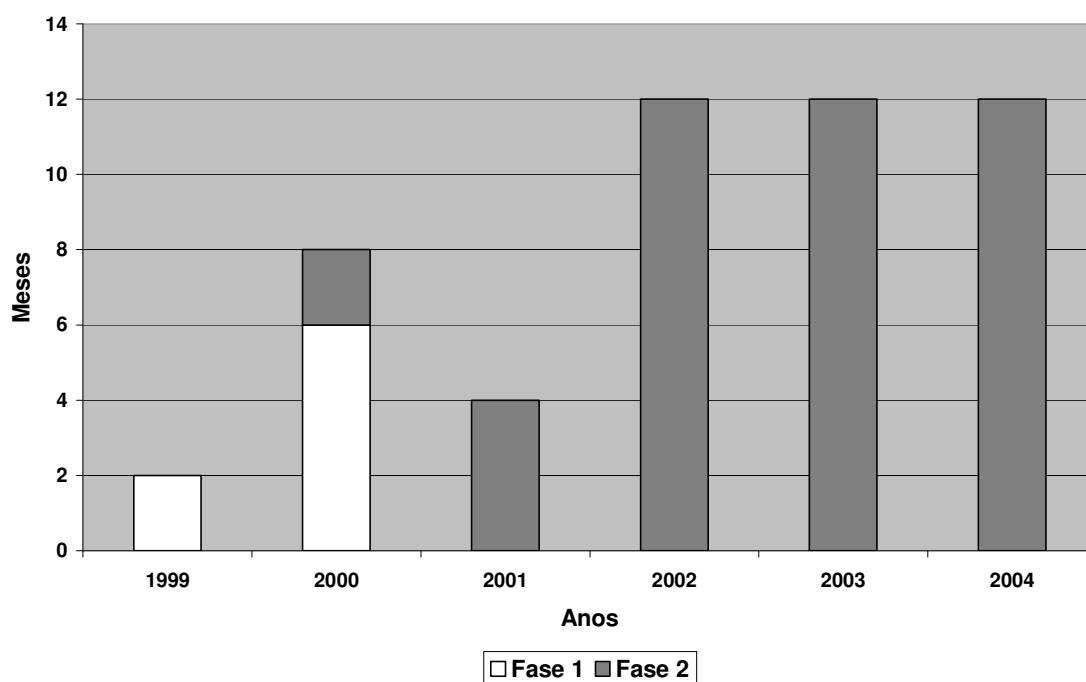


Figura 12 – Gráfico de duração das fases

Por esses dados verifica-se que a Fase 1 foi de curta duração, compreendendo 8 meses entre 1999 e 2000, e a Fase 2 mais prolongada, devido a prorrogações que se estenderam por mais de três anos, iniciando-se já em 2000 e seguindo até 2004, reforçando-se aqui o que já foi dito anteriormente.

4.2.2. Reuniões realizadas

A quantidade de reuniões realizadas demonstra a dinâmica do desenvolvimento do processo, podendo-se observar uma maior ou menor atividade do Projeto em função do período de tempo em que ocorreram.

Numa primeira contagem, os dados aparecem posteriormente separados por reuniões de pesquisa (somente da equipe de pesquisadores ou 3PJ⁴¹) ou do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável, ligadas mais especificamente à intervenção, que ocorriam em Jaboticabal, excetuando-se os eventos, que serão contabilizados em outra tabela.

Tabela 10 – Reuniões realizadas em cada ano

GRUPO \ ANO	REUNIÕES						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAIS
TOTAIS	9	17	8	45	44	32	155
Pesquisa	7	9	6	26	19	8	75
Intervenção	2	8	2	19	25	24	80

⁴¹ Como ficou conhecida equipe de pesquisadores pelo nome Pesquisa em Políticas de Públicas de Jaboticabal (3PJ).

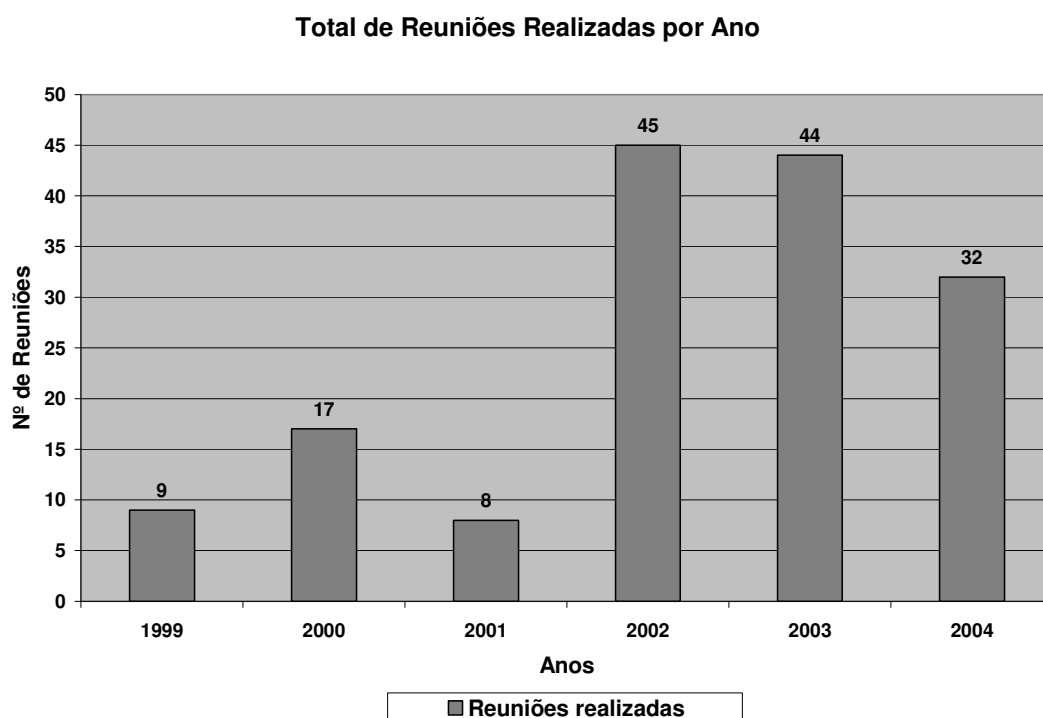


Figura 13 – Gráfico de reuniões do Projeto realizadas de 1999-2004

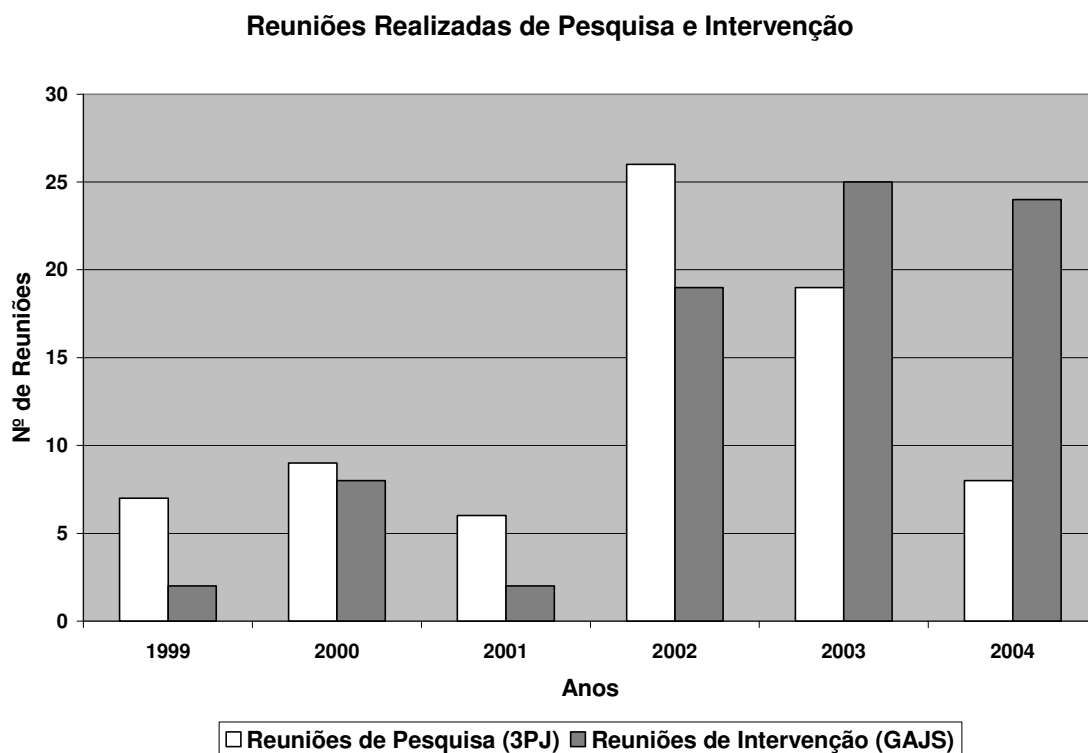


Figura 14 – Gráfico de Reuniões de pesquisa e intervenção realizadas.

Outros dados importantes que subsidiam o entendimento sobre as reuniões, é o tipo de reunião que era desenvolvido, sendo aqui classificadas como: *reflexivas* – que envolviam algum tipo de reflexão, debates, ou discussão teórica ou conceitual; *operacionais* – que tratavam mais especificamente das questões organizacionais e de planejamento do Projeto e suas atividades; e *mistas* – que acabavam por tratar de assunto reflexivos e operacionais numa mesma reunião.

Tabela 11 – Tipos de reuniões desenvolvidas no Projeto.

TIPO \ ANO	TIPOS DE REUNIÕES (do Projeto)						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAIS
Reflexão	5	9	2	4	13	8	41
Operacionais	4	3	2	29	21	13	72
Mistas	-	5	4	12	10	11	42
TOTAIS	9	17	8	45	44	32	155

Tipos de Reuniões Realizadas

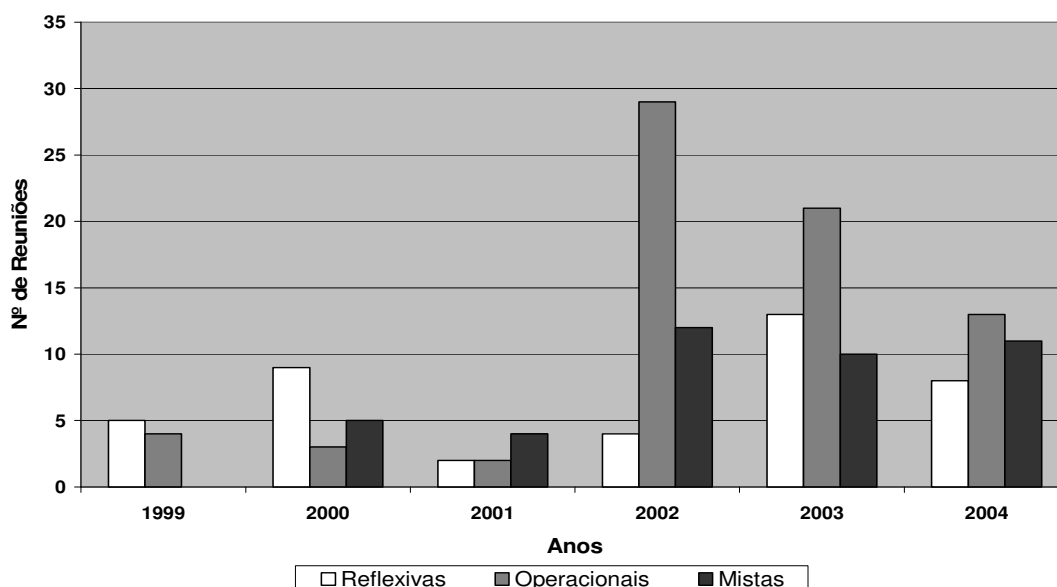


Figura 15 – Gráfico de tipos de reuniões realizadas no Projeto (1999-2004)

Pelo total de reuniões realizadas apresentado na Figura 13, um volume maior de reuniões concentrou-se a partir do início da Fase 2, quando pelos tipos de reuniões desenvolvidas (Figura 14), observa-se que há um aumento de atividades do Projeto em termos mais operacionais, reduzindo-se os encontros de caráter mais reflexivo, conforme Tabela 11.

Essas mudanças de enfoque podem ser corroboradas também pela observação das ações empreendidas ao longo dos anos.

4.2.3. Ações desenvolvidas (Intervenção e Pesquisa)

Pela Tabela 12, observa-se que a partir de 2002 (Fase 2) são realizadas mais ações “objetivas” (Figura 15), em contraste às discussões teóricas e conceituas que vinham sendo desenvolvidas e, com a demanda dos parceiros por ações mais concretas, surgem as Mostras, Cadernos e Seminários (esses mais objetivos como o 3º Seminário, de construção de indicadores).

Tabela 12 – Ações desenvolvidas no Projeto (1999-2004)

AÇÃO \ ANO	AÇÕES DESENVOLVIDAS (Intervenção)						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAIS
Seminários	-	1	-	2	-	-	3
Mostras	-	-	-	2	1	-	3
Cadernos	-	-	-	1	1	1	3
Encontros	-	-	-	-	1	2	3
Oficinas	-	-	-	-	-	1	1
TOTAIS	0	1	0	5	3	4	13

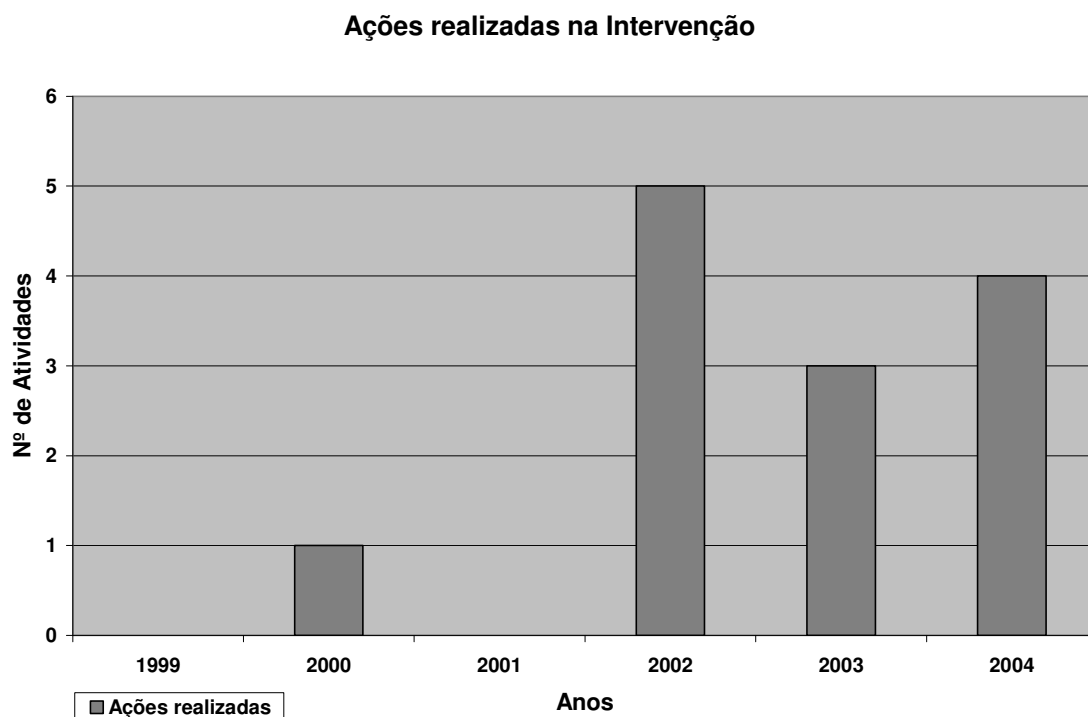


Figura 16 – Evolução das ações realizadas na intervenção ao longo dos anos (1999-2004)

Outro dado importante a ser verificado é como as atividades de pesquisa, de caráter essencialmente mais reflexivo, se mantiveram com a mudança de foco estratégico.

Pela Tabela 13, verifica-se que, apesar dessa concentração na intervenção, observa-se que há um aumento na produção científica do Projeto (considerando-se todas as atividades que resultaram em produção, sistematização e divulgação do conhecimento), mesmo com a redução das reuniões de reflexão coletivas em relação às operacionais (ver Tabela 11).

Tabela 13 – Produtos e resultados da pesquisa (1999-2004)

PRODUTOS \ ANO	PRODUTOS E RESULTADOS (Pesquisa)						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAIS
Dissertações de Mestrado (Concluídas)	-	1	-	2	4	3	10
Trabalhos na Graduação	-	-	-	-	2	1	3
Artigos	-	2	-	3	5	5	15
Painéis	-	4	1	2	1	3	11
Apresentações	-	-	-	-	3	3	6
Publicações em Rev/Livro	-	-	-	1	1	1	3
Ofertas de Disciplina (ACIEPE)	-	-	-	1	2	1	4
Participações em Eventos Externos	-	2	1	5	8	12	28
TOTAIS	0	9	2	14	26	29	80

Fontes: Relatórios FAPESP

A Tabela 13 mostra como evoluiu essa sistematização e divulgação do conhecimento ao longo dos anos (cujo aumento pode-se atribuir a ações individuais dos pesquisadores, mais que da equipe em si), atendendo ao objetivo de pesquisa de *produção, sistematização e divulgação do conhecimento*, sendo levada a 10 estados diferentes dentro do Brasil, e 2 outros países (ver dados mais completos nos Apêndices 14 e 15).

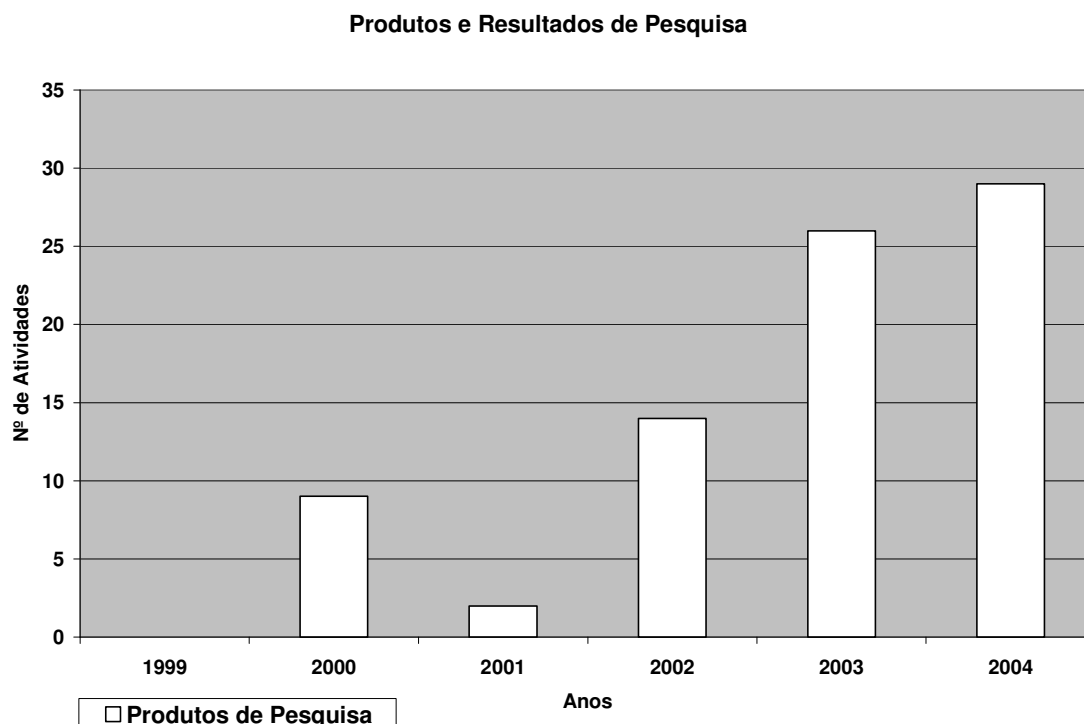


Figura 17 – Evolução dos produtos e resultados de pesquisa ao longo dos anos

Esses dados apresentados contribuem para a verificação da estratégia *aumento do conhecimento sobre sustentabilidade*, pelo que a quantidade e tipos de reuniões realizadas, bem como as ações desenvolvidas, tanto na intervenção quanto na pesquisa, permitem uma melhor leitura da eficácia e eficiência no desenvolvimento dessa estratégia na sua análise qualitativa.

4.2.4. Participações nos Grupos (GAJS e 3PJ)

Para a outra estratégia principal, que é o *aumento da participação da sociedade*, serão apresentados dados a partir das contagens das listas de presenças em reuniões, não se contando os eventos e reuniões das comissões

específicas, os primeiros, por terem um público muito ampliado, e as demais por serem restritas a grupos pequenos.

Tabela 14 – Quadro de participantes e participações do GAJS (1999-2004)

PARTICIP. ANO	PARTICIPANTES E PARTICIPAÇÕES-GAJS						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAIS
Pessoas (Pelo menos 1 reunião)	14	112	20	48	52	61	-
Pessoas (Mais de 1 reunião)	2 (14%)	35 (31%)	9 (45%)	17 (35%)	23 (44%)	29 (48%)	-
Novos	14	98	7	17	14	30	-
Ausentes (Não retornaram no ano seguinte)	-	7	105	99	125	156	-
Presenças cumulativas (soma de todos que estiveram em Reuniões pelo menos 1 vez)	14	119	125	147	175	217	217
Médias de Participações (Total de Participações por Reuniões Sistematizadas)	8 16/2	20,6 124/6	15 30/2	9,2 111/12	8,3 176/21	7,5 173/23	11,3 630/56

Segundo os dados obtidos e compilados na Tabela 14, observando-se apenas em termos de pessoas participantes (porquanto se via no GAJS uma composição mais de pessoas com representações individuais do que por instituições) há uma evolução do número de participantes (em pelo menos 1 reunião do GAJS), exceto de 2000 para 2001, período de “parada” do Projeto. No entanto, ao se olhar para o número de participantes em mais de uma reunião, ou seja, pelo menos retornou após um primeiro contato com o Projeto,

esse número reduz-se em relação ao anterior, conforme se pode observar na Figura 18.

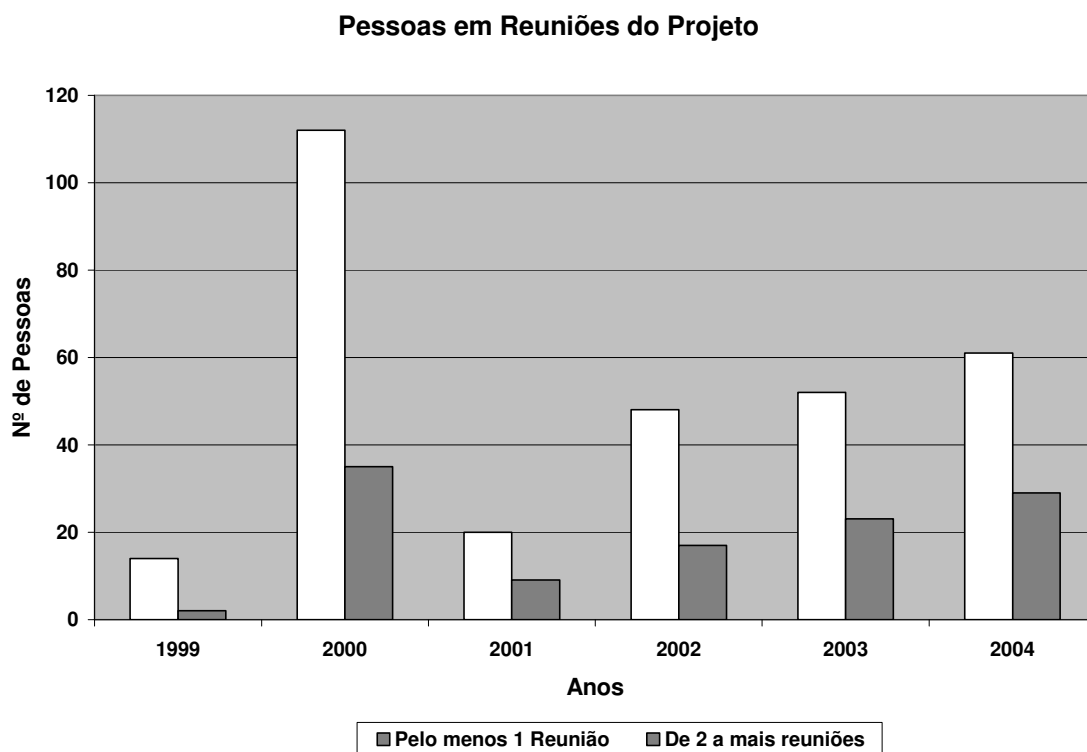


Figura 18 – Comparativo entre os números de pessoas participantes em uma e mais de uma reunião do Projeto.

Outro dado importante é quantidade de pessoas novas e ausentes no Projeto. Observando-se a Tabela 14 e a Figura 19, vê-se que o número de pessoas novas só superou a de ausentes em 2000, quando houve um grande incremento de participantes. Observa-se, no entanto, que nos anos seguintes aumenta o número de pessoas ausentes, ou seja, que em algum momento participaram de reuniões do Projeto, mas não retornaram no ano seguinte, somando ao final, 156 de 217 pessoas que participaram de pelo menos uma reunião do Projeto.

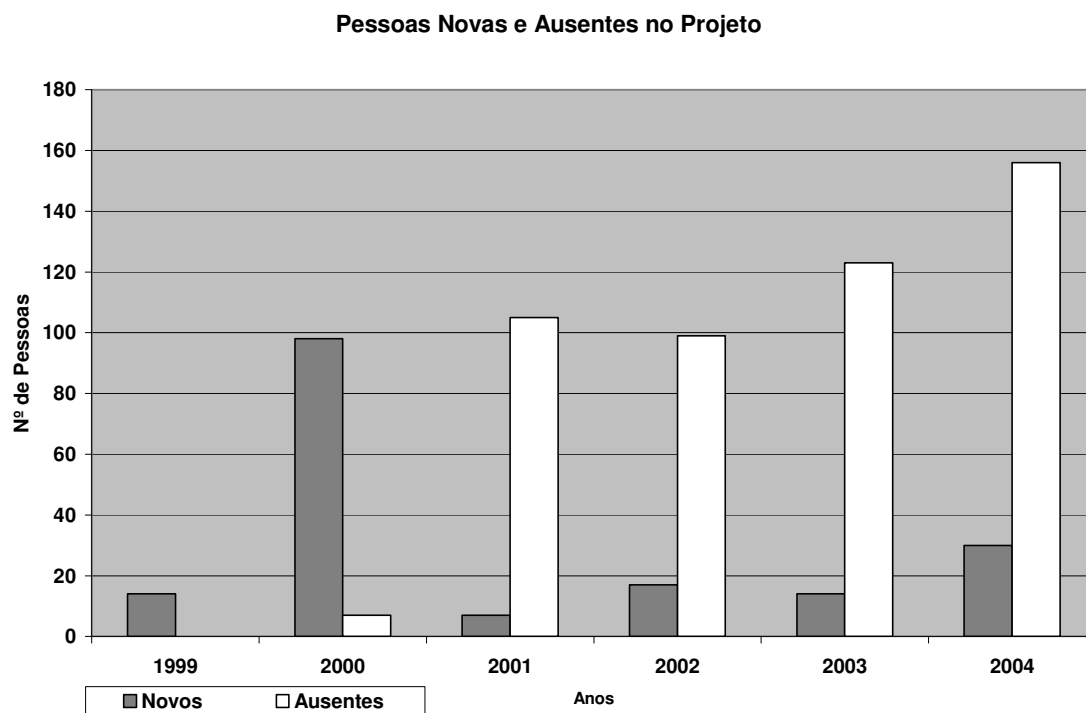


Figura 19 – Comparativo entre pessoas novas e ausentes ano a ano (1999-2004)

Esses dados ajudam na compreensão do contraste existente entre o aumento do número de participantes ao longo dos anos, mas um decréscimo nas médias de participações em reuniões, conforme se observa na Figura 20. Pode-se inferir disso que o aumento do número de participantes não significa necessariamente aumento de assiduidade em reuniões, observando-se que um grupo cada vez mais restrito manteve-se de fato envolvido com as atividades do Projeto.

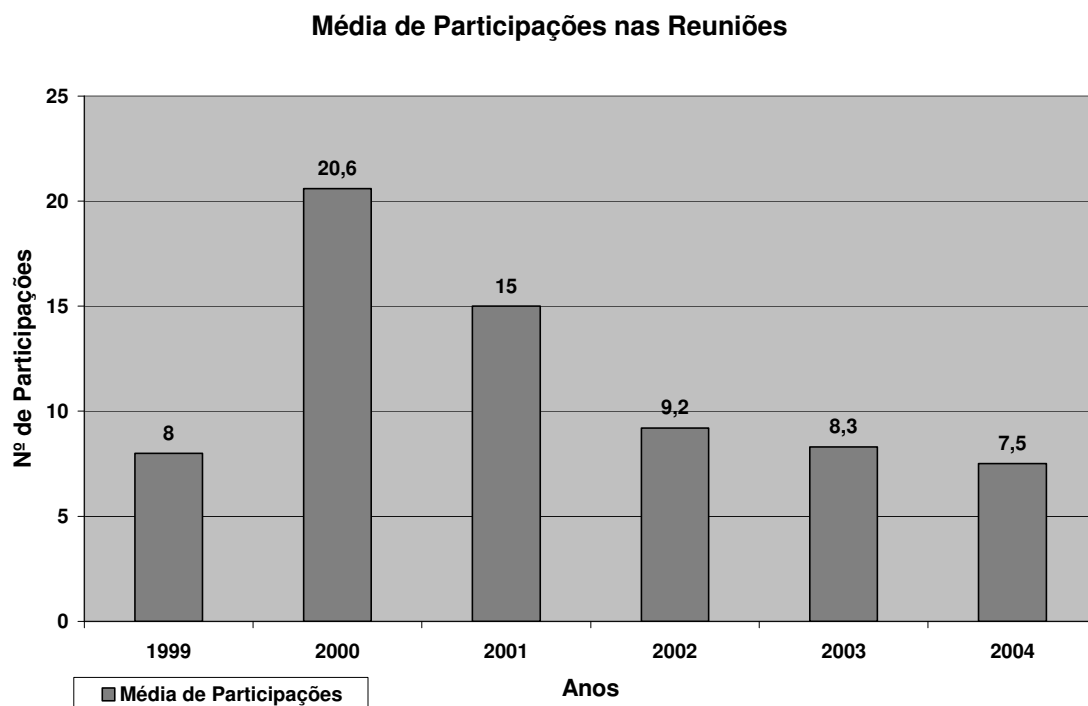


Figura 20 – Média de Participações nas Reuniões do GAJS.

Com relação às instituições participantes do GAJS, passaram pelo Projeto ao todo 34 instituições, de diversas naturezas e fins. Conforme se observa na Figura 21, em termos de contagem por instituições, houve uma participação diversificada e equilibrada. No entanto, ao se observar o número de pessoas participantes que se declaravam “representantes” de alguma instituição, vê-se destaque de quatro tipos principais, dentre elas, do poder executivo (com maior número), associações, ONGs e instituições de ensino. Dentre os tipos de atividades que predominavam nessas instituições os enfoques ambiental e educacional.

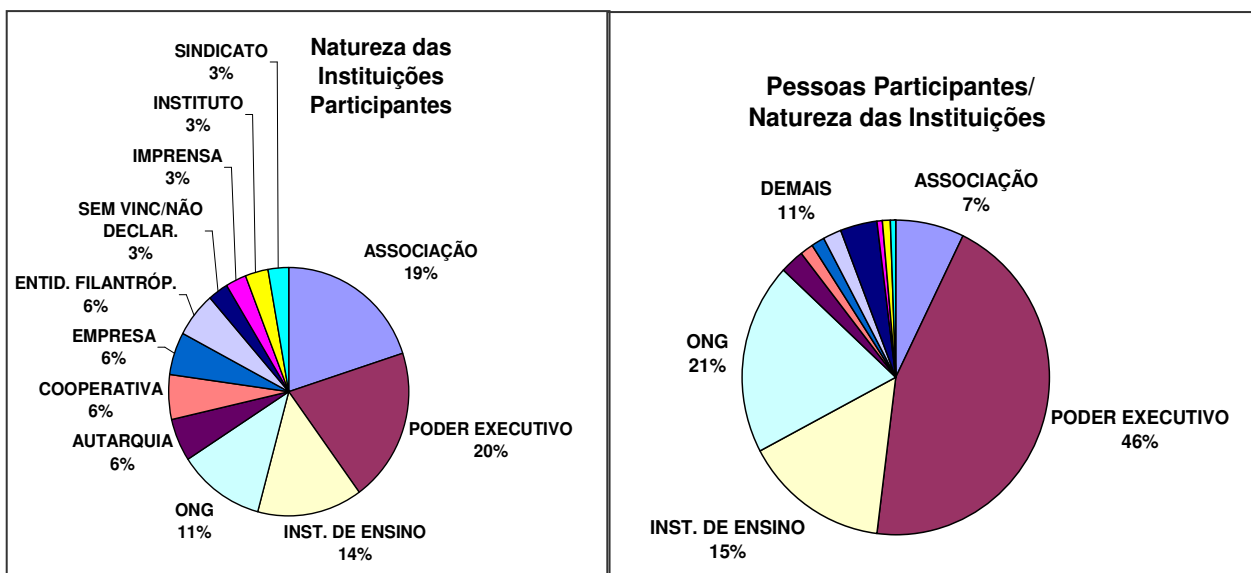


Figura 21 – Natureza das instituições participantes no Projeto pelo número de instituições e Percentual de pessoas participantes por natureza institucional.

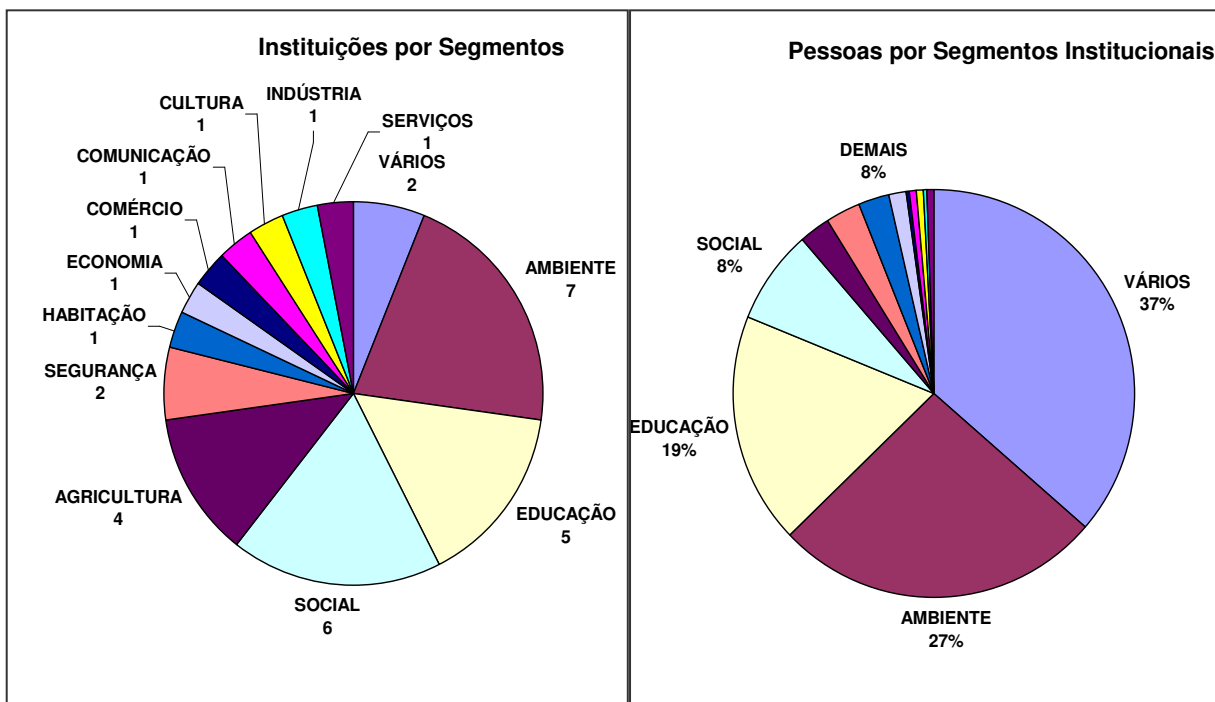


Figura 22 - Número de instituições por principais segmentos em que atuam e Número de pessoas por segmentos institucionais

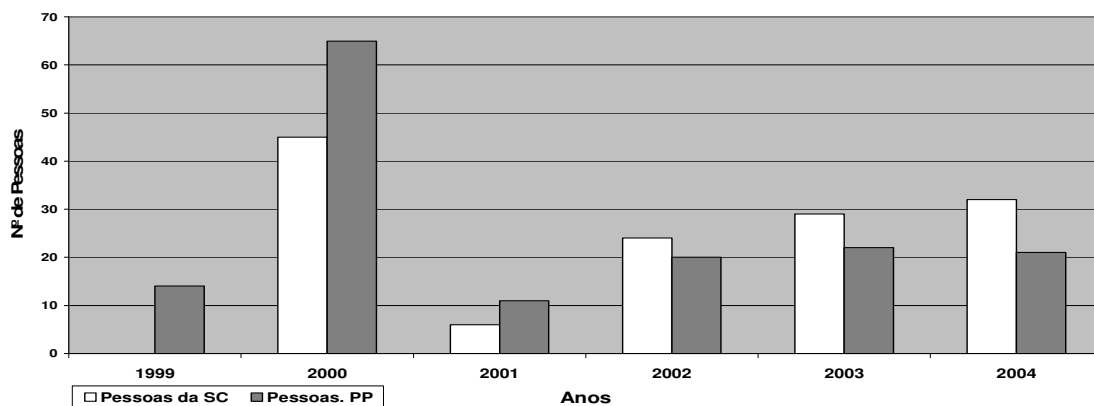
A Figura 22 apresenta dados de uma preocupação central no Projeto, que foi de ampliar os segmentos participantes. Apesar de se ter uma variedade de segmentos por instituições, quando se observa o número de pessoas que participavam por cada uma, quase 90% eram “representantes” de instituições que atuavam mais especificamente em alguns poucos setores, o que justifica as preocupações do Grupo em ter uma participação mais efetiva de outros segmentos sociais.

Considerando-se a mudança estratégica do Projeto, de aposta maior na sociedade civil em lugar do poder público, pela Tabela 15 pode-se verificar como evoluíram a adesão e a participação de pessoas desses dois segmentos ao longo dos anos.

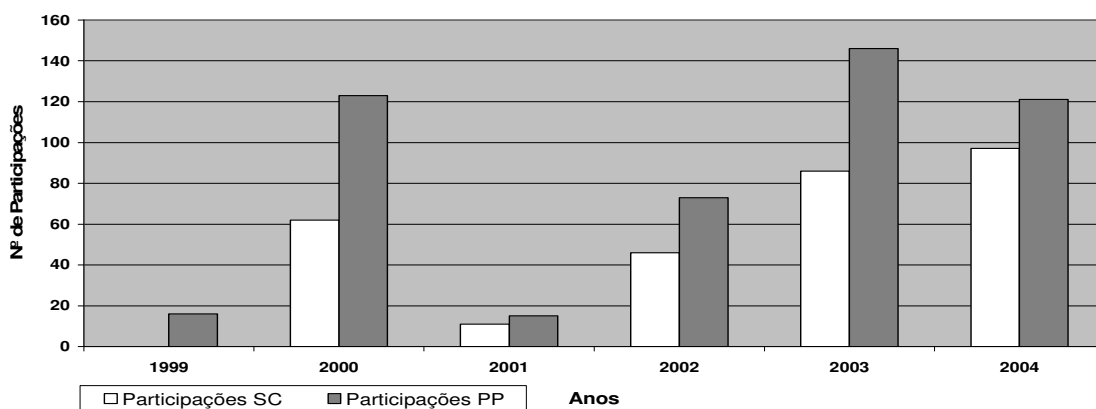
Tabela 15 – Comparação entre participações de instituições e pessoas da sociedade civil e do poder público ao longo dos anos.

DADOS	ANOS	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	INST./PART						
INSTITUIÇÕES	Soc. Civil (SC)	0	15	4	8	9	14
	Poder Público (PP)	4	4	3	2	4	6
	Novas	0	17	0	2	6	5
	Ausentes	0	1	14	9	1	2
	Totais	4	20	27	10	17	20
PESSOAS	Soc.Civil	0	45	6	24	29	32
	Poder Público	14	65	11	20	22	21
PARTICIPAÇÕES	Soc.Civil	0	62	11	46	86	97
	Poder Público	16	123	15	73	146	121

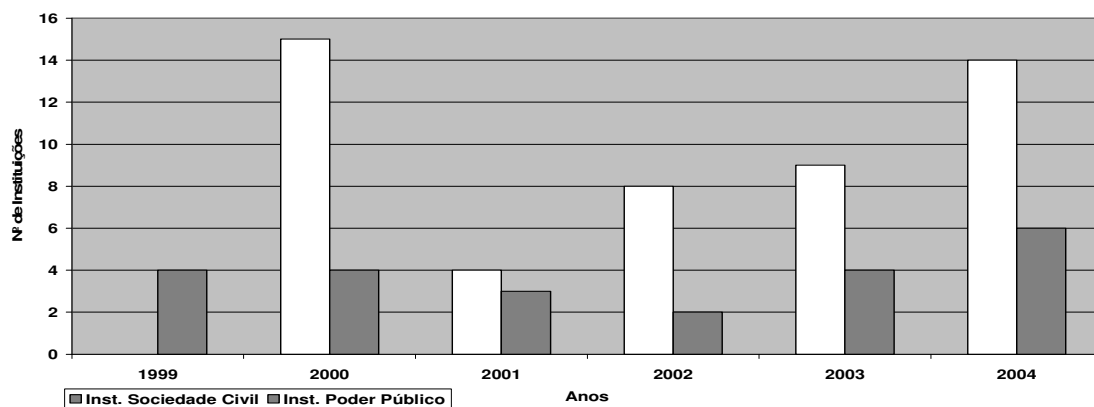
Pessoa por Instituições da Sociedade Civil e do Poder Público



Participações em Reuniões de Instituições da Sociedade Civil e do Poder Público



Instituições Participantes - Sociedade Civil e Poder Público



Figuras 23 – Gráficos de Instituições, pessoas e participações em reuniões, respectivamente, da sociedade civil e do poder público.

Na comparação entre os dois grupos de atores, as instituições da sociedade superaram em número as do poder público, porém, essa disparidade reduz-se quando se observa o número de pessoas de cada instituição, que leva a uma superioridade de participações do poder público nas reuniões. Ou seja, embora muitas instituições da sociedade tenham passado pelo Projeto (em pelo menos um encontro), foram pessoas do poder público que mantiveram maior assiduidade de participação nas atividades do Projeto.

Ainda na observação da participação em eventos e atividades mais específicas, como as Mostras, Cadernos, Construção de Indicadores e o Fórum, houve dificuldade em se levantar dados precisos e completos, mas foi possível fazer algumas compilações.

Tabela 16 – Dados das Mostras Jaboticabal Sustentável

Versão Dado	MOSTRAS JABOTICABAL SUSTENTÁVEL		
	1ª Mostra	2ª Mostra	3ª Mostra
Nº de Inst. Participantes	12	18-20	25

Pelos números da Tabela 16, pode-se dizer que as Mostras atingiram seu objetivo de ampliação do número de parcerias, no entanto, dados anteriores (como os das Figuras 21), mostram que um número pequeno desses novos parceiros mantiveram-se atuantes no Projeto, por motivos que serão analisados nos resultados qualitativos.

Os Cadernos, por sua vez, também tiveram um número crescente de parceiros constantes da sua listagem de contra-capa, no entanto, um número inferior de instituições e pessoas participaram efetivamente do processo, como

se observa na Tabela 17.

Tabela 17 – Dados da elaboração dos Cadernos Jaboticabal Sustentável

Edição Dados	CADERNOS JABOTICABAL SUSTENTÁVEL		
	Caderno Nº 1	Caderno Nº 2	Caderno Nº 3
Instituições Parceiras Nominais	10	24	28
Pessoas Particip. Nominais	25	24	30
Pessoas Particip. do Processo	-	18	23
Média de Participações	-	7	6,6
Tiragem	5.000	3.000	3.000

(-) Dados não encontrados

No processo de construção teórica dos indicadores de sustentabilidade para água, conforme se pode observar na Tabela 18, a média de participações foi maior que a dos Cadernos, mas com queda e estabilização do número de participações ao longo do processo. O número de instituições participantes foi restrito, com pouca diversidade e predomínio de participantes de instituições de ensino e do poder público (Figura 25), resultando em um caráter mais técnico dos indicadores propostos (ver no Apêndice 9 a lista dos indicadores de sustentabilidade para água pré-selecionados).

Tabela 18 – Dados do processo de construção dos indicadores de sustentabilidade de água (3º Seminário Jaboticabal Sustentável)

CONSTRUÇÃO DE INDICADORES (3º Seminário)	
Duração (em anos que ocorreram etapas)	3
Etapas	6
Instituições Participantes	5
Pessoas Participantes	27
Média de Participações (62 particip./6 etapas)	10,3

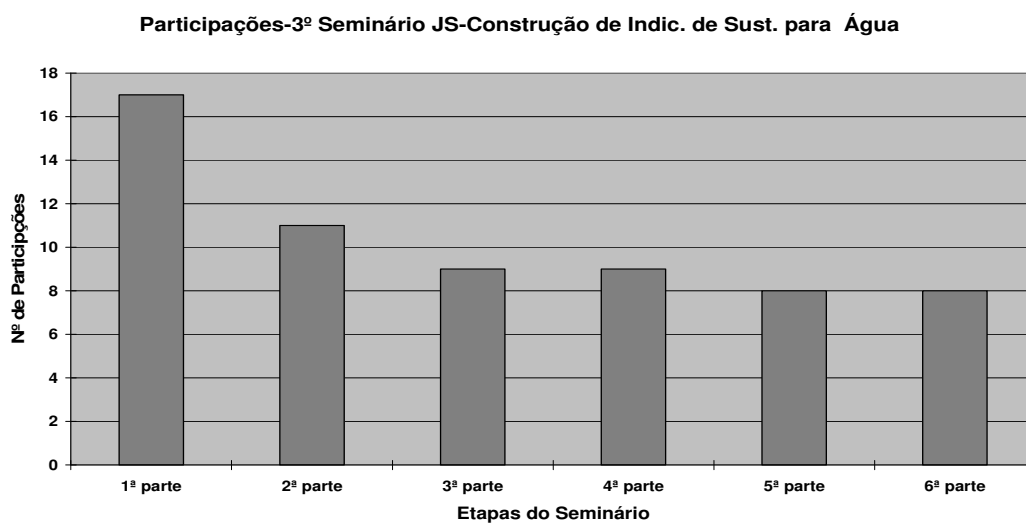


Figura 24 – Evolução das participações nas etapas de construção dos indicadores.

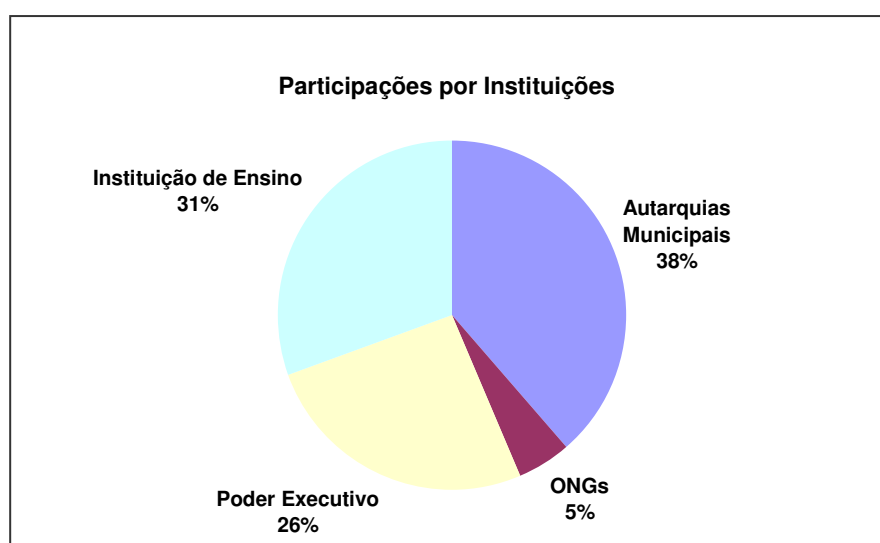


Figura 25 – Percentual de participações das instituições na construção de indicadores.

Na constituição do Fórum ao final da Fase 2, das 34 instituições que tiveram algum envolvimento com o Projeto, 16 aderiram ao Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável (ver quadro 4), que deveria dar continuidade às atividades do Projeto.

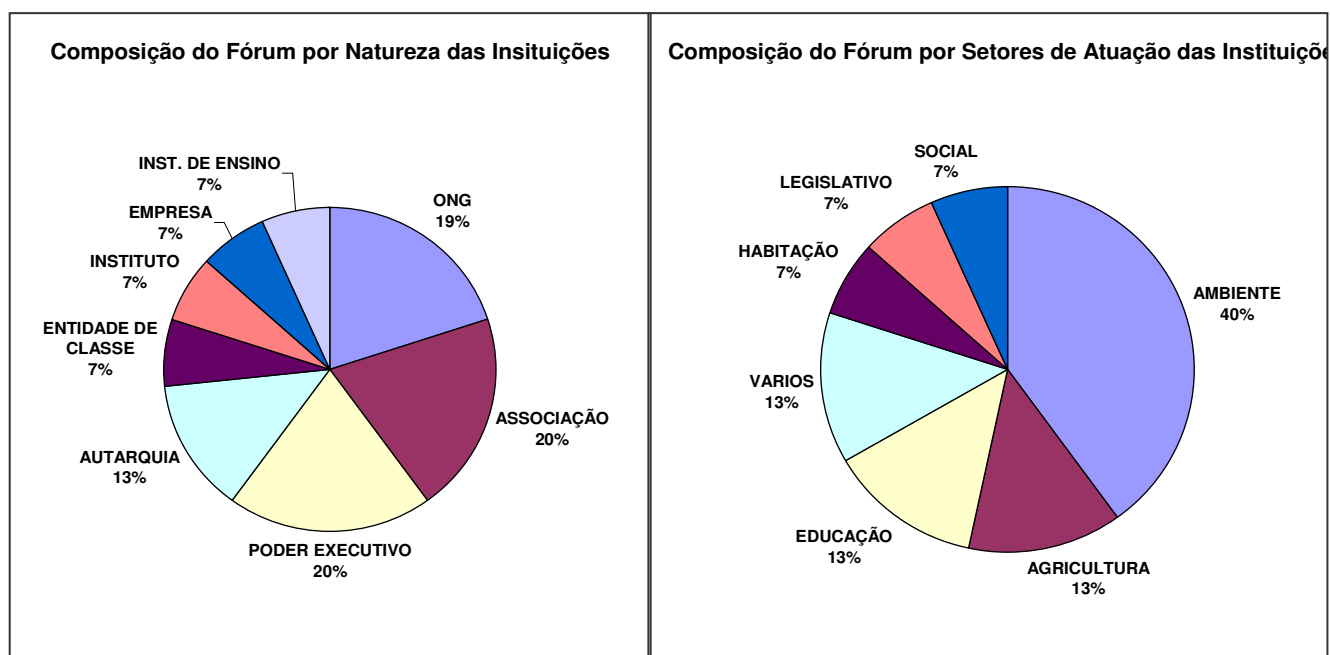


Figura 26 – Composições do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, por natureza das instituições e setores de atuação

O Fórum apresenta na sua formação inicial ainda pouca variedade de segmentos sociais, estando mais presentes associações e ONGs, e ainda do poder público. Nos setores de atuação das entidades destacam-se como temáticas principais ambiente, educação e agricultura, conforme mostra a Figura 26. O Fórum deveria ter o papel, que era antes da Universidade, de articular essas instituições, apoiando suas ações e trabalhando para a constituição do sistema de monitoramento local da sustentabilidade.

Reconhece-se que essa função de articuladora e facilitadora da equipe de pesquisadores foi fundamental para mediação dos trabalhos

desenvolvidos, mas assim como a equipe local, também passou por dificuldades de articulação e estruturação internas.

Participaram ao todo da equipe mais de 50 pesquisadores, principalmente docentes e discentes de graduação e pós-graduação ligados ao Departamento de Engenharia Civil da UFSCar. Devido à rotatividade de alunos e professores, a equipe não manteve uma composição fixa ao longo do processo, mas contou com um grupo multidisciplinar de pesquisadores de diversas formações, como engenharia civil, arquitetura, geografia, biologia, economia e outras.

No decorrer do Projeto, houve um incremento de pessoas na equipe da Fase 1 para a Fase 2, mas esta se reduziu no final da segunda fase, como mostra a Figura 27⁴².

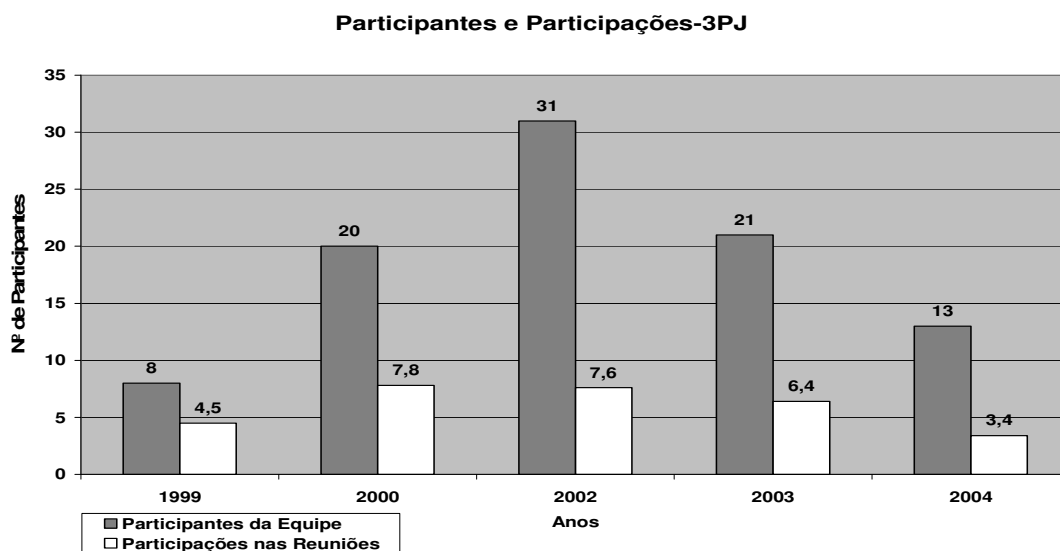


Figura 27 – Participantes e participações na equipe de pesquisadores (1999-2004)

É importante observar também, que o número de pessoas integrantes da equipe não reflete o número de pessoas que efetivamente se engajavam em suas atividades, o que pode ser visto pelas médias de participação nos anos (Figura 27), chegando a um número reduzido ao final da participação da Universidade, em 2004.

4.2.5. Considerações

Os resultados quantitativos ora apresentados demonstram os números que compõem a experiência do PJS, permitindo, na medida do possível, a verificação estatística das estratégias principais do Projeto.

Da estratégia *aumento do conhecimento sobre sustentabilidade no município* pôde-se observar que:

- a) Houve mais reuniões de intervenção que de pesquisa;
- b) No total, as reuniões operacionais suplantaram as reflexivas;
- c) Foram desenvolvidas mais ações de formação indireta (Reuniões, Cadernos, Mostras) que de capacitação específica (Seminários, Oficinas);
- d) Os produtos e resultados de pesquisa (sistematização e divulgação do conhecimento sobre sustentabilidade), de caráter mais individual, tiveram um ritmo crescente na segunda Fase.

Sobre a estratégia *aumento da participação local* tem-se que:

- a) O aumento de pessoas participantes do Projeto ao longo dos anos, contrasta com o decréscimo da média de participações;

⁴² Foram realizadas algumas reuniões no segundo semestre de 2001, mas os dados

- b) O número de pessoas novas no Projeto era suplantado pelo número de pessoas ausentes de um ano para o outro;
- c) A diversidade de instituições participantes do Projeto era equilibrada na contagem por entidades, mas desproporcional na “representação” por pessoas, predominando ONGS, associações e poder executivo;
- d) O mesmo se observa na distribuição por segmentos sociais, predominando os enfoques ambiental e educacional;
- e) Essa constatação se repete na observação da participação da sociedade e do poder público, o qual em número de instituições é inferior, mas superou a sociedade em “representantes” nas atividades do Projeto;
- f) Nas Mostras e Cadernos, observou-se um aumento de participantes nominais, mas uma participação efetiva restrita;
- g) Na construção dos indicadores, pouca diversidade de instituições participantes, e predomínio de entidades e pessoas de conhecimento mais técnico e formal;
- h) No Fórum, sua composição inicial apresenta ainda pouca variedade de segmentos sociais, com predomínio de ONGs, associações e entidades do poder público, e como setores predominantes ainda o ambiente e a educação.

A partir desses dados quantitativos apresentados e suas considerações, pretende-se verificar os resultados qualitativos.

4.3. RESULTADOS QUALITATIVOS

Os resultados qualitativos apresentados têm por base a verificação das estratégias e ações desenvolvidas no Projeto, bem como a atuação dos grupos envolvidos, como sociedade, poder público e pesquisadores, analisados simultaneamente, segundo entrevistas, relatos, relatórios e outras fontes de evidência utilizadas.

4.3.1. Estratégia de Formação

Como já visto anteriormente, a capacitação era um dos objetivos iniciais do Projeto e, com o desenvolvimento das reuniões na Fase 1, viu-se a necessidade de uma ação contínua e coletiva para o *“aumento do conhecimento sobre sustentabilidade no município”*.

Para EL ANDALOUSSI (2004) *“a articulação entre pesquisa e ação, a participação nas diferentes fases do processo e a negociação de cada uma das ações põe os atores e pesquisadores em uma posição de formação em que uns aprendem com os outros”*.

Segundo THIOLENT (2003):

“As diversas categorias de pesquisadores e participantes aprendem alguma coisa ao investigar e discutir possíveis ações cujos resultados oferecem novos ensinamentos. A aprendizagem dos participantes é facilitada pelas contribuições dos pesquisadores e, eventualmente, pela contribuição temporária de especialistas em assuntos técnicos cujo conhecimento seja útil ao grupo. Em alguns casos, a aprendizagem é sistematicamente organizada por meio de seminários ou de grupos de estudos complementares e também pela divulgação de material didático.”

Dentro dessa perspectiva de transferência de conhecimento e formação de pessoas foram implementadas ações específicas para favorecer a aprendizagem dos atores sobre sustentabilidade, como as oficinas, os seminários, os cadernos e a construção de indicadores.

a) Realização de Reuniões, Seminários e Oficinas

As reuniões caracterizavam-se por encontros entre as equipes de pesquisadores e agentes locais para debates teóricos e organização de atividades do Projeto. Com as mudanças estratégicas, as reuniões passaram a ser o momento principal da troca de informações e experiências entre os participantes, bem como transferência do conhecimento sobre sustentabilidade.

O processo passou então a seguir uma metodologia de aprendizagem mútua e aprendizagem pela ação que consistia em construir um conhecimento juntamente com a comunidade e desenvolver ações que propiciassem o desenvolvimento desse conhecimento (TEIXEIRA, 2000a).

A transferência de conhecimento no Projeto foi marcada pela construção coletiva de conceitos, estando aberta a novos “saberes” e experiências contribuintes. Segundo atores locais, tratava-se de uma metodologia muito acadêmica e precisava de um direcionamento maior e um foco mais preciso. Porém, o grau de aprendizado não pode ser medido objetivamente, entendendo-se que, pelas entrevistas, houve assimilação em maior ou menor grau, conforme a identificação com o método utilizado, como se observa nessas entrevistas:

*“Nessa transferência de conhecimento eles acabam fazendo com que a gente construa esse conhecimento...essa **estratégia de transferência de conhecimento** e de construção do conhecimento(...)eu acho que é **perfeita**” (SC-1).⁴³*

*“E uma forma tal, como **um trabalho de extensão, mais de reunião de trabalho, no estilo da universidade, de pesquisa de discussão em sala, em grupos, em grupos reduzidos, não acaba atingindo...**” (SC-4).*

Como observado nos resultados quantitativos, as reuniões atenderam à proposta de discussão reflexiva mais no início do Projeto (ver Figura 15), tendo posteriormente mudado seu enfoque para mais operacionais, em função das atividades implementadas. Os momentos de reflexão mais subjetivos sobre sustentabilidade foram sendo substituídos por ações mais objetivas, prejudicando de certa forma a discussão sobre sustentabilidade mais direcionada à formação de pessoas.

Paralelamente às reuniões, foram realizadas algumas oficinas e seminários durante o processo, abordando temas relativos à sustentabilidade e às propostas do Projeto em si. Essas ações foram importantes na introdução da temática aos atores locais e na construção da base teórica do Projeto.

Sobre a incorporação dos conceitos, pode-se dizer que ocorreram para alguns participantes em nível de discursos, para outros em ações efetivas. O seu efeito multiplicador pretendido nessa estratégia de formação ficou restrito à capacidade de assimilação e disseminação do conhecimento de cada indivíduo, conforme se observa nesse depoimento:

⁴³ Os negritos ao longo das entrevistas são destaques da autora para as partes das falas que diretamente se relacionam com o que está sendo analisado.

*“Eu acho que isso é que **foi fundamental**, porque **foi trazido um conceito pra um grupo que não dominava esse conceito** e hoje para várias pessoas, você conversa com essas pessoas, e todas elas falam sobre indicadores, falam sobre sustentabilidade de uma forma, assim, com conhecimento...A **dificuldade está em articular de forma que esses monitores eles levem para comunidades deles**, para as instituições que ele representa de uma forma eficiente” (SC-2).*

O caráter mais abstrato e a complexidade ao se tratar da noção de sustentabilidade pode ter limitado de certa forma a acessibilidade do conhecimento, observando-se que assimilaram mais a discussão pessoas com certo nível de formação e atuação profissional relacionada de alguma forma ao tema (PQ-3)⁴⁴.

Algumas técnicas, instrumentos e linguagem utilizadas nas oficinas podem ter dificultado a aprendizagem de alguns participantes, por terem seguido um formato mais acadêmico, como já relatado em uma entrevista (SC-4). Para THIOLENT (2003), o especialista deve estabelecer alguma forma de comunicação e de intercompreensão com os agentes do saber popular, chegando-se a um relacionamento adequado entre saber formal e informal.

Segundo EL ANDALOUSSI (2004), o chamado “saber estratégico” deve envolver os diferentes saberes disponíveis entre os participantes no processo da pesquisa-ação, apoiando-se nas competências reais dos participantes. Propor um saber teórico-acadêmico aos participantes que lidam mais com a prática não se torna muito útil. Deve-se partir da realidade dos

⁴⁴ Em alguns momentos serão citados distintamente dos demais entrevistados PQ-3 e PQ-4, devido à metodologia diferenciada de entrevista com esses pesquisadores, realizada em forma de uma reflexão sobre o processo juntamente com a pesquisadora.

atores implicados para que haja uma apropriação progressiva de saber, que se constrói gradualmente com o avanço do processo e ajuda na resolução de problemas (p.112). Segundo esse autor:

“Ao participar das discussões, reflexões e avaliações múltiplas possibilitadas pela pesquisa-ação, os atores adquirem conhecimentos novos, fonte de novas necessidades de formação e de ampliação de horizontes” (EL ANDALOUSSI, 2004, P. 139).

Como se pode observar, a troca de experiência e conhecimentos na relação entre “saber formal” e “saber informal” favorece não só aos agentes locais na ação, ao formar e capacitar pessoas, mas também aos pesquisadores na produção da pesquisa, no que oferece novas oportunidades de aprendizado pela observação e intervenção na realidade.

Assim, considera-se que as atividades e metodologias empreendidas na estratégia de formação tornaram acessível um conhecimento abstrato, pelo menos para parte do grupo, e fomentaram o processo de discussão sobre a sustentabilidade no município.

b) Elaboração dos Cadernos Jaboticabal Sustentável

A elaboração da série de Cadernos Jaboticabal Sustentável possibilitou a sistematização e disponibilização de conhecimentos sobre a sustentabilidade e sobre o município, como relata esse ator:

“... eu acho que o caderno é um instrumento muito eficaz para desenvolvimento e para o conhecimento da população sobre o que é

o desenvolvimento sustentável, e como trabalhar isso dentro do município”(SC-5).

A linguagem mais simples e acessível buscou atingir um público além dos parceiros do Projeto (ONGs, universidades, técnicos do poder público etc), incluindo também população e escolas, público-alvo do Caderno. Alguns atores confirmam a eficiência dessas publicações no seu propósito:

“Foi uma divulgação muito boa e trouxe a informação de uma forma mais leve, como foram os cadernos, trouxe essa informação pra população saber o que é sustentabilidade” (PP-1).

“O caderno ele tem um efeito mais na comunidade estudantil, então esses cadernos estão servindo de referência, de base para o pessoal que está nas escolas, principalmente em nível que o ensino médio, ensino básico(...)E para os meios, assim, mais superiores, mais científicos, também serve de base de referência para que eles melhorem a atuação, inclusive a literatura nesses cadernos foi mais básica. A única coisa que eu senti dificuldade foi na elaboração” (SC-2).

O processo de elaboração dos Cadernos, de construção coletiva do conhecimento por meio de oficinas, debates, coleta de dados e sistematização de informações, buscou uma condução aberta e participativa da produção de seu conteúdo. Como observado no depoimento anterior, o fato do método ter sido desenvolvido juntamente com os participantes pode ter sido difícil para alguns, mas facilitou a assimilação e o envolvimento de outros:

“... considero que o que foi mais eficiente do grupo de ação foi a elaboração dos cadernos Jaboticabal sustentável” (SC-4).

“Poderia até alguém criticar que há um perfeccionismo por que os cadernos demoram a sair, mas isso também fortalece o grupo, faz o

grupo crescer, na preparação das atividades... ” (PP-4).

Segundo EL ANDALOUSSI (2004), o processo de construção, exame e análises desses produtos didáticos é considerado gerador de conhecimentos, ajudando a produzir um novo saber que é integrado às ações educativas e tornam mais acessíveis os objetivos do Projeto, mais compreensíveis e mais bem adaptados às realidades econômicas e socioculturais dos participantes.

Apesar da abertura existente para o envolvimento dos atores, conforme se observa nos resultados quantitativos, o processo participativo não se concretizou de forma ampla observando-se um decréscimo do número de participantes efetivos nesse processo, apesar do aumento do número de parceiros nominais a cada nova publicação (ver Tabela 17).

A estratégia recebeu apoio do Poder Público no início com participação dos seus funcionários, sendo relatada a utilização do material como referência nas atividades de algumas secretarias:

*“Eu acho que é uma **construção muito boa, muito forte...**a gente inclusive **aqui no departamento se utiliza o caderno todos os anos tanto pra gente montar tanto o plano plurianual, que agora ele passou a ser bimestral, parece que ele vai voltar a ser bimestral, quanto para quando nós vamos montar algum projeto, a gente sempre se utiliza dele...**” (PP-2).*

Mas apesar do seu uso como material de referência em algumas situações, houve uma falta de capacidade no direcionamento adequado de sua

utilização e distribuição, que deveria ter sido trabalhado de forma mais efetiva nas escolas, ONGs, associações de moradores, como proposto inicialmente:

*“Eu acho que o **caderno é uma ótima saída**, foi feliz, porque traz a **oportunidade envolvimento das pessoas numa ação prática**, e uma **ação que é a sistematização de conhecimento**, sistematização em profusão de conhecimento.(...) Agora eu **não sei quanto à sua distribuição, quanto ao seu uso, isso eu não sei se essa parte foi bem conduzida**, porque a idéia era de que os cadernos só fossem trabalhados, fossem distribuídos de uma maneira dirigida, essa foi a idéia inicial (...) As escolas, as associações de moradores, ONGs, eram as estratégias.(...) **Então, eu acho que ele pode ter falhado aí, na questão da distribuição do uso dele” (PQ-2).***

Os Cadernos podem ser considerados instrumentos importantes de sistematização, transferência e divulgação de conhecimento, mas que precisam ter seu uso mais bem observado para atingir mais eficientemente seus objetivos.

c) Construção Participativa de Indicadores

Dentro do objetivo de experimentação e transferência de uma metodologia de construção de indicadores para os agentes locais, um dos seminários foi destinado a esse fim.

Segundo a revisão da literatura (KAYANO e CALDAS, 2002; CAVALCANTI,1999; VAZ,2000; FERREIRA,2000) a construção de indicadores é considerada importante e necessária tanto para a sociedade quanto para o poder público, para estes como instrumentos de apoio às tomadas de decisão, e para a sociedade, como ferramentas para o monitoramento da

sustentabilidade dessas políticas. A importância dessa estratégia é reconhecida pelos agentes locais:

*“... a **formação de indicadores é sempre muito positiva**, porque **são instrumentos gerenciais para você tocar qualquer empresa, e a prefeitura não deixa de ser uma empresa só que no caráter público**. Então você ter informações de como é que está o desenrolar de algumas informações, no caso a sustentabilidade, **é interessante para que o administrador público tome suas decisões, onde investir, onde não investir, para que lado caminhar, para que lado não caminhar**. Então eu acho **que a formação dos indicadores ela foi muito importante porque foi conduzida de forma participativa, não foram indicadores (...) de construção técnica, e também não foi de cima para baixo como se diz por aí, então foram indicadores que passaram por uma série de critérios, tanto pessoais quanto de instituições que estavam envolvidas, eles estão aí para começar a serem implementados” (PP-3)**.*

A opção por um processo participativo pelos pesquisadores, porquanto entendiam ser “mais sustentável” (PQ-3 e PQ-4), foi o diferencial dessa experiência em relação a outras metodologias, como do IQVU e de Barcelona. Apesar de não se fazer um processo de divulgação ampla como em Seattle, o processo foi aberto à participação de interessados da sociedade de forma geral, e não restrito a técnicos e especialistas.

No entanto, a escolha dessa estratégia apresenta vantagens e desvantagens. Conforme relato de PQ-3, apesar de ser a participação uma condição essencial da sustentabilidade, observou-se que a opção por essa estratégia demandou mais tempo e dilatação dos prazos previstos do Projeto, além de ter dificultado a construção do sistema de indicadores, que não chegou a ser concretizado.

No entanto, o processo participativo acabou restrito à participação de pessoas com maior conhecimento sobre o tema (água), e mais uma vez o envolvimento de um número restrito de pessoas e instituições participantes (ver Tabela 18) foi um fator limitante no reconhecimento de uma representação social de fato, e posteriormente, para a continuidade desse processo.

Com relação à metodologia experimentada, foi considerada complicada e demorada, causando desgaste aos participantes, por etapas sucessivas e descontinuadas, conforme depoimento de PP-4, onde as técnicas, instrumentos e linguagem utilizados nem sempre foram compreendidos por todos. Com isso, pode-se ter originado instrumentos mais técnicos e de menor entendimento do público em geral (PQ-3).

*“... eu acho que **a idéia de indicadores ela é excelente**, com relação a isso eu não tenho nem o que comentar. Agora eu achei **o processo de construção muito demorado, com muitas etapas, e isso dispersa as pessoas (...)** complicado. Eu acho que foram **muitas etapas, eu acho que deveria ser um pouco mais resumido**” (PP-4).*

Inicialmente o poder público se mostrou aberto e interessado nessa ação, sendo apontados pela Prefeita e assessores áreas e temas para a construção de indicadores⁴⁵. Mas o processo (participativo) demandou mais tempo que se esperava, e a não obtenção de resultados concretos no tempo de gestão pode ter desestimulado esse parceiro, conforme esse depoimento:

“A gente precisava também ser competente para falar que tem um indicador de sustentabilidade na prefeitura, fazer isso chegar nas

⁴⁵ Registrado no Relato de Reuniões de 28/10/99, na Prefeitura Municipal de Jaboticabal.

*peças, **elas experimentarem isso**, com encantamento... para as pessoas de fato. Assim, **se se tivesse chegado de uma forma mais rápida aos indicadores... talvez os indicadores fossem grande animador de tudo (...)** é que a população precisa de alguma coisa palpável...” (PP-5).*

O avanço de experimentação de uma metodologia na construção dos indicadores de sustentabilidade para água no município é importante, mas há que se reavaliar o processo, aperfeiçoar ou simplificar a metodologia. A discussão e a participação coletiva são essenciais, mas deve-se verificar a melhor forma de proporcionar essa participação, dentro da necessidade de se agilizar o processo e obter-se resultados mais concretos num prazo menor.

Das estratégias de formação, as diversas condições criadas para possibilitar o aumento do conhecimento sobre sustentabilidade dos agentes locais, como reuniões, técnicas, oficinas, seminários, publicações etc favoreceram o processo na medida em que facilitaram o acesso e a transferência de conhecimentos novos (conceitos, princípios, dimensões e indicadores de sustentabilidade) essenciais para o desenvolvimento do processo.

Mas a verificação desse aprendizado não pode ser medida objetivamente e, pela observação de alguns atores e percepções da pesquisadora, acredita-se que a incorporação desses conceitos só se deu de fato por um grupo menor de pessoas do GAJS, o que pode ser observado por mudança de conduta e incorporação prática em atividades cotidianas.

4.3.2. Estratégia de Participação

Na relação com sustentabilidade apresentada na revisão de literatura (Capítulo 2), a participação dos vários atores sociais, expressa na sua dimensão política, tem se tornado uma condição fundamental na perspectiva de uma sociedade mais sustentável (ALMEIDA E MENEGAT,2001; FREY, 2000; ALCSELRAD e LEROY, 2001)

Em processos que envolvem além da ação, a pesquisa, THIOLENT (2003:15) considera que a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária (para esse autor, toda pesquisa-ação é do tipo participativo). Para MORIN (citado por EL ANDALOUSSI, 2004) essa participação exige um engajamento pessoal, uma abertura à atividade humana, sem relação de dependência, com o diálogo prevalecendo nas relações de cooperação e colaboração.

Assim, no desenvolvimento do Projeto Jaboticabal Sustentável, buscou-se condições que favorecessem essa participação efetiva dos agentes locais no Projeto, como o processo participativo, as parcerias e a formação de um grupo de ação local, que serão analisadas a seguir.

a) Desenvolvimento de um Processo Participativo

Conforme se viu na descrição do Projeto (Capítulo 3), logo no final da Fase 1, constatou-se a necessidade de envolvimento maior da sociedade no processo diante da possibilidade de mudança na administração pública. Sendo também um debate central da sustentabilidade, o processo participativo

constituiu-se na estratégia basilar do Projeto, no que referenciou continuamente o teor das relações e processos que foram implementados, inclusive as outras estratégias.

Nesse sentido, buscou-se no Projeto o envolvimento dos parceiros de modo mais do que cooperativo, efetivamente participativo, com uma implicação dos atores de forma a propiciar uma condição de emancipação e autonomia do grupo local na condução do processo para garantir a sua continuidade.

Para isso os pesquisadores propuseram um trabalho aberto, cooperativo e consensual nas atividades do Grupo, enfocando o incentivo às relações democráticas, e incentivando parceiros a serem pró-ativos na condução do processo, refletindo princípios da cidadania ativa.

No entanto, as fontes de evidência apontam para uma efetividade da estratégia mais enquanto trabalho interno ao Grupo de Ação, e não na sua incorporação no processo político de tomada de decisões no município, como é proposta do Projeto.

Apesar de já haver processos participativos na gestão pública como visto na descrição do município no Capítulo 3 (Conselhos, Orçamento Participativo, Plano Diretor Participativo), não houve abertura ao Grupo para participar de alguma reflexão conjunta sobre as políticas públicas municipais, conforme relata essa fala de entrevista:

*“Você tem processo participativo, mas **o grupo é emancipado pra agir? Às vezes não é, então, ainda percebo uma certa dificuldade...é participativo nas construções teóricas? É, nas construções teóricas, passou disso já não vejo uma participação efetiva, uma emancipação***

da participação, no sentido que determinados indivíduos recebem um **empoderamento** pra estar assumindo alguma atitude, isso a gente ainda...ainda não percebi” (SC-1).

Pode-se dizer que houve consultas e decisões conjuntas dentro do Grupo, mas não fora dele. Ainda assim, se houvesse essa abertura, a participação seria questionável, porquanto não se constituiu no GAJS uma representação social de fato. Conforme os resultados quantitativos, vários setores sociais permaneceram ainda ausentes, observando-se uma ação mais individualizada dos atores, do que uma representação legítima de suas instituições, conforme relatam essas entrevistas:

*“As pessoas muitas vezes iam **mais como uma coisa pessoal do que propriamente como entidade**, apesar de haver incentivo para a discussão nas suas instituições” (PQ-3).*

*“Isso ocorre em outros movimentos, em outras organizações sociais, porque **a gente não tem uma cultura de representação**” (PQ-4).*

No GAJS não havia distinções de participação de pessoas ou entidades, e a adesão era voluntária. Ao longo do processo houve um aumento quantitativo tanto de pessoas quanto de entidades, mas não se refletiram em aumentos qualitativos de participação, ficando as médias sempre inferiores ao número de participantes nominais, conforme se observa na Figura 20 dos dados quantitativos.

Pelos depoimentos nas entrevistas, muitos dos atores locais acharam importante o desenvolvimento do processo participativo e a abertura e incentivos dados à participação pelos pesquisadores:

*“Eu achei muito boa essa forma de trabalho, e eu aprendi muito com isso. Eu acho que foi a **melhor estratégia**, eu acho que foi, do ponto de vista de ser participativo, eu acho que **foi um acerto grande**, sabe? Eu acho que alcançou objetivos” (PP-4).*

Mas nem todos estavam habituados ao processo participativo, e foram relatados conflitos existentes (muitas vezes ocultos dentro Grupo, segundo PQ-4), de natureza política ou pessoal, como percebido também pela pesquisadora, e entre instituições, inclusive com o poder público, afetando-se em alguns momentos, a capacidade de desenvolvimento do processo participativo.

*“Eu acho que houve **uma discussão franca**, acredito que sim, **houve algum conflito**, que eu espero que tenha sido resolvido, e **houve bastante entendimento também** em muitas ocasiões. E por parte de algumas pessoas, **muita colaboração, muita participação**” (SC-3).*

No fim, pode-se dizer que a participação maior ficou restrita um grupo pequeno de pessoas mais sensibilizadas ao tema (PQ-3), percebendo-se uma baixa cultura participativa da sociedade local (PQ-4), que se evidencia por outros canais de participação não “ocupados” pela população, como os Conselhos, o Plano Diretor e o Orçamento Participativo (PP-5, PMJ, 2000 e VIGLIO, 2005)⁴⁶.

⁴⁶ PP-5 relata em sua entrevista um grande número de conselhos municipais em Jaboticabal não ativos; no Plano Diretor evidencia-se um baixo envolvimento da sociedade no processo de discussão do documento e VIGLIO aponta o baixo associativismo (participação restrita de associações de moradores ativas e não envolvimento das associações de moradores ou qualquer outra organização com o Orçamento Participativo) como um dos fatores explicativos do desempenho do OP no município.

Apesar do papel de mediadores, configurada na assessoria política dos pesquisadores, os conflitos existentes entre as entidades e a pouca abertura efetiva à participação da sociedade pelo poder público, foram dificuldades que também interferiram no avanço maior do desenvolvimento do processo participativo.

b) Estabelecimento de Parcerias

“*Consolidar parcerias*” era um dos objetivos da FAPESP para Fase 1, e esse objetivo foi mantido no Projeto dentro da estratégia de “ampliação da participação dos agentes locais” no processo.

ZAY (citado por EL ANDALOUSSI, 2004) afirma que a emergência das parcerias surge num contexto de passagem de uma sociedade de conflitos para uma sociedade do consenso, podendo ser interpretada como uma tentativa de dissimulação dos conflitos sociais, ou como uma alternativa de expressão democrática que possibilita aos cidadãos uma participação ativa na construção da sociedade civil.

Segundo EL ANDALOUSSI (2004), o estabelecimento de parcerias representa uma tática importante em processos que buscam o envolvimento de atores locais, representando um nível mais avançado de engajamento que o de participação, colaboração ou cooperação.

O intuito de estabelecer parcerias no Projeto aproxima-se mais dessa segunda visão, buscando além do engajamento da sociedade local no desenvolvimento de suas atividades, a possibilidade de articulação desse atores em torno de um objetivo comum de benefício coletivo, utilizando-se dos

mecanismos de negociação e consenso para viabilizar a democratização das relações e decisões.

Nesse sentido, essa ação proporcionou um trabalho de sensibilização que ampliou o número de parcerias ao longo do Projeto (ver Figuras 21 e Tabela 15), mas foram encontradas algumas dificuldades na manutenção e participação efetiva desses parceiros. Dentre condições que explicam esse fato, constata-se um trabalho de sensibilização descontínuo e um possível desinteresse e afastamento de alguns parceiros, principalmente de instituições e sociedade civil, como aponta essa entrevista:

“... havia o interesse em novos parceiros, porque esse era o objetivo principal do projeto, do grupo de ação, em sempre querer valorizar isso. Só que enquanto se estava querendo valorizar isso, nas reuniões voltava-se sempre no ponto inicial das discussões e não dava uma continuidade. A forma como essas pessoas entravam era como quase sempre o projeto ficava como se ele estivesse no início. Ao mesmo tempo, com as pessoas que entravam e deixavam de participar, não foi feito um trabalho de aproximação, de conviver, ficava-se no ponto esperando que as pessoas venham, e isso não conseguiu sensibilizar esse interesse de as pessoas manterem uma frequência de participação (...) Não tinha essa amarração, talvez pela própria distância, tantas reuniões, e as entidades não vendo o resultado final que valesse a pena participar de todo o processo” (SC-4).

Na assessoria dos pesquisadores, a relação entre saber técnico e saber informal foi mediada por técnicas de metodologia participativa que facilitaram a aproximação de um grupo (com conhecimento mais formal), mas em outras oportunidades (como Encontros e Seminários), não se mostrou

acessível a camadas mais populares (com um saber mais informal), podendo ter sido um fator limitante da participação desse segmento social.

Conforme se observa na Figura 22, além das camadas populares outros segmentos sociais estiveram ausentes do Projeto, não se constituindo uma representação social ampla de fato. Pelos depoimentos nas entrevistas, o interesse mais individualizado e imediatista de alguns parceiros, num processo que é de longo prazo e para a coletividade, bem como conflitos internos do Grupo podem ter provocado o afastamento de alguns participantes.

“... e não se conseguiu trazer uma organização civil de fato, não se conseguiu sensibilizar um grupo da sociedade civil. Quem estava ali já estava sensibilizado e, pela história, são os parceiros iniciais, isso não foi ampliado” (PQ-2).

Conforme orientação da FAPESP, a Prefeitura de início se constituiu no parceiro principal do Projeto, e foi dado um enfoque maior nessa relação até a mudança de estratégia de aposta maior na organização coletiva no início da Fase 2.

Mesmo com a mudança de estratégia, o poder executivo manteve uma “presença forte”, com um número significativo de participantes (ver Figura 21 nos resultados quantitativos), e a Prefeitura foi muitas vezes identificada como “dona” do Projeto, o que impediu a aproximação de mais parceiros devido a questões políticas pré-existentes, percebendo-se também momentos de centralização que contribuíram para esse afastamento.

Excetuando-se o poder executivo, outros setores públicos estiveram ausentes, como o poder legislativo e o judiciário, limitando a capacidade do Grupo em atuar nas políticas locais.

Assim, as parcerias estabelecidas pelo Projeto não atingiram os setores sociais de forma ampla, por “falta de capacidade de ir atrás desses parceiros” como aponta PQ-3, mas também por falta de interesse da sociedade local, como aponta essa entrevista:

*“Eu achei que da parte dos líderes do grupo e dos membros do grupo também, foi bom, **foi feito o que deveria ser feito**, mas eu acho que **houve por parte da sociedade Jaboticabal pouco interesse**” (SC-3).*

c) Consolidação de um Grupo de Ação Local

A partir da adesão inicial de parceiros ao Projeto, “o fortalecimento de um grupo de ação local”, passou a ser uma das prioridades na ação, conforme consta do Projeto para a Fase 2:

“Desse modo, para se efetivar a implementação de um sistema de monitoramento permanente das políticas públicas por meio de indicadores de sustentabilidade, **será mantida a priorização das ações que envolvem a atuação do ‘Grupo de Ação’** na perspectiva de sua ampliação, fortalecimento e consolidação” (TEIXEIRA, 2001:8).

A proposta era de formação e consolidação de um grupo de ação local que se constituísse no espaço de interlocução entre pesquisadores e participantes, mas principalmente que viabilizasse e garantisse a participação e continuidade das entidades locais na condução do processo. Nesse sentido, a constituição do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável favoreceu o

desenvolvimento do Projeto, possibilitando a integração entre diversos atores sociais, poder público e pesquisadores em um trabalho conjunto.

Passaram pelo GAJS uma diversidade de participantes (gênero, raça, cor) e diferentes tipos de representações sociais, como associações, ONGs, entidades do poder público, instituições de ensino etc, com enfoques variados de atuação, desde ambiental, educacional, social a industrial (Ver Figura 22). No entanto sua composição ficou marcada pelo “predomínio de entidades ambientalistas (pelo menos que assim se autodenominavam) e por assessores da administração municipal” (PQ-4).

A ausência de vários segmentos sociais na participação efetiva do Grupo, e não só em momentos específicos (como Mostras e Encontros) tornou questionável o seu reconhecimento como representação social de fato, e em muitos momentos observou-se que os sujeitos que se colocavam como participantes ou representantes de alguma instituição não retornavam as discussões para o seu grupo, pondo-se em questão a legitimidade dessa representação, como já discutido anteriormente e reforçado nessa entrevista:

“Eu vejo que ele está bem deficitário nesse ponto. Ele não representa as entidades, porque Jaboticabal, por exemplo, deve ter mais de 50 entidades (...) Então na hora que você mapear as pessoas ele não está exatamente representando as entidades, as organizações do município de Jaboticabal. É um número muito pequeno para se dizer que a decisão tomada representa o município” (SC-4).

“Mas o grupo ele era formado essencialmente por funcionários e dirigentes da administração municipal, tinha pouca gente da sociedade civil, e muitos os que estavam ali da sociedade civil tinha uma história de participação junto à Prefeitura. Então as pessoas ali eram um

grupo mais ou menos homogêneo. Não sei assim, se o grupo estava aberto para a participação da comunidade, porque talvez a identidade do grupo para a comunidade de Jaboticabal não era assim tão democrática” (PQ-2).

Apesar do aumento do número de pessoas e instituições ao longo dos anos, as participações efetivas se mostraram decrescentes, pois apenas um número restrito de participantes assumia uma postura pró-ativa no Grupo, limitando a capacidade de desenvolvimento das atividades. Segundo PQ-3, poder-se-ia dizer que identificaram-se com o GAJS um grupo de “pessoas que acreditavam ser possível uma cidade com ação humana com características mais sustentáveis”. Em virtude disso, acredita-se que apenas parte do Grupo conseguiu de fato incorporar os conceitos e princípios de sustentabilidade em sua conduta e atividades práticas, reforçando-se o que se colocou anteriormente.

Embora houvesse o esforço, as técnicas utilizadas nos encontros do Grupo não foram suficientes para manter um número significativo de sujeitos participando. Segundo PQ-3:

“Houve um avanço na parte conceitual, mas o que não avançou foi na ampliação, e o Grupo acabou restrito a pessoas que tinham algum envolvimento ou interesse no assunto, e seus limites estreitos impediram que fossem incorporados por outras parcelas mais significativas. O Projeto teve visibilidade, mas não cresceu internamente” (PQ-3).

Na relação com o grupo local, segundo EL ANDALOUSSI (2004) “o papel do pesquisador consiste em assegurar a abertura da pesquisa-ação não só dentro do respeito aos valores éticos, como também dentro do contexto e dos ritmos próprios a cada parceiro, com o intuito de permitir a participação de todos e a emancipação de cada um”.

Dentro do Grupo havia o espaço para a livre expressão dos participantes, onde os pesquisadores colocaram-se primeiro como “provocadores” e depois como “facilitadores” (PQ-4) nos encontros. Observando-se o número de reuniões em que o GJAS foi moderador ou assumiu alguma atividade, houve um avanço no processo de autonomia do grupo (principalmente em 2003 e 2004), mas este se mostrou em muitos momentos muito dependente da Universidade, restringindo a autonomia e a representatividade necessárias à sua atuação emancipada.

Além disso, a postura do poder público foi muitas vezes vista como dominadora e centralizadora, provocando momentos de afastamento e desgaste na relação do GAJS com a Prefeitura, como relatado nessas entrevistas:

*“Também percebi que houve **momentos de centralização** de poder, houve **momentos de não processo participativo**, mas **um processo mais autoritário**, houve esses momentos” (SC-1).*

*“A relação da prefeitura com um grupo de ação **ela teve momentos bons e momentos ruins**, dá para avaliar dessa forma, como toda relação ela tem altos e baixos. **Ocorreu uma divergência muito grande de opiniões, de posturas. Nesses momentos a prefeitura ela avaliava o projeto de forma negativa. Em outros momentos nos quais o grupo não chegava a um consenso, e a prefeitura entendia que esse consenso é interessante para***

o desenvolvimento da sua própria atuação enquanto poder público, ela apoiava e desenrolava. Então foi uma relação de desgastes em alguns momentos, os desgastes foram bastante sérios, a gente teve alguns desgastes que colocaram em risco até mesmo a continuidade do projeto, pelo menos pela prefeitura, porque se acirraram demais algumas opiniões, mas isso foi resolvido, eu acho que a grande habilidade da condução desse projeto é que as diferentes opiniões acabavam sendo resolvidas, e isso fez com que o projeto se fortalecesse. Então a relação teve esses problemas” (PP-3).

A estratégia de formação de um Grupo de Ação Local é importante quando conta com um grupo representativo da sociedade civil organizada para alavancar um processo de interesse coletivo, mas deve caminhar em direção ao seu fortalecimento, ampliação e emancipação efetivos.

Assim, entende-se que para a estratégia de participação que visou a ampliação da participação de agente locais, foram seguidos direcionamentos importantes que possibilitaram a interação entre diferentes parceiros do poder público e da sociedade civil de Jaboticabal, dentro de um processo participativo que buscou o engajamento e autonomia de um grupo de agentes locais para monitorar a sustentabilidade nas políticas públicas.

No entanto, observou-se nesse processo dificuldades , como pouca governabilidade e capacidade dos assessores técnico-políticos externos⁴⁷ (pesquisadores) em mediar conflitos internos, tanto entre entidades, quanto entre poder público e sociedade.

⁴⁷ PQ-4 acredita que há mais vantagens em um mediador externo que interno.

O GAJS acabou sofrendo efeitos disso e, aliado à baixa cultura participativa local, acabou não se ampliando para outros segmentos e setores sociais, e não se fortalecendo suficientemente para sua continuidade. Como Fórum, a expectativa era de que esse novo formato institucional proporcionasse melhores condições de legitimidade e autonomia para dar continuidade ao processo.

4.3.3. Outras estratégias e ações

No campo das “estratégias emergentes” (ver item 4.1.2) estão a de “maior visibilidade” e a de “institucionalização” do Projeto”, surgidas a partir de demandas inerentes à dinâmica do processo.

Estratégia de Divulgação

A estratégia de “divulgação” procurou atender a dois objetivos específicos: divulgar o Projeto localmente e mostrar à população as atividades que têm sido desenvolvidas no Projeto. Nesse propósito, duas ações foram propostas com esses fins: a realização das Mostras e dos Encontros Jaboticabal Sustentável.

a) Realização das Mostras Jaboticabal Sustentável

As Mostras surgiram no momento em que os agente locais desejavam “levar o Projeto pra fora do GAJS”, dando-lhe maior divulgação e visibilidade para a população na cidade.

O seu formato de grande “feira e exposição em praça pública”, propiciou uma aproximação e interação da população com as entidades parceiras nesses momentos, como relatado nessa entrevista:

*“eu acredito que as mostras, os encontros eles abrem a porta. **Abrem a porta para que a população possa participar do que é esse projeto (...)** À medida que você faz a mostra **você abre para a cidade a possibilidade de conhecer o projeto, e isso é muito bom, isso é bom porque tem sido muito interessante em Jaboticabal, porque a mostra ela acabou se tornando mais dentro da cidade, acabou se tornando uma atividade que as pessoas esperam...**” (PP-3).*

De uma edição para a outra houve aumento significativo de participantes, como se observa na Tabela 16 dos dados quantitativos, com a mobilização e incorporação de novos parceiros para esse evento, facilitando a articulação entre eles.

Mas essa participação e interação não se mantiveram posteriormente, porquanto não se observou continuidade dessa participação de pessoas ou entidades atingidas nas demais atividades do Projeto. PQ-4 atribui isso a uma “falta de capacidade das equipes em ir atrás de outros parceiros, porquanto se empreendia um esforço muito grande para organização desses eventos e não se aproveitava o momento”.

As Mostras foram ainda uma tentativa de sensibilização das pessoas e disseminação do conhecimento, mas isso sofreu a interferência de alguns fatores. Nas reuniões de avaliações, relatou-se uma dificuldade do público e de entidades em entender a proposta do evento, ou mesmo a sua temática. Há uma sensibilização para a sustentabilidade, mas não sua compreensão de fato.

*“A mostra **talvez ela não estava trazendo esse conhecimento da sustentabilidade**, talvez ela estava **mais promovendo um espaço de lazer, e visibilidade de ações das entidades**, ela está trazendo isso. Talvez ela poderia **favorecer a articulação dessas entidades**, mas **enquanto entendimento da sustentabilidade para a população geral, não sei se ela atingia não, não acredito que atingia, não acredito.**” (PQ-2).*

Houve uma busca de ferramentas, técnicas e linguagens mais acessíveis à comunidade que foram eficientes para sensibilizar as pessoas para alguns aspectos da sustentabilidade, mas não para dar uma compreensão mais ampla das propostas nela contidas, como colocado nessa entrevista:

*“Eu acho que houve alguns **problemas de compreensão dos parceiros**, mas não foram assim tantos. **E a população**, eu acho que é evidente, quando eles estão passando, **eles nunca sabem direito de se trata (...)** então eu acho que ajuda também as **pessoas a se aproximarem**. E achei que foi bom sim, e isso **ajudou a população a conhecer mais o grupo**” (SC-3).*

O apoio do poder público se deu com disponibilidade de infraestrutura e recursos, o que favoreceu a implementação da ação, mas o interesse de visibilidade maior para a Prefeitura, observado por alguns atores

nas entrevistas, pode ter interferido negativamente na igualdade de apresentação das atividades das outras entidades.

A Mostra foi importante nessa estratégia de divulgação e de impacto na cidade, mas precisa ser aperfeiçoada enquanto estratégia de compreensão da temática e de incorporação de novos parceiros e do público em geral.

Segue uma sugestão de um dos parceiros:

*“Eu acho que isso **tem que ser sempre colocado** porque **senão nós vamos ficar num grupo que ele vai ser elitizado...** então a comunidade tem que perceber isso.(...) **A mostra na praça atingiu aquele pessoal ligado ao comércio**, então eu acho que isso poderia ser talvez...poderia ser mais uma sugestão, que como **Jaboticabal não tem um lugar adequado para isso, fosse feito de uma forma itinerante**, e não fazer em determinada época, **fazer num bairro**, com a divulgação de forma que as pessoas dos bairros mais distantes tenham como participar ver o que que é o Jaboticabal sustentável...” (SC-2).*

b) Encontros Jaboticabal Sustentável

Essa estratégia surgiu da necessidade de reunir os parceiros para tomada de decisões sobre sua continuidade e acabou assumindo formatos variados, mas mantendo um eixo de “apresentação, avaliação e decisão”.

*“Esses **seminários são para atingir quem tem poder de decisão**, são pessoas que são especificamente convidadas a partir dali para saber o que está fazendo para depois colocar a opinião deles e também ter a oportunidade de decisões e então **eu acho fundamental porque ali é um momento que você pode contar com a prefeita ali dentro com o presidente de câmara com o deputado presidente de instituição ou o empresário que são os que vão ter poder de decisão**, eu acho importante” (SC-2).*

Nesses eventos buscou-se obter uma maior representatividade dos participantes por meio da discussão com seus pares das decisões a serem encaminhadas, mas contou com uma participação ainda restrita dos segmentos da sociedade (percepção dos entrevistados e da pesquisadora), necessários para dar maior representatividade nos encaminhamentos e decisões.

Houve participação de representantes do poder público em alguns eventos, mas ausência em outros. A diversidade de participação de setores da sociedade observada nesses momentos, assim como nas Mostras, não se refletiu nas atividades cotidianas do Projeto.

Buscaram-se esses eventos em momentos estratégicos e importantes para o Projeto, mas as edições foram consideradas descontinuadas e repetitivas, além do formato ser considerado ainda muito “acadêmico” (palestras, linguagem, recursos), reduzindo a acessibilidade ao que se propunha transmitir aos participantes, conforme relatam essas entrevistas:

“...se comentou sempre as mesmas coisas, entendeu? E foi aquilo de que falei, ficou um tanto que acadêmico, um grupo de pessoas e isso não se expandiu para a população, para o cidadão mesmo” (SC-5)

“Eu acho que a forma de falar com esses parceiros, ela poderia ter sido mais eficiente, conquistado mais parceiros. A forma de falar eu achei muito acadêmica... por parte da universidade, pesou mais essa transferência muito acadêmica (...) então, eu acho assim, que quando você vai falar para a população, a linguagem ela tem que ser diferente, eu acho que muitas pessoas boas, e muitas instituições deixaram de participar por falta desse (...) desse contato inicial difícil... eu acho que deveria ser uma linguagem mais acessível, principalmente linguagem” (PP-4).

Mas a estratégia conseguiu pelo menos ser entendida como oportunidade para discussão coletiva:

*“Os encontros eles **tinham uma participação um pouco mais reduzida, mas também as pessoas ficam esperando esses encontros para discutir, para saber em que pé o projeto está, como está caminhando, quais as próximas atividades. Com isso a gente tem uma abertura de um maior número de participantes, e no caso a população mesmo.**”*
(PP-3)

Essa ação é importante ser observada como um espaço e um momento de reflexão e discussão ampla, mas deve aprimorar suas estratégias de sensibilização e comunicação como os parceiros e o público alvo, para que se consiga o entendimento necessário e os avanços que se esperam no desenvolvimento do Projeto.

Estratégia de Institucionalização

A garantia da continuidade do processo era uma preocupação dos pesquisadores desde o início do Projeto. Mas somente com a aproximação do fim do prazo da FAPESP é que se buscou viabilizar a estratégia de institucionalização do GAJS.

a) Fórum

Segundo THIOLENT (2003), quando o grau de autonomia dos grupos interessados é fraco, e há polarizações entre dirigentes (tomadores de

decisão) e dirigidos (sociedade) e o consenso é sempre difícil, necessitando mecanismos de conquista de maior autonomia das partes subalternas. Esse autor coloca ainda que a função política da pesquisa-ação deve ser pensada como colocação de um instrumento de investigação e ação à disposição dos cidadãos e grupos menos favorecidos.

Nesse sentido, a estratégia de institucionalização do Grupo de Ação buscou atender a esse fortalecimento “político” do Grupo, no sentido de garantir maior autonomia e representatividade da sociedade na participação das decisões junto ao poder público, como corrobora essa entrevista:

“O fórum eu acredito que seja uma oportunidade de institucionalização, mas não de emancipação, ele pode ser institucionalizado...aí ele vai depender da própria administração ceder espaço, construir espaço pra que o Fórum seja atuante (...) é uma tendência descentralizada, pra fórum, pode ser que corra risco, como agora é fórum, é institucional, alguém esqueça que a finalidade maior é uma democracia participativa, que a sociedade organizada possa estar participando” (SC-1).

Essa estratégia de institucionalização do Grupo contou com a aprovação de participantes (atores e poder público) do GAJS no processo de escolha do formato de Fórum, conduzido por pesquisadores e por um grupo de trabalho local, como se constata por essa entrevista:

“eu acredito que foi a melhor forma de dar continuidade ao processo. Um fórum ele é mais abrangente, ele dá mais abertura, ele parece um pouco mais sólido, mas eu acho que foi uma escolha boa. A melhor escolha. (...) Ele é um nome que é entendido pela maioria das pessoas...” (SC-3)

Além do fortalecimento institucional, a estratégia foi pensada como uma garantia de continuidade do processo, como colocado anteriormente, e com o Fórum cria-se um espaço de articulação das instituições locais para discussão da sustentabilidade no município, mobilização de ações e monitoramento das decisões públicas. E essa é expectativa de alguns atores locais:

*“Eu acho que o fórum que vai ser a nossa base para a gente estar estruturando a continuidade do trabalho...eu acho que a partir desse fórum a gente já vai ter um trabalho mais forte de uma equipe mais fundamentada , que as pessoas vão ter realmente como compromisso de continuar Jaboticabal, porque **se o grupo tinha algum medo, se o grupo tinha alguma fragilidade com relação a dar continuidade é a partir do fórum que ele vai ter que se soltar**, é uma grande formação.” (PP-2).*

Como a estratégia está em sua fase inicial de implementação, ainda não se pode avaliar a sua contribuição para o Projeto, mas há alguns fatores podem ser observados.

Analisando-se o cenário nessa fase de transição do Projeto (Fase 2-Fase 3), com afastamento da Universidade e com a mudança na administração pública, verificam-se dois pontos como condicionantes.

Primeiro, há a necessidade de ampliação da participação social, alcançando-se os setores ausentes (ver Figura 26) para garantir a sua representatividade e se constituir efetivamente o processo participativo nas ações e na emancipação política. Se continuar restrita e centralizada em pessoas como se encontra no momento, pode levar o Fórum ao insucesso e colocar em risco a continuidade do Projeto.

O afastamento da assessoria dos pesquisadores, apesar do receio de atores locais (relatado em entrevistas), entende-se que seja uma oportunidade de fortalecimento do Fórum, na medida em que se coloca sobre esse grupo a responsabilidade de conduzir o processo e articular as instituições locais.

Com a mudança de gestão do poder público, apesar do apoio da administração anterior (1997-2004), que entendeu a criação do Fórum como mais um canal para a participação da população na administração (pelo menos afirmado em entrevistas), não há certezas quanto ao posicionamento da nova gestão. Isso se constitui numa certa limitação, já que se considera que “a implicação dos tomadores de decisão pode ser um fator favorável ao sucesso da pesquisa-ação e à ampliação de seu alcance” (EL ANDALOUSSI, 2004).

Mas para isso, precisa ser dada uma abertura de fato para emancipação e reconhecimento da representatividade social e política do Fórum para participar dos processos decisórios. Se não pela abertura, pela reivindicação, como colocado nesse relato:

*“... é uma tentativa de você desenvolver um laço de transferência de responsabilidade, que a comunidade se envolva no processo de decisão da cidade (...) **o problema não é o nome, não é a figura jurídica, é a gente manter acesa a chama das pessoas participarem lá dentro...tem que ter um fórum...** ‘o prefeito não sei o que lá, fez aquilo’... por isso que eu acho que **é fundamental ter o grupo de sustentabilidade na sua dimensão política olhando com pouco mais de cuidado para as decisões que estão rolando na cidade...** como chegar isso? Duas coisas: ou o prefeito dá abertura... ou você faz a aquela de reivindicar , de organizar, de contestar...” (PP-5).*

Verifica-se, portanto, que o Fórum, enquanto instância de participação política da sociedade nas decisões públicas, demanda a observação dos condicionantes colocados para que se efetive a sua continuidade e consolidação.

4.3.4. Considerações

Diante do que foi apresentado nessa análise qualitativa, pode-se constatar das estratégias e atuação dos grupos de atores que:

Na estratégia de formação:

- a) Considera-se que houve avanço da discussão no município sobre sustentabilidade com o GAJS;
- b) Métodos, instrumentos e técnicas participativas (levadas pelos pesquisadores) facilitaram o aprendizado coletivo de alguns participantes, e dificultaram para outros (“muito acadêmicas”);
- c) A aprendizagem mútua e pela ação favoreceu o aprendizado e a troca de experiências entre agentes locais e pesquisadores (relação “saber formal” e “informal”)
- d) O foco maior na ação limitou os momentos de maior discussão teórica e reflexiva entre pesquisadores e agentes locais;
- e) Alguns atores locais entenderam os conceitos de sustentabilidade e incorporaram em suas ações, outros apenas em discurso;
- f) A sustentabilidade foi um tema de difícil entendimento para alguns setores

sociais (sem formação técnica);

- g) Os Cadernos Jaboticabal Sustentável foram instrumentos que favoreceram a acessibilidade e sistematização de noções sobre sustentabilidade para a comunidade;
- h) Houve avanços no processo de criação de indicadores, mas o método (técnico e complicado) e o processo participativo (mais demorado) restringiram a sua construção de fato.

Na estratégia de participação:

- a) Processos participativos aconteceram mais internamente ao GAJS, não se refletindo na relação com a administração municipal;
- b) Houve ampliação de parcerias, mas não se refletiu em participação efetiva de atores no processo, configurando-se um baixo engajamento de alguns setores da sociedade;
- c) Houve baixo engajamento do poder público nas atividades do Projeto, mas esse ator manteve uma presença “forte” no GAJS (tendência à centralização);
- d) A assessoria política dos pesquisadores possibilitou uma articulação entre atores locais, mas conflitos internos (muitas vezes ocultos) impediram uma maior integração entre as entidades e com o poder público;
- e) Dentro do GAJS houve baixa legitimidade representativa dos representantes de instituições, observando-se mais um posicionamento

pessoal;

- f) GAJS ainda pouco emancipado e autônomo;

Nas demais estratégias:

- a) As Mostras Jaboticabal Sustentável possibilitaram a divulgação do Projeto e um maior contato com a comunidade;
- b) O Fórum é a estratégia para a continuidade do processo, desde que ampliado e emancipado para agir, independentemente do apoio dos pesquisadores ou do poder público.

Diante dos resultados quantitativos e qualitativos apresentados com a análise das estratégias e atores⁴⁸, pretende-se agora uma discussão mais geral do Projeto segundo questões relevantes que se destacaram nessas análises, observando-se também o debate na literatura para verificação da hipótese de pesquisa.

⁴⁸ Uma síntese dessa análise de estratégias e atores encontra-se sistematizada no Apêndice 16.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. DISCUSSÃO

Diante da pergunta principal “*Quais as condições que favorecem o monitoramento da sustentabilidade em políticas públicas por meio de indicadores?*” a hipótese colocada é de que:

“Baseando-se na experiência do Projeto Jaboticabal Sustentável, observam-se como condições que podem favorecer o alcance do monitoramento participativo da sustentabilidade das políticas públicas por meio de indicadores: implementação de estratégias e ações para formação integral de pessoas sobre princípios, dimensões e indicadores de sustentabilidade, estimulando mudanças de conduta individuais e coletivas; estratégias de participação que possibilitem a organização da sociedade civil para uma condição de emancipação política; apoio e abertura do poder público para participação da sociedade nos processos de tomada de decisão; existência de uma assessoria técnico-política, interna ou externa, que fomenta e orienta o processo”.

Tendo em vista a verificação dessa hipótese, a discussão dar-se-á em torno das condições colocadas, seguindo-se quatro tópicos principais: a contribuição da estratégia de formação em sustentabilidade; a interferência da participação dos atores no alcance da gestão pública participativa; e a viabilidade do processo na perspectiva da sustentabilidade.

5.5.1. Sobre a contribuição de estratégias de formação para sustentabilidade

Pelas análises apresentadas pode-se dizer que os eixos estratégicos principais definidos no Projeto, os quais foram de *participação* e *formação*, contribuíram para o processo na medida em que se observam os resultados da implementação da experiência até então.

Primeiramente, pelo relato dos entrevistados, o que se ressalta de mais perceptível como resultado do projeto é a questão do aumento da discussão do tema da sustentabilidade no Grupo (estratégias de formação), fomentando um processo educacional e de “formação” na temática e em processos participativos de pessoas e instituições não governamentais e governamentais (estratégias de participação), sendo colocado entre o que de mais positivo o Projeto trouxe para o município:

*“Acho que o que de mais positivo é que nós tivemos a **oportunidade de conhecer, de receber conhecimento, de construir conhecimento, em relação à direção da sustentabilidade**, voltando em direção aos conceitos do que pode ser sustentável, aos indicadores de sustentabilidade, e **em relação aos processos participativos com o monitoramento das políticas públicas**” (SC-1).*

*“Bom, **o resultado que eu posso perceber é a questão da estruturação do conceito de sustentabilidade no município**. A gente não vê a ainda muita coisa prática, prática no sentido de físico.(...) Mas do ponto de vista de participação, que é uma coisa concreta, **isso está muito presente no município**, então a gente vê as pessoas participando, as pessoas perguntando, **as pessoas se educando com o projeto**. Então de forma concreta e isso se tornou bastante presente aqui em Jaboticabal.” (PP-4).*

Esse processo de acúmulo de conhecimento a cada reunião, seminário, oficina ou discussão na elaboração dos Cadernos e indicadores criou condições favoráveis à transferência de conhecimento e conseqüentes mudanças sociais a partir desse grupo da sociedade, pela via do questionamento e da busca por caminhos alternativos na perspectiva de sustentabilidade.

Esse foi o objetivo da assessoria técnica da Universidade, que propôs o processo, “provocou” a comunidade e facilitou o aprendizado, construindo com o Grupo um conhecimento inicial que se reverteu em ações, e das ações, um conhecimento adquirido que se reverteu em pesquisas⁴⁹.

O grau de aprofundamento das transformações a partir do conhecimento adquirido pode passar de mudanças de atitude de fato e incorporações nas ações diárias, ou simplesmente incorporação no discurso do atores, sem reais modificações em suas atitudes e valores. GUIMARÃES (1995:118) coloca esse problema como “uma tendência social para resistir à mudança, promovendo aceitação do discurso transformador precisamente para garantir que nada mude”.

Na experiência de Jaboticabal, a construção participativa de conceitos e indicadores permitiu uma discussão maior sobre a sustentabilidade no Grupo, vista de uma forma interativa entre dimensões. Pela observação direta de ações e condutas, acredita-se que alguns atores incorporaram esses

⁴⁹ Ver no Apêndice 14 os vários produtos de pesquisa obtidos através do trabalho de intervenção simultâneo.

conceitos nas suas atividades cotidianas, outros apenas em “discurso”⁵⁰, e outros talvez nem tenham compreendido a fundo a questão (muitos se afastaram e, segundo PQ-3, “os que permaneceram já estavam sensibilizados para a sustentabilidade, já tinham um ‘histórico’ com o tema”), como se observa nessas entrevistas:

*“... a partir de então, desde 99, praticamente 2000, toda e **qualquer vez que eu sou chamado pra dar um minicurso, uma palestra, qualquer evento eu levo a sustentabilidade**, eu levo as cinco dimensões, eu levo os conceitos, os princípios, as cinco dimensões que foram elaboradas pelo Grupo de Ação Jaboaticabal Sustentável, então eu acho que é sustentável **eu estar mostrando dentro do meu trabalho e fora do meu trabalho**, quando eu sou chamando pra ir a alguma outra cidade, pra algum evento, então **eu acho que faz parte da disseminação do que é e do que pode ser mais sustentável**” (SC-1).*

*“Com o desenrolar do projeto **as pessoas começaram a assimilar na sua atuação diária, no seu discurso a questão da sustentabilidade. E o poder público ele conseguiu, através de tudo isso, assimilar o conceito da sustentabilidade na elaboração de suas ações diárias.**” (PP-3)*

Quanto à assimilação pelo poder público dos conceitos trabalhados, verifica-se que princípios da sustentabilidade, se foram de alguma “incorporados”, o foram pontualmente, “não se observando uma ‘transversalidade’ desses princípios perpassando o conjunto de políticas municipais”, como ressalta PQ-4. Essa entrevista coloca outro ponto de vista:

*“Então, **se a gente não tem de uma certa maneira o tema rotulado na gente, por outro lado a gente tem isso como espírito, como prática, como preocupação, como bom senso, encarna o princípio sem se***

⁵⁰ A análise de discurso exige um nível de aprofundamento de investigação que não foi possível nessa pesquisa, colocando-se aqui apenas as percepções dos participantes.

preocupar muito com o jargão, tem isso como uma atividade cotidiana da gente”(PP-5).

O fato de não se ter concretizado o objetivo inicial de “capacitação de técnicos de carreira da Prefeitura”, em virtude do enfoque maior na sociedade, foi um fator que limitou a incorporação dos conceitos de sustentabilidade nas ações cotidianas do poder executivo. Mas entende-se que mesmo essa incorporação mais “retórica” é um fato que contribui para o processo, na medida em que se espera que evolua para ações concretas em médio e longo prazo.

Em Seattle, o que se observa é também a preocupação com o processo educativo com envolvimento da sociedade, capacitando os cidadãos a entenderem e monitorarem indicadores, com repercussões maiores no município (relatórios, discussões, eventos de impacto). Outras experiências como de Barcelona e do Sustentômetro, mais técnicas e restritas à administração pública, sem grande envolvimento social, podem tornar-se menos conhecidas e impactantes em suas comunidades.

Em Jaboicabal, ações decorrentes do Projeto no município ainda não são observadas em curto prazo (5 anos), mas houve um avanço significativo do processo se comparado com outros municípios, tendo se consolidado dentre outros projetos que não puderam se manter com o apoio do poder público, apesar da sua restrita interferência na vida municipal.

“Eu acho que a gente deu vários passos, eu acho que a gente progrediu rápido até, com relação a esse processo que é um processo longo que em todo o tempo tem que ser avaliado, e a gente deu um

*passo muito grande e eu acho que, assim, se comparado a outros municípios conforme a gente vinha falando, eu acho que **Jaboticabal está um passo à frente de muita coisa** e que a gente tem que se e reestruturar e se respaldar na nossa história, no nosso histórico da vontade do Jaboticabal sustentável e dar continuidade agora” (PP-2).*

O Prêmio CEBDS concedido à Prefeitura Municipal de Jaboticabal, devido ao trabalho de inclusão de indicadores de sustentabilidade em políticas públicas através do Projeto Jaboticabal Sustentável, demonstra a relevância do processo que foi empreendido e o reconhecimento da sua importância não só em nível local, mas também nacional.

Considera-se, portanto que, no processo desenvolvido, as estratégias de formação, suas ações e instrumentos criaram condições favoráveis à estruturação de uma base conceitual para que o grupo de agentes locais sensibilizado dê continuidade às ações para implementação do monitoramento da sustentabilidade por meio de indicadores.

Mas segundo THIOLENT (2003), essas transformações na sociedade quando se dão a partir de um trabalho localizado em nível de grupos de pequena dimensão, pode não se concretizar se forem desprovidos de poder. Por isso torna-se relevante a verificação da condição de participação dos atores sociais no alcance da gestão pública participativa.

5.5.2. Sobre a interferência dos atores no alcance da gestão pública participativa

Sobre a interferência dos atores no processo, foram analisadas as condições de atuação dos grupos envolvidos (sociedade civil, poder público e pesquisadores), bem com suas inter-relações no favorecimento da construção do sistema de monitoramento da sustentabilidade nas políticas urbanas para maior participação na gestão pública.

Um das hipóteses secundárias dessa Pesquisa é de que ***“a participação do atores sociais é uma condição essencial nos resultados do processo quando estes, organizados em um grupo menor de atores, se tornam representantes legítimos da sociedade, compreendendo e se apoderando do seu potencial de intervenção na realidade local, assumindo uma postura emancipada, autônoma e ativa dentro de um processo efetivamente participativo para formação e monitoramento de políticas públicas mais sustentáveis”***.

Como apontado na revisão bibliográfica (ALMEIDA E MENEGAT , 2001; FERREIRA, 2000; SOARES E GONDIM, 1998) um dos pressupostos da sustentabilidade está na sua dimensão política, que aponta para imprescindibilidade de participação da diversidade de atores sociais no processo em que se pretende a construção de uma sociedade sustentável. A abertura à participação de vários atores sociais possibilita a ampliação do debate e a construção de uma base comum de discussões que congregue os mais diversos interesses em torno de um objetivo comum.

Mas como afirma EL ANDALOUSSI (2004):

“Não se pode imaginar um grupo visando a um objetivo comum a partir de lógicas diferentes sem passar por momentos de relação de força e negociações até se conseguir o consenso: a tendência na pesquisa-ação é de reunir o que se opõe artificialmente em uma cultura de abertura que aceita tanto os riscos quanto os benefícios de uma relação conflituosa entre os participantes, implicando em uma emancipação gradual entre pesquisadores e atores, teoria e prática, saber e ação”

Segundo dados das entrevistas, diversos tipos de interesses levaram os vários participantes a envolverem-se no processo: aquisição de conhecimento, pesquisa individual, necessidades coletivas da cidade, casuais e políticas. Todos esses tipos de interesse contribuem de uma forma ou de outra para o processo, desde que não se perca a perspectiva do ganho coletivo.

São relatados, no entanto, conflitos de interesses político-partidários nas relações entre entidades e pessoas do GAJS, alguns já pré-existent, que acabaram por fragilizar o Grupo em alguns momentos, pela dificuldade de se ter um processo aberto, transparente e dialógico.

No entanto, pela ótica da busca da democracia, é disso que se constitui a esfera pública de diálogo, que faz aflorar os conflitos subjacentes e possibilita o confronto como forma de romper com os pensamentos e as forças dominantes. Se for essa sustentabilidade democrática que se busca no Projeto, então a existência de conflito favorece a dimensão política do processo.

Nesses momentos é que a assessoria técnico-política, nesse caso a Universidade, funciona como articulador das relações de parceria, baseadas na

troca, no compartilhamento e no respeito aos valores democráticos, como ressalta EL ANDALOUSSI (2004).

No Projeto, nas parcerias não havia critérios nem distinções entre entidades e pessoas, mas no grupo de ação local a maioria das pessoas participantes “representava” alguma instituição, sendo pessoas como “cidadãos comuns” uma minoria. No entanto, pela observação participante da pesquisadora, a representação legítima no processo de participação dos atores ficou prejudicada, porquanto a maioria não trazia uma posição da sua instituição, fruto de uma discussão anterior com seus pares, mas um posicionamento mais pessoal, como já colocado.

Pela observação da experiência, a participação centrada em indivíduos desfavorece a capacidade de mobilização da sociedade e de sustentabilidade do processo, reforçando-se, portanto, a aposta na organização social coletiva por entidades.

A baixa participação da sociedade local foi uma das principais fragilidades verificadas no processo. Pelos dados levantados, esse fato pode estar associado: à baixa cultura participativa ainda predominante (não só no município, mas na sociedade brasileira de uma forma geral, como visto em BAQUERO, 2001); a dificuldades na sensibilização para sustentabilidade, devido à própria complexidade do tema, que não se torna tão atrativo ou acessível para as camadas mais populares; e dificuldades em se obter resultados mais concretos em curto prazo.

Um grupo de pessoas dentro do GAJS foi sensibilizado e permaneceu engajado, mas há a necessidade de ampliação da participação de outros segmentos (universidades, faculdades, associações de bairros, igrejas), com o comprometimento maior para com a coletividade (a cidade), superando interesse individuais, conflitos, disputa de poder, e a burocracia (do poder público), por meio da consolidação desses espaços de participação para dar continuidade ao processo.

*“Eu acho que o que vai fazer ter muito êxito é a **gente continuar se reunindo**, continuar uma pessoa puxando pela outra para a gente **dar continuidade ao trabalho**, senão a gente vai perder... acredito que se e a gente tiver um **grupo engajado, comprometido com Jaboticabal sustentável, esquecendo as vaidades e esquecendo a necessidade de burocratizar, e esquecendo a necessidade de colocar o poder acima de tudo, a gente continua...**” (PP-2).*

*“A **consolidação do fórum agora e cada vez a participação de mais segmentos diferentes no grupo**. Quem sabe a gente conseguia a participação de um sindicato, a participação de dos as faculdades daqui, por exemplo, de grupo de bairros, até de igrejas e tudo isso” (SC-3).*

No Projeto, uma das maiores dificuldades enfrentadas foi a falta de autonomia e emancipação do grupo local no processo como um todo. Nesse aspecto, a autonomia do Grupo e do Projeto sofreu interferências da atuação do poder público em termos de emancipação política para participação na gestão pública.

Isso faz referência à outra hipótese secundária, que afirma que o **“apoio do poder público é uma condição favorável quando fomenta a abertura ao processo participativo nas decisões e na implementação de**

ações mais democráticas e sustentáveis no município”.

VAZ (2002:272) coloca que um governo comprometido com a solidificação da democracia deve permitir que a sociedade exerça seu direito à informação e à participação, permitindo o seu acesso (amplo) aos processos de formulação e avaliação de políticas públicas, por meio de mecanismos institucionais, podendo alcançar vários níveis de sua execução.

Na administração de Jaboticabal (1997-2004, Partido dos Trabalhadores) observa-se que houve um interesse em promover processos participativos principalmente no primeiro mandato, dada a própria abertura ao desenvolvimento do Projeto, e a existência de outras atividades com o mesmo caráter de participação, como criação de conselhos, orçamento participativo e plano diretor participativo. No segundo mandato, no entanto, esse enfoque da participação foi direcionado para a questão ambiental, observando-se muitas ações dentro da política de “gestão ambiental integrada”⁵¹.

Observam-se três momentos principais na relação da Prefeitura com o Projeto: 1) primeiro, uma abertura à chegada do Projeto, devido a uma boa relação com a Universidade e ao interesse em ter novas experiências, o que proporcionou um apoio na disponibilização de infra-estrutura, e recursos humanos; 2) segundo, o interesse inicial diminuindo com o tempo e ausência de setores mais representativos do executivo, como secretarias, e dos outros poderes, como legislativo e judiciário; 3) e terceiro, isso foi justificado pela

⁵¹ Isso é uma percepção da pesquisadora e de outros pesquisadores, que se reforça na observação do material propagandístico da Prefeitura, tanto em jornais informativos quanto em notícias divulgadas no sítio da administração www.jaboticabal.sp.gov.br.

dificuldade que se teve no segundo mandato, com questões de ordem interna à administração e falta de estratégias que limitaram um apoio maior.

Essas entrevistas confirmam esses aspetos:

“No começo eu sentia a prefeitura mais presente” (PP-1).

“A prefeitura até certo ponto ela adotou esse projeto, mas ela encontrou dificuldade no legislativo, ...eu acho que em toda a atividade que envolva comunidades têm que ter apoio de todos os segmentos e não só do executivo, do legislativo também...porque quando a gente fala prefeitura a gente pensa mais no executivo, mas tem que ter o poder legislativo envolvido e também o judiciário. Então eu achei que houve uma dificuldade desse relacionamento com o ou legislativo...”(SC-2).

“... nós não tivemos muito discernimento e clareza, discussão, debate de como conduzir o segundo mandato, era uma experiência nova para a gente, uma reeleição. Então nós precisamos tratar isso adequadamente, mas isso é uma questão interna do governo. A sustentabilidade, de uma certa maneira, ela é refém desse processo todo, de a gente não conseguir dar resposta no prazo... no fundo ou o projeto adquire características de vários projetos da prefeitura, que ele existe, o governo tenta apoiar, mas não consegue envolver, priorizar a altura do que se necessitaria. Contingências que ocorrem ao longo do governo faz com que você desfocalize algumas coisas... então a gente tinha uma esperança de que o grupo da UFSCAR fosse a nossa luz para tocar devidamente as coisas, e na medida do possível envolver o governo, outras estruturas... se não foi mais consistente a participação do governo, foi por conta de uma ausência de estratégia, de como trabalhar essas parcerias com a universidade, dar peso isso...” (PP-5)”.

O que se verifica, então, é que apoio do poder público ao Projeto, mesmo que mais presente no início, acabou se tornando restrito ao longo do tempo, caracterizando um baixo grau de engajamento da administração.

Apesar dessa participação ter ficado restrita a “assessores com pouco poder de decisão e controle sobre recursos” (PQ-4), foi registrado em entrevistas uma atuação centralizadora da Prefeitura na relação com o Projeto, que acabou limitando o seu desenvolvimento, principalmente de manutenção de um diálogo mais próximo e aberto com a sociedade. Segundo PQ-3:

*“O fato de ter um **poder público receptivo** em algum momento, avaliou-se que **não foi suficiente para o processo andar mais fácil**, e em outro momento pode ser até empecilho pelo fato de **puxar muito para si e esvaziar a sociedade civil**. E isso pode ser **contra-producente**” (PQ-3).*

EL ANDALOUSSI (2004:158) afirma que a participação de agentes administrativos no processo está marcada por subjetividades e interesses, e sua implicação pode ser motivada por ganhos em termos de informações obtidas pela pesquisa ou de relações de autoridade, já que como tomador de decisão controla condições que podem continuar, ampliar ou frear o processo.

Como é característico de processos políticos no Brasil, há um interesse em resultados no tempo relativo dos mandatos (4 anos), e isso contrastou com o tempo do Projeto, onde as perspectivas de processos envolvendo a sustentabilidade são para médio e longo prazo. Segundo PQ-3, uma alternativa poderia ter sido “escolher um assunto de interesse no tempo político para servir de exemplo no tempo da sustentabilidade”.

Como a mudança de gestão nas eleições de 2004, o apoio ou não da nova administração ao Projeto coloca em questão a real imprescindibilidade do poder público para se desenvolver um Projeto como esse. Pode-se ver esse apoio positivamente enquanto possibilidade de maior acesso aos processos de

tomada de decisão e a recursos, por exemplo. Por outro lado, no caso da ausência desse apoio, pode ser uma oportunidade de organização e fortalecimento da sociedade em torno do Fórum como um instrumento de fiscalização e monitoramento das políticas e ações municipais.

“Eu acho que o projeto ele foi conduzido de uma tal forma que normalmente ele vai ser dado uma continuidade, porque ele se mostrou o projeto no qual as pessoas podem opinar, então com esse canal esse projeto se consolida no município, claro que ele pode ser de uma certa forma não tão incentivado pelas administrações futuras, porque a administração tem a seu interesse, cada uma tem seus projetos próprios (...) é, existe no Brasil essa política de você realmente barrar o que a administração anterior fez para que você possa marcar a sua administração com projetos novos. Mas eu acho que o fórum não tem um caráter exclusivo do ponto de vista executivo, não é só prefeitura que participa desse projeto, então caso a próxima administração não tenha interesse, as instituições devem é continuar a desenvolver o projeto Jaboticabal, porque na verdade ele tem um caráter bem variado de instituições, e se executivo não se interessar, as instituições continuam tocando, tentando através das atividades sensibilizar o executivo e legislativo também” (PP-4).

Com relação à participação da Universidade nessa continuidade, a perspectiva é de afastamento dos pesquisadores da condução do processo, o que já era previsto e demandado pela instituição apoiadora. Com a saída da equipe de pesquisa, o papel de assessoria técnico-política passa a ser do Fórum, pensado para ser uma organização coletiva autônoma e independente da Universidade na continuidade do processo.

Assim sendo, outra hipótese secundária colocada é de que a ***“atuação dos pesquisadores favorece o processo quando assumem o***

papel de provocadores, facilitadores e moderadores de ações, intermediando os conflitos e estimulando a autonomia e a cooperação dos atores na implementação da experiência, para que seja dada uma condição de continuidade das ações sem a sua intervenção”.

Além da assessoria técnico-política na intervenção, os pesquisadores também conduziam simultaneamente o desenvolvimento de uma pesquisa, aproximando-se do processo de pesquisa-ação, como já visto.

Segundo EL ANDALOUSSI (2004), na cultura aberta da pesquisa-ação, os pesquisadores têm um papel de, na pesquisa, orientar a utilização do conhecimento produzido entre os atores e tomadores de decisão, e na ação, de negociar tomada de decisões coletivas para gerenciar as trocas. O pesquisador está implicado na pesquisa, interagindo com os atores em torno de uma problemática e acompanhando a ação, que enriquece e desenvolve a pesquisa. Segundo esse autor:

“A atitude do pesquisador nesse processo é fundamental, porque disso dependem os graus de mudança e de produção do saber, Assim, o pesquisador deve cuidar da criação de um clima de confiança com base em relações transparentes e democráticas: em momento algum, nem os dispositivos, nem os instrumentos devem tornar-se instrumentos de autoridade – científica ou outra – sob o risco de arruinar a parceria construída com os participantes” (EL ANDALOUSSI, 2004: 131).

Na relação com os atores locais, o grupo de pesquisa desempenhou um papel importante na condução do processo e na articulação das instituições locais, mas a figura “forte” da Universidade dentro do Grupo acabou por caracterizar-se em “centralidade” de ações, mesmo sem intenção dos

pesquisadores. Sua atuação foi suficiente para mediar, mas não para minimizar os conflitos entre os diversos atores, ou mesmo garantir a abertura de um espaço efetivo de participação da sociedade nos processos decisórios.

Verifica-se que a presença da Universidade nesse ponto é importante como fomentador, o que não deve ser entendido como mantenedor, e deve ser conduzido de forma a proporcionar autonomia e fortalecimento do grupo de ação local, para que o Projeto possa ser sustentável também no tempo.

No entanto, segundo PQ-3, a “ausência de uma metodologia que desse suporte a essa construção de autonomia do Grupo, onde se estimulava isso, dava-se abertura às idéias, e trabalhava-se num certo ‘espontaneísmo’, acabou não organizando o grupo para pensar e agir de uma maneira sistemática”. PQ-4 corrobora esse pensamento, e afirma que o Grupo era o “protagonista”, mas não existiam estratégias e condições suficientes para ele vir a assumir esse papel.

Segundo EL ANDALOUSSI, os pesquisadores, mais que observadores do processo, assumem uma relação de implicação com o Projeto, mas também estão sujeitos à influência de sua personalidade, contexto social e profissional. Seu papel pode ser definido no início, mas sofrer modificações no decorrer da pesquisa “(2004:105),

Pela observação dos dados quantitativos da Figura 20, o número de pesquisadores envolvidos de fato nas atividades do Projeto sempre foi menor que o de integrantes nominais. Pela observação participante da pesquisadora,

alguns membros da equipe se envolveram de forma mais efetiva, outros de forma mais distanciada, assumindo uma postura mais passiva.

Mas isso não se justifica somente pela característica pessoal do pesquisador ou pela sua motivação para o Projeto, mas também por uma certa desestruturação da equipe de pesquisa por motivos como: ausência de uma metodologia de pesquisa; rotatividade de professores e alunos; interesses e motivações diferentes; falta de capacitação de novos integrantes; ausência de reflexão coletiva continuada sobre o processo.

Todas essas dificuldades interferem nos resultados do Projeto, tanto na intervenção quanto na pesquisa, na medida em que limitam a atuação mais produtiva e eficiente da equipe nas atividades de intervenção, e não dinamizam a produção do conhecimento, restringindo o potencial de produção das atividades de pesquisa.

Apesar das dificuldades internas da equipe, verifica-se que houve uma produção de conhecimento (mais individualizada como apontado anteriormente), experiência e construção (durante o processo) de uma metodologia que contribui para avanço dos resultados do Projeto e sua continuidade. Pelos dados compilados na Tabela 13 dos resultados quantitativos, observa-se uma produção significativa de material de pesquisa, com ganhos ainda não mensurados pela equipe.

Mas há ainda a necessidade de se atualizar e sistematizar as informações produzidas, para maior dinamização e acessibilidade ao conhecimento, inclusive como forma de avaliação e retorno aos sujeitos da

pesquisa, para apropriação e aplicação desse conhecimento para transformação da realidade.

THIOLLENT (2003) afirma que a noção de “transformação da realidade” é indiscriminadamente utilizada para designarem fatos diversos, e é freqüentemente assimilada à de “mudança social”. EL ANDALOUSSI (2004:105) também afirma que mudança é objetivo principal da pesquisa-ação. Prática e saber são, ao mesmo tempo, fonte e produto da mudança. Nessa ótica, “mudança não é sinônimo de aplicação de uma teoria, é o produto das transformações simultâneas da ação, e da reflexão continuamente renovadas”.

Segundo THIOLLENT (2003), “na definição do real alcance da proposta transformadora associada à pesquisa é necessário esclarecer as possíveis inter-relações entre os três níveis: grupos e indivíduos, instituições intermediárias, e sociedade global”. Com relação ao Projeto, pode-se dizer que as mudanças ocorridas no município se deram mais em nível de grupo e indivíduos, ocorrendo em algumas poucas instituições, e ainda muito restritas em nível da sociedade global (do município). Nesse processo de aprendizado e transformação, EL ANDALOUSSI afirma que:

“O ator envolvido em uma pesquisa-ação deseja adquirir os elementos que lhe permitam progredir em sua problemática prática (mudança, inovação). Freqüentemente ele espera do pesquisador as respostas para seus problemas. Quando o pesquisador consegue (com ajuda do ator) estabelecer uma relação de confiança e democrática, ator implica-se na pesquisa. Implicando-se no processo, o ator tende a renunciar às posições padronizadas, aos simulacros e astúcias diante do poder. As respostas procuradas pelo pesquisador dizem respeito à melhoria de uma situação da qual o próprio ator será beneficiário” (EL ADALOUSSI, 2004:130).

Embora se perceba um avanço na incorporação dos conceitos, princípios e dimensões da sustentabilidade tanto no discurso dos atores, quanto em algumas atividades do município de forma geral, entende-se que as dificuldades na abordagem desse tema colocam-se também pela falta de uma perspectiva imediata e direta de seus benefícios para a comunidade e para os parceiros do Projeto.

Sendo a sustentabilidade uma questão tão complexa e recente, o processo de aprendizagem torna-se ainda mais lento. A dificuldade de mudança de conduta, ou seja, incorporar na prática cotidiana os princípios e conceitos da sustentabilidade pode desestimular alguns participantes. Por isso, há que se considerar a viabilidade desse processo de mudança na perspectiva da sustentabilidade.

5.5.3. Sobre a viabilidade do processo na perspectiva da sustentabilidade

Em termos gerais, a maioria das pesquisas-ação busca transformações na realidade social, como também é a proposta do Projeto Jaboticabal Sustentável, por via da incorporação da sustentabilidade nas políticas locais, considerando que seus princípios sejam capazes de trazer melhorias para a qualidade de vida da população local, nas mais diversas dimensões, no presente e para o futuro.

Assim, a transformação de realidade almejada pelo Projeto entende-se que seja na verdade uma busca por mudanças na sociedade local, buscando-se o comprometimento e o engajamento efetivo da sociedade civil

com as decisões que afetam os rumos do desenvolvimento do município em suas dimensões ambiental, econômica, social, política e cultural.

Segundo MACNAGHTEN E JACOBS (1997), nesses processos, os cidadãos são chamados a fazer parte dos projetos porque a participação pública se tornou uma parte essencial no discurso da sustentabilidade, pelo princípio democrático e pela instrumentalidade dessa participação no apoio às decisões públicas.

Nesse contexto, os indicadores se apresentam como os instrumentos necessários para informar aos cidadãos sobre as condições locais, podendo assumir um caráter mais técnico ou mais educacional, como ferramentas de comunicação para o grande público sobre a sustentabilidade, esperando-se com isso uma mudança de comportamento dos cidadãos em seu cotidiano ou o seu engajamento político nos processos decisórios.

De fato, o objetivo maior do Projeto é a incorporação dos conceitos e a construção do sistema de monitoramento participativo da sustentabilidade pela sociedade, mas isso está ainda num nível ainda incipiente e restrito em Jaboticabal. Para ampliação das possibilidades de efetivação desse processo, devem ser observados alguns condicionantes.

Na pesquisa desenvolvida por MACNAGHTEN E JACOBS (1997), em Lancaster (Inglaterra), investiga-se o nível de compreensão e identificação da população local com as propostas de desenvolvimento sustentável para solucionar problemas da cidade. Essa pesquisa social revelou que as pessoas entendem que o modelo de desenvolvimento (principalmente econômico) atual

precisa de limites, mas poucos acreditam na sustentabilidade patrocinada por iniciativas governamentais ou empresariais, vistos como parte do “sistema”.

A pesquisa conclui que a desconfiança no governo e nas instituições promotoras de DS, e o pouco entendimento das pessoas sobre as questões de sustentabilidade, podem afetar as iniciativas de participação pública na promoção do DS, particularmente as que se utilizam indicadores de sustentabilidade para prover informações.

Por essas limitações, verifica-se que a formação de pessoas, seja da sociedade, seja do poder público, é uma condição importante quando se almeja mudanças de atitude para transformação da realidade por meio da sustentabilidade. Não se almeja simplesmente um processo informativo, mas formativo, de apropriação de um conhecimento novo e integralizado, e a incorporação desse conhecimento nas ações individuais e coletivas da sociedade.

Observando-se algumas experiências, Seattle, por exemplo, conseguiu uma grande adesão e mobilização pública na construção de indicadores locais, e o processo atualmente é dirigido por uma ONG criada a partir desse movimento. Sobre a influência desse processo na incorporação da sustentabilidade na gestão pública, observa-se no sítio eletrônico da prefeitura da cidade ênfase nas questões da sustentabilidade urbana, principalmente ambiental⁵².

Em Barcelona, no processo da *Diputació*, os indicadores foram

⁵² Sítio consultado: <http://www.cityofseattle.net/html/CITIZEN/environment.htm>

construídos mais institucionalmente, e há um pacto entre os municípios integrantes da rede, de medirem esses indicadores periodicamente para a publicação de um relatório comum. Nesse caso, os indicadores abrangem várias dimensões, são desenvolvidos por técnicos num processo restrito, e as informações disponibilizadas ao público em geral.

Na experiência brasileira do Sustentômetro de Blumenau, o processo não abrangia a participação pública, era essencialmente técnico, e com enfoque ambiental, mas a intenção era de disponibilizar de uma forma mais acessível as informações para a sociedade poder acompanhar a situação de sustentabilidade ambiental do município e também servir de apoio às decisões, mas o processo não teve continuidade.

No caso do IQVU de Belo Horizonte, um instrumento técnico elaborado mais por especialistas, o sistema tem sido utilizado e empregado na gestão da cidade, mapeando as disparidades intra-urbanas em diversos aspectos, permitindo aos administradores municipais (público-alvo), maior embasamento para orientar diversas políticas setoriais e regionais.

Com relação a essas experiências, em Jaboticabal observa-se que: os conceitos de sustentabilidade foram construídos participativamente, bem como o método para seleção de indicadores, na perspectiva de interação entre as cinco dimensões; a sociedade é o protagonista do processo; o poder público é um apoio importante; e os especialistas são facilitadores do desenvolvimento do Projeto.

Apesar de não se terem resultados mais concretos de incorporação

da sustentabilidade nas políticas públicas, entende-se que as estratégias escolhidas, as atividades desenvolvidas e o aprendizado adquirido são produtos e resultados do Projeto que constituem uma base inicial de sua consolidação na cidade. Espera-se a partir disso, a criação de condições para a continuidade do processo na perspectiva de construção do sistema de indicadores para monitoramento da sustentabilidade.

Coloca-se que um meio de se favorecer isso seria por meio do Plano Diretor Participativo, documento obrigatório para municípios acima de 20.000 habitantes, que dá as diretrizes urbanísticas municipais e a base de referência para as políticas urbanas. BRAGA (2001), ressalta que o PD é um instrumento eminentemente político de gestão territorial, ambiental e democrática da cidade, mas tem enfrentado problemas com o não cumprimento de suas diretrizes na maioria das cidades.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, os Planos Diretores devem seguir agora um processo participativo de elaboração, pela constituição de fóruns de discussão ampla e adotar os princípios desse Estatuto (INSTITUTO PÓLIS, 2001). Segundo BRAGA, nas suas diretrizes gerais o Estatuto incorpora o conceito de “cidades sustentáveis”, do Habitat II (1996), “onde se propõe novas perspectivas de abordagem das questões urbanas apontando para a possibilidade de um desenvolvimento sustentável urbano” (2001:113).

Nesse sentido, utilização do PD como instrumento de incorporação da sustentabilidade democrática nas políticas urbanas é um importante caminho a ser considerado.

Em Jaboticabal, para o Plano Diretor de 1994, “em nenhum momento foi tratado especificamente da participação da população e da criação de conselhos consultivos, mecanismos imprescindíveis para o comprometimento com um processo de planejamento” (PMJ, 2000:1).

No entanto, na revisão de 2000, esta participação foi buscada através de reuniões onde foi possível tratar de alguns temas, como sistema viário, drenagem, habitação, patrimônio histórico, desenvolvimento econômico, limpeza pública, saneamento, saúde, assistência social, educação, cultura, esporte, lazer, planejamento municipal, a democratização das informações sobre o município e a incorporação de propostas no Plano Diretor obtidas junto à população.

Segundo PQ-3, a época de revisão do Plano Direto (2000) coincidiu com o período de parada do Projeto, quando se estava à espera da aprovação da Fase 2, não tendo havido, portanto, a participação do PJS nesse processo.

Uma das entrevistas com pessoas do poder público sugere outros meios de viabilizar essa incorporação da sustentabilidade no âmbito local, que se considera importante ser registrada:

*“Eu acho que, não que tudo, mas as pessoas moram na cidade, assim a possibilidade do cotidiano são infinitas, as pessoas batem na porta do prefeito, da prefeita, do secretário, o universo que ela pega na mão e a cidade, não o estado ou união, então eu acho que **não é transferindo toda responsabilidade para o município, mas está nele ser o protagonista da questão da sustentabilidade.** O governo federal e governo estadual podem dar diretrizes, vincular quem estiver inserido... por exemplo, ‘quem não tiver um plano diretor não tem acesso a financiamento do governo federal’ , ‘quem não tiver o projeto de política pública que*

*propõe a sustentabilidade não tem acesso a não sei o que lá', começa a amarrar as coisas, tem que ser assim. **Então você tem que viabilizar vínculos nas três esferas, município, o governo federal, o governo estadual (...)** Tem que começar pelo município, eu acho que... **tem que começar pelos três, mas de uma maneira integrada.** Agora também como fazer isso acontecer também é... esse governo, a partir do federal, está entendendo que a questão de gestão do território tem que ser integrada, então parte do ministério da cidade, conferências, crédito se você fez conferência ou não, **tem toda uma amarração burocrática e administrativa entre os três poderes, que se você não tiver inserido nesse processo você não tem dinheiro, por exemplo. Eu acho que isso é uma visão integrada das coisas. Então isso parte do governo federal, o município não tem voz para isso.** Agora, 'nós precisamos partir para o desenvolvimento econômico sustentável', legal, então parta também do governo federal mecanismos de sustentabilidade em alguns projetos, e políticas públicas também do município no campo da saúde, e dá para formatar, partir do governo federal, mas o município também não pode ficar esperando, esperando, esperando... que é o caso de Jaboticabal, fez uma experiência, teve lá naquele evento de premiações em São Paulo, eu acho que isso é legal, então as coisas estão adquirido corpo, mas eu acho **que políticas mais gerais, o governo federal, e parceria com os municípios**"(PP-5).*

Sobre o que foi colocado, reforça-se a importância da esfera local no processo de incorporação da sustentabilidade em políticas, mas coloca-se também as dificuldades com questões que não dependem somente dos municípios. Infere-se disso que as questões a serem trabalhadas num processo de sustentabilidade com enfoque local devem estar sob a governabilidade dessa sociedade e de sua administração pública. Essa condição permite que problemas que se constatem no monitoramento das

políticas locais gerem ações com efeitos concretos na sustentabilidade local (PQ-3 e PQ-4).

Esses são problemas, condições e perspectivas que se apontam na reflexão e avaliação de resultados sobre cinco anos de desenvolvimento do Projeto. Isso é ainda incipiente diante de uma expectativa de mudanças para médio e longo prazo, mas é válida para a correção e aperfeiçoamento do processo enquanto possível.

Como todo processo, a avaliação e a constatação de fragilidades demanda uma revisão e correção das falhas apresentadas. Segundo THIOLENT (2003), o processo de transformação almejado exige uma “visão dinâmica acerca do desenvolvimento da pesquisa no qual devem estar presentes considerações estratégicas e táticas para saber como alcançar os objetivos, superar ou contornar obstáculos e neutralizar as reações adversas”.

Assim, entende-se que o desafio maior do Projeto na perspectiva da sustentabilidade reside em consolidar o seu Fórum como canal legítimo de participação social, ampliando as participações e fortalecendo as discussões, para dar continuidade ao processo, independente da Universidade, ou mesmo do apoio do poder público de imediato.

Precisam-se encontrar fontes de recurso que viabilizem a continuidade das ações para a construção do sistema de monitoramento pelos indicadores, abrindo o espaço necessário para efetiva emancipação da sociedade e possibilidade de contribuição nas políticas públicas municipais.

Na perspectiva de viabilização dessa continuidade, com uma revisão do processo para minimizar falhas a fortalecer estratégias bem sucedidas, é preciso sistematizar e disponibilizar o conhecimento sobre essa experiência, para que sua replicação seja possível em outros municípios que queiram tomá-la como referencial no desenvolvimento de seus indicadores de sustentabilidade para formação de políticas públicas mais participativas e sustentáveis.

5.2. CONCLUSÕES

Segundo GAUTHIER,

“Partindo das necessidades de acumulação do conhecido, admite-se que não se deve atomizar o conhecimento a ponto de tornar a pesquisa (o saber) não generalizável, não reproduzível, não falseável, portanto voltada para uma ação específica; ao contrário, deve-se elevar o nível de abstração do saber para que este se autoproduza e possa transpor-se em situações diferentes” (citado por EL ANDALOUSSI, 2004:108).

Nessa perspectiva de abstração do conhecimento adquirido pela reflexão e avaliação do Projeto Jaboticabal Sustentável, considerando-se os limites de um estudo de caso único, podem ser observadas algumas questões importantes na perspectiva de incorporação da sustentabilidade nas políticas públicas municipais.

Primeiramente, a escolha de estratégias para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e intervenção simultâneas para a definição e implementação de ações e produção de conhecimento numa proposta de incorporação da sustentabilidade em políticas públicas é essencial, e por isso

sua escolha interfere diretamente no sucesso ou não de uma experiência.

No Projeto Jaboticabal Sustentável as estratégias de formação e participação, principalmente, bem como de divulgação e institucionalização implementadas na primeira e segunda fases do Projeto representaram uma contribuição significativa para a consecução dos objetivos propostos, pela estruturação de uma base inicial de suporte à continuidade do processo na perspectiva de constituição do sistema de monitoramento participativo da sustentabilidade.

No Projeto, as estratégias de formação possibilitaram o aumento da discussão sobre a sustentabilidade no município a partir do GAJS, motivando algumas ações iniciais em níveis individuais e institucionais. A assessoria técnica possibilitou uma relação de mútua aprendizagem entre pesquisadores e atores, mas a própria dificuldade do tema e algumas técnicas utilizadas podem limitar esse aprendizado. A participação da sociedade na proposição de indicadores é relevante, mas o método precisa ser mais acessível, dinâmico e objetivo na construção desse sistema para o monitoramento da sustentabilidade.

Estratégias de formação são imprescindíveis quando se almeja mudanças de atitude das pessoas para transformação da realidade, porquanto favorecem não só a apropriação de um conhecimento novo, como também se concretizam na incorporação desse novo conhecimento nas ações individuais e coletivas dos agentes locais, ou mesmo, dos pesquisadores.

Em Jaboticabal, a estratégia de participação fomentou uma cultura

de trabalho participativo entre os agentes locais, possibilitando a ação conjunta de instituições governamentais e não governamentais, sendo isso essencial para o trabalho de construção democrática. Como fatores interferentes nessa estratégia destacou-se a atuação facilitadora dos pesquisadores na aprendizagem como positivo e, como negativos, a baixa cultura participativa e de representatividade dos atores locais, baixo engajamento do poder público, e também os conflitos político-partidários.

Estratégias de participação promovem, então, condições favoráveis ao estimularem o engajamento da sociedade local em processos de mudança, possibilitando a articulação de instituições governamentais e não governamentais num trabalho de parceria, que aceita o conflito, mas busca o consenso, favorecendo a democratização e a abertura aos processos participativos na gestão local.

Nesse sentido, a estratégia de constituição do Fórum Jaboticabal Sustentável pode favorecer a consolidação do Projeto, no que cria condições para fortalecimento de sua representatividade local, e se coloca como articulador das relações interinstitucionais e fomentador das discussões e aprendizados sobre sustentabilidade. Mas pesam ainda como fatores condicionantes principais de seu sucesso, a ampliação da participação da sociedade e recursos para continuação das atividades.

A institucionalização de canais participativos torna-se, portanto, essencial no contexto atual de abertura à participação de organizações da sociedade civil nos processos de tomada decisão.

No Jaboticabal Sustentável, as estratégias de divulgação contribuíram para o Projeto no que possibilitaram o conhecimento de suas propostas e ações por setores da sociedade não participantes, e tornaram o Projeto conhecido em muitos lugares pela participação em atividades externas, principalmente de pesquisa.

Estratégias de divulgação dão suporte à divulgação local e regional de uma experiência, possibilitando maior visibilidade para adesão de parceiros locais e possibilitando a troca de experiência em níveis regionais e nacionais.

Na relação entre os atores do processo, observa-se que os grupos envolvidos têm diferentes papéis a serem observados.

A sociedade, ao se integrar numa experiência inovadora cujo referencial de transformação da realidade seja a sustentabilidade e a democracia, enfrenta as dificuldades de um processo de mudança de uma cultura de passividade, observação e paternalismo, para uma de questionamento, organização coletiva, engajamento, emancipação e ação para intervir e participar ativamente das transformações do seu espaço territorializado.

O gestor público, por sua vez, tem o desafio de quebrar os padrões históricos de dominação, hierarquização e privatização do poder em favor da abertura à participação social e legitimação da esfera pública de decisões, apoiando e incorporando caminhos alternativos por meio de instrumentos como os indicadores de sustentabilidade, para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental mais sustentável de seu município.

Ao promover experiências como essa, por seu lado, a Universidade cumpre seu objetivo precípua ao produzir um conhecimento novo e torná-lo acessível para a sociedade, e vai mais além ao participar junto com essa sociedade do processo de mudança de sua realidade social. Ao se dispor a isso, a Universidade torna mais rica e relevante a sua experiência, buscando junto com a sociedade caminhos alternativos de sua melhoria de qualidade de vida.

Sobre o alcance da experiência em termos de mudança da realidade social, EL ANDALOUSSI (2004) afirma que, “o papel da pesquisa-ação é o de provar a eficácia de uma solução, a qual resulta de uma transformação em escala restrita. O papel das instituições é o de favorecer essa difusão em escala maior”.

SACHS (1994:55) entende que as estratégias em busca da sustentabilidade não podem ser impostas de cima para baixo, mas “elaboradas e concretizadas pelas populações interessadas, com o apoio de uma política eficaz para a emancipação destas populações”.

Entende-se que esse processo desenvolvido de 1999-2004 propiciou condições para que a construção dos indicadores e para formulação e o monitoramento de políticas públicas mais sustentáveis e democráticas em Jaboticabal venha a ser possível de fato.

Como um projeto-piloto, o desafio constante é de avaliação e aperfeiçoamento contínuo desse processo, como complementa essa afirmação:

“As trocas de experiências entre cidades e estudos comparativos deveriam ocupar um lugar importante nas políticas de cooperação, a idéia não sendo tanto a de fornecer modelos prontos, mas sim a de estimular a imaginação social, permitindo encontrar no acertos e erros dos outros um reflexo de suas próprias interrogações” (SACHS, 1994).

Por essa experiência, infere-se que a busca por metodologias inovadoras de incorporação da sustentabilidade em políticas públicas passa pela experimentação de erros e acertos que contribuem para o aperfeiçoamento do processo e de experiências semelhantes posteriormente.

Pela reflexão e avaliação do Projeto Jaboticabal Sustentável, bem como dos debates apontados na literatura, e a observação de algumas experiências, conclui-se que as condições que se apresentam favoráveis num processo de monitoramento da sustentabilidade em políticas públicas por meio de indicadores apontam para:

- b) Questionamento contínuo e permanente do modelo de gestão pública por parte da sociedade. Ou seja, entende-se que formas alternativas de gestão da cidade na perspectiva da sustentabilidade são fortalecidas com o monitoramento das políticas públicas pela sociedade;
- c) Organização coletiva da sociedade dentro de uma perspectiva de autonomia e emancipação de ações. Ou seja, um grupo organizado da sociedade mobilizado para compreensão e ação em torno de modelos alternativos de gestão na cidade, estando sob seu controle

as decisões, ações e recursos do seu projeto e tendo a capacidade de estar aberto à participação de outros segmentos sociais dentro da visão de sociedade local como um todo;

- d) Formação contínua e permanente em sustentabilidade (princípios, dimensões, indicadores), sendo observada não só a construção participativa de conceitos e interações entre dimensões, mas a incorporação na conduta de cada indivíduo nas ações, sendo essa uma condição essencial para transformações na sociedade;
- e) Construção participativa de indicadores de sustentabilidade que estejam sob a governabilidade local, ou seja, criar condições reais para que a sociedade domine a ferramenta, o poder público possa dele se utilizar, e os problemas decorrentes da observação desses instrumentos possam de fato ser resolvidos por uma ação ou política pública em nível local;
- f) Apoio do poder público como fomentador (não centralizador) do processo, ajudando na capacitação, oferecendo assessorias, e disponibilizando recursos e estrutura de apoio;
- g) E a existência de uma assessoria técnico-política capaz de promover a mediação e o equilíbrio na relação entre atores e entre o saber técnico e saber das pessoas, provocando e facilitando a aprendizagem, e aprendendo e produzindo conhecimento pela ação.

Com essa contribuição, o estudo sobre o Projeto Jaboticabal Sustentável espera fomentar a troca de experiências entre cidades, para que a incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade nas políticas públicas possa ser uma meta possível e factível não só em Jaboticabal, como também em outros municípios que adotem a sustentabilidade e a democracia como referenciais de mudança da realidade e melhoria de sua qualidade de vida urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro:CREA-RJ. DP&A editora, 2001.

ACSELRAD, H.; LEROY, J. Novas premissas da sustentabilidade democrática.In: **Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático**, n. 1, Rio de Janeiro: FASE, 1999.

ALMEIDA, G. ; MENEGAT, R. . **Sustentabilidade e Democracia: elementos para uma estratégia de gestão ambiental urbana no Brasil**. Porto Alegre: ANNAMMA, 2001.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** vol.14, no.40.1999.

ATKINSSON, A. **Desenvolvimento de indicadores de comunidades sustentáveis – Lições do Seattle Sustentável**. Universidade Livre do Meio Ambiente - Centro de Referência em Gestão Ambiental para Assentamentos Humanos - GAU. Disponível em: <<http://www.bsi.com.br/unilivre/centro/textos/Forum/deicom.htm>>. Acesso em: 19/09/2003

BAKER, S. KOUSIS, M., RICHARDSON, D., YOUNG, S. . **The Politics of sustainable development: theory, policy end practce within the European Union**. Londres: Routldge, 1997.

BANDEIRA, P. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para discussão nº 630. Brasília: IPEA, 1999.

BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva** vol.15, no.4. São Paulo: Fundação SEADE, 2001.

BARRADAS, M. do N.; GALANTE, V. A.; MAYORGA, M. I. de O. Política, desenvolvimento e Ambiente: uma busca ao consenso. In. BARRADAS, M. do N. (org.). **Desenvolvimento Sustentável: em busca da operacionalização**. Fortaleza: UFC, 1999.

BLUMENAU. Prefeitura Municipal de Blumenau. Fundação Municipal do Meio Ambiente (FAEMA). **Indicadores de Sustentabilidade para Blumenau – ISB 2000**. Blumenau. FAEMA. 2000.

BRAGA, R. Política Urbana e Gestão Ambiental: considerações sobre o Plano Diretor e o Zoneamento Urbano. In: CARVALHO, P. F. C e BRAGA, R. (orgs.) **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: UNESP – IGCE-Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan, 2001.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALDERÓN, A. I. **Democracia local e participação popular: a lei orgânica paulistana e os novos mecanismos de participação popular em questão**. São Paulo: Cortez, 2000.

CABANNES, Y. **Difusão das formas participativas de gestão**. Texto apresentado no Seminário Internacional sobre Democracia Participativa. Porto Alegre. 1999.

CARSON, R. **Silent Spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CAVALCANTI, C. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

COHN, Amélia. Os governos municipais e as políticas sociais. In: **Os desafios da gestão municipal democrática**. SOARES, J. A. e BAVA, Silvio Caccia (orgs.). São Paulo: Cortez, 1998.

CUNHA, F. L. S. J. da. **O uso de indicadores de sustentabilidade ambiental no monitoramento do desenvolvimento agrícola**. Brasília: Dissertação de Mestrado- UNB/CDS, 2003.

DANIEL, C. As administrações democráticas e populares em questão. **Espaço e Debates** - revista de estudos sociais e urbanos. Nº 30. São Paulo: Cortez, 1990.

DEPONTI, C. M. **Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. Monografia (Especialização). Porto Alegre: UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, 2002.

DIEGUES, A.C.S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo: **São Paulo em Perspectiva**, 6, jan/jun, 1992.

DOWBOR, L. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

EL ANDALOUSSI, K. **Pesquisas-ações: ciência, desenvolvimento, democracia**. Traduzido por Michel Thiollent. São Carlos: EdUFSCar, 2004. 192p.

FERNANDES, M. Desenvolvimento Sustentável: Antinomias de um Conceito. In: FERNANDES, M. e GUERRA, L. (orgs.) **Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: Associação das Universidades Amazônicas, 2003. 253p.

FERREIRA, L. C. A busca de alternativas da sustentabilidade no poder local. In: FERREIRA, L. da C. e VIOLA, E. (orgs.) In: **Incertezas de sustentabilidade na Globalização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas. In. **Revista Ambiente e Sociedade**. Ano III, Nº 6 / 7. Campinas: NEPAM – UNICAMP, 2000.

_____. Agenda de Desenvolvimento Sustentável. In: **Agenda do desenvolvimento Humano e Sustentável para o Brasil do Século XXI**. Programa Regional de Estratégias de Desenvolvimento Local: Projeto PNUD – BRA/98/017. Relatório Final – Brasília: Athalaia Gráfica e Editora Ltda., 2000.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Revista Ambiente e Sociedade**. Ano IV, Nº 9. Campinas: NEPAM – UNICAMP, 2000.

_____. Políticas Públicas: Um debate conceitual de reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, n.21, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.

GARCIAS, C. M. Indicadores de qualidade ambiental urbana. **Indicadores Ambientais: conceitos e aplicações**. In: BOLLMAN, A. H. (et alii). MAIA, N. B.; MARTOS, H. L.; BARRELLA, W. (orgs.) São Paulo: EDUC/ COMPENDI/ INEP, 2001.

GRAZIA, G.; QUEIROZ, L. L. (et al). O Desafio da Sustentabilidade Urbana. In: **Série Cadernos Temáticos Brasil Sustentável e Democrático**, n. 5, Rio de Janeiro: FASE, 2001.

GRUPO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS DE INOVAÇÃO (GAPI – UNICAMP). **Metodologia de Análise de Políticas Públicas**. (Extraído de: DAGNINO, R. et al. *Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação*. Taubaté: Editora Cabral Universitária.2002). Disponível em: Organização do Estados Iberoamericanos para Ciência e Cultura. <<http://www.campus-oei.org/salactsi/rdagnino1.htm>> Acesso em 01/07/2003.

GUIMARÃES, R. O Desafio Político do Desenvolvimento Sustentado. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**. Nº 35. APDOC,1995.

_____. Painel de Debates: a busca de um consenso sobre Desenvolvimento Sustentável. In: **Definido uma Agenda de Pesquisas sobre o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1996.

NETO, L. G. ; ARAÚJO, T. B. Poder local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil. In: SOARES, J. A. e BAVA, S. C. (orgs.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

HART, M. **Guide to sustainable community indicators**. North Andover, MA, USA: Hart Environmental Data, 1999.

INSTITUTO PÓLIS. Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos. São Paulo: Instituto Polis, 2001.

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

KAYANO, J.; CALDAS, E. (2002) Indicadores para ao diálogo, In: CACCIA-BAVA, S.; PAULICA, V.; SPINK, P. (Org.) **Novos Contornos da gestão local: conceitos em construção Polis :Programa Gestão Pública e Cidadania / FGV – EAESP, São Paulo.**

LEAL, S. M. R. **Para “além” do Estado: tendência, limites e alcance das novas formas de gestão urbana a nível local**. Tese de doutorado. Instituto de Economia - UNICAMP: Campinas, 1994.

MACNAGHTEN, P. JACOBS, M. **Public Identification with sustainable development**. Global Environment Change, Vo11. 7, Nº 1, pp 5-24. Lancaster: Elsevier Science, 1997.

MINTZBERG, H. AHLSTRAND. B, LAMPEL, J. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MONTORO, A. F. **Introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

MIRANDA, A. B. de. **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Princípios e Indicadores de Sustentabilidade Numa Cidade De Médio Porte**. São Carlos: Dissertação de Mestrado- UFSCar, 2003.

NAHAS, M. I. P. **Bases teóricas, metodologia de elaboração e aplicabilidade de indicadores intra-urbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades: o caso de Belo Horizonte**. São Carlos: Tese de doutoramento - UFSCar, 2002.

NETO, L. G.; ARAÚJO, T. B. Poder local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil. In: **Os desafios da gestão municipal democrática**. SOARES, J. A. e BAVA, S. C. (orgs.). São Paulo: Cortez, 1998.

NOBRE, M; AMAZONAS, M. de C. (orgs.). **Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ed. Ibama, 2002. 368p.

PARA UM PERFIL DA SUSTENTABILIDADE LOCAL — INDICADORES COMUNS EUROPEUS. Comissão Européia. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL - PMJ. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Jaboticabal: PMJ, 2000.

_____. **Sítio Oficial de Jaboticabal**. Disponível em: <<http://www.jaboticabal.sp.gov.br/>> Acesso em. 10 jan. 2004.

RATTNER, H. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

_____. Prefácio. In: ACSELRAD, H (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro:CREA-RJ. DP&A editora, 2001.

RODRIGUES, A. M. **Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998,239 p.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2a edição, São Paulo: Vértice, 1986.

_____. Estratégias de transição para o século XXI. In: RAYNAUT, C. e ZANONI, M. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente. Sociedades, Desenvolvimento e Meio Ambiente** nº 1. Curitiba: Editora UFPR, 1994.

SANCHEZ, F. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, H (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro:CREA-RJ. DP&A editora, 2001.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** Rio de Janeiro: DP&A , 1999.

SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH, COOK. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais.** Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Herder, 1971.

SILVA, S. M. **Indicadores de sustentabilidade urbana: as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável.** São Carlos: Dissertação de Mestrado- UFSCar, 2000.

_____; SHIMBO, I. **Proposições básicas para princípios de sustentabilidade.** Artigo apresentado no II Encontro Nacional e I Encontro Latino Americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. Canela, 2000.

SOARES, J. A.; GONDIM, L. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: **Os desafios da gestão municipal democrática.** SOARES, J. A. e BAVA, S. C. (orgs.). São Paulo: Cortez, 1998.

TEIXEIRA, B. A. N. (coord.). **Projeto de Pesquisa Políticas Públicas FAPESP.** Incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade na formulação de políticas Urbanas em pequenos e médios municípios. São Carlos: PPGEU – DECiv /UFSCar, 1998.

_____. **Relatório Final Fase 1 de Projeto de Pesquisa.** Incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade na formulação de políticas Urbanas em pequenos e médios municípios. São Carlos: PPGEU – DECiv /UFSCar, 2000a.

_____. **Projeto de Pesquisa Fase 2.** Incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade na formulação de políticas Urbanas em pequenos e médios municípios. São Carlos: PPGEU – DECiv /UFSCar, 2000b.

_____. **Relatório Parcial Fase 2 de Projeto de Pesquisa.** Incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade na formulação de políticas Urbanas em pequenos e médios municípios. São Carlos: PPGEU – DECiv /UFSCar, 2002.

_____. **Relatório Parcial Fase 2 de Projeto de Pesquisa.** Incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade na formulação de políticas Urbanas em pequenos e médios municípios. São Carlos: PPGEU – DECiv /UFSCar, 2003.

_____. **Relatório Final Fase 2 de Projeto de Pesquisa.** Incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade na formulação de políticas Urbanas em pequenos e médios municípios. São Carlos: PPGEU – DECiv /UFSCar, 2004.

TEIXEIRA, B. A. N, et al. Conceitos de Sustentabilidade In: **Série Cadernos Jaboticabal Sustentável. n,1.**Jaboticabal. Artsigner Editores:2003.

_____. Conhecendo o Município. In: **Série Cadernos Jaboticabal Sustentável. n, 2.**Jaboticabal. Artsigner Editores:2003.

_____. A Água e a Sustentabilidade. In: **Série Cadernos Jaboticabal Sustentável. n, 3.**Jaboticabal. Artsigner Editores:2003.

THE COMMUNITY INDICATORS HANDBOOK: measuring progress toward healthy and sustainable communities. Redefining Progress; Tyler Norris Associates; Sustainable Seattle. Seattle: Redefining progress, 1997.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

VAZ, J. C. **Avaliando a gestão**. 125 dicas para a ação municipal. São Paulo: Instituto Polis, 2000.

VIEIRA, L. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

VIANA, G., SILVA, M., DINIZ, N. (Orgs.) **O Desafio da sustentabilidade urbana: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

VIGLIO, J. E. **Avaliação da Experiência do Orçamento Participativo numa Cidade Média: O caso de Jaboticabal – SP**. São Carlos: Dissertação de Mestrado- UFSCar, 2004.

XARXA DE CIUTATS I POBLES CAP A LA SOSTENIBILITAT. **Sistema Municipal d'Indicadors de Sostenibilitat Diputació de Barcelona**, Barcelona, 2000. 328 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WCED - WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press: 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Processo de Construção de Indicadores de Comunidade de Seattle *(ref. à pág. 38)*

APÊNDICE 2 -Resumo dos Indicadores de Comunidade Sustentável do Seattle Sustentável *(ref. à pág.380)*

APÊNDICE 3 - Painel de Variáveis da Pesquisa *(ref. à pág. 54)*

APÊNDICE 4 – Roteiro de Entrevistas – Atores *(ref. à pág. 63)*

APÊNDICE 5 – Roteiro de Entrevistas – Poder Público *(ref. à pág. 63)*

APÊNDICE 6 – Roteiro de Entrevistas – Pesquisadores *(ref. à pág. 63)*

APÊNDICE 7– Roteiro de Discussão – Pesquisadores *(ref. à pág. 63)*

APÊNDICE 8 - Síntese do Processo para Sistematização e Análise das Entrevistas dos Instrumentos Utilizados *(ref. à pág. 63)*

APÊNDICE 9 – Fotos do Projeto Jaboticabal Sustentável *(ref. às págs. 90, 96, 98 e 145)*

APÊNDICE 10 – Exemplo de Preenchimento da Planilha para Seleção de Indicadores *(ref. à pág. 102)*

APÊNDICE 11 – Lista de Indicadores de Sustentabilidade para Água após A VI Parte do 3º Seminário Jaboticabal Sustentável *(ref. à pág. 103)*

APÊNDICE 12 - Alternativas de Organização da Sociedade para Institucionalização do GAJS *(ref. à pag. 105)*

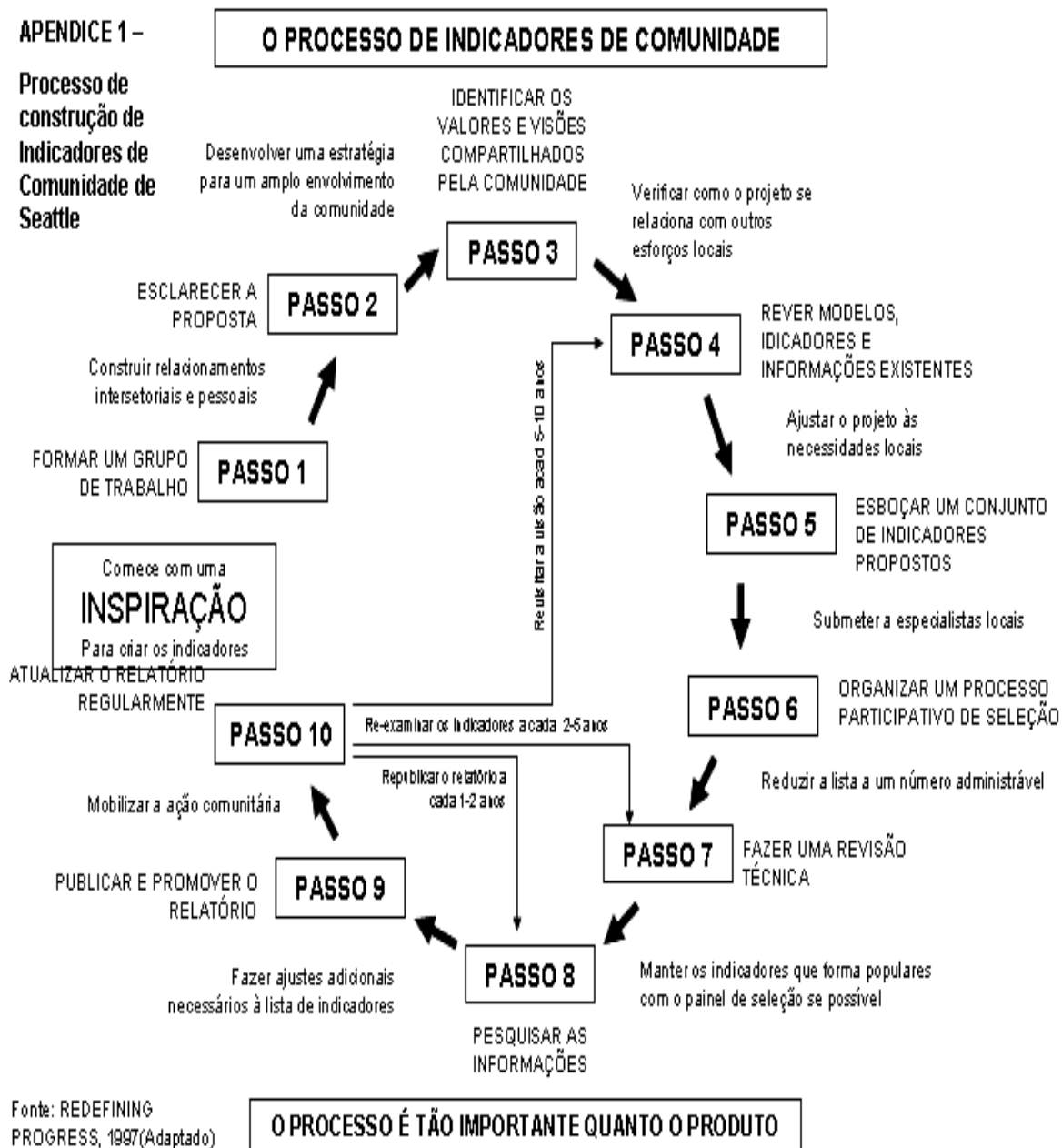
APÊNDICE 13 – Carta de Princípios do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável *(ref. à pag. 106)*

APÊNDICE 14 – Produção Científica do PJS *(ref. à pag. 136)*

APÊNDICE 15 – Participação do PJS em eventos externos *(ref. à pag. 136)*

APÊNDICE 16 – Síntese Sistematizada da Análise das Entrevistas *(ref. à pag. 185)*

APÊNDICE 1 – Processo de Construção de Indicadores de Comunidade de Seattle (ref. à pág. 38)



APÊNDICE 2 - Resumo dos Indicadores de Comunidade Sustentável do Seattle Sustentável

INDICADOR	INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	SITUAÇÃO
Meio ambiente - 8		
1. Volta dos salmões para desova nos rios da Comarca de King	indicador da qualidade da água, saúde ambiental e biodiversidade como um todo	em queda vertiginosa
2. Saúde de áreas inundadas	medida pela qualidade da água, flutuação do nível da água e saúde dos anfíbios	todos em queda
3. Biodiversidade	medida pela diversidade de anfíbios e plantas nos banhados da Comarca de King:	em queda
4. Erosão do solo	medida pela turbidez dos cursos de água na Comarca de King:	em ascensão
5. Porcentagem das ruas de Seattle que atingem critérios de "atenção ao pedestre"	indicador da qualidade do meio ambiente urbano	dados insuficientes para determinar a tendência
6. Superfície impermeabilizada na cidade de Seattle	relacionada ao escoamento da água de superfície e problemas de qualidade da água:	dados insuficientes para determinar a tendência
7. Qualidade do ar	medida de acordo com as Normas da EPA para Poluentes:	em alta desde 1980
8. Áreas abertas	levantamentos das áreas acessíveis em comparação com as metas do planejamento urbano;	os níveis atuais estão abaixo dos níveis desejados, e não há dados suficientes para determinar a tendência
População e Recursos - 7		
9. Taxa de crescimento populacional		em queda do atual nível de 0,8%
10. Consumo residencial de água		per capita está em queda, geral ainda em alta)
11. Geração e reciclagem de resíduos sólidos		a geração per capita continua em alta, mas a reciclagem per capita está aumentando em ritmo mais acelerado
12. Prevenção da poluição e uso de recursos renováveis		a emissão de tóxicos medida pelo Inventário de Emissões Tóxicas da EPA está em baixa; o uso de produtos de papel reciclado está em alta
13. Área agrícola na Comarca de King		em baixa

14. Quilometragem e consumo de combustível por veículo		estável, após vinte anos de alta constante
15. Uso de energia renovável e não renovável	medida da sustentabilidade energética em longo prazo:	dependência da energia não renovável em alta
Economia - 9		
16. Porcentagem de emprego concentrado nos dez maiores empregadores	indicador negativo da diversidade e flexibilidade econômica;	em baixa
17. Desemprego real		atualmente em baixa, seguindo os ciclos comerciais tradicionais, mas os empregos estão distribuídos desigualmente
18. Distribuição da renda pessoal	indicador da equidade econômica;	distância entre ricos e pobres está aumentando, e a classe média está perdendo terreno
19. Despesas com assistência médica	selecionado por causa de sua visível urgência e impacto potencial sobre a viabilidade econômica	em alta rápida
20. Horas de trabalho pelo salário médio da Comarca de King necessárias para atender as necessidades mais básicas de vida	medida do poder aquisitivo	sem alterações desde 1982
21. Recursos para habitação		em alta para quem compra a casa própria; em baixa para os inquilinos de baixa renda
22. Crianças vivendo na pobreza	indicador negativo da saúde social e equidade social	em alta
23. Uso de sala de emergência para outros fins	(indicador negativo do acesso à assistência médica	em alta
24. Capital comunitário	recursos disponíveis para o desenvolvimento econômico local, medido pelos depósitos em bancos locais:	em queda
Juventude e Educação - 7		
25. Adultos alfabetizados	indicador de capacidade intelectual social	dados históricos insuficientes para determinar tendência
26. Conclusão do segundo grau)	medida básica do sucesso educacional;	dados insuficientes para determinar tendências em longo prazo
27. Diversidade étnica dos professores	medida de equidade:	atualmente equivalente à diversidade da população adulta, mas não da dos alunos, e dados insuficientes para determinar tendências em longo prazo

28. Educação artística	medida do investimento educacional no raciocínio criativo	não há disponibilidade de dados
29. Envolvimento voluntário nas escolas	medida do investimento da comunidade no bem estar da próxima geração	dados insuficientes para determinar tendências
30. Delinqüência juvenil	indicador negativo da segurança pública atual e futura	em alta
31. Jovens envolvidos em serviços comunitários	indicador positivo da cidadania atual e futura	não há disponibilidade de dados
Saúde e Comunidade - 9		
32. Equidade na justiça	indicador básico de equidade, medido pelas diferenças no tratamento judicial de delinqüentes juvenis de diferentes etnias	dados insuficientes para determinar uma tendência, mas existem marcantes desigualdades
33. Recém-natos de baixo peso	importante indicador negativo de futuros problemas sociais	finalmente estabilizado, depois de anos em alta, principalmente entre grupos menos favorecidos
34. Taxa de hospitalização infantil por asma	indicador relacionado à pobreza e qualidade ambiental local	em alta rápida
35. Participação dos eleitores nas eleições primárias	indicador da cidadania comunitária	atualmente em alta, após anos de declínio
36. Utilização da biblioteca e centro comunitário	indicador positivo do desenvolvimento comunitário saudável	em alta
37. Participação pública nas artes	medida da vitalidade cultural: os níveis são elevados, mas os dados são insuficientes para determinar tendências	
38. Atividade de jardinagem	medida da ligação entre as pessoas e o meio ambiente	os níveis são elevados, mas os dados são insuficientes para determinar tendências
39. Boa vizinhança	medida da vitalidade e flexibilidade da comunidade, medida por levantamentos de relatos de interações com vizinhos	os níveis são elevados, mas os dados são insuficientes para determinar tendências
40. Qualidade de vida perceptível	medida da felicidade pessoal, avaliada por levantamentos da sensação individual de bem-estar das pessoas	os níveis são elevados, mas os entrevistados esperam que permaneçam elevados ou até melhorem

Fonte: "Indicadores de Comunidade Sustentável 1995. Seattle Sustentável, 1995. O trabalho completo pode ser adquirido do Seattle Sustentável, 909 4th Avenue, 6th floor. Seattle, WA 98104. Tel.: (206) 382 5013 e 5012. E-mail

Indicadores: as flechas e o traço indicam a avaliação da tendência de sustentabilidade. □ indica movimento em direção oposta à sustentabilidade; - significa inalterada ou sem tendência discernível, e □ significa movimento em direção à sustentabilidade. As descrições entre parênteses resumem a interpretação dos dados)

APÊNDICE 3 - Painel de Variáveis da Pesquisa (ref. à pág. 53)

APENDICE 3

Painel de decomposição do fenômeno em classes de variáveis e variáveis



APÊNDICE 4 – Roteiro de entrevistas - Atores

PESQUISA: Estratégias para incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade em políticas públicas - Caso: Jaboticabal-SP

Objetivos: analisar as estratégias utilizadas para implementação do Projeto Jaboticabal Sustentável

Pesquisador: Marise Tissyana Parente Carneiro Adeodato

Unidade de Análise: GRUPO DE AÇÃO JABOTICABAL SUSTENTÁVEL

ENTREVISTADO

Nome:

Instituição:

Formação /Atuação Profissional:

- Sabe-se do desenvolvimento do Projeto Jaboticabal Sustentável no município, de construção participativa de princípios e indicadores de sustentabilidade, para monitoramento da sustentabilidade local. Sobre essa experiência:

1. Por que o Sr(a) resolveu participar do Grupo?

*Motivação pessoal (acredita / não acredita)
Interesses no Projeto (pessoais / coletivos)*

2. Como o Sr(a) está envolvido no processo?

3. O Sr(a) participa das atividades do Projeto representando alguma entidade ou atua mais por si mesmo?

*Grau de organização (indivíduos / grupos)
Representatividade das ações (legítimas / não legítimas)*

4. Que tipos de atividades o Sr(a) desenvolve, dentro ou fora da sua entidade, que podem estar relacionadas com o Projeto?

Formação (formal / informal) e atuação profissional (função que ocupa)

5. Como é a sua atuação do Sr (a) no GAJS?

*Formação (formal / informal) e atuação profissional (função que ocupa)
Postura (Pro-atividade ou reatividade)*

6. O que o Sr(a) acha desse processo estar sendo desenvolvido participativamente?

Cultura participativa (alta / baixa)

7. Como Sr(a) vê a atuação da Prefeitura nesse processo?

*Relação com o Grupo Gestor (autoritarismo-domínio / respeito-democrático)
Liberdade de opinião (incondicional / restrita)
Relação com os funcionários (estímulo-liberdade / cerceamento-restrição)*

8. Como o Sr(a) vê a atuação dos pesquisadores da UFSCar nesse processo?

*Relação com os atores (dominação / facilitação)
Postura do "saber" (totalitário / aberto)*

9. O que Sr(a) acha das estratégias de participação que foram implementadas como o processo participativo, as parcerias, o grupo de ação ?

Relevância, contribuição, fragilidades

10. O que Sr(a) acha das estratégias de formação que foram implementadas, como as oficinas, os seminários e até mesmo os cadernos?

Relevância, contribuição, fragilidades

11. O que o Sr(a) achou do processo de construção dos indicadores?

12. O que Sr(a) acha das estratégias de divulgação do Projeto, como as mostras, os encontros?

Relevância, contribuição, fragilidades

13. O que Sr(a) acha das estratégias de institucionalização do Projeto, com a criação do Fórum ?

Relevância, contribuição, fragilidades

14. O Sr(a) acha que já se pode ver algum resultado da intervenção do Projeto no município? Qual(is)?

15. O que Sr(a) ressaltaria de mais positivo e mais negativo no Projeto?

16. O Sr(a) acredita que a experiência terá êxito na consecução dos seus objetivos?

17. O que o Sr(a) acha que poderia ser feito para que isso realmente aconteça?

APÊNDICE 5 – Roteiro de entrevistas – Poder Público

PESQUISA: Estratégias para incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade em políticas públicas - Caso: Jaboticabal-SP

Objetivos: analisar as estratégias utilizadas para implementação do Projeto Jaboticabal Sustentável

Pesquisador: Marise Tissyana Parente Carneiro Adeodato

Unidade de Análise: PODER PÚBLICO

ENTREVISTADO

Nome:

Setor (secc/depto/aut):

Cargo/Função:

- Sabe-se do desenvolvimento do Projeto Jaboticabal Sustentável no município, de construção participativa de princípios e indicadores de sustentabilidade e incorporação nas políticas públicas, para monitoramento da sustentabilidade local. Sobre essa experiência:
 1. Por que o Sr(a) resolveu participar do Projeto?
 - Motivação pessoal (acredita / não acredita)*
 - Interesses no Projeto (pessoais / coletivos)*
 2. Como o Sr(a) está envolvido no processo?
 3. Como é a atuação do Sr (a) no GAJS?
 - Relação com os funcionários (estímulo-liberdade / cerceamento-restrição)*
 4. O que o Sr(a) acha desse processo ser participativo, contando com a presença de vários atores locais (ongs, associações, universidades etc), inclusive o poder público?
 - Cultura participativa (alta / baixa)*
 5. O Sr(a) acha que a experiência de processos participativos está presente nessa também na atuação da Prefeitura? O Sr(a) poderia exemplificar como
 - Capacidade de relacionamento (conflito / negociação)*
 - Presença de processos participativos na gestão (efetivos ou não)*
 6. Como Sr(a) vê a atuação da Prefeitura nesse processo?
 - Relação com o Grupo Gestor (autoritarismo-domínio / respeito-democrático)*
 - Liberdade de opinião (incondicional / restrita)*
 - Relação com os funcionários (estímulo-liberdade / cerceamento-restrição)*
 7. Qual a importância desse Projeto para a Prefeitura?

Relação com o Projeto (apoio amplo /restrito)

Centralidade dos interesses (político-partidários / comunidade-município)

8. Como o Sr(a) vê a atuação dos pesquisadores da UFSCar nesse processo?

Relação com os atores (dominação / facilitação)

Postura do “saber” (totalitário / aberto)

9. O que Sr(a) acha das estratégias de participação que foram implementadas como o processo participativo, as parcerias, o grupo de ação ?

Relevância, contribuição, fragilidades

10. O que Sr(a) acha das estratégias de formação que foram implementadas, como as oficinas, os seminários e até mesmo os cadernos?

Relevância, contribuição, fragilidades

11. O que o Sr(a) achou do processo de construção dos indicadores?

12. O que Sr(a) acha das estratégias de divulgação do Projeto, como as mostras, os encontros?

Relevância, contribuição, fragilidades

13. O que Sr(a) acha das estratégias de institucionalização do Projeto, com a criação do Fórum ?

Relevância, contribuição, fragilidades

14. O Sr(a) acha que já se pode ver algum resultado da intervenção do Projeto no município? Qual(is)?

15. O que Sr(a) ressaltaria de mais positivo e mais negativo no Projeto?

16. O Sr(a) acredita que a experiência terá êxito na consecução dos seus objetivos?

17. O que o Sr(a) acha que poderia ser feito para que isso realmente aconteça?

APÊNDICE 6 – Roteiro de entrevistas – Pesquisadores

PESQUISA: Estratégias para incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade em políticas públicas - Caso: Jaboticabal-SP

Objetivos: analisar as estratégias utilizadas para implementação do Projeto Jaboticabal Sustentável

Pesquisador: Marise Tissyana Parente Carneiro Adeodato

Unidade de Análise: GRUPO DE AÇÃO JABOTICABAL SUSTENTÁVEL

ENTREVISTADO

Nome:

Formação:

- Sabe-se do desenvolvimento do Projeto Jaboticabal Sustentável no município, de construção participativa de princípios e indicadores de sustentabilidade e incorporação nas políticas públicas, para monitoramento da sustentabilidade local. Sobre essa experiência:

1. Qual a área de atuação do Sr(a) em pesquisa?
Atuação profissional (relacionada à temática / não relacionada)
2. Por que o Sr(a) resolveu participar desse grupo de pesquisa?
Motivação pessoal (acredita / não acredita)
3. Como é a atuação do Sr (a) no PPPJ? Que tipo de atividades desenvolve?
Grau de engajamento (reativo / proativo)
4. Na relação com o GAJS, como o Sr(a) vê a atuação do Grupo de Pesquisa?
Relação com os atores (dominação / facilitação)
Postura do “saber” (totalitário / aberto)
5. O Sr(a) acha que as estratégias escolhidas para a pesquisa, de ação e pesquisa simultâneas, como um pesquisa-ação?
6. O que Sr(a) acha das estratégias de participação que foram implementadas como o processo participativo, as parcerias, o grupo de ação ?
Relevância, contribuição, fragilidades
7. O que Sr(a) acha das estratégias de formação que foram implementadas, como as oficinas, os seminários e até mesmo os cadernos?
Relevância, contribuição, fragilidades
8. O que o Sr(a) achou do processo de construção dos indicadores?
9. O que Sr(a) acha das estratégias de divulgação do Projeto, como as mostras, os encontros?
Relevância, contribuição, fragilidades

10. O que Sr(a) acha das estratégias de institucionalização do Projeto, com a criação do Fórum ?

11. O Sr (a) acha que a distância entre o centro de pesquisa (UFSCar) e local de intervenção Jaboticabal interfere na implementação do Processo?

Distância entre o centro de pesquisa e o de intervenção (próximo-facilidades / distante-dificuldades)

12. Como o Sr(a) acha que os recursos disponibilizados pela instituição apoiadora interferiram no processo?

Disponibilidade de recursos (suficientes / restritos)

13. O Sr(a) acha que as estratégias escolhidas para a Pesquisa (pesquisa-ação, metodologia participativa, produção de conhecimento) foram / estão sendo adequadas para o bom andamento do processo?

14. Quais as dificuldades que o Sr(a) vê dentro do Grupo de Pesquisa?

15. Que tipos de atividades o Sr(a) desenvolve(u) que estão relacionadas com o Projeto?

Produção do conhecimento (multiplica / não avança)

16. O que Sr(a) ressaltaria de mais positivo e mais negativo no Projeto?

17. O Sr(a) acredita que a experiência terá êxito na consecução dos seus objetivos? Por quê?

18. Como o Sr(a) acha que os prazos estipulados pela instituição apoiadora podem interferir no processo?

Prazos estipulados pela Fapesp (favorecem / dificultam o processo)

19. O que o Sr(a) acha que poderia ser feito para que isso realmente aconteça?

APÊNDICE 7 – Roteiro de discussão – Pesquisadores

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

PESQUISA: Análise de Estratégias para incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade em políticas públicas - Caso:Jaboticabal-SP

Objetivos: analisar as estratégias utilizadas para implementação do Projeto Jaboticabal Sustentável

Pesquisador: Marise Tissyana Parente Carneiro Adeodato

Unidade de Análise: GRUPO DE PESQUISA-UFSCAR

ENTREVISTADO

Nome:

Formação:

Período que participou do Projeto:

Que atividades desenvolveu:

- Sabe-se do desenvolvimento da pesquisa “*Incorporação de Princípios e Indicadores de Sustentabilidade na formulação de Políticas Públicas em Pequenos e Médios Municípios*”, em Jaboticabal. Sobre essa pesquisa:

➤ SOBRE O PRÓPRIO PESQUISADOR

1. Qual a área de atuação do Sr em pesquisa? Já havia trabalhado anteriormente com a temática da sustentabilidade?

➤ SOBRE O PROJETO

2. Como surgiu a idéia do Projeto?
3. Por que foi escolhido o município de Jaboticabal?
4. O Projeto tinha alguma experiência como referência? O que foi trazido delas para o Projeto?
5. O projeto se adequava a algum tipo de modelo de projeto de sustentabilidade, como Agenda 21 Local, DLIS?

➤ SOBRE A PESQUISA

6. O Projeto tinha alguma pergunta de pesquisa? E Hipótese?
7. Qual era a estratégia de pesquisa?
8. Havia uma metodologia na pesquisa?
9. No início do Projeto havia muita discussão teórica na equipe de pesquisa, o que se transformou mais em atividades operacionais no final de sua participação. Que conseqüências isso trouxe para a pesquisa?
10. Onde estava a centralidade do Projeto: na pesquisa ou na intervenção?
11. As técnicas (moderação, dinâmicas, construção participativa) funcionaram bem com o grupo, mas algumas ferramentas (mapas cognitivos, visualização de cartelas, linguagem) causaram certa dificuldade de entendimento a alguns participantes. A que se atribui isso?
12. A distância entre o centro de pesquisa (UFSCar) e local de intervenção Jaboticabal interferiu na implementação do Processo?

13. Os recursos disponibilizados pela instituição apoiadora foram suficientes e bem utilizados no Projeto?
14. Como o Sr(a) acha que os prazos estipulados pela instituição apoiadora interferiram no processo?
15. Como a UFSCar encerrou sua participação no processo?

➤ *SOBRE O GRUPO DE PESQUISADORES*

16. Qual era a identidade do Grupo de Pesquisa?
17. Havia algum tipo de estruturação/hierarquização para distribuição de tarefas/atribuições na equipe de pesquisadores?
18. No retorno da Fase 2, houve uma melhora na estruturação da equipe de pesquisadores. A que se atribui isso?
19. Aos novos participantes era dada alguma capacitação específica, passava-se algum método?
20. Havia bastante rotatividade na equipe de pesquisa, mas em alguns momentos houve esvaziamento. A que se atribui e como se buscou resolver esses problemas?
21. Quais as dificuldades maiores de um Grupo de Pesquisa nesse processo?

➤ *SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO*

22. O que se entendia por estratégias, ações, operações, objetivos e metas?
23. Quais eram as estratégias iniciais do projeto? De onde vieram? Quem as definiu?
24. Houve mudanças de estratégias? Para quais? O que determinou essas mudanças?
25. A incorporação era um dos objetivos iniciais do Projeto. Em que momento deixou de ser prioridade? Que implicações isso acarretou para o Projeto?
26. Qual era a preocupação maior da equipe: processo (eficiência) ou resultados (eficácia)? Isso interferiu no andamento do Projeto ou nas estratégias adotadas?
27. Porque a aposta no processo participativo? De onde veio a proposta e como se desenvolveu?
28. Na Fase 1, trabalhou-se bem em cima de conceitos, a na Fase 2, houve uma demanda maior por atividades práticas por parte dos agentes locais. Isso implicou em mudanças estratégicas?
29. Como surgiu a Mostra? Que estratégia atendia? E qual a sua avaliação desses eventos?
30. Como surgiu a idéia dos Cadernos? Que estratégia atendia? E qual a sua avaliação desse material?
31. No processo de construção de indicadores: como foi escolhido o método aplicado? Porque se escolheu a água como tema?Quais foram os entraves para o avanço nos resultados?
32. Houve uma oportunidade de intervenção prática no município (capacitação e física) com sustentabilidade na Escola Estadual Paulo Freire. O que houve com essa Proposta?
33. A escolha do Fórum foi uma decisão somente do GAJS ou houve certa influência da equipe da UFSCar?
34. Na continuidade, como se via a importância do apoio do PP? Como é visto o Fórum nessa situação?
35. Pode-se dizer que houve um predomínio da dimensão política nas ações do Projeto?
36. Foram desenvolvidas ações específicas nas outras dimensões, além da política?

➤ *SOBRE OS AGENTES LOCAIS*

37. Como eram definidos os parceiros do Projeto? Havia algum critério?
38. Havia alguma "preferência" por pessoas ou entidades na composição do GAJS?
39. Qual era a identidade do GAJS?
40. Todas as instituições eram tratadas por igual no PJS?.
41. Havia representatividade nas reuniões do GAJS?
42. Como eram vista as relações dentro do GAJS?
43. No início, a aposta maior estava na prefeitura. Por que? Como era essa relação?
44. O que levou à mudança de enfoque dos parceiros do PP para a sociedade civil?

45. A participação do poder público se restringiu ao executivo. Foi pensada e implementada algum tipo de ação para incorporar os poderes legislativo e judiciário ao Projeto? A que se atribui essa ausência?
46. Até a participação do Poder executivo, massiva no início, foi diminuído com o tempo? O que houve?
47. Na relação com o PP, observou-se alguma mudança desse parceiro decorrente do Projeto?
48. A UNESP, instituição de pesquisa local, foi apontada no início como um importante parceiro do projeto, o que não se concretizou. O que houve?
49. Havia interesse em articulações regionais com o Projeto? Foi definida alguma estratégia para esse objetivo?
50. Já no início da segunda fase havia uma preocupação com a baixa participação da sociedade. A que se atribuía isso, e que estratégia se utilizou para tentar solucionar isso?
51. Foram definidas estratégias/ações para alcançar outros segmentos sociais no GAJS?
52. Com o GAJS, considerava-se que se deveria primeiro consolidar ou ampliar?
53. Quais foram as estratégias e ações para garantir maior autonomia do GAJS

➤ *SOBRE AS INTERAÇÕES ENTRE OS GRUPOS: 3PJxPPxGAJS*

54. Como se lidava com a relação entre os grupos 3PJ, PP e GAJS?
55. Como era a relação da equipe de pesquisadores com o GAJS?
56. Na moderação, qual a postura dos pesquisadores diante das decisões a serem tomadas no GAJS?
57. Como a UFSCar lidava com o peso de sua influência no Projeto, com a dependência do GAJS?
58. Houve alguma estratégia do PJS para essa passagem da antiga para a nova administração?

➤ *SOBRE RESULTADOS E PERSPECTIVAS*

59. Como foi a experiência de desenvolver a pesquisa e intervenção simultâneas? Vantagens e desvantagens?
60. Você considera que os objetivos de pesquisa forma atingidos? E os da intervenção?
61. Como você vê as perspectivas de continuidade do Projeto?
62. O que Sr(a) ressaltaria de mais positivo e mais negativo no Projeto?
63. Para uma replicação do Projeto, quais as condições essenciais?

APÊNDICE 8 – Síntese do processo para sistematização e análise das entrevistas com os instrumentos utilizados

1º) Transcrição integral das falas;

Exemplo de transcrição de entrevista (trecho)

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA
<p>PESQUISA: Análise de Estratégias para incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade em políticas públicas - Caso:Jaboticabal-SP Objetivos: analisar as estratégias utilizadas para implementação do Projeto Jaboticabal Sustentável Pesquisador: Marise Tissyana Parente Carneiro Adeodato Unidade de Análise: GRUPO DE AÇÃO JABOTICABAL SUSTENTÁVEL</p>
<p>ENTREVISTADO Nome: GA-3 Instituição: ----- Formação /Atuação Profissional: Engenharia Agrônômica Data: 21/10/04 Local: Residência do Entrevistado Início: 15h Término: 15h30</p>
<p>1. Sobre essa experiência, como é hoje envolvimento, como é que você iniciou sua participação no grupo e atuação do grupo?</p> <p>eu participei desde o início, porque o assunto me interessava muito pessoalmente e também para a empresa que nós tínhamos começado. Então eu participei, não tão assiduamente, que eu falhei muitas vezes, mas eu sempre procurei participar, porque esse movimento, que acabou agora se transformando no fórum, é fundamental para a cidade.</p> <p>2. E você participa por alguma entidade?</p> <p>Estou participando pelo (<i>nome da instituição</i>) que, como tenho dito, lá é uma empresa só no nome, porque é como se nós não tivéssemos finalidade lucrativa porque nós nunca tivemos lucro, e continuamos com a empresa só pelo prazer de fazer um trabalho que a gente acha importante.</p> <p>3. E os no que tipo de atividade que (<i>nome da instituição</i>) desenvolve?</p> <p>A nossa empresa é basicamente de planejamento ambiental, que é paisagístico. Mas também a gente tem trabalhado em parceria com Prof. Donadil, por exemplo, que trabalha com livros, ele faz circular livros usados, ele tem promovido também exposições dos artistas da cidade. Eu e (<i>nome de pessoa</i>) vamos começar a trabalhar como um ponto de venda para o artesanato regional. Então tem um leque assim amplo. Trabalhamos também com a agricultura orgânica. O que tem a ver com a sua formação profissional também? Tem, a parte de agricultura orgânica e a paisagística tem. E (<i>nome de pessoa</i>) na parte de ambiente.</p> <p>4. E o processo tem sido desenvolvido dentro dessa idéia da participação. Você já tinha algum contato com a questão da participação, já tinha participar de algum processo assim?</p> <p>Eu sempre participei desses processos, até onde eu vim para Jaboticabal 74, ainda não havia praticamente um movimento assim ambiental, eu comecei a participar com alguns professores, a gente fez um grupo de agricultura orgânica, naquele tempo a gente chamava de alternativa, quer dizer, alguma coisa diferente do que se fazia naquela agricultura de venenos e práticas violentas. E também na falta de mais coisas aqui eu ia para São Paulo, porque havia um grupo de engenheiros agrônomos que se preocupavam com isso, então eu ia para São Paulo.</p> <p style="text-align: center;">(...)</p>

2º) Adequação das falas de cada entrevistado de acordo com as classes de variáveis e variáveis das estratégias e fatores interferentes (tipos de informações na Planilha de Coleta de Dados).

Exemplo de adequação das falas entrevistado por variáveis

INTERFERÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS ATORES			
VARIÁVEL	SC-1	PP-1	SC-2
▪ Cultura participativa (alta / baixa)	<p>“eu consigo enxergar q é um processo importantíssimo de descentralização, é uma ferramenta de emancipação da sociedade organizada, essa q é o principal, acho q o maior objetivo”</p> <p>“mas também temo que entender que nós temos que abrir espaço para essa participação pública, forçar a abertura de espaço e discutir”</p>	<p>“eu acho q o processo participativo dentro de uma gestão é super importante mesmo porque você vai estar fazendo coisas q a sua população deseja na sua gestão, então o processo participativo na gestão pública eu acho que é insubstituível, tem q existir.”</p>	<p>“eu acho que esses processos eles são demorados...a participação vai aumentando à medida que o grupo vai adquirindo credibilidade”</p>

3º) Junção das falas de todos os entrevistados por estratégia e fatores interferentes em quadro único (encadeamento);

4º) Verificação das falas e construção da análise da pesquisadora sobre cada estratégia e cada variável dos fatores interferentes, separadamente;

Exemplo de análises das falas dos entrevistados por variável

CLASSE DE VARIÁVEL: TIPOS DE ESTRATÉGIAS: <u>PARCERIAS</u>
<p>“As parceiras eu acho q a gente foi um pouco falho nelas, pq faltou muitos parceiros, né, a gente deveria ter incluído mais vertentes, tanto do poder público quanto das outras instituições” (PP-1)</p> <p>“Então nós começamos com um grupo grande de pessoas de instituições e depois houve momentos em que nós tivemos reuniões com poucas pessoas...eu acho que a atuação das instituições aqui em Jaboticabal foi muito fraca...” (SC-2)</p> <p>“eu ainda acredito que falta melhorar essa adesão das outras pessoas...” (PP-2)</p> <p>“eu achei que da parte dos líderes do grupo e dos membros do grupo também, foi bom, foi feito o que deveria ser feito tal, mas eu acho que houve por parte da sociedade Jaboticabal pouco interesse” (SC-3)</p> <p>“havia o interesse em novos parceiros, porque esse era o objetivo principal do projeto, do grupo de ação, em sempre querer valorizar isso. Só que enquanto se estava querendo valorizar isso, para as reuniões voltava sempre no ponto inicial das discussões e não dava uma continuidade. A forma como essas pessoas entravam era como quase sempre o projeto ficava como se ele estivesse no início. Ao mesmo tempo, as pessoas que entravam e deixava a participar, não foi feito um trabalho que a aproximação, de conviver, ficava se no ponto esperando que as pessoas venham, e isso não conseguiu sensibilizar esse interesse de as pessoas manterem uma frequência de participação (...) Não tinha essa amarração, talvez pela própria distância, tantas reuniões, e as entidades não vendo o resultado final que valesse a pena participar de todo o processo.” (SC-4)</p> <p>“...falhou muito na divulgação da questão dos parceiros, né, de eventos...”(PQ-1)</p> <p>“, e não se conseguiu trazer uma organização civil de fato, não se conseguiu sensibilizar um grupo da sociedade civil. Quem estava ali já estava sensibilizado e, pela história, são os parceiros iniciais, isso não foi ampliado.” (PQ-2)</p> <p>“(falha na estratégia de parcerias) eu acredito que sim, para mim, na minha opinião” (SC-5)</p> <p>“...eu acho que o projeto conseguiu muitos parceiros. Alguns participam mais e outros menos.”</p>

<p>(PP-4)</p> <p>BOM: foi feito o que devia ser feito</p> <p>MÉDIO: havia muitos parceiros, mas poucos participavam de fato; houve um trabalho de sensibilização, mas não se deu continuidade a essa ação para maior aproximação dos parceiros e sua permanência no Projeto; quem aderiu já estava sensibilizado;</p> <p>RUIM: a estratégia falhou; falhou na divulgação; faltou a inclusão de outros setores (gov/ não gov); faltou a adesão de outras pessoas; não houve ampliação; não houve uma sensibilização da sociedade civil de fato; houve desinteresse da sociedade; atuação fraca das instituições;</p> <p>ANÁLISE: A estratégia é válida, dada a importância do estabelecimento de parcerias dentro de processo participativo, mas encontrou algumas dificuldades na sua implementação, havendo falhas estratégicas, como a não continuidade e ampliação do trabalho de sensibilização, mas também fatores conjunturais fora da governabilidade do Grupo, como possível desinteresse e afastamento de alguns parceiros, principalmente de instituições e sociedade civil. Nesse sentido, a estratégia contribui no Projeto, mas não desenvolveu todo o potencial de interferência positiva que poderia ter tido.</p> <p>VARIÁVEIS INTERFERENTES: ATORES / Interesses no Projeto, Grau de engajamento</p>

5º) Verificação da análise das estratégias e adequação dos fatores interferentes sobre cada uma delas, construindo-se análise de cada uma delas.

Exemplo de cruzamento das análises das estratégias e os fatores interferentes

ESTRATÉGIAS	INTERFERÊNCIA DOS ATORES
ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO	
• Processo Participativo	
<p>Análise: A escolha da estratégia foi acertada, mas pode-se dizer que só funcionou enquanto estratégia de trabalho interna ao Grupo de Ação, nas discussões, no desenvolvimento das atividades etc. Mas quanto à sua incorporação no processo de tomada de decisões, como é proposta do Projeto, isso não ocorreu, porquanto não houve essa extensão de ação para a vida municipal de fato, no sentido desse Grupo ter algum acesso e alguma possibilidade de intervenção nas políticas públicas. O processo se constituiu democrático, consultivo e deliberativo dentro do grupo, mas não fora dele. Ainda assim, se houvesse essa abertura, a “participação” seria questionável, porquanto não está ali constituída uma representação social de fato, com vários setores ainda ausentes. É, portanto, um processo ainda embrionário de construção participativa.</p>	• SOCIEDADE CIVIL
	Cultura participativa: apesar de ser considerada importante pelos atores, nem todos estavam habituados ao processo.
	Capacidade de relacionamento: conflitos internos prejudicaram o melhor desenvolvimento da estratégia
	Tipos de participantes: a ausência de vários segmentos impediu a constituição de uma representação social de fato
	Representatividade das ações: a ação mais individualizada dos atores não o legitimava como representantes de suas instituições de fato
	• PODER PÚBLICO
	Presença de Processos participativos na gestão: a existência de processos participativos na gestão facilitou abertura para essa estratégia
	Relacionamento com o Grupo Gestor: momentos de centralização prejudicaram a horizontalidade e aberturas necessárias à estratégia
	• PESQUISADORES
	Relacionamento com o grupo: a abertura dos pesquisadores facilitou o desenvolvimento da estratégia

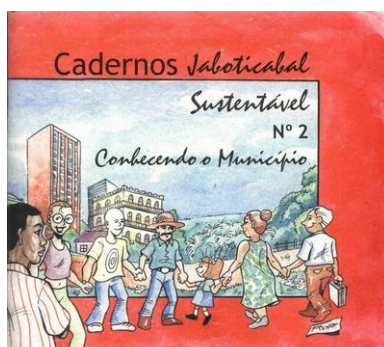
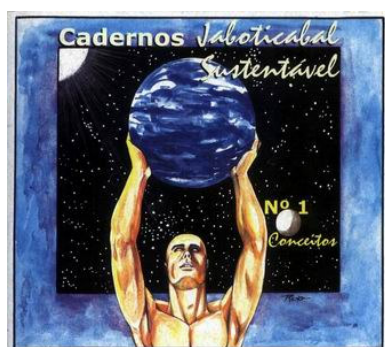
APÊNDICE 9 – Fotos do Projeto Jaboticabal Sustentável (ref. às págs. 88,)



Fotos 1 e 2 – Reuniões do Projeto JS



Fotos 3 e 4 – 1ª e 3ª Mostra Jaboticabal Sustentável



Figuras 5 e 6 - Capa dos Cadernos Jaboticabal Sustentável N° 1, 2 e 3, respectivamente

APÊNDICE 10 – Exemplo de Preenchimento da Planilha para Seleção de Indicadores

Indicadores	Critérios					Total
	Representatividade	Comparabilidade	Coleta de Dados	Clareza e Síntese	Previsão e Metas	
Uso Urbano						0
Número de campanhas educacionais ligadas à água	0					0
Consumo de água por habitante	2	2	2	2	2	10
Perdas de água no sistema de água	2	2	1	1	2	8
Número de pontos de lançamento de esgotos não tratado em corpos d'água	2	2	1	2	2	9
Número de ligações de água pluvial em rede de esgoto, causando retorno	0					0
Presença de caixa de retenção de gordura nas residências	0					0
Percentual de reutilização de água residuária em residências	0					0
Percentual de residências com falta de água	2	2	2	2	2	10
Número de casos de doenças por veiculação hídrica	1	1	1	1	2	6
Número de vazamentos de esgoto na rede coletora	2	0	0	1	1	4
Número de poços artesianos	0					0
Vazão dos rios para a captação	2	2	2	2	2	10
Frequência de limpeza de caixa d'água	2	2	0	2	1	7
Número de trabalhadores que limpam caixas d'água	0					0

0=(não atende) ; 1= (atende pouco) ; 2= (atende muito)

APÊNDICE 11 – Lista de Indicadores de Sustentabilidade Para Água após a VI Parte do 3º Seminário Jaboticabal Sustentável.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA ÁGUA DE JABOTICABAL
Aspecto Urbano
1- Consumo de água por habitante
2- Percentual de residências com falta de água
3- Vazão os rios para captação
4- Número de pontos de lançamento de esgotos não tratados em corpos d'água
5- Perdas de água por vazamento
6- Frequência de limpeza das caixas d'água
7- Número de casos de doenças por veiculação hídrica
8- Número de vazamentos de esgoto identificados
9- Existência de um Conselho de Gestão de Recursos Hídricos
10 – Desconformidade com o Padrão de Potabilidade
11- Desconformidade com o Enquadramento dos Corpos Hídricos
12- Quantidade de Produtos Químicos utilizados no Tratamento de água
13- Tema água abordado no ensino de forma ampla
Aspecto Pluvial
1- Vazões máximas e mínimas de corpo d'água
2- Número de ocorrências de inundações
3- Percentual de aproveitamento de água da chuva
4- Percentual de impermeabilização das bacias
Aspecto Rural
1- Extensão da mata ciliar
2- Grau de preservação das nascentes
3- Presença de erosões
4- Número de poços artesianos em uso
5- Área irrigada
6- Consumo de água rural
7- Contaminação de rios
8- Número de poços abandonados
Aspecto Ecológico
1- Número de locais cuja água é o elemento preponderante para estruturas paisagísticas, ecológicas e lazer
2- Presença de peixes nos rios e córregos
3- Diversidade da fauna e da flora

APÊNDICE 12 - Alternativas de Organização da Sociedade para Institucionalização do GAJS

CRITÉRIO	FÓRUM	CONSELHO	OSCIP	ASSOCIAÇÃO	AGÊNCIA	FUNDAÇÃO
Conceito	um espaço de articulação, intervenção, troca de experiências e debate (ALMEIDA); organizações constituídas em determinados espaços regionais para promover o debate entre instituições e organizações locais sobre questões do desenvolvimento regional; órgão técnico de aconselhamento de diretrizes (FCD)	órgão coletivo (VAZ); espaços de co-gestão para a decisão de políticas públicas e participação entre governo e comunidade (CARVALHO)	ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos (OSCIP-GF)	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos (VEIGA) Uma pessoa jurídica criada a partir da união de idéias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa (SZAZI)	pessoa jurídica de direito privado sob o regime de sociedade civil, sem fins lucrativos (FCD)	patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personalidade jurídica por iniciativa de seu instituidor (SZAZI)
Finalidade	construir alternativas para o desenvolvimento do município através das políticas; estimular o debate e a ação, propondo políticas, ampliando e democratizando a ação do governo municipal, estimulando relações de parceria e ações conjuntas entre governo municipal e sociedade	colabora na elaboração, execução e fiscalização da política do governo municipal (VAZ)	deverem estar voltadas para o alcance de <i>objetivos sociais</i> que tenham pelo menos uma das seguintes finalidades: (...) “defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável” (OSCIP-GF)	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. Realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social. (VEIGA)	braço operacional das atividades do Fórum; instrumentação e viabilização da implementação técnica e administrativa das decisões emanadas dos seus Conselhos, em prol de ações e projetos voltados ao desenvolvimento regional/lo	Os fins a que a fundação se destina deverão ser lícitos, não lucrativos e de interesse coletivo (SZAZI)

	civil (ALMEIDA)				cal integrados (FCD)	
Observações	<p>Composição rede formada por gestores e/ou administrador(es) representante(s) de órgãos públicos federais, estaduais e municipais), técnicos, agentes, movimentos sociais, grupos locais, ONGs, etc. instituições de ensino e pesquisa (escolas, universidades, fundações e institutos) (ALMEIDA) Relações com o poder executivo local pode ser propositivo, normativo ou deliberativo</p> <p><u>Propositivo:</u> oferta de alternativas de práticas no município.</p> <p><u>Normativo:</u> esta modalidade define as normas de funcionamento do próprio Fórum e das políticas públicas municipais.</p> <p><u>Deliberativo:</u> decide sobre questões</p>	<p>Legalização Pode-se iniciar com um "Fórum Informal", submetendo a este fórum um anteprojeto elaborado pela prefeitura.</p> <p>Composição participação do poder público e da sociedade civil; A participação da sociedade civil pode ser minoritária ou majoritária. Pode-se conceber, também, um Conselho Municipal de paritário, com o mesmo número de representantes do poder público (incluída a representação do Legislativo) e da sociedade civil (VAZ) Relações com o poder executivo local pode ter caráter consultivo ou deliberativo (VAZ)</p> <p>Autonomia quanto menor a presença de membros indicados pelo prefeito, mais</p>	<p>Responsabilidades</p> <p>a) possui um conselho fiscal ou órgão equivalente</p> <p>dotado de competência para opinar sobre os relatórios de despesas realizadas pelo desempenho dos seus cargos e contabil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade</p>	<p>Autonomia</p> <p>A Constituição Federal garante a plena liberdade para fins lícitos, sendo vedada a interferência estatal nas associações (SZAZI) Remuneração dos dirigentes Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos</p>	<p>Legislação</p> <p>Conte dotação inicial de patrimônio compatível com o objetivo proposto. (SZAZI)</p> <p>Composição</p> <p>Composta por um conselho curador, diretoria, órgãos estatutários (SZAZI)</p>	

	<p>orçamentárias, projetos do poder público e da sociedade civil (pessoas, entidades e grupos).</p> <p>pressupõe a institucionalização do Fórum Municipal no reconhecimento do poder público, de sua competência e legitimidade para ser parceiro na execução das políticas da área.(ALMEIDA)</p> <p>Autonomia deve procurar manter sua autonomia em relação aos governos locais e, na medida de suas possibilidades, constituir uma equipe técnica, com conhecimento da área e capacitação para o planejamento, acompanhamento e fiscalização das políticas(ALMEIDA)Algumas dificuldades relacionadas questões relativas ao conflito de interesses entre os grupos; pouca tradição em pesquisar e</p>	<p>oportunidades há para que o Conselho atue de forma autônoma (VAZ)</p> <p>Formas de gestãoÉ necessário elaborar um regimento interno do Conselho, para definir as relações internas de poder e de circulação de informação. Deve conter mecanismos que permitam que as entidades da sociedade civil possam manifestar suas opiniões e apresentar propostas.(VAZ)</p>	<p>de (VEIGA)</p> <p>A)Remuneração dos dirigentes deve expressar em seu estatuto uma das duas opções possíveis:a) não remunerados dirigentes, sob nenhuma forma ; b) remunerados dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva da entidade ou lhe prestam serviços.</p> <p>Tributação A OSCIP não recebe</p>			
--	--	--	--	--	--	--

	<p>sistematizar as práticas que já existem em uma determinada área para, a partir disso, planejar e estruturar políticas para a área (ALMEIDA)</p>		<p>isenção de imposto de renda, nos casos em que há remuneração da diretoria.</p>			
--	--	--	---	--	--	--

FONTES DE CONSULTA:

VEIGA, Sandra Mayrinck; RECH, Daniel. Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos. Rio de Janeiro.: DP&A: Fase, 2001.

CARVALHO, Maria do A. A. e TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (org.) Conselhos Gestores de Políticas Públicas. São Paulo: Polis, 2000.

SZAZI, Eduardo. Terceiro Setor: regulação no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2000.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Fórum Municipal de Cultura. DICAS Nº 83-1997. Extraído de: <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D013.htm> em 15/07/03

VAZ, José Carlos. Conselho Municipal De Cultura. DICAS nº 13-1994. Extraído de : <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D013.htm> em 15/07/03

FÓRUM CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO. FLORIANÓPOLIS. 2000. EXTRAÍDO DO SITE: _____ EM: 15/07/03

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP. Extraído do site do Governo Federal, em: 15/07/03

APÊNDICE 13 – Carta de Princípios do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável

CARTA DE PRINCÍPIOS – FÓRUM PERMAENTE JABOTICABAL SUSTENTÁVEL

Proposta elaborada pela Comissão Organizadora do Fórum
e aprovada pelo Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável em 07/07/04

Considerando que compete à sociedade civil acompanhar, debater, propor soluções e intervir, mediante as ações de todos os que atuam na questão da sustentabilidade;

Considerando a necessidade do somatório de esforços para o fortalecimento dos instrumentos essenciais às articulações do movimento pela sustentabilidade local e global;

Acordam as organizações signatárias em constituir o Fórum Jaboticabal Sustentável, sem caráter político-partidário, religioso ou comercial.

O Fórum Jaboticabal Sustentável congrega representantes da sociedade civil, do poder público e de entidades diversas que procuram aprofundar a reflexão e o debate democrático de idéias, formulando propostas que facilitem a viabilidade da construção de uma sociedade planetária centrada na relação equilibrada e sustentável entre o ser humano e o meio, buscando em suas diferentes dimensões:

- Ambiental: garantir que a utilização dos recursos naturais não comprometa a qualidade ambiental;
- Econômica: gerar oportunidades de trabalho e emprego, favorecendo uma distribuição mais equilibrada dos benefícios econômicos;
- Social: garantir que toda população tenha acesso a bens e serviços de boa qualidade, necessários para uma vida digna;
- Política: garantir a participação efetiva e organizada da população nos processos de planejamento, execução e fiscalização de projetos que beneficiem a maioria das pessoas, promovendo a cidadania ativa;
- Cultural: promover, preservar e divulgar a história, tradições e valores regionais, acompanhando suas transformações.

OBJETIVOS

São objetivos deste Fórum:

Contribuir para fortalecer, aprimorar e ampliar o conjunto de entidades que atuam na questão da sustentabilidade, apoiando suas atividades;

Organizar uma rede efetiva de comunicação que facilite a interação entre os participantes, divulgando as atividades do Fórum para fomentar as discussões sobre sustentabilidade;

Fortalecer as entidades viabilizando cursos de aprimoramento e promovendo a troca de experiências entre os signatários;

Monitorar a atuação dos órgãos públicos e instituições quanto à sustentabilidade de suas ações, por meio do sistema de indicadores de sustentabilidade local;

Facilitar a consulta das entidades a profissionais das diversas áreas relacionadas com sustentabilidade;

Organizar ações e campanhas sobre sustentabilidade;

Fomentar e otimizar a participação das organizações não governamentais nos conselhos municipais e estaduais relacionados com sustentabilidade, comitês de bacias hidrográficas e outros fóruns de participação institucionalizados;

Produzir textos e documentos para subsidiar a atuação dos membros do Fórum.

Estar em contato permanente com as redes e fóruns em âmbito nacional e internacional, que atuem na promoção da sustentabilidade, trocando informações e apoiando campanhas que sejam coerentes com os princípios expostos nesta carta.

PRINCÍPIOS

O Fórum Jaboticabal Sustentável não se constitui em instância de poder, a ser disputado pelos participantes, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem. Ele é um espaço plural e diversificado, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de uma sociedade sustentável.

As atividades do Fórum Jaboticabal Sustentável serão pautadas pela liberdade de manifestação das diversas opiniões de seus participantes, procurando sempre a busca do consenso entre seus membros para manifestar publicamente seu posicionamento enquanto Fórum. Ninguém estará, portanto, autorizado a exprimir, em nome do Fórum, posições quaisquer que pretenderiam ser de todos os seus participantes.

Os membros do Fórum Jaboticabal Sustentável devem assumir um compromisso ético no desenvolvimento de suas atividades. Assim, deverão ser tomadas as providências para dar máxima publicidade às atividades do Fórum, respeitando-se sempre a liberdade de expressão dos participantes, e o direito ao encaminhamento efetivo de reivindicações e idéias.

Os membros do Fórum nunca poderão perder de vista o fato de que todas as pessoas têm o direito de participar do desenvolvimento ambiental, econômico, social, político e cultural de uma nação, podendo dele desfrutar e com ele contribuir.

O modelo de sociedade a ser perseguido deve ser focado na melhoria da qualidade de vida e bem-estar do povo. Todos têm o direito de gozar de condições de vida adequadas, num meio que lhes permita viver com dignidade.

O bem-estar depende da paz. Não se pode admitir o desenvolvimento sem a diminuição constante, até a completa extinção, de todas as manifestações de violência, tendo como meta uma sociedade que possa viver com segurança, tranqüilidade, liberdade e respeito absoluto ao semelhante.

A sustentabilidade que se pretende ver realizada deve ser sinônimo de cidadania, de solidariedade, de consciência, de responsabilidade e de integração social.

APÊNDICE 14- Produção Científica do PJS

FASE 1	PRODUTO	TIPO	TÍTULO
2000	1		
ABR	DISSERTAÇÃO	Temático	Indicadores de Sustentabilidade Urbana - As Perspectivas e as Limitações da Operacionalização de um Referencial Sustentável
FASE 2	PRODUTO		TÍTULO
2001	0		
2002	2		
MAR	DISSERTAÇÃO	Temático	Resíduos Sólidos e Sustentabilidade: princípios, indicadores e instrumentos de ação
NOV	DISSERTAÇÃO	Projeto	Análise da Legislação Urbanística Considerando os Princípios e Diretrizes de Sustentabilidade - O caso de Jaboticabal, SP
2003	6		
FEV	DISSERTAÇÃO	Projeto	Categorias de Espaços Livres Públicos de Lazer e Indicadores de Disponibilidade: Jaboticabal - SP
ABR	DISSERTAÇÃO	Projeto	Sistemas Urbanos de Água e Esgoto: princípios e indicadores de sustentabilidade
AGO	DISSERTAÇÃO	Temático	Indicadores de Sustentabilidade na Área de Emprego: uma Caracterização para O Monitoramento de Políticas Públicas Locais
OUT	DISSERTAÇÃO	Projeto	Análise das Tendências de Financiamento Público para Habitação Social. Caso de Jaboticabal - SP
	CAPACITAÇÃO TÉCNICA	Projeto	Definição E Análise Das Funções Ecológicas Dos Espaços Livres Urbanos No Município De Jaboticabal-Sp.
	T.F.G	Projeto	Análise Preliminar de Alternativas Para Gestão de Águas Residuárias da ETA de Jaboticabal-Sp
2004	4		
	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Temático	Sistematização E Análise De Indicadores Urbanísticos De Qualidade De Vida
MAIO	DISSERTAÇÃO	Projeto	Projeto Urbano Sustentável: Sistematização de Princípios e Diretrizes da Acessibilidade Universal e do Urbanismo Bioclimático
AGO	DISSERTAÇÃO	Projeto	Avaliação da Experiência do Orçamento Participativo numa Cidade Média: O caso de Jaboticabal - SP
	DISSERTAÇÃO		Análise de Instrumentos Econômicos Relativos aos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos
2005	4(Em andam.)		
	DISSERTAÇÃO	Projeto	Atores em processos participativos na construção de indicadores de sustentabilidade urbana: caso Jaboticabal-sp.
	DISSERTAÇÃO	Projeto	Análise De Estratégias Para Incorporação De Princípios E Indicadores De Sustentabilidade Em Políticas Públicas Caso: Jaboticabal-Sp
	DISSERTAÇÃO	Temático	Delineamento De Diretrizes Para A Avaliação Das Condições Habitacionais Dos Municípios Brasileiros Sob O Referencial Da Sustentabilidade
	DISSERTAÇÃO	Projeto	Análise de custos dos serviços de coleta e disposição de resíduos sólidos domiciliares (rsd) como subsídio para elaboração de sistema de tributação no município de Jaboticabal-sp
TOTAL S4 anos	14 Dissertações (10 concluídas) 1 Cap Técnica 1 Inic Cient 1 TFG	10 Tem 7 Proj	Observação: Temático = relacionado ao tema da sustentabilidade Projeto = relacionado diretamente ao Projeto Jaboticabal Sustentável T.F.G = Trabalho Final de Graduação

APÊNDICE 15 – Participações do PJS em Eventos Externos

FASE 1	EVENTO	RESULTADOS E PRODUTOS	LOCAL
2000	2	6	
ABR 25-28	VIII ENTAC – ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	2 Artigos - Temáticos	BA
AGO 23-25	VIII CIC – CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFSCAR	3 Painéis Temáticos 1 Painel Projeto	SP
FASE 2	EVENTO	RESULTADOS E PRODUTOS	LOCAL
2001	1	1	
NOV 29-30	WORKSHOP SOBRE SISTEMAS DE INDICADORES INTRAURBANOS PARA A GESTÃO MUNICIPAL E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA URBANA	1 Painel - Projeto	MG
2002	5	5	
MAI 6-10	IX ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO – ENTAC 2002	1 Artigo-Temático(Apres)	PR
JUN 19-20	I SEMINÁRIO NACIONAL DE IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS URBANOS: DESAFIOS E SOLUÇÕES	1 Artigo-Temático (Apres)	PR
AGO 21-23	IV COLOQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES - “SOCIEDAD, TERRITORIO Y SUSTENTABILIDADE: PERSPECTIVAS DESDE EL DESARROLLO REGIONAL Y LOCAL”.	1 Artigo-Temático (Apres)	URU-GUAI
NOV 03-09	VI CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA	1 Painel-Temático	GO
DEZ	ECOURBS 2002	1 Painel-Projeto	SC
2003	8	9	
MAI 23-26	X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR	1 Artigo-Projeto (Apres)	MG
JUL	33º ASSEMBLÉIA NACIONAL DA ASSEMAE	1 Apresentação-Projeto	SP
SET	22º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL	1 Artigo-Projeto	SC
SET 04	IV ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UFSCAR	1 Painel-Projeto	SP
SET 24	III ENECS (ENCONTRO NACIONAL DE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS)	1 Stand-Projeto 2 Artigos-Projeto	SP
OUT 07	V SEMPE - SEMINÁRIO DE METODOLOGIA PARA PROJETOS DE EXTENSÃO	1 Artigo-Projeto	PB
OUT 09	SESSÃO DE TREINAMENTO DA CETESB- “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INDICADORES”	Participante	SP

OUT 26-29	ICONS 2003 - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA	1 Apresentação-Projeto	PR
2004	12	11	
ABR 21	SEMINARIS "DOCTORAT DE CIÊNCIAS AMBIENTALS"	1 Apresentação-Projeto	ESPA-NHA
MAI 19-21	I SEMINÁRIO INTERNACIONAL "O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA INTEGRAÇÃO: ESTRATÉGIAS, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS".	1 Artigo-Projeto (Apres)	SP
MAIO 26-29	II ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS) – ANPPAS	1 Painel-Projeto	SP
MAI 26	4º SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1 Apresentação-Projeto (Publicação)	RJ
JUL 18-21	X ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO (X ENTAC) E I CONGRESSO LATINO AMERICANO DE CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS (CLACS'04)	1 Artigo-Projeto (Apres)	SP
JUL 28-30	SEMINÁRIO "A QUESTÃO AMBIENTAL URBANA: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS".	1 Artigo-Projeto (Apres)	DF
SET 01-03	XII ENCONTRO DE JOVENS PESQUISADORES DA AUGM	1 Painel-Projeto	PR
SET 14-17	XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA	1 Painel-Projeto	DF
SET 20-24	XV SEMANA DE ESTUDOS DA ECOLOGIA	1 Apresentação-Projeto	SP
SET/OUT 28-01	II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1 Artigo-Projeto	RS
DEZ 01-02	I OFICINA DE TRABALHO SIADES: ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE INDICADORES PARA A AGENDA 21	Participação	SP
DEZ 13-17	V CURSO DE GESTÃO URBANA E DE CIDADES	1 Apresentação-Projeto (Artigo)	MG
TOTAIS (4 anos)	27 Participações em eventos externos	15 Artigos(Tem/Projeto) 11 Painéis (Tem/Proj) 5 Apresentações 1 Public. em Revista 1 Stand	10Est Nac 2Intern

Fontes: Relatórios de Projeto de Pesquisa Fase 1 e Fase 2 (2000-2004)

APÊNDICE 16 – Síntese sistematizada da análise das entrevistas

ESTRATÉGIAS	INTERFERÊNCIA DOS ATORES
ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de um Processo Participativo 	
<p>Análise: A escolha da estratégia foi acertada, mas pode-se dizer que só funcionou enquanto estratégia de trabalho interna ao Grupo de Ação, nas discussões, no desenvolvimento das atividades etc. Mas quanto à sua incorporação no processo de tomada de decisões, como é proposta do Projeto, isso não ocorreu, porquanto não houve essa extensão de ação para a vida municipal de fato, no sentido desse Grupo ter algum acesso e alguma possibilidade de intervenção nas políticas públicas. O processo se constituiu democrático, consultivo e deliberativo dentro do grupo, mas não fora dele. Ainda assim, se houvesse essa abertura, a “participação” seria questionável, porquanto não está ali constituída uma representação social de fato, com vários setores ainda ausentes. É, portanto, um processo ainda embrionário de construção participativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SOCIEDADE CIVIL
	<p>Cultura participativa: apesar de ser considerada importante pelos atores, nem todos estavam habituados ao processo.</p>
	<p>Capacidade de relacionamento: conflitos internos prejudicaram o melhor desenvolvimento da estratégia</p>
	<p>Tipos de participantes: a ausência de vários segmentos impediu a constituição de uma representação social de fato</p>
	<p>Representatividade das ações: a ação mais individualizada dos atores não o legitimava como representantes de suas instituições de fato</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • PODER PÚBLICO
	<p>Presença de Processos participativos na gestão: a existência de processos participativos na gestão facilitou abertura para essa estratégia</p>
	<p>Relacionamento com o Grupo Gestor: momentos de centralização prejudicaram a horizontalidade e aberturas necessárias à estratégia</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • PESQUISADORES
	<p>Relacionamento com o grupo: a abertura dos pesquisadores facilitou o desenvolvimento da estratégia</p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimento de Parcerias 	
<p>ANÁLISE: A estratégia é válida, dada a importância do estabelecimento de parcerias dentro de processo participativo, mas encontrou algumas dificuldades na sua implementação, havendo falhas estratégias, como a não continuidade e ampliação do trabalho de sensibilização, mas também fatores conjunturais fora da governabilidade do Grupo, como possível desinteresse e afastamento de alguns parceiros, principalmente de instituições e sociedade civil. Nesse sentido, a estratégia contribui no Projeto, mas não desenvolveu todo o potencial de interferência positiva que poderia ter tido.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SOCIEDADE CIVIL
	<p>Interesses no Projeto: o interesse mais individualizado e imediatista de alguns parceiros impediram a permanência de alguns parceiros num processo que é de longo prazo e para a coletividade</p>
	<p>Grau de engajamentos: havia muitos parceiros nominais, mas poucos participavam de fato</p>
	<p>Capacidade de relacionamento: conflitos internos do grupo provocaram o afastamento de alguns parceiros</p>
	<p>Tipos de participantes: a ausência de vários segmentos impediu a constituição de uma representação social de fato</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • PODER PÚBLICO
	<p>Relação com o Projeto: a manutenção de um a “presença forte” da Prefeitura no Projeto, muitas identificada como “dona” do Projeto, impediu a aproximação de mais parceiros</p>
	<p>Relacionamento com o Grupo Gestor: momentos de centralização afastaram alguns parceiros</p>
	<p>Relacionamento com os funcionários: a liberdade dada aos funcionários para participar do Projeto foi importante para o Projeto, mas fora o executivo, vários outros setores públicos estiveram ausentes</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • PESQUISADORES
<p>Atuação: falhas estratégias de sensibilização dos parceiros e continuação desses trabalhos nas oficinas, seminários, encontros e mostras impediram uma maior ampliação do grupo</p>	
<p>Estratégias: os instrumentos, ferramentas, técnicas e</p>	

	linguagem não alcançaram as camadas mais populares
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação de um Grupo de Ação Local 	
<p>ANÁLISE: Embora houvesse o esforço, as estratégias utilizados nos encontros do grupo não foram suficientes para manter um numero significativo de sujeitos participando, tornando-se muitas vezes num espaço de disputas internas. No desenvolvimento das atividades no município, o restrito número de atores persistentes e comprometidos não conseguiu atingir uma autonomia e representatividade necessárias ao seu fortalecimento. A estratégia de formação de um Grupo de Ação Local é necessária, mas talvez precise ser entendida como um agrupamento inicial de atores para alavancar o processo, porquanto se percebe que a sua estrutura é frágil e sem muita representação política.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ATORES
	Motivação pessoal: permaneceram no Grupo os participantes que acreditavam no Projeto
	Interesses no Projeto: o interesse mais individualizado e imediatista dos parceiros impediram a permanência de alguns parceiros num processo que é de longo prazo e para a coletividade
	Grau de engajamentos: apenas um número restrito de participantes assumiu uma postura pró-ativa no grupo, limitando as atividades do Grupo
	Capacidade de relacionamento: conflitos internos do grupo impediram uma atuação mais concertada e produtiva do Grupo
	Tipos de participantes: a ausência de vários segmentos limitou o reconhecimento da representação social do Grupo
	Liberdade de opinião: no Grupo havia o espaço para a livre expressão dos participantes, mas se viam condicionados por certas circunstâncias para exercê-la
	<ul style="list-style-type: none"> • PODER PÚBLICO
	Relacionamento com o Grupo Gestor: muitas vezes de dominação; deu abertura relativa ao Grupo, mas não emancipação suficiente para participar de decisões
	Relacionamento com os funcionários: a liberdade dada aos funcionários para participar do Projeto foi importante para o Projeto, mas fora o executivo, vários outros setores público estiveram ausentes
<ul style="list-style-type: none"> • PESQUISADORES 	
Relação com os atores: a postura de abertura, neutralidade e horizontalidade dos pesquisadores foi importante para o desenvolvimento do Grupo, mas esse se mostrou ainda muito dependente	
Estratégias: a maioria dos encontros com o Grupo ficou muito operacionais e pouco reflexivos	
ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de Oficinas e Seminários 	
<p>ANÁLISE: realização de oficinas e seminário, consideradas como estratégias de transferência de conhecimento e formação das pessoas foram muito eficazes na sua implementação e deram grande contribuição na introdução da temática aos atores locais e na construção da base teórica do Projeto. No entanto, como já observado em outras análises, a falta de um trabalho mais intenso e contínuo dessa estratégia, restringiu-se à fase inicial do projeto, que tem decorrido de forma mais operacional e pouco reflexiva em suas fases mais recentes. Isso interferem negativamente no Projeto na medida em que não renova e não atualiza as discussões para os participantes e dificulta uma compreensão maior do processo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SOCIEDADE CIVIL
	Formação/atuação profissional: interfere positivamente na estratégias com pessoas que têm um conhecimento formal e maior aproximação com o tema, e negativamente para as pessoas que não tem
	Disseminação do conhecimento: o efeito multiplicador pretendido nessa estratégia depende foi concretizou-se em parte, pela capacidade de disseminação do conhecimento
	<ul style="list-style-type: none"> • PODER PÚBLICO
	Incorporação dos conceitos: a incorporação dos conceitos (discurso/ações) reflete em parte a eficácia dessas estratégias
	<ul style="list-style-type: none"> • PESQUISADORES
	Postura do saber: a construção coletiva de conceitos foi um fator muito positivo para essas estratégias.
Estratégias: os encontros com o Grupo gestor mais de caráter operacional limitaram os momentos de reflexão e discussão dentro do Grupo, não dando continuidade ao trabalho desenvolvido com essas estratégias	
Produção do conhecimento: as técnicas, instrumentos e linguagem utilizada nem sempre foram compreendidas por todos, limitando a aprendizagem de alguns participantes.	

▪ Construção Participativa de Indicadores de Sustentabilidade	
<p>ANÁLISE: A construção de indicadores é considerada importante e necessária tanto para a sociedade quanto para o poder público, para estes como instrumentos de apoio às tomadas de decisão, e para a sociedade, como condição de emancipação e participação concerta nas políticas públicas. Nesse aspecto, a sua importância é reconhecida por todos. A escolha da estratégia de construção participativa desses indicadores é que se mostrou um tanto limitada, não no aspecto conceitual, mas no aspecto operacional, de colocar em prática essa proposta. A metodologia experimentada é complicada e demorada, causando desgaste aos participantes, por etapas sucessivas e descontinuadas, que não permitiram um avanço substancial na construção dos indicadores para o município. A relação entre o conhecimento do técnico e do leigo precisa ser revista. Há que se reavaliar o processo como um todo, aperfeiçoar ou simplificar a metodologia, não se abrindo mão da discussão e participação coletiva, mas verificando-se a melhor forma de proporcionar essa participação, dentro da necessidade de se agilizar o processo e obter-se resultados mais concretos em curto prazo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SOCIEDADE CIVIL
	<p>Cultura Participativa: a estratégia participativa de construção desses indicadores foi valorizada pelos atores</p>
	<p>Formação/atuação profissional: interfere positivamente na estratégia com pessoas que têm um conhecimento formal e maior aproximação com o tema, e negativamente para as pessoas que não tem</p>
	<p>Grau de engajamento: o envolvimento de um número restrito de participantes é um fator limitante a continuidade do processo, principalmente no momento da coleta de dados</p>
	<p>Tipos de participantes: a diversidade de setores da sociedade ainda é restrita para se falar em um processo efetivamente participativo</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • PODER PÚBLICO
	<p>Interesses no Projeto: a prefeitura me mostrou aberta e interessada nessa estratégia, mas demora em resultados desestimulou um pouco esse parceiro</p>
	<p>Relação com o Projeto: o apoio do poder público ao Projeto interfere diretamente no processo, no que diz respeito à disponibilidade dos dados municipais e à incorporação dos resultados nas políticas públicas</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • PESQUISADORES
	<p>Postura do saber: a construção coletiva de conceitos foi um fator muito positivo para essas estratégias. No entanto, as técnicas, instrumentos e linguagem utilizada nem sempre foram compreendidas por todos, limitando a aprendizagem de alguns participantes.</p>
<p>Estratégias: os encontros com o Grupo gestor mais de caráter operacional limitaram os momentos de reflexão e discussão dentro do Grupo, não dando continuidade ao trabalho desenvolvido com essas estratégia</p>	
<p>Produção do conhecimento: a metodologia utilizada foi um tanto complexa, dificultando no avanço mais rápido dos resultados</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • OUTROS 	
<p>Disponibilidade de recursos: a falta de recursos no projeto pode ser um fator diretamente limitante da continuidade do processo</p>	
▪ Elaboração dos Cadernos Jaboticabal Sustentável	
<p>ANÁLISE: Certamente a estratégia de elaboração da série de Cadernos Jaboticabal Sustentável foi a mais bem sucedida em termos de sistematização e disponibilização de conhecimentos sobre a sustentabilidade e sobre o município. Utilizando-se de uma linguagem simples e acessível, conseguiu atingir um público amplo, dentre eles, além dos parceiros, a população, o poder público, as universidades e as escolas, público-alvo do caderno. Mas apesar do seu grande uso como material de referência em alguma situações, houve uma falha estratégica no direcionamento adequado de seu uso e distribuição, que deveria ter sido trabalhado de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SOCIEDADE CIVIL
	<p>Cultura Participativa: facilitou o desenvolvimento do processo de construção coletiva do conhecimento</p>
	<p>Formação/atuação profissional: não foi limitante, pois a diversidade de conhecimento enriquece o processo</p>
	<p>Grau de engajamento: exceto no primeiro número, percebeu-se um número restrito de participantes envolvidos</p>
	<p>Disseminação do conhecimento: ferramenta importantíssima para a sistematização e disseminação do conhecimento no município</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • PODER PÚBLICO
	<p>Relação com o Projeto: a estratégia foi bastante apoiada pelo Poder Público, inclusive financeiramente no início, e com bastante participação dos funcionários</p>
	<p>Interesses: apesar da utilização do material como referência nas atividades de alguma secretaria, observou-se um uso político e propagandístico do material, com certa tentativa de “manipulação” do conteúdo</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • PESQUISADORES

<p>forma mais efetiva nas escolas. O seu processo de elaboração, de construção coletiva desse conhecimento, foi bem sucedido, mas o processo amplo e participativo não tem se concretizado da forma desejada, observando-se uma baixo número de participantes nesse processo. Considera-se, então, uma estratégia muito eficaz de sistematização, transferência e divulgação de conhecimento, que precisa ter seu uso mais bem observado para ser mais eficiente.</p>	<p>Postura do saber: a condução aberta e transparente da produção do conteúdo facilitou o processo</p>
	<p>Produção do conhecimento: a fato de o método ter sido desenvolvido juntamente com os atores facilitou a assimilação e o aperfeiçoamento da estratégia</p>
<p>ESTRATÉGIAS DE PUBLICIZAÇÃO</p>	
<p>▪ Realização das Mostras Jaboticabal Sustentável</p>	
<p>ANÁLISE: As Mostras se mostraram muito eficientes enquanto estratégias de divulgação e visibilidade do Projeto na cidade para a população, e de articulação de entidades para essa participação. No entanto, ela não tem se mostrado suficiente para manter a continuidade dessa participação de pessoas ou entidades atingidas nas demais atividades do Projeto, tornando-se uma adesão pontual nesse momento específico. Como estratégia de ampliação de parcerias de fato tem sido falha. Ela tem funcionado como estratégia de sensibilização para a temática da sustentabilidade, mas não sua compreensão de fato, o que é difícil de ser conseguido pela própria complexidade do tema e o nível conhecimento formal das pessoas atingidas pelo evento, e também pelo seu formato atual, mais expositivo e lúdico, e não tanto explicativo. A Mostra é eficiente, então, como estratégia de publicização e de impacto, mas precisa ser aperfeiçoada enquanto estratégia de compreensão da temática e de incorporação de novos parceiros.</p>	<p>• SOCIEDADE CIVIL</p>
	<p>Tipos de Participantes: há uma diversidade significativa de participantes nesse momento específico, com incorporação de novos parceiros, mas que não se mantém ativos no grupo posteriormente</p>
	<p>Conflitos internos: a estratégia facilita a articulação entre os parceiros e contribui para a minimização dos conflitos no grupo</p>
	<p>Postura: a estratégia tem uma capacidade de mobilização dos atores para maior engajamento nesse momento, mas que tem continuidade</p>
	<p>Disseminação do conhecimento: grande oportunidade de sensibilização das pessoas e disseminação do conhecimento, mas depende da postura dos parceiros participantes, que muitas vezes não compreendiam a proposta do evento, ou mesmo a sua temática.</p>
	<p>Interesses: o interesse genuíno na coletividade favorece a estratégia, mas o de simples visibilidade institucional não.</p>
	<p>• PODER PÚBLICO</p>
	<p>Relação com o Projeto: o apoio amplo do poder público, com disponibilidade de infra-estrutura e recursos favoreceu a implementação da estratégia.</p>
	<p>Interesses: o interesse de visibilidade maior para a Prefeitura interferiu negativamente na igualdade de oportunidade de apresentação dos trabalhos dos parceiros para a comunidade, ferindo a intenção de democratização, horizontalidade e emancipação do processo</p>
	<p>• PESQUISADORES</p>
<p>Postura do saber: houve uma busca de ferramentas, técnicas e linguagens acessíveis à comunidade que foram eficiente para sensibilizar as pessoas para alguns aspectos da sustentabilidade, mas não para dar uma compreensão mais ampla das propostas nela contidas</p>	
<p>▪ Realização dos Encontros Jaboticabal Sustentável</p>	
<p>ANÁLISE: Essa estratégia (que surgiu como um momento de recuperação do Projeto para a tomada decisões) atingiu em parte seus objetivos, porque contou com uma participação ainda restrita dos segmentos da sociedade, necessários para dar maior representatividade nos</p>	<p>• SOCIEDADE CIVIL</p>
	<p>Representatividade das ações: buscou-se obter uma maior representatividade dos participantes por meio da discussão com seus das decisões a serem encaminhadas</p>
	<p>Tipos de participantes: houve uma maior diversidade de participação de setores da sociedade em alguns momentos, mas que não se perpetuou no projeto</p>
	<p>Grau de engajamento: o grau de engajamento dos parceiros nesses eventos manteve-se baixo</p>

<p>encaminhamentos e decisões, mas conseguiu pelo menos ser entendido como eventos importantes para discussão coletiva. É importante ser mantida como um espaço e um momento de reflexão e discussão ampla, mas deve aprimorar suas estratégias de sensibilização e comunicação como os parceiros e o público alvo, para que se consiga o entendimento necessário e os avanços que se esperam na desenvolvimento do Projeto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • PODER PÚBLICO
	<p>Relação com os funcionários: observou-se uma participação satisfatória de representantes do poder público em uns, e a quase total ausência em outros</p>
	<p>Relação com o Projeto: apoio necessário</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • PESQUISADORES
	<p>Postura do saber: as estratégias de utilizadas nesse eventos forma consideradas muito acadêmicas, reduzindo a acessibilidade ao conhecimento transmitido aos participantes</p>
	<p>Estratégias: buscou-se essa estratégia em momentos estratégicos e importantes para o Projeto, mas as edições forma consideradas descontinuadas e repetitivas</p>
<p>Produção do conhecimento: as técnicas, instrumentos e linguagem utilizada nem sempre foram compreendidas por todos, limitando o entendimento de alguns participantes.</p>	
<p>ESTRATÉGIAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Fórum 	<ul style="list-style-type: none"> • SOCIEDADE CIVIL
<p>ANÁLISE: Essa estratégia de institucionalização do Grupo foi bem aceita pelos participantes, que enfatizam a importância dessa estratégia de criação de um Fórum local como forma de dar continuidade ao processo, criando-se um formato mais jurídica e politicamente representativo na cidade. Mas, como uma estratégia de implementação recente, não se pode avaliar a sua eficácia enquanto contribuição para o Projeto ainda, mas há expectativas de que seja um espaço para a democracia, e o fortalecimento participação desse grupo nos processo decisórios municipais. Para isso, são colocados alguns condicionantes para o seu sucesso, como a necessidade de ampliação da participação social, e de emancipação política, com abertura e (apoio?) do poder público.</p>	<p>Cultura participativa: sendo essa a essência da estratégia, interfere diretamente no sucesso da estratégia</p>
	<p>Representatividade das ações: precisa ser fortalecida para que se constitua efetivamente o processo participativo nas ações</p>
	<p>Tipos de participantes: há um diversidade razoável de instituições, mas precisa ser ampliada e alcançar os setores ausentes para garantir a sua representatividade social</p>
	<p>Grau de engajamento: se continuar restrita e dependente de alguma poucas pessoas como se encontra no momento, pode levar a estratégia ao insucesso</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • PODER PÚBLICO
	<p>Presença de processos participativos: já que há abertura na Prefeitura, essa estratégia constitui-se em mais um canal de participação da população na administração pública</p>
	<p>Relação com o Grupo Gestor: agora Fórum, precisa ser dada a abertura para emancipação e reconhecimento da sua representatividade social e política para participar dos processos decisórios</p>
	<p>Relação com o Projeto: precisa do apoio (ou não)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • PESQUISADORES
	<p>Relação com os atores: mantém-se o apoio, mas a relação agora é de independência e autonomia do grupo local</p>
<p>Estratégias: o processo desenvolvido para e escolha do formato foi adequado e bem conduzido pelos pesquisadores e pelo grupo local</p>	
<p>Disponibilidade de recursos: pode ser um fator limitante à continuidade do processo</p>	